

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ALINE LÚCIA DE PAULO

QUER SABER QUEM EU SOU? É SÓ SABER DA ONDE EU VENHO!
Mulheres negras, trabalho e representações sociais na Universidade Federal de
Uberlândia (2013-2020).

UBERLÂNDIA
2021

ALINE LÚCIA DE PAULO

QUER SABER QUEM EU SOU? É SÓ SABER DA ONDE EU VENHO!

**Mulheres negras, trabalho e representações sociais na Universidade Federal de
Uberlândia (2013-2020).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História Social

Orientadora: Profa. Dra. Jorgetânia da Silva Ferreira

UBERLÂNDIA
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

P331q
2021 Paulo, Aline Lúcia de, 1984-
Quer saber quem eu sou? É só saber da onde eu venho! [recurso eletrônico] : mulheres negras, trabalho e representações sociais na Universidade Federal de Uberlândia (2013-2020) / Aline Lúcia de Paulo. - 2021.

Orientadora: Jorgetânia da Silva Ferreira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.6018>
Inclui bibliografia.

1. História. I. Ferreira, Jorgetânia da Silva, 1974-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

Rejâne Maria da Silva (Bibliotecária) – CRB6/1925


UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4395 - www.ppghis.inhis.ufu.br - ppghis@inhis.ufu.br


ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	História				
Defesa de:	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, Ata 4, PPGHI				
Data:	Vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e um	Hora de início:	10:00	Hora de encerramento:	12:40
Matrícula do Discente:	11912HIS003				
Nome do Discente:	Aline Lúcia de Paulo				
Título do Trabalho:	Quer saber quem eu sou? É só saber da onde eu venho! Mulheres negras, trabalho e representações sociais na Universidade Federal de Uberlândia (2013- 2020)				
Área de concentração:	História Social				
Linha de pesquisa:	Política e Imaginário				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Mulheres negras em serviço pela UFU: raça, gênero e determinação social				

Reuniu-se de forma remota através da plataforma de webconferências Mconf RNP, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professores Doutores: Ivete Batista da Silva Almeida (UFU), Leandra Domingues Silvério (UFTM) e Jorgetânia da Silva Ferreira orientadora da candidata.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dra. Jorgetânia da Silva Ferreira, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada, com distinção.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Jorgetania da Silva Ferreira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 24/02/2021, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ivete Batista da Silva Almeida, Professor(a) do Magistério Superior**, em 24/02/2021, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandra Domingues Silvério, Usuário Externo**, em 24/02/2021, às 12:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2564873** e o código CRC **E051D217**.

Nome: Aline Lúcia de Paulo

Título: Quer saber quem eu sou? É só saber da onde eu venho! Mulheres negras, trabalho e representações sociais na Universidade Federal de Uberlândia (2013-2020).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Jorgetânia da Silva Ferreira

Instituição: Universidade Federal de Uberlândia

Assinatura: _____

Prof.^a Dr.^a. Ivete Batista da Silva Almeida

Instituição: Universidade Federal de Uberlândia

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof.^a Dr.^a. Leandra Domingues Silvério

Instituição: Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Anônima

Mais uma preta marrenta, vinda das ruas barrentas
Dos versos sujos e puros, melhor que as letra limpa e nojenta
Caligrafia feia, rabisco nas pautas, normal
As folha voa cheias de rebarba da espiral
Em meio a tanta idéia, vivo por um triz
Mas não tô na de crescer, tô na de firmar raiz
Feliz quem diz e prediz as diretriz
Cicatriz dos meus desafetos, entre filial e Matriz
Sou sim, eu quis, sou sim mulher
Simples como a brisa, tipo chinelo no pé
Tipo Del Rey borbulha no copo, arroz e feijão no prato
Tipo saber que minha carne é a mais barata do mercado
Melodia tão marcante quanto o som dos carros de boi
Em cada laje o mirante de quem ainda não foi
Saudade da inocência no olhar dos meninos sem medo
Quando Mcs escreviam essência e não frases de efeito
Mas já passou "voadão" e nem leu a missão
Sei nem se é cristão, sei não, tô de cão
Degustando o fim da história sem saber o gosto do início
Pisa até no Rap, ferve nessa febre é sinistro
Moleque, marca touca, não sabe que a idéia é outra
Rima é pra firmar na alma e não pra derreter na boca
Louca essa viagem e quem não entende acusa
Abusa do meu flow, não que seu olhar seduza
Idéia translúcida, cada verso eu solto meia dúzia
Tá quente aqui ideologia difusa
Eu não tô mais confusa, não vou nem trocar de blusa
Etiqueta é pra quem tem, muita gente tem e não usa
De mim flui água viva, preta de alma cafusa
Os grilhões embaçam que a minha liberdade assusta
Não contavam com minha astúcia, já vestiu a carapuça
Sou livre, leve e fatal, o apetite é de meduza
Mas não quero malote, castelo nem carro forte
Tenho a dádiva do som e me considero uma mulher de sorte
Sorte? Uma neguinha do meu porte?
Viver pra mim é Cristo, lucro pra mim é a morte
Eu nasci do lado norte, Cê conhece o mantiqueira?
Moro lá pertin, entre os cascalho e as ladeiras
Ninho dos monge mascavo, Lan Matarazzo, som de primeira
Look a Praça é nossa, um dia eu colo, já tô de bobeira
Este é meu ritmo, Celeiro artístico
A quadra do Robsom é pra nós bem mais que ponto turístico
Pedra branca pra quem não conhece, respeito mantenho
Quer saber quem eu sou? é só saber da onde eu venho!
(Tamara Franklin, 2015)

Paulo AL. Quer saber quem eu sou? É só saber da onde eu venho! Mulheres negras, trabalho e representações sociais na Universidade Federal de Uberlândia (2013-2020). Uberlândia: Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia; 2021.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as representações sociais construídas acerca e pelas mulheres negras, trabalhadoras terceirizadas da Universidade Federal de Uberlândia, no Campus Santa Mônica. A pesquisa foi realizada tendo como fonte principal os depoimentos orais. Partindo da análise de suas falas, pensamos em como as representações sociais hegemônicas, acerca do trabalho feito por elas, estavam identificadas com as imagens de controle e com história das mulheres negras no trabalho. Com as fontes produzidas juntamente a catorze mulheres negras, trabalhadoras da conservação e limpeza na Universidade Federal de Uberlândia em 2013, a intenção é a de compreender suas experiências sociais enquanto trabalhadoras e sobre como elas vivenciavam a *negritude* em suas trajetórias de vida. Como os trabalhos de caráter manual foram prestados majoritariamente pela população negra, sendo inclusive a ela associado. Criando desarmonias entre a população branca e a negra no mercado de trabalho, que sustentam determinações raciais remetidas ao projeto colonial. Como as imagens, fundamentadas em práticas sociais históricas, e como normas da ideologia dominante, incidem sobre as ações do grupo. Elencamos, a partir dos discursos das trabalhadoras, algumas estratégias frente ao discurso dominante, como elas se rearticulam por meio da autodefinição, que fundamenta posturas divergentes e a construção de valores alternativos.

Palavras-chave: Mulheres Negras. Trabalho. Representações sociais hegemônicas. Imagens de controle. Autodefinição.

Paulo AL. Do you wanna who am I? Just know where I came from! Black women, work and social representations at the Federal University of Uberlândia (2013-2020). Uberlândia: Institute of History, Federal University of Uberlândia; 2021.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the social representations constructed about and by black women, outsourced workers at the Federal University of Uberlândia, at the Santa Mônica Campus. The research was carried out using oral testimonies as the main source. Starting from the analysis of their speeches, we thought about how the hegemonic social representations, about the work done by them, were identified with the images of control and with the history of black women at work. With the sources produced together with fourteen black women, conservation and cleaning workers at the Federal University of Uberlândia in 2013, the intention is to understand their social experiences as workers and how they experienced *blackness* in their life trajectories. As the manual work was done mainly by the black population, being associated with it. Creating disharmony between the white and black population in the labor market, which support racial determinations that were sent to the colonial project. Like the images, based on historical social practices, and as norms of the dominant ideology, they affect the actions of the group. We list, based on the workers' speeches, some strategies in face of the dominant discourse, how they rearticulate themselves through self-definition, which underlies divergent postures and the construction of alternative values.

Keywords: Black Women. Work. Control images. Self-definition.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1.O trabalho das mulheres negras e as imagens de controle	30
CAPÍTULO 2. Trabalho terceirizado, informalidade e precarização do trabalho.....	46
2.1. O racismo genderizado e as condições de trabalho das mulheres negras.....	58
2.2. Trabalho doméstico, dupla jornada e apropriação do trabalho.....	65
CAPÍTULO 3. Autodefinição	77
3.1. Autonomia econômica e independência.....	78
3.2. Colorismo e racismo.....	81
3.3. Maternidade e trabalho.....	84
3.4. O racismo como trauma.....	94
3.5. Experiência e consciência.....	98
3.6. Valores alternativos.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS.....	108
ANEXOS.....	113
Apresentação das entrevistadas.....	113
Roteiro das entrevistas.....	115
Fontes documentais.....	116

INTRODUÇÃO

O tema aqui abordado, visa reflexões acerca do trabalho de reprodução social¹ prestado por mulheres negras partindo de suas perspectivas, foi sendo definido ao longo do meu processo de socialização. Parte de um lugar específico, ocupado por uma mulher negra e de uma busca constante por compreensão das nossas realidades, marcadas por representações sociais que moldam práticas sociais. A abordagem utilizada contempla o que Lélia Gonzalez (1988) chamou de *amefricanidade*, que significa uma forma de olhar para a realidade, criada pela coletividade de negras/os ou pretas/os em diáspora:

É sob esse olhar que podemos pensar na produção científica de Lélia Gonzalez - antropóloga, intelectual e feminista negra brasileira – nos anos 80, que pode ser vista como pioneira nas discussões sobre a descolonização do saber. Gonzalez (1988b) contrapõe-se ao modelo científico hegemônico, que ela considera racista e colonialista, e propõe a categoria de *amefricanidade*, que refere-se ‘à experiência comum de mulheres e homens negros na diáspora e à experiência de mulheres e homens indígenas contra a dominação colonial’ (CARDOSO, 2014, p. 971 *apud* REIS, 2017, p. 36).

Ela abarca todo nosso processo histórico, baseado na adaptação, resistência, reinterpretção e criação de novas formas culturais:

Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretção e criação de novas formas) que é afrocentrada [...]. Seu valor metodológico, a meu ver, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo (GONZALEZ, 1988b, p.76 *apud* REIS, 2017, p. 36).

A minha intenção ao adotar esse tipo de produção, centrada na perspectiva de mulheres negras, é de reforçar a mudança epistêmica proposta pela autora, utilizando um ponto de vista subalternizado para evidenciar as lacunas da produção de conhecimento eurocentrada, como tentativa de descolonizar o saber.

Portanto, o que a autora propõe é uma virada epistêmica com a sugestão da categoria; uma outra forma de pensar e de produzir conhecimento que parta de pessoas subalternizadas, excluídas e marginalizadas. Resgata as experiências de mulheres e homens negras/os e indígenas na resistência contra racismo, sexismo, colonização e, dessa forma, desloca essas pessoas da margem ao centro da

¹ Pensando a humanidade em sua história social, na produção de bens e na reprodução da vida, entendendo não ser possível dissociar as duas esferas. De acordo com a historiadora Tithi Bhattacharya, baseada na teoria da reprodução social, o trabalho de reprodução social diz respeito à geração manutenção da força de trabalho, que envolve três momentos: “1. Atividades que regeneram a trabalhadora fora do processo de produção e que a permitem retornar a ele. Elas incluem, entre uma variedade de outras coisas, comida, uma cama para dormir, mas também cuidados psíquicos que mantêm uma pessoa integra. 2. Atividades que mantêm e regeneram não trabalhadores que estão fora do processo de produção – isto é, os que são futuros ou antigos trabalhadores, como crianças, adultos que estão fora do mercado de trabalho por qualquer motivo, seja pela idade avançada, deficiência ou desemprego. 3. Reprodução de *trabalhadores frescos*, ou seja, dar à luz” (BHATTACHARYA, 2019, p. 103).

investigação; de objetos a sujeitas e sujeitos. Para a autora, a amefricanidade esteve sempre presente nas revoltas, estratégias de resistência e reelaboração diante da colonização. Ao propor categorias próprias para pensar esses processos, Lélia propõe também um desprendimento do pensamento europeu, a descolonização do saber através de categorias negras (CARDOSO, 2014; GONZALEZ, 1988b *apud* REIS, 2017, p. 37).

As fontes utilizadas são catorze entrevistas produzidas com mulheres negras que trabalhavam no setor de conservação e limpeza da Universidade Federal de Uberlândia, no Campus Santa Mônica, no ano de 2013. Sou proveniente de uma família negra, na qual o trabalho doméstico é profissão comum entre as mulheres, tendo sido função das minhas avós, das minhas tias, da minha mãe, e minha, de forma remunerada e não remunerada.

O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças __ os trabalhadores do futuro __, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. Isso significa que, por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas (FEDERICI, 2019, p.68)

O trabalho doméstico remunerado é aquele feito mediante o recebimento de um salário e o não remunerado sem o ganho de qualquer valor, comumente prestado por mulheres em seus próprios lares. Sair da cidade de São Gotardo, Minas Gerais, onde nasci, e ir rumo à Uberlândia, no mesmo estado, foi uma tentativa de fugir de uma condição social “hereditária”, fortemente associada às mulheres negras: a do trabalho doméstico e todas as suas implicações. Sabia como funcionava, pois, fui socializada nesse contexto. Quando criança, acompanhei minha mãe em suas jornadas de trabalho nas residências de suas/seus patroas/patrões e, posteriormente trabalhei como doméstica de forma remunerada como ela. Dessa maneira, experimentamos o espaço das residências como um local de socialização, “como uma produção social, um ato que produz a vida, sendo assim a realização da dialética espaço/sociedade” (CARLOS, 2007).

Nos espaços citados, pude perceber e vivenciar o tratamento e a compreensão que muitas/os das/os patroas/patrões tinham e destinavam a mim e as/aos minhas/meus, a falta de valor e de reconhecimento dada ao trabalho doméstico e, conseqüentemente, a quem o executa. Percebi-nos a partir da ótica externa e que, aos poucos, compreendi ser a hegemônica. Senti vergonha da minha cor, da minha origem e do trabalho doméstico. Nesse sentido, é verificado que o auto ódio e a classificação humana configuram elementos necessários para a efetivação da ideologia racista. De acordo com Grada Kilomba (2019), a

projeção de elementos negativos baseia-se na cisão da psique. Esse processo cria o “Outro” como o contrário do “eu”. Assim, percebi o meu meio na condição de outridade.

Essa cisão evoca o fato de que o *sujeito branco* de alguma forma está dividido dentro de si próprio, pois desenvolve duas atitudes em relação à realidade externa: somente uma parte do ego – a parte ‘boa’, acolhedora e benevolente – é vista e vivenciada como ‘eu’ e o resto – a parte ‘má’, rejeitada e malévola – é projetada sobre a/o ‘*Outra/o*’ como algo externo. O *sujeito negro* torna-se então tela de projeção daquilo que o *sujeito branco* teme reconhecer sobre si mesmo, neste caso: a ladra ou o ladrão violenta/o, a/o bandida/o indolente e maliciosa/o. Tais aspectos desonrosos, cuja intensidade causa extrema ansiedade, culpa e vergonha, são projetados para o exterior como um meio de escapar dos mesmos (KILOMBA, 2019, p. 36).

As representações sociais hegemônicas são estereótipos, mas seus significados vão além deles. Eles são produtos das representações e são formas de validar opressões de um grupo sobre o outro, fazem isso por meio da desqualificação, da diferenciação negativa.

Destarte, eles funcionam como representações sociais e enquanto tal “[...] a representação social é mais do que o estereótipo, mas este constitui uma parte importante da representação social” (TAJFEL, 1980, p. 22). Neste sentido, cabe entendermos o que é a representação social e sua relação com o estereótipo, pois ele é produto de relações sociais que os grupos mantêm. A função social do estereótipo pode influenciar a estereotipia em virtude deste possuir um papel “[...] de legitimar as formas de dominação e poder social de um grupo sobre o outro e daí o assumirem um carácter (sic) mais frequentemente depreciativo face aos ‘outros’, muito diferentes de nós” (LIMA, 1996, p. 14) quer dizer que o outro é aquele que não desejamos ser (BARROS, SOUSA, 2012, p.205).

A diferenciação social pejorativa funciona como uma forma de comunicação social, dá significado ao real e exclui qualquer informação contrária ao seu interesse.

A diferenciação social enquanto uma das funções das RS, explicam nitidamente o estereótipo enquanto modo de representação social, ele é uma dinâmica específica e significativa na vida social. Por ter um papel de manutenção do sistema de valores do indivíduo e do próprio status quo os estereótipos são dificilmente abalados por informações incongruentes a eles “[...] de facto, estas (RS) apresentam funções de organização significativa do real, explicando-o, função de comunicação” (BAPTISTA, 1996, p. 13) (BARROS, SOUSA, 2012, p.209).

Os estereótipos são formas de representação social hegemônica, muito utilizados na leitura e compreensão de grupos sociais subordinados. São maneiras de transformar realidades complexas e abstratas em simplificações reducionistas, a força dessa forma de representação consiste nisso, na redução extrema e falaciosa de fenômenos complexos.

Enquanto representação social os estereótipos possuem valor importantíssimo na percepção de outros seres humanos, pois eles são representações sociais de traços físicos e socioculturais de determinados grupos, sendo um modelo de resolução para as contradições da vida cotidiana, servindo para dominar a realidade. Os estereótipos são representações sociais institucionalizadas, reiteradas e reducionistas. São representações porque são visões partilhadas coletivamente por um grupo. Reiteradas porque são criadas com base na repetição e são reducionistas porque

transformam o complexo em algo simples, parecendo ser natural, se constituindo não como forma de discurso e sim formas de realidade. Diante do que acima mencionei, defino os estereótipos, então, como uma forma de representação social compartilhada coletivamente por determinado grupo social (BARROS, SOUSA, 2012, p.209).

Baseado no que foi dito pelas trabalhadoras, pensaremos em como as representações sociais acerca do que é ser mulher negra estavam presentes em suas falas. Pensaremos nas representações sociais hegemônicas e nas representações que o grupo fazia de si, entendendo que por se tratar de um grupo subordinado, a representação social feita de si, constantemente resvala nas noções hegemônicas. As representações possuem funções organizativas do social e são históricas.

Pensando deste modo, posso dizer que as representações sociais nos remetem para pertenças sociais do sujeito, englobando suas formas de comunicar, sua função e eficácia social. Como destacado anteriormente, as representações sociais não são somente reprodução mental da realidade exterior ao sujeito, elas permeiam a realidade organizando informações, opiniões, atitudes e crenças sobre um dado objeto. Assim que constituídas, as representações sociais induzem os indivíduos a criarem uma realidade condizente com as explicações contidas nelas. Diante disto, a estereotipia social, que é o enviesamento cognitivo, veicula e expressa determinadas RS. (BAPTISTA, 1996) (BARROS, SOUSA, 2012, p.207).

As representações sociais hegemônicas são formas de leitura e de compreensão do mundo, todos os grupos sociais são representados, mas as hegemônicas tem poder de definição, pois são visões de mundo que prevalecem sobre as outras, da mesma forma que historicamente há grupos sociais subordinados a outros. As representações sociais, sendo hegemônicas ou não, cumprem papel fundamental na construção das identidades.

Esse mito influencia no processo de percepção dos indivíduos, sejam eles brancos ou negros, e, portanto, no modo de construção de representações sociais. As representações têm a função de tornar familiar o que nos é estranho. Quando uma representação é introduzida na subjetividade, ela será remodelada e reconstruída para relacionar-se e articular-se com outras representações. Stuart Hall compreende a identidade como ponto de "sutura", ou seja, encontro entre discursos e práticas sociais (nível social) e processos subjetivos (nível psíquico) - "As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós"(FERNANDES, SOUSA, 2016).

No caso da população negra elas foram construídas como algo depreciativo e por isso podem ser prejudiciais.

Bastide salienta que o preconceito de cor, durante a escravidão pretendia justificar o trabalho escravo, e, hoje, justifica a divisão brasileira em classes. Isto quer dizer que na visão dos autores o preconceito de cor se prende às estruturas sociais e suas funções variam quando estas estruturas mudam. Vejamos a argumentação de Bastide (2008) em relação ao que afirmei acima “[...] o preconceito de cor, cuja função era justificar o trabalho servil do africano, vai servir agora para justificar uma sociedade de classes, mas nem por isto irão variar os estereótipos antigos, mudarão apenas de finalidade” (BASTIDE, 2008, p. 21) (BARROS, SOUSA, 2012, p.210).

Em uma sociedade formada com base na diferenciação racial, nós, sujeitas/os negras/os somos representadas/os com características negadas por pessoas brancas. Fui socializada juntamente a pessoas, majoritariamente consideradas brancas/os e, somente consegui me perceber como uma mulher negra no decorrer da graduação, entre os anos de 2008 e 2015. Por mais que soubesse quais eram as implicações dessa subjetividade, ainda não conseguia admitir que muitos dos comportamentos hostis que vivenciava, com frequência, faziam/em parte da estrutura social racista e sexista que visava/visa negar a humanidade e, consequentemente, os direitos a nós, mulheres negras.

Em contato com movimentos sociais que discutiam o feminismo e o racismo, afirmei a minha identidade. Porém, por se tratar de movimentos compostos, em sua maioria, por pessoas brancas - muitas/os oriundas/os dos setores médios da sociedade - os debates sobre essas questões eram pautados por quem não experimentava cotidianamente as imposições estruturais comuns na experiência dos grupos subalternizados, o que evidenciava os limites desses movimentos. Os espaços permitiram que eu afirmasse a minha condição, porém por um viés classista, sexista e branco, que eram as lógicas predominantes neles e que continuavam nos classificando, criando hierarquias.

Acredito na importância desses movimentos, que, mesmo com seus limites, cumprem um papel importante na politização e na compreensão de como se sustentam as opressões que são vividas de forma subjetiva. No entanto, se quisermos ir além do denunciismo, não devemos aceitar que outros pautem nossas demandas, uma vez que “eles/as” não nos conhecem e não sabem do que precisamos. Essa pesquisa dialoga diretamente com o grupo escolhido, do qual me considero parte, feita por nós e para nós. Nos autodefinir e pautar as nossas questões é o objetivo, sem que isso seja esperado de grupos que utilizam da desigualdade para a obtenção de vantagens.

De acordo com Patricia Hill Collins (2019), a formulação da nossa identidade é o início do processo de autodefinição. Nós, mulheres negras percebemos como nossas vidas pessoais foram alicerçadas pelas opressões de raça, sexualidade, gênero e classe. Nos autodefinir possibilita a contestação do que foi dito e produzido por outras/os a nosso respeito e revelam quais são as intenções e a confiabilidade de quem pode definir.

A ênfase na autodefinição das mulheres negras reformula todo o diálogo de protesto contra a precisão técnica de uma imagem – ou seja, que refuta a tese do matriarcado negro – para um diálogo que enfatiza a dinâmica de poder subjacente ao próprio processo de definição. Ao enfatizar a autodefinição, as mulheres questionam não apenas o que já foi dito sobre as afro-americanas, mas a credibilidade e as intenções daqueles que têm o poder de definir. Quando nós, mulheres negras, nos autodefinimos, rejeitamos claramente o pressuposto de que aqueles em posição de

autoridade para interpretar nossa realidade têm o direito de fazê-lo. Independentemente do conteúdo real das autodefinições das mulheres negras, o ato de insistir em nossa autodefinição valida nosso poder como sujeitos humanos (COLLINS, 2019, p. 206).

Na Universidade Federal de Uberlândia, um espaço socialmente produzido, podemos confirmar as formas de desigualdade vivenciadas pelas pessoas negras. Nela, nós, mulheres negras, compomos a maioria do segmento responsável pela conservação e limpeza, sendo essa, considerada uma das ocupações de menor valor e mais precária no local – isso dentro de uma lógica hierárquica que atribui status e prestígio às funções de reitor/a, professor/a, técnico/a e de estudante. Nesse lugar, assim como outros produzidos pela dinâmica social baseada na diferenciação entre raças, classes, gêneros, orientações sexuais, gerações, deficiências, elementos estruturantes das nossas relações pessoais e interpessoais, vivemos uma justaposição da “morfologia social/morfologia espacial”:

[...] se vive a justaposição morfologia social/ morfologia espacial, produzindo a cidade como segregação com seu sentido estratégico: a separação das práticas socioespaciais visando a reprodução social que, ao delimitar um lugar para cada um – ‘criando áreas homogêneas apoiadas em identidades de classe e, pretensamente, apartadas do todo social e da cidade’ - escamoteia o conflito (CARLOS, 2007).

Da mesma forma que a casa das/os patroas/patrões, a Universidade restringe nossa presença a determinados lugares. Ela, como parte de um todo social, confirma a ausência de pessoas identificadas como negras nas ocupações que abarcam poder e decisão, da mesma forma que a presença majoritária nas profissões voltadas para o cuidado e a limpeza, tornando essas posições comuns entre nós. A desvalorização dessas profissões faz parte da dinâmica racista, sexista, classista, capacitista, idadista, que atribui prestígio social a algumas profissões em detrimento de outras. É um parâmetro social *branco*, por meio do qual o grupo se avalia e avalia os outros, torna-se também uma medida para os grupos subordinados. O prestígio social de acordo com Pierre Bourdieu (2013) é

[...] a forma sublimada de que se revestem realidades tão claramente objetivas como aquelas registradas pela física social, castelos ou terras, títulos de propriedade, de nobreza ou de ensino superior, assim que são transfigurados pela percepção encantada, mistificada e cúmplice, que define em particular o esnobismo. O valor social, crédito ou descrédito, reputação ou prestígio, respeitabilidade ou honorabilidade, não é o produto das representações que os agentes realizam ou fazem de si, e o ser social não é meramente um ser percebido (BOURDIEU, 2013).

A visão hegemônica acerca das profissões é organizada a partir de realidades objetivas mistificadas, ela é parte do constructo ideológico da branquitude², inserido em uma

² De acordo com Lia Vainer Schucman, em sua tese “Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana”, o projeto de colonização moderno e a escravização

sociedade dominada pela cultura supremacista branca³. Quando falo sobre cultura branca ao longo do trabalho estou me referindo ao supracismo branco que é a norma em nossas sociedades, sustentado pela exclusão de pessoas negras. O estilo de vida é a principal manifestação concreta desse sistema valorativo.

A partir do valor atribuído a cada estilo de vida são criadas hierarquias entre os grupos, isso não diferiria da divisão por classes, pois, segundo Bourdieu (2013), a estilização seria a classe denegada, legitimada ou sublimada. Na nossa formação social a divisão por classes foi/é totalmente orientada pela raça. Dessa forma as profissões de médico (a), dentista, advogado (a), professor (a) universitário (a), dentre outras, possuem prestígio social e status, enquanto que as de trabalhadores (as)⁴ de limpeza, coletores (as) de lixo, operadores (as) de telemarketing são consideradas como menos importantes, inferiores, dentro da divisão do capital simbólico que se concretiza nas relações sociais pautadas pela desigualdade. Entendendo que as relações sociais estabelecidas entre pessoas brancas e negras em território nacional originaram-se no escravismo e não houve uma ruptura com a origem, mas foi constantemente atualizada com base em representações sociais, de acordo com as necessidades de cada local e momento histórico, mantendo a desigualdade fundamentada na segregação racial colonialista. Prova disso são os números referentes às pessoas resgatadas do trabalho escravizado no Brasil, entre os anos de 2016 e 2018 e o notório caso de Madalena⁵.

de africanas/os criaram nações e consequentemente novas nacionalidades na América. Partindo desses processos, a branquitude começou a ser pensada como um constructo ideológico “de poder, em que os brancos tomam a sua identidade racial como norma, e dessa forma outros grupos aparecem ora como margem, ora como desviantes, ora como inferiores” (SCHUCMAN, 2012, p. 17).

³ O uso do termo aqui está de acordo com o que foi dito por bell hooks ao refletir acerca do supracismo branco. Em sua concepção ele não está ligado às ideologias relacionadas à pureza racial, visto que em nosso país a cultura supracista branca foi disseminada e fortalecida no decorrer do processo histórico com base em processos miscigenatórios: “[...]a circunstâncias relacionadas à ideologia racista e ao colonialismo, em que as narrativas culturais e a produção de conhecimento partem do ponto de vista de pessoas brancas. Daí a existência de tantos protagonistas brancos na literatura e no cinema, e a leitura de teóricos brancos, especialmente europeus, dispensando perspectivas de negros e indígenas, que foram definidos como inferiores pelo pensamento racista/colonial” (HOOKS, 2019, p. 26).

⁴ No projeto de limpeza predial, documento que normatiza as obrigações das empresas terceirizadas e da Universidade no acordo entre as partes envolvidas na licitação, as pessoas contratadas pelas empresas-meio são designadas como serventes. O termo é racista, devido às nossas condições sociais ele se aplica majoritariamente a um grupo específico, às mulheres negras. Ao longo de nosso processo histórico, pelas relações sociais racistas e sexistas que nos constituem, temos sido tratadas como se existíssemos para servir, entendo que esse termo reforça um estigma que é social, por isso uso o termo trabalhadoras, adequado para se referir a elas.

⁵ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-14/madalena-escrava-desde-os-oito-anos-expoe-caso-extremo-de-racismo-no-brasil-do-seculo-xxi.html>
<https://reporterbrasil.org.br/2019/11/negros-sao-82-dos-resgatados-do-trabalho-escravo-no-brasil/>
 Acesso em 2 de fevereiro de 2021.

A branquitude é vivida como um “lugar de poder”, como a normalidade, que se desdobra em “vantagens sistêmicas” em sociedades que como a nossa foram estruturadas a partir da “dominação racial”. Esse lugar é ocupado, na maioria das vezes, por pessoas reconhecidas como brancas, entendendo que a inclusão na categoria branca/o oscila de acordo com o “lugar” e o “contexto histórico”. A identidade racial branca, assim como nenhuma outra, não é homogênea. Há distinções hierarquizantes entre as pessoas brancas pautadas na classe social, origem, fenótipo, regionalidade, gênero, idade.

Portanto, é importante perceber que a brancura difere de branquitude. A brancura são as características fenotípicas que se referem à cor da pele clara, traços finos e cabelos lisos de sujeitos que, na maioria dos casos, são europeus ou euro-descendentes. Posto isso, é importante pensar que os sujeitos brancos não têm em sua essência uma identificação com a branquitude, mas sim, processos psicossociais de identificação (SCHUCMAN, 2012, p. 102).

Sendo assim, eles/as podem assumir ou não as práticas “normais” como neutras, com o intuito de afirmar ou negar seus lugares no mundo, baseados em representações que ancoram práticas históricas. Com as fontes produzidas juntamente a catorze mulheres negras, trabalhadoras da conservação e limpeza na Universidade Federal de Uberlândia em 2013, a minha intenção é a de compreender suas experiências sociais enquanto trabalhadoras e sobre como elas vivenciavam a *negritude*⁶ em suas trajetórias de vida. Entendendo que: “Cada grupo social tem uma visão de mundo em constante evolução que utiliza para ordenar e avaliar suas próprias experiências (COLLINS, 2019, p.44).” Pensando nos signos linguísticos como formas de materialização de ideologias e as produções linguísticas assim como os sujeitos que as formulam como criadores e criaturas dessas mesmas produções.

Alessandro Portelli afirma que um dos elementos que tornam a história oral significativa é o deslocamento efetuado pela sua produção, que ocorre entre o que é considerado pessoal e político, entre a História dita oficial e as histórias pessoais dos membros dos grupos sociais. Dessa forma podemos pensar em como essas vidas em sua dimensão privada estão relacionadas com o espaço público. A memória elaborada pelo grupo aponta para a continuidade de seu processo de reconstrução de significado.

Na verdade, a fronteira móvel e esquiva entre a História e as histórias é uma das relações que torna a história oral significativa. Em última instância, a história oral diz respeito ao significado histórico da experiência pessoal, por um lado, e ao impacto pessoal das questões históricas, por outro. O cerne duro da história oral

⁶ O conceito de *negritude* e o movimento histórico no qual esteve inserido é polissêmico. Aqui ele é usado no sentido descrito por Aimé Césaire: “[...] *negritude* é simplesmente o ato de assumir ser negro e ser consciente de uma identidade, história e cultura específicas. Césaire definiu a *negritude* em três aspectos: identidade, fidelidade e solidariedade” (DOMINGUES, 2005, p 198). Ver “Movimento da *negritude*: uma breve reconstrução histórica” de Petrônio José Domingues.

reside exatamente nesse ponto, no qual a história invade as vidas privadas [...] (PORTELLI, 2016, p.16).

Nesse sentido, a linguagem e o simbolismo que a envolve estão presentes nos sentidos do real. “Todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras dos sujeitos. [...] o discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia” (ORLANDI, 2005, p.38).

A Análise do Discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analisa com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender (ORLANDI, 2005, p. 26).

Os discursos são carregados de sentidos que antecedem aos/às sujeitos/as e que extrapolam sua compreensão. Nossa relação com a língua e com a história dizem muito sobre quem somos, a língua, assim como as dinâmicas sociais históricas que nos constituem, não são neutras. Somos parte do jogo discursivo criador de significados e de lugares no mundo, que é ideológico, linguístico e histórico.

Ao falarmos nos filiamos a redes de sentidos, mas não aprendemos como fazê-lo, ficando ao sabor da ideologia e do inconsciente. Por que somos afetados por certos sentidos e não por outros? Fica por conta da história e do acaso, do jogo da língua e do equívoco que constitui nossa relação com eles. Mas certamente o fazemos determinados por nossa relação com a língua e a história, por nossa experiência simbólica e de mundo, através da ideologia. Por isso a Análise de Discurso se propõe construir escutas que permitam levar em conta esses efeitos e explicitar a relação com esse “saber” que não se aprende, não se ensina, mas que produz seus efeitos. Essa nova prática de leitura, que é a discursiva, consiste em considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o não dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária. [...] só uma parte do dizível é acessível ao sujeito pois, mesmo o que ele não diz (e que muitas vezes ele desconhece) significa em suas palavras (ORLANDI, 2005, p. 34).

Com a defesa da monografia eu acreditava ter finalizado minha passagem pela Universidade, espaço dominado por grupos e por práticas sociais que constantemente me diziam não fazer parte dele, não naquela posição que ocupava. O problema foi que a partir do momento que consegui dar nome e compreender o que permeava as relações sociais que vivia – sexismo e racismo – entendi que não existia mais um espaço que fosse seguro, visto que essas dinâmicas são formadoras sociais.

Retornei à academia em 2019, após esgotar as tentativas de desviar dessas questões. Sabia para onde estava voltando e isso não me animava, mas entendia a necessidade do retorno para compreender melhor o que me afligia. Após um tempo fora da academia, percebi

as diferenças nos tratamentos sexistas, racistas e classistas recebidos dentro e fora dela. Fora da instituição, as pessoas são mais espontâneas, são racistas e machistas de forma objetiva, determinando um lugar específico para nós, negras/os, e agindo de acordo com isso.

Na academia, por mais que esse espaço esteja determinado, o discurso rebuscado e enganador é uma forma de esconder, e mesmo de negar, as práticas e os objetivos delas. Entendi essa diferença no momento da apresentação do programa de pós-graduação do qual faria parte. Uma das alunas questionava a validade do processo de distribuição das bolsas pautado em critérios socioeconômicos, dizendo que somente a Universidade Federal de Uberlândia se baseava em algo tão injusto, visto que retiraria a bolsa de quem, de fato, merecia – que para ela seriam as pessoas com as maiores pontuações na prova, no projeto, no currículo e na entrevista. Imediatamente um docente concordou com ela, afirmando que deveríamos estabelecer critérios mais válidos do que “atestados de pobreza” para pleitear as bolsas. Nada mais comum do que a defesa do grupo, é uma prática trivial que já vivenciei inúmeras vezes, e soa da seguinte forma: se as regras estabelecidas não nos beneficiam, então mudemos as regras.

Logicamente, as falas foram feitas para uma plateia majoritariamente branca. Além de mim, havia somente mais uma pessoa negra presente. Por mais que acreditem nisso, não seriam capazes de afirmá-lo frente a uma maioria negra. O público branco aparece como um elemento importante, ele permite a confirmação e o silenciamento ideais para o ato racista: “Essa constelação triangular permite que o *sujeito branco* cometa o racismo contra o *sujeito negro* sem ser julgado publicamente porque ele sabe que seu grupo - o chamado consenso *branco* - certamente o apoiará (KILOMBA, 2019, p. 137). Fiquei calada e, no primeiro momento, sem entender o motivo de ter me sentido perturbada por esses posicionamentos. Concordando com Almeida (2018), considero que “[...] a meritocracia é um discurso racista e legitimador de privilégios, que aceita a igualdade somente no campo jurídico” (ALMEIDA, 2018, p. 758), pois quando se trata de igualdade concreta, de possibilidades reais, em uma sociedade criada por meio da desigualdade como a brasileira, sua efetividade se torna facilmente contestável.

Ainda de acordo com este autor, podemos afirmar que a discriminação racial consiste em dispensar tratamento diferenciado para pessoas que são identificadas como pertencentes a um grupo marcado pela raça. É uma relação de poder, pautada na vulnerabilização do grupo, sendo permitida, para isso, o uso de força contra ele. A discriminação de cunho racial pode ser manifestada de forma direta ou indireta. A direta consiste em negar tratamento igualitário a

membros de um grupo racial, pode ser impedindo a entrada deles em um país ou o atendimento em algum estabelecimento comercial.

A discriminação indireta é mais sutil, porém, ela é o que podemos chamar de discriminação de fato, fundamentada na ideia de que todos partem das mesmas condições objetivas, ela nega invisibilizando a situação desigual de grupos racialmente determinados. Um exemplo disso é o estabelecimento dos mesmos critérios para todos (as) candidatos (as) na busca por vagas nas Universidades Federais, mesmo sabendo que negros/as, índios/as, que costumam também ser pobres, e outros agentes e grupos em situação de opressão sócio-histórica estrutural, não têm as mesmas chances de se dedicar aos estudos que membros de grupos brancos de classe média. Mesmo sem a intenção de discriminar, estabelecer um padrão seletivo é o que possibilita a discriminação acontecer, uma vez que conseguirá a vaga quem tem mais condições objetivas de participação no processo que padroniza o acesso.

A estratificação social vivida por nós negras/os, nada mais é do que a incidência desses dois tipos de discriminação ao longo de nossas vidas, nas mais variadas relações sociais:

A consequência de práticas de *discriminação direta e indireta* ao longo do tempo leva à *estratificação social*, um fenômeno *intergeracional*, em que o percurso de vida de todos os membros de um grupo social - o que inclui as chances de ascensão social, de reconhecimento e de sustento material - é afetado (ALMEIDA, 2018, p. 26).

Em nosso país, a raça informa a classe⁷. Negras/os são os mais pobres e os fenótipos funcionam como marcadores que informam onde podemos estar e dizem sobre como seremos tratados pelo grupo dominante. Mais uma vez, dentro do padrão de tratamento daquele espaço, estavam me dizendo que ali – na Universidade – não era o meu lugar e não somente o meu, mas o de negras/os em geral. O episódio relatado foi mais um entre uma constante de discriminação racial vivida diariamente. Enquanto para as pessoas brancas as práticas racistas são uma questão de interpretação, para nós, elas determinam a sobrevivência, nossa saúde mental e física. Passei por dois semestres sem conseguir estabelecer vínculos na Universidade, indo para cumprir uma grade horária que não contribuiu em nada para a minha pesquisa e ouvindo coisas totalmente fora da minha realidade, sem importância e sem sentido. Nesse momento, ouvi de pessoas socializadas e reconhecidas como brancas, o que é ser negra, como eu deveria agir frente ao racismo, que o meu trabalho era militante, logo, não científico ou inferior, já que, nesse espaço de racismo difuso, tudo é questão de interpretação.

⁷ Ver Angela Davis: “Mulheres, raça e classe”.

Nós, negras/os, temos que lidar cotidianamente, nas mais diversas esferas com comportamentos como esses, de pessoas que são classificadas, tratadas e reconhecidas socialmente como brancas/os. Essas pessoas carregam significados e atributos positivos ligados a identidade racial a que pertencem, tais como inteligência, beleza, educação, progresso, moralidade etc. Para confirmar este “traço de superioridade contido na construção da branquitude”, nós negras/os vivemos na relação com elas/es, uma tentativa constante de inferiorização, através de práticas sociais manifestas por meio de padrões comportamentais. A intenção é a de confirmar um lugar de poder, um ponto de vista que tem sido considerado melhor do que os outros, o da branquitude. Dessa forma, os significados são vividos pelas/os sujeitas/os, “se apropriam, singularizam, produzem sentidos e atuam sobre eles, de alguma forma, reproduzindo-os” (SCHUCMAN, 2012, p. 108).

Com muitas dificuldades em me manter naquela posição e pensando em desistir do curso após perder a orientação, por meio de uma ação autoritária – entendendo o autoritarismo como uma prática classista, racista e sexista, perpetrado com base em uma relação desigual de poder, na qual fui exposta desnecessariamente, por questionar a disponibilidade do docente que havia se responsabilizado pela função – pedi auxílio para outro docente, do qual havia sido aluna durante a graduação e ele me indicou a atual responsável pela orientação da pesquisa. Em nosso primeiro encontro, após a indicação, lembrando que eu também havia sido sua aluna no período de graduação, ela me disse que, enquanto professora, a sua tentativa era a de sair de sua posição de poder para assim estabelecer diálogo com seus alunos. Diálogo era tudo o que eu buscava e precisava naquele lugar, o que, por fim, encontrei.

Entendo que as relações sociais são capazes de humanizar pelo diálogo, da mesma forma como podem desumanizar pelo silenciamento. Recebi com gratidão a prática de uma orientação amorosa, baseada no diálogo. Assim, identificamos que eu, por força do hábito, continuava usando as ferramentas do senhor⁸, permanecia classificando as mulheres que eu havia entrevistado de forma a adequá-las ao discurso dominante, permeado pelo racismo, sexismo e classismo que tanto queria combater. Os apontamentos no texto e as leituras indicadas me fortaleceram e me motivaram a ler mais escritoras mulheres negras. Essa mudança de ponto de vista foi essencial para a pesquisa, pois me fez identificar com quem, de fato, importava falar.

⁸ Uso esse termo em referência ao que foi dito por Audre Lorde: “As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande. Elas podem nos permitir vencê-lo durante certo tempo em seu próprio jogo, mas nunca nos deixarão provocar uma mudança autêntica” (LORDE, 1989, p. 248).

Partindo das leituras e discussões comecei a questionar: A posição social das mulheres negras que havia entrevistado era considerada inferior de acordo com quem? Qual seria a utilidade da classificação profissional hierárquica, baseada no prestígio social? Como uma pessoa originária de um meio em que as mulheres se sustentavam e as/aos suas/seus filhas/os trabalhando com cuidado e limpeza, podia ter desenvolvido uma visão objetificada do grupo?

Por meio de um processo semelhante, Silvio Almeida (2018) faz as seguintes colocações:

[...] como eu, mesmo sendo um homem negro, só fui ‘despertado’ para a desigualdade racial ao meu redor pela atividade política e pelos estudos. O que me impedia de conhecer essa realidade? O que me levava a “naturalizar” a ausência de pessoas negras em escritórios de advocacia, tribunais, parlamentos, cursos de medicina e bancadas de telejornais? O que nos leva – ainda que negros e brancos não-racistas – a ‘normalizar’ que pessoas negras sejam a grande maioria em trabalhos precários e insalubres, presídios e morando sob marquises e em calçadas? Por que nos causa a impressão de que as coisas estão ‘fora de lugar’ ou ‘invertidas’ quando avistamos um morador de rua branco, loiro e de olhos azuis e um médico negro? (ALMEIDA, 2018, p. 49).

Partindo daí pude compreender o racismo como um processo de constituição de subjetividades por meio do qual nossa consciência e afetos são conectados com nossas práticas sociais. Para que ele seja mantido, é necessário criar explicações racionais para a desigualdade racial, a fim de que as pessoas não se abalem frente às situações diárias da discriminação e da violência racial, naturalizando assim a divisão social entre pessoas brancas e não-brancas.

Tendo passado a maior parte da vida em meios majoritariamente brancos, o silêncio era, para mim, uma exigência, uma forma de sobrevivência, dolorosa, mas possível. O nosso silêncio é imposto. Quando dizemos o que enxergamos, somos chamadas/os de loucas/os ou equivocados (as). Kilomba (2019) fala sobre uma máscara que a escravizada Anastásia foi obrigada a utilizar. Esta é uma imagem comum em livros didáticos, a da escravizada com o instrumento. O mecanismo dela consistia em um pedaço de metal que ficava no interior da boca, era fixado na parte de trás da cabeça por cordas que passavam ao redor do queixo, ao lado do nariz e pela testa, impedindo a fala e a ingestão. A autora aponta a máscara como uma ferramenta do projeto colonial cujo principal objetivo era causar o senso de mudez entre as/os negras/os escravizadas/os.

Neste sentido, a máscara representa o colonialismo como um todo. Ela simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento das/os chamadas/os ‘*Outras/os*’: Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar? (KILOMBA, 2019, p. 33).

O racismo é discursivo e ideológico, molda o imaginário social. Nossas ações individuais acontecem no interior de um modelo social dotado de constituição histórica baseada na diferenciação racial. A compreensão que criamos sobre nós mesmos como pessoas conscientes é desenvolvida por padrões de clivagem racial inseridos no imaginário e em práticas sociais cotidianas racializadas. Sendo assim, o que consideramos normal, tal como nossos afetos e nossas verdades, baseados em nossas trajetórias de vida, são racistas (ALMEIDA, 2018, p. 50). O que implica, para nós negras/os, que a socialização seja, desde o início, traumática, pois ela exige a aceitação de inferioridade frente a outro grupo.

O silenciamento é mais um dos traumas resultantes da socialização em um mundo dominado pela perspectiva branca. Me reconheci entre os que não podiam falar, entendendo que mesmo quando falei, disse somente o que era permitido ou esperado dentro de um centro acadêmico que se diz neutro baseado na autoridade racial, e usa a fala como mais um privilégio branco. Nesse lugar, o conhecimento e a experiência dos meus pares são negados. Logo, não seriam eles, os não negros e as não negras, os/as responsáveis por dizer quem somos.

Hoje percebo que nossas preocupações devem ser outras, devemos retirar o “*sujeito branco*” da centralidade que lhe foi atribuída desde o período colonial e começar a pensar em como temos nos relacionado conosco em meio à “imposição alienante da presença do *outro branco*” (KILOMBA, 2019, p. 39).

Somente depois disso consegui olhar para as mulheres que entrevistei como sujeitas e não mais como objetos, com humanidade, para elas e para mim. Ubuntu, como diz o termo do grupo linguístico bantu que nomeia um sistema filosófico, e significa “humanidade para os outros”, “sou o que sou pelo que nós somos”⁹. De acordo com Mogobe Ramose, ubuntu é a base da filosofia africana. Para a filosofia africana “ser humano é afirmar a sua humanidade por reconhecimento da humanidade de outros e, sobre estas bases, estabelecer relações humanas com os outros” (RAMOSE, 1999, p.3). Assim, busco nas falas das entrevistadas, a visão e a percepção que elas tinham de si, frente a uma sociedade que intenta constantemente limitar as mulheres negras em suas potencialidades. Entendendo que fomos criadas/os como fantasias supremacistas brancas do que deveríamos ser, não como o que de fato somos. Dessa forma, não é possível falar em uma humanidade plena “(...) enquanto alguém é

⁹ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/ubuntu-filosofia-africana-que-nutre-o-conceito-de-humanidade-em-sua-essencia/>. Acesso em 16 de julho de 2020.

sobredeterminada/o por algo exterior, pelas fantasias violentas que aquela/e vê, mas que não reconhece sendo dela/e própria/o” (KILOMBA, 2019, p. 39).

Retorno às fontes produzidas entre os meses de julho e agosto de 2013, com a intenção de perceber como elas se movimentavam dentro da lógica racializada e generificada. Como elas se percebiam? O que o racismo fez com elas? E o que elas fazem com o racismo? As entrevistas foram feitas com base em um roteiro que está anexado ao final do texto.

As entrevistadas foram escolhidas a partir dos seguintes critérios: o fenótipo e a profissão; profissionais negras e que trabalhassem no setor de conservação e limpeza. Todas trabalhavam no Campus Santa Mônica. Ser negra na concepção dessa pesquisa é ter elementos fenotípicos do segmento negro, cabelos crespos, pele escura, lábios grossos, sendo que a maioria delas possuía a pele escura. Dez das entrevistadas eram retintas e outras quatro tinham a pele mais clara. Ressalto que a compreensão do que é ser negro/negra não se refere somente ao fenótipo, mas à conexão a uma “rede de sentidos compartilhados coletivamente, cuja existência antecede à formação de sua consciência e de seus afetos” (ALMEIDA, 2018, p. 53). Por meio dessa rede de sentidos somos inseridas/os no mundo. Através disso, aprendemos qual é o lugar das/os negras/os e qual é o lugar das/os brancas/os.

Assim como o privilégio faz de alguém branco, são as desvantagens sociais e as circunstâncias histórico-culturais, e não somente a cor da pele, que fazem de alguém negro. A cor da pele ou práticas culturais são apenas dispositivos materiais de classificação racial que fazem incidir o mecanismo de distribuição de privilégios e de desvantagens políticas, econômicas e afetivas (ALMEIDA, 2018, p. 60).

A neutralidade e objetividade defendida pela academia, que são instrumentos de poder da branquitude, impõe esses parâmetros como uma forma de impedir nosso direito de fala, atribuindo o status de ciência somente a produções que se encaixem no padrão preestabelecido. A ideia de um conhecimento universal foi criada e é mantida em benefício de acadêmicas/os brancas/os. O universal é *branco*, colonial, eurocêntrico e limitado. Nas passagens abaixo, Grada Kilomba (2019) e Patricia Hill Collins (2019) apontam a reprodução dessa estrutura como forma de validação de interesses de um grupo produzidos com base em relações desiguais de poder.

[...] as estruturas de validação de conhecimento, que definem o que é erudição ‘de verdade’ e ‘válida’, são controladas por acadêmicas/os brancas/os. Ambos, homens e mulheres, que declaram suas perspectivas como condições universais. Enquanto posições de autoridade e comando na academia forem negadas às pessoas *negras* e às *People of Color* (PoC) a ideia sobre o que são ciência e erudição prevalece intacta, permanecendo ‘propriedade’ exclusiva e inquestionável da branquitude. Portanto, o que encontramos na academia não é uma verdade objetiva científica, mas sim o resultado de relações desiguais de poder de ‘raça’ (KILOMBA, 2019, p. 53).

[...] as instituições sociais que legitimam o conhecimento, bem como as epistemologias ocidentais ou eurocêntricas que elas sustentam, constituem duas partes inter-relacionadas dos processos dominantes de validação do conhecimento. Em geral, acadêmicos, editores e outros especialistas representam interesses e processos de atribuição de credibilidade específicos e suas reivindicações de conhecimento devem satisfazer os critérios políticos e epistemológicos dos contextos em que se encontram. Como esse empreendimento é controlado por homens brancos de elite, os processos de validação de conhecimento refletem os interesses desse grupo. Ainda que projetados para representar e proteger os interesses de homens brancos poderosos, nem as escolas, nem o governo, nem a mídia, nem outras instituições sociais que abrigam esses processos, nem as epistemologias que eles promovem precisam ser manejados pelos próprios homens brancos. Mulheres brancas, homens e mulheres afro-americanos e outras pessoas de cor podem ser recrutados para reforçar essas ligações de poder e o que conta como verdade. Além disso, nem todos os homens brancos concordam com essas relações de poder que privilegiam o eurocentrismo. Alguns deles se revoltaram e subverteram as instituições sociais e as ideias promovidas por elas (COLLINS, 2019, p. 404).

Enquanto uma mulher negra não me afasto do tema escolhido. Tive a minha subjetividade perpassada por ele constantemente ao longo da vida e continuarei tendo. Isso é tão real que já fui questionada, estando no interior da Universidade, se trabalhava na conservação e limpeza. Me pergunto se essa pergunta, que associa mulheres negras à limpeza, é feita com tanta frequência para mulheres brancas ou para homens negros.

Da mesma forma que Chris Rock, ator negro, durante a cerimônia do Oscar de 2020, questiona o público sobre o que significariam as duas premiações do Oscar recebidas por Mahershala Ali, também negro, quando fosse abordado por policiais, considerou, logo a seguir, que os prêmios não significariam nada¹⁰. Não importa onde estejamos, seremos lidas/os socialmente como inferiores e tratadas/os de acordo com essa leitura. Não é possível ser neutra quando os discursos, as regras e os modos de vida de alguns exigem o nosso apagamento. Por isso, é necessária uma epistemologia que inclua o pessoal, respeitando a subjetividade

[...] pois todas/os nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade específicas – não há discursos neutros. Quando acadêmicas/os *brancas/os* afirmam ter um discurso neutro e objetivo, não estão reconhecendo o fato de que elas e eles também escrevem de um lugar específico que, naturalmente, não é neutro nem objetivo ou universal, mas dominante. É um lugar de poder (KILOMBA, 2019, p. 58).

Por mais que meu ponto de vista seja específico, ele não deixa de ser científico. Considero que há a produção do centro, que é homogênea e não destoa, prega uma falsa universalidade e impede o conhecimento do todo em sua multiplicidade. Não falo desse lugar, uma vez que nele, sequer existo enquanto uma sujeita. Na Universidade, assim como nas

¹⁰ Disponível em <https://veja.abril.com.br/entretenimento/oscar-2020-abertura-tem-defesa-de-diretoras-e-atores-negros/>. Acesso em 24 de fevereiro de 2020.

outras instituições que compõem a estrutura da sociedade, são frequentemente acionadas interpretações a nosso respeito – população negra. Nelas, somos destrinchadas e utilizadas de acordo com perspectivas que são limitadas e confortáveis para o grupo dominante, operando, assim, as imagens de controle.

As imagens de controle são interpretações da feminilidade negra que predominam socialmente com base nos sistemas de poder operados pelas elites brancas. A partir delas são controlados o comportamento, a sexualidade e a fertilidade de mulheres negras. Não obstante, as imagens de controle fornecem justificativas ideológicas eficazes para a opressão racial, bem como para as políticas de subordinação de gênero e exploração econômica inerentes às economias capitalistas (COLLINS, 2019, p. 149).

Nós negras/os falamos da periferia, da margem, entendida como um local que amplia a minha/nossa percepção, não como lugar só de “perda e privação”, mas também de “resistência e de possibilidade”. Entendendo que onde existem formas de opressão, há também formas de resistência, e que elas são múltiplas. “(...) a margem é um local que nutre nossa capacidade de resistir à opressão, de transformar e de imaginar mundos alternativos e novos discursos” (KILOMBA, 2019, p. 68). E é a partir desse lugar que podemos romper com os limites estabelecidos pela raça, pela classe e pelo gênero.

Deslocamos esses lugares, ao falar da margem, nós a transformamos em centro. Nas falas das mulheres negras, busco elementos que tragam essa ruptura, que significa deslocamento com o que foi criado e é mantido como o “normal”. No primeiro capítulo pensaremos em como as representações sociais hegemônicas criadas a nosso respeito, manifestas em imagens de controle, foram construídas e mantidas ao longo de todo nosso processo histórico e com base em nossas práticas sociais. No segundo em como a ideia de hegemonia cultural deve ser repensada, pois ela não consegue abarcar a totalidade da perspectiva das/os sujeitas/os históricas/os, uma vez que as falas das entrevistadas demonstram perspectivas divergentes da dominante, elas não se percebem como as determinações externas. Nomeiam suas vivências diárias e se autodefinem.

É exigida uma carga emocional para falar desse lugar, pois a margem foi pensada como lugar de silenciamento. Falar daqui significa abrir caminho em meio a uma sociedade que sempre nos tratou de forma cruel, nos atribuindo as piores formas de tratamento. A margem exige que juntemos todas as partes às quais tentam nos reduzir diariamente. Determina que nos abracemos em toda a nossa totalidade e singularidade enquanto seres humanos, aprendendo a expressar a raiva, a dor, a decepção e a tristeza, sentimentos tão

recorrentes no contato com a sociedade *branca*¹¹. Resistimos a esse processo, nos reinventamos e não cabemos em discursos controladores. A força, um elemento de resistência, não pode ser compreendida como nossa totalidade, não somos “supermulheres”. A resistência é uma forma de sobrevivência, mas e quando queremos viver, quais alternativas temos utilizado e criado para isso?

A abordagem das falas das catorze entrevistadas foi feita em uma perspectiva que lhes confere centralidade enquanto sujeitas. Suas impressões e experiências são nossa prioridade. O racismo não permite que nós, negras, vivamos essa relação em plenitude. Impede que tenhamos os direitos, políticos, sociais e individuais reconhecidos como parte de nossa condição.

A falta de reconhecimento e da consolidação da condição das mulheres negras enquanto sujeitas dificulta a autodefinição. A maioria das pesquisas foi produzida a nosso respeito e não de acordo com as nossas perspectivas. As “ferramentas do senhor” continuam a nos representar como objetos. Ao longo de todo o processo histórico visaram nos fixar em posições confortáveis para a população branca, reforçando o arcabouço teórico da branquitude. Como pesquisadora compreendo que processos subjetivos e objetivos estão ligados na produção do conhecimento, não dissociados do que se é. Nesse aspecto, a minha integridade de mulher negra e pesquisadora está presente nessa pesquisa. Conceição Evaristo chamou esse processo de *escrivência*. “Isto é, o texto que você escreve carrega necessariamente quem você é, ensina a mestra” (XAVIER, 2019, p. 92).

¹¹ Quando me refiro a ideia de uma sociedade *branca* ao longo do texto, tenho a intenção de ressaltar que o domínio de pessoas brancas sobre as negras nos mais variados campos ao longo de nosso processo histórico, tendo sido a relação entre pessoas brancas e negras iniciadas como de subjugação de um grupo sobre o outro, ocorrido durante a escravização de pessoas negras raptadas por europeus do continente africano e vendidas como mercadorias em território brasileiro, o modelo relacional sobre o qual foram constituídas as relações entre brancos e negros no Brasil. A ausência de qualquer forma de reparação às pessoas negras após o fim da escravização gerou danos irreparáveis a toda a descendência de africanos escravizados, eles possuíam funções já determinadas, que dificultaram/dificultam sua mobilidade dentro de uma estrutura social racialmente delimitada. Mesmo quando ocorre a mobilidade, quando pessoas negras acendem a funções que abarcam poder de decisão, elas se deparam com uma estrutura que as nega enquanto sujeitas/os e que as/os violenta como uma tentativa de rememorar a sua “inadequação” em determinadas posições e a presença em alguns espaços. Então quando digo que nossa sociedade é *branca*, estou afirmando que é uma sociedade fundada sobre a perspectiva de pessoas brancas, excluindo a perspectiva de pessoas negras, beneficiando e privilegiando um grupo racial quando necessário, para manter a estrutura racista e as representações criadas sobre pessoas negras. Como a ideologia, a moral, o direito, a ciência, a medicina, entre todos os outros campos que foram criados com base nesse princípio, concebemos que não é necessário que uma pessoa possua o fenótipo branco para manter essa estrutura, ela é muito eficaz devido a sua plasticidade, ela aceita pessoas negras em funções/espacos de prestígio desde que seja para confirmar sua mistificação da realidade, baseada na superestimação de pessoas brancas e na subestimação de pessoas negras. O que confere legitimidade à supremacia branca é a negação das potencialidades de pessoas negras reforçada pela sua ausência dos espaços de poder de decisão, ausência mantida pela estrutura e pelas práticas sociais que beneficiam pessoas brancas. A sociedade branca aqui apontada é a sociedade moldada pela perspectiva das pessoas brancas e na qual ela prevalece sobre todas as outras.

A pesquisa centraliza as falas das sujeitas em *study up*, que é quando “(...) pesquisadoras/es investigam membros do seu próprio grupo social, ou pessoas de status similares, como forma de retificar a produção constante do *status quo* dentro da produção de conhecimento” (ESSED, 1991; MAMA, 1995 *apud* KILOMBA, 2019, p. 82). Dessa forma, não me coloco enquanto uma sujeita neutra que verifica objetos de pesquisa, mas como uma “subjetividade consciente”

Minha posição como intelectual não é a de um sujeito distante olhando para seus ‘objetos pesquisados’, mas sim de uma ‘subjetividade consciente’ (Essed, 1991, p. 67). Isso não significa que eu aceito sem críticas todas as declarações das/os entrevistadas/os, mas sim que eu respeito totalmente seus relatos acerca de racismo e mostro interesse genuíno em eventos ordinários da vida cotidiana. Essa atitude de ‘subjetividade consciente’, explica Philomena Essed, permite pedir às/aos entrevistadas/os para ‘qualificar declarações específicas e entrar em detalhes sem induzir reações defensivas da parte delas/es’ (Essed, 1991, p. 67). Por conseguinte, não concordo com o ponto de vista tradicional de que o distanciamento emocional, social e político é sempre uma condição favorável para a pesquisa, melhor que o envolvimento pessoal. Ser uma pessoa ‘de centro’ produz uma base rica, valiosa em pesquisas centradas em *sujeitos* (KILOMBA, 2019, p. 83).

Nas narrativas as mulheres aparecem como “chefes de si mesmas”. Como mulheres que cuidavam de si, de suas casas e de seus filhos, de seus trabalhos, de suas consciências. As posturas independentes assumidas por escolha ou por força das circunstâncias é o que permite que busquemos nossa suficiência e “encorajemos umas às outras a valorizar essa visão da condição de mulher que põe claramente em cheque as ideias dominantes a respeito da feminilidade” (COLLINS, 2019, p. 209), não nos falta uma metade, somos inteiras e isso assusta. Enquanto as mulheres brancas lutavam pelo direito de trabalhar, nós por empregos dignos, em nossa perene condição de trabalhadoras e nas suas mais variadas formas. O século XXI, mais especificamente o ano de 2020 que é de quando falo, no Brasil, a crise causada pela pandemia de Covid- 19 em um país que é a própria crise, é a própria estrutura racista sob a qual se fundam as suas instituições, reforçando que sem racismo não há Brasil, não da forma como nós conhecemos. Tem sido explicitada de muitas maneiras a desigualdade secular vivida entre pessoas negras e pessoas brancas, até então vivíamos em uma sociedade evidentemente racista em que ninguém se assumia enquanto tal, onde a raça era somente a negra, era como se nós, com nossa própria incapacidade, não conseguíssemos sair do lugar. O momento exige de pessoas brancas a honestidade em reconhecer os privilégios provenientes de sua raça, pois é sim uma raça e implica em formas de socialização diferentes, sendo que a diferença para nós se constrói como desigualdade, como signo da inferioridade.

Podemos considerar elementos como privilégios de pessoas brancas enquanto forem negados a nós como direitos, pensando que como grupo ainda não atingimos aos básicos.

Todos esses acontecimentos têm exigido uma reformulação da noção de humanidade que falaciosamente se disseminou como universal, a criação de um projeto de humanidade no qual nos reconheçamos e no qual seja respeitada nossa *negritude* em suas mais variadas manifestações. Enquanto para pessoas brancas as manifestações racistas podem não passar de meras curiosidades, para nós é uma questão de vivência/sobrevivência/existência/resistência. Devemos nos respeitar em integridade, não cedendo mais às leituras rasas de nossa realidade que visam nós prender em imagens distorcidas e que são representações do pensamento segregacionista que permeia nossas relações.

As mulheres entrevistadas serão colocadas no centro da análise, o “eu” de cada uma delas serão os pontos centrais dessa pesquisa. “Longe de ser uma preocupação narcisista ou trivial, posicionar o ‘eu’ no centro da análise é fundamental para a compreensão de uma série de relações” (COLLINS, 2019, p. 203). Com base no pensamento feminista negro, corrente de pensamento organizada por Patricia Hill Collins e que se encontra em constante reconstrução, traremos o relato delas partindo de sua subjetividade, tentando compreender como as práticas afetivas e políticas desenvolvidas pelo grupo dialogam ou refutam a lógica hegemônica.

O pensamento feminista negro consiste em ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras. Diversas premissas fundamentam essa definição em construção. Primeiro, a definição sugere que é impossível separar estrutura e conteúdo temático de pensamento das condições materiais e históricas que moldam as vidas de suas produtoras (Berger & Luckmann, 1996; Mannheim, 1954). Dessa forma, enquanto o pensamento feminista negro pode ser registrado por outras pessoas, ele é produzido por mulheres negras. Em segundo lugar, a definição assume que mulheres negras defendem um ponto de vista ou uma perspectiva singular sobre suas experiências e que existirão certos elementos nestas perspectivas que serão compartilhados pelas mulheres negras como grupo. Em terceiro lugar, embora o fato de se viver a vida como mulher negra possa produzir certas visões compartilhadas, a variedade de classe, região, idade e orientação sexual que moldam as vidas individuais de mulheres negras tem resultado em diferentes expressões desses temas comuns. Portanto, temas universais que são incluídos nos pontos de vista de mulheres negras podem ser experimentados e expressos de forma distinta por grupos diferentes de mulheres afro-americanas. Por último, a definição pressupõe que, embora o ponto de vista de mulheres negras exista, seus contornos podem ainda não se dar de forma clara para as próprias mulheres negras. Logo, um papel para mulheres negras intelectuais é o de produção de fatos e de teorias sobre a experiência de mulheres negras que vão elucidar o ponto de vista de mulheres negras para mulheres negras. Em outras palavras, o pensamento feminista negro contém observações e interpretações sobre a condição feminina afro-americana que descreve e explica diferentes expressões de temas comuns (COLLINS, 1986, p. 101).

Entendo que nós brasileiras/os também somos afro-americanas/os, uma vez que esse conceito tem sido pensado e vivido por negras/os originários dos Estados Unidos como uma forma de agregar todas/os negras/os em diáspora africana. Por mais que os critérios usados para determinar quem são as/os negras/os brasileiros e os negras/os estadunidenses e nossas

experiências cotidianas de *negritude* sejam diferentes¹², possuímos descendência comum. Nossos ancestrais foram sequestradas/os e levadas/os de maneira forçada do continente africano para os territórios invadidos por inglesas/es, portuguesas/es, espanholas/óis, francesas/es, holandesas/es, entre outros povos provenientes do continente europeu, para locais tomados durante o processo que foi denominado por elas/es como colonização. Suas práticas de navegação, busca, invasão de territórios e de dominação das populações nativas foram mais evidenciadas a partir de finais do século XIV. Alguns dos locais invadidos foram nomeados por elas/es como as américas, que foram divididas em três subcontinentes: América do Sul, América Central e América do Norte. Esses territórios foram explorados por meio da imposição violenta de suas/seus modelos sociais com relação à população nativa, essas são as bases da modernidade e do modo de produção capitalista.

Lélia Gonzalez (1988) cria a categoria da amefricanidade para nomear as/os negras/os das américas. Ela abarca todo o processo histórico e o nosso ponto de vista. Ao nos denominar como amefricanas/os, ela aponta para a descendência comum das/os negras/os americanas/os em diáspora e como a experiência colonial vivida na América ultrapassa os limites territoriais impostos pelas/os colonizadoras/es na divisão da América em Américas. O conceito reúne nossa trajetória a de nossa ancestralidade, incluindo os que viveram no território antes da invasão europeia e do tráfico de pessoas negras.

Seu valor metodológico, a meu ver, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma *unidade específica*, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo. Portanto, a *améfrica*, enquanto sistema etnográfico, de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos. Por conseguinte, o termo *amefricanas/amefricanos* designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como a daqueles que chegaram à América muito antes de Colombo. Ontem como hoje, *amefricanos* oriundos dos mais diferentes países tem desempenhado um papel crucial na elaboração dessa *Amefricanidade* que identifica, a Diáspora, uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada. Embora pertençamos a diferentes sociedades do continente, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja: o *racismo*, essa elaboração fria e extrema do modelo ariano, cuja presença é uma constante em todos os níveis de pensamento, assim com parte e parcela das mais diferentes instituições dessas sociedades (GONZALEZ, 1988, p. 77).

¹² Ser considerado negra/os nos Estados Unidos se baseia na “regra de uma gota” (*one-drop rule*), qualquer tipo de ancestralidade africana separa quem é negro de quem é branco, esse foi o critério usado por elas/es para estabelecer a diferenciação racial entre os grupos sociais. No Brasil ser negra/o é possuir características fenotípicas das/os ancestrais africanas/os mais evidentes, uma/um negra/o nos Estados Unidos não necessariamente possui essas características. No Brasil todo o processo de diferenciação racial de nós, negras/os têm sido feito com base no fenótipo, existindo uma classificação social totalmente baseada na aparência, o colorismo, sobre o qual falaremos mais adiante. Quanto mais elementos físicos parecidos com os de nossas/os ancestrais, mais barreiras sociais são vividas de forma impositiva durante o processo de socialização com os outros grupos.

No primeiro capítulo falaremos sobre as representações sociais criadas a respeito das mulheres negras por meio do trabalho, e em como as funções prestadas por elas estão totalmente associadas às imagens de controle, que são representações sociais hegemônicas. Além disso, são elas que pautam o desvalor das formas de trabalho majoritariamente exercidas por mulheres negras, associando o fazer ao ser em uma perspectiva histórica. Após entender o que são as representações e sua associação com nossa prática trabalhista, no segundo capítulo, pensaremos em como refutá-las, o que é possibilitado pela autodefinição trazida nas falas das entrevistadas. O que pode ser um caminho para a derrubada da “casa do senhor”, novas ferramentas, criadas por quem quer definir a própria realidade e não mais conservá-la em benefício de outros/as.

1. O trabalho de mulheres negras e as imagens de controle

As imagens de controle foram criadas durante a escravização, elas são a manifestação das ideias sexistas e racistas mobilizadas para nos determinar, elas fundamentam a discriminação e consequentemente justificam as violências propositais ou irrefletidas direcionadas a nós, mulheres negras, no decorrer de todo o processo de diferenciação racial e sexual que vem ocorrendo ao longo da história.

Desde o processo de escravização, as mulheres negras têm desafiado as imagens de controle, as quais vão se modificando conforme a dinâmica dos sistemas de opressão se altera. As experiências das mulheres negras em enfrentar as opressões constituem-se enquanto uma tradição intelectual, a qual mantém-se suprimida com o intuito de sustentar as iniquidades raciais e os sistemas de opressão que afetam a vida dessas mulheres. Para Patricia Hill Collins, as imagens de controle constituem uma dimensão ideológica do racismo e do sexismo, sendo que o processo de resistência a esse fenômeno articula-se a partir da autodefinição que mulheres negras constroem nos espaços seguros (BUENO, 2020, p. 77).

A exploração e a opressão apresentam-se em nossa história como eventos sincrônicos e de origem comum, foi a exploração dos povos indígenas a princípio, e das/os africanas/os que geraram as opressões sistêmicas manifestas em desigualdades sociais, até hoje vividas por esses povos. Entendendo que um fator permanece alimentando o outro, as constantes explorações impostas a esses povos são o que sustentam as opressões. Dessa forma a exploração de grupos específicos desde o período colonial serviu como uma forma de estabelecer hierarquias sociais entre as/os componentes da nossa sociedade. Temos na exploração direcionada à população indígena e à população negra, o ponto de partida do modo de produção capitalista, manifesto na acumulação primitiva do capital.

A esfera da exploração no Brasil foi constituída em sincronia com a opressão, a princípio com as populações indígenas, e posteriormente com a população negra. Ampliando a escala é possível notar a importância da colonização das Américas—e, consequentemente, do racismo—para a acumulação primitiva do capital, que, para Karl Marx (2013, p. 785-786), “é uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida”, e recebe o nome de “primitiva” por constituir “a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde”; sendo assim, construiu as bases para a composição deste modo de produção, que se fundamenta na separação entre os trabalhadores e os meios de produção, dando continuidade a uma história assentada na luta de classes. Esta compreensão é necessária para pensarmos a atualidade, além de ser uma das bases para o entendimento sobre o racismo no país, já que os espaços hoje construídos são, em diversas medidas, interceptados pelas relações sociais produzidas no passado (ROSA, 2019, p.1728).

A partir do que foi dito pelas entrevistadas pude perceber uma série de elementos comuns no âmbito das relações sociais. Enquanto grupo enfrentamos as imagens de controle presentes no imaginário social, que são representações sociais construídas ao longo do nosso processo histórico e que visam determinar, regular, controlar e definir o que é ser uma mulher

negra com base em uma perspectiva hegemônica. As representações sociais são sistemas interpretativos que mediam nossa relação com o mundo.

Reconhece-se, geralmente, que as representações sociais, como sistemas de interpretação, que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais. Igualmente intervêm em processos tão variados quanto a difusão e a assimilação dos conhecimentos, no desenvolvimento individual e coletivo, na definição das identidades pessoais e sociais, na expressão dos grupos e nas transformações sociais (JODELET, 2001, p.5).

Os desafios enfrentados como grupo são comuns, porém o fazemos primeiramente de forma individual e por isso não podemos falar em reações comuns, não existe um padrão comportamental elaborado no enfrentamento das disputas sociais, essas sim são comuns.

Historicamente, a localização das mulheres negras, como grupo, em opressões interseccionais produziu pontos em comum entre elas. Ao mesmo tempo, ainda que essas experiências comuns possam predispor as mulheres negras a desenvolver uma consciência de grupo distintiva, nada garante que essa consciência se desenvolverá em todas nem que será articulada como tal pelo grupo [...] Assim, os desafios comuns podem estimular ângulos de visão semelhantes e levar as afro-americanas a um conhecimento ou ponto de vista de grupo. Mas não necessariamente. (COLLINS, 2018, p.67).

“Essa premissa é fundamental para desmistificar o essencialismo que geralmente caracteriza as observações a respeito da experiência de mulheres negras” (BUENO, 2020, p.78). O tratamento desumano a nós direcionado está diretamente associado à esfera do trabalho e é carregado de representações sociais da feminilidade negra criadas pelo projeto colonial. A identidade é um meio, uma parte do processo de compreender-se frente ao mundo. Ela é criada durante a ação, que ocorre primeiramente de forma individual.

De fato, para muitas pessoas exploradas e oprimidas, a luta para criar uma identidade e nomear a própria realidade é um ato de resistência, pois o processo de dominação – seja a colonização imperialista, o racismo ou a opressão machista – tem nos esvaziado de nossa identidade, desvalorizando nossa linguagem, nossa cultura, nossa aparência. Repito, isso é só uma fase no processo de revolução [...] mas que não deve ser depreciada, mesmo se pessoas privilegiadas repetirem esse gesto com tanta frequência que ele perca qualquer implicação radical. [...] Seria um grande erro sugerir que a politização do eu não faz parte do processo pelo qual nos preparamos para agir efetivamente pela mudança social radical. Ela diminui a luta libertadora somente quando se torna narcisista ou [...] quando inocentemente sugere que “questões estruturais e materiais de classe, raça e poder seriam resolvidas primeiro em termos de consciência pessoal” (HOOKS, 2019, p. 226).

Quando afirmamos que o pessoal é político temos a intenção de dizer que a experiência pessoal pode ser o momento propício para a politização, pois nela a opressão é vivida. Quando experimentamos situações desiguais, compreendendo de que forma estamos inseridos nelas, podemos perceber que não diz respeito somente ao âmbito pessoal, mas ao coletivo, como no caso do racismo e do sexismo, e isso torna possível politizar tais eventos. Não que isso diminua a dor ou o dano causado por tal experiência, porém aumentam as

possibilidades de ação sobre ela. Uma esfera não é mais importante do que a outra, elas estão intrinsecamente interligadas, o político é vivido pessoalmente.

Nesse sentido a frase o pessoal é político para hooks não significa como muitos ainda a interpretam, a primazia de uma dimensão sobre a outra, mas a compreensão de que o pessoal pode constituir-se em ponto de partida para a conexão entre politização e transformação da consciência. Logo, não se trata de uma simples descrição da experiência de opressão de mulheres por homens, mas do entendimento crítico sobre o terreno onde essa realidade emerge (BAIRROS, 1995, p.462).

Desde o início estivemos presentes em território nacional como trabalhadoras e é a partir dessa condição que somos representadas, lidas e reconhecidas. Foi também a partir dela que fomos exploradas e oprimidas. Porém, não há na historiografia nacional estudos que abordem o trabalho exercido por pessoas negras, a não ser o trabalho escravizado, comumente abordado de forma padronizada, como se o fim do trabalho escravizado implicasse o início do assalariado, de forma linear e simplista. Essa abordagem anula a subjetividade das/os trabalhadoras/es negras/os, pois, não abarca seus pontos de vista. Ser mulher negra e obrigatoriamente trabalhadora no período colonial, dizia respeito a um ponto de vista e experiências dissonantes dos hegemônicos.

Estar inserida no mundo do trabalho era, então, abdicar de todo o papel feminino proveniente da sociedade capitalista. Entretanto, ser negra era simplesmente não ser julgada por isso, a partir do momento em que era somente esse o esperado dela, essa era a sua função social: reproduzir e trabalhar. Entremado nesse aparentemente simples binômio funcional, porém, há questões profundas que precisam ser tratadas: a impossibilidade do cuidado com os próprios filhos, a negação ao direito do lar e da família, a falta de expectativa de matrimônio, expectativas que, para uma mulher do século XIX, eram perfeitamente plausíveis e ainda assim, impraticáveis. Isso reflete diretamente no mundo de trabalho e suas respectivas funções dentro dele (MIRANDA, 2019, p.86).

Alguns desses elementos são explícitos nas falas das trabalhadoras entrevistadas, demonstrando a permanência das estruturas de dominação. Algumas valorizam a possibilidade de cuidar dos filhos em contraposição a impossibilidade histórica de fazê-lo, a construção de famílias que estão fora do padrão hegemônico, falam de companheiros e não de maridos. Falam sobre a maternidade solo, decorrente da impossibilidade de vivenciar um matrimônio, sendo que esses elementos estão interligados com as condições e experiências de trabalho ao longo de suas trajetórias.

A exclusão da população negra da historiografia social do trabalho, esconde vivências que são centrais para a compreensão do que é ser trabalhador/a no Brasil, por mais que nossas experiências não sejam discutidas, elas serviram e servem ainda hoje como parte de um modelo que estabelece hierarquias sociais e profissionais. A desvalorização atribuída às negras e aos negros, e ao trabalho por elas/es exercido no período da escravização

serviram/servem como uma forma de classificar as profissões e os indivíduos que as exercem. Entendendo que a escravização foi o período de implementação do modo de produção capitalista, responsável por criar e naturalizar as desigualdades raciais que o sustentam.

Identificada com a história do trabalho livre (assalariado) a história social do trabalho no Brasil contém, em si mesma, um processo de exclusão: nela não figura o trabalhador escravo. Milhares de trabalhadores, que durante séculos, tocaram a produção e geraram a riqueza no Brasil ficam ocultos, desaparecem num piscar de olhos. A oposição irreconciliável entre escravidão e liberdade cristalizou-se como um postulado, quase sempre inquestionado, e o final do século XIX passou a configurar o assim chamado período da *substituição* do escravo (negro) pelo trabalho livre (branco e imigrante), o “período da *transição*”, da “*formação* do mercado de trabalho livre” no Brasil. Abordadas nos capítulos finais nas obras sobre escravidão (quando não são tematizadas em si mesmas, em obras específicas sobre abolição) ou em capítulos introdutórios sobre a história dos trabalhadores em geral ou dos operários em particular, as últimas décadas do século XIX constituem o marco cronológico que separa o conjunto de obras sobre a escravidão daquele sobre o “trabalho livre”: entre os dois há um hiato, quase um abismo _ e a história dos trabalhadores no Brasil torna-se cativa de uma ruptura radical. (LARA, 1998, p.27)

O colonialismo foi um projeto bem-sucedido, tinha desde o início a intenção de estabelecer delimitações e segurar o poderio físico e geográfico, inscreveu nas américas novos conjuntos de relações sociais e espaciais. A segregação socioespacial, uma forma de territorialização, discutida mais adiante, é a extensão do projeto colonial aos dias atuais.

A “ocupação colonial” em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico – inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essa inscrição de novas relações espaciais (“territorialização”) foi, enfim, equivalente a produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. Esses imaginários deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço; em resumo, o exercício da soberania. O espaço, era, portanto, a matéria-prima da soberania e da violência que ela carregava consigo. Soberania significava ocupação e ocupação significa relegar o colonizado a uma terceira zona, entre o estatuto de sujeito e objeto (MBEMBE, 2018, p. 38).

A escravização colonial, uma instituição nacional estabelecida por meio de práticas sociais, racializou a experiência de pessoas negras e de pessoas brancas no país em todos os âmbitos, principalmente no do trabalho. Nesse sentido ela foi e continua sendo o parâmetro relacional entre brancas/os e negras/os, aprendemos a ser negras/os e brancas/os a partir das diferenciações criadas por ela, o fato de não discutirmos e não pensarmos essa questão de forma sistemática, faz com que as desigualdades entre os segmentos sejam naturalizadas, impedindo que conheçamos parte importante de nossa história e assim seja mantido o *status quo*. A falta de material que nos permita tratar das trajetórias de mulheres negras escravizadas e libertas com base em sua própria perspectiva são escassos, essa ausência dificulta produções

fundamentadas nesse ponto de vista, o que somente reforça as imagens de controle a nosso respeito, e elas permanecem sendo transmutadas através do tempo.

Entretanto, tratar de mulheres negras –principalmente as escravizadas –ainda é procurar uma agulha no palheiro da historiografia. Difícil é achar fontes sobre elas por elas mesmas –diários, registros, entrevistas. Fora das luzes da imprensa, da educação e alfabetização e das luzes da ribalta historiográfica, começamos de um ponto de partida com “evidente desvantagem” (NEPOMUCENO, 2013, p.385) (MIRANDA, 2019, p. 87).

A falta de qualquer forma de reparação e de reconhecimento de todo o trabalho prestado por negras/os na construção do país durante a escravização, e no período que se seguiu à Abolição, impediram mudanças acerca dessa situação, estendendo a nocividade da escravização, como uma herança de exclusão e de falta de informação, para as gerações seguintes. Para a população negra esses eventos hoje se apresentam na forma de estruturas que limitam a mobilidade social.

Por fim, podemos afirmar que a escravidão foi uma instituição nacional, presente em toda a sociedade, condicionando seu modo de pensar e agir. Muitos desejavam serem donos de escravos, desde o mais influente senhor de engenho, os grandes proprietários de minas, até o mais humilde artesão das cidades. Apesar de a escravidão ter chegado ao fim, o preconceito contra o negro chegou até os dias atuais. “Até pelo menos a introdução em massa de trabalhadores europeus no centro-sul do Brasil, o trabalho manual foi socialmente desprezado como coisa de negro” (FAUSTO, 1998, p.69). Desde a Antiguidade, as sociedades rejeitam o trabalho considerado vil, o que decerto forma desmonta o caráter totalmente economicista da escravidão (NETO, 2013, p.16).

A segregação socioespacial¹³ gerada pelos processos de escravização, e todos os seus desdobramentos, tem dificultado ainda hoje a ocupação de outros lugares/posições por mulheres negras, que não sejam aqueles que nos remetem à condição subalterna, que foram associados à nossa subjetividade. Após a abolição, a ideologia racista fundamentada em relações raciais desiguais, funcionou como mais uma estratégia dos grupos que detinham o poder, que viram seu lugar na sociedade ameaçado pelos libertos. Essa estratégia qualificava “o trabalhador nacional não-branco de um modo geral, e o negro em particular, como incapazes de enfrentar os desafios dessa nova etapa de organização do trabalho” (MOURA, 1994, p.102). Dessa forma funcionava como uma maneira de rebaixar o trabalho da população

¹³ A segregação socioespacial é um conceito da Geografia Urbana, o seu intuito é o de refletir acerca da organização dos grupos de pessoas dentro do espaço social. Pensar na localização física dos grupos sociais nas cidades e como se relacionariam às diferentes posições ocupadas por eles nas instituições que compõem a sociedade. A segregação socioespacial vivida por nós, negras/os brasileiras/os, é a de restrição dos lugares que podemos ficar/estar, referente à posição ocupada em hierarquias sociais. E onde podemos estar, territorialmente, presentes. Percebemos que esses limites dialogam, dificultando uma reorganização social do espaço, baseada em critérios igualitários.

negra, fazendo com que permanecesse desvalorizado socialmente e se mantivesse mal remunerado.

[...] se são os negros a maioria na população de baixa renda, isto significa ocupar postos de trabalho mais precarizados e, ao mesmo tempo, os bairros mais periféricos. A segregação socioespacial é também racial. Além disso, esta produção vai se dar por meio do trabalho em espaços mais decadentes, subempregos, mercado informal e outras atividades subvalorizadas, que mantêm a população negra em modos de vida subalternizados e reinventa a escravidão com outro figurino. Concomitantemente, o espaço urbano vai sendo produzido através desta desigualdade que, para a acumulação capitalista, é fundamental (ROSA, 2019, p.1735).

De acordo com Lélia Gonzalez, as negras que conseguiram sobreviver aos maus tratos sofridos durante a travessia, dos navios negreiros do continente africano ao Brasil, eram destinadas a duas funções, a de mucama e a de escrava de eito:

As que não morriam nos malfadados navios negreiros, ao chegarem aqui eram dirigidas para dois tipos de atividades: a escrava de eito trabalhava nas plantações, e a mucama, na casa grande. Tanto uma como a outra nada mais foram do que as avós da trabalhadora rural e da doméstica de hoje (GONZALEZ, 2018, p. 110).

A força de trabalho de negras escravizadas foi utilizada nas cidades e no campo, da maneira exigida por suas/seus senhoras/es. No espaço urbano havia a possibilidade de trabalhar com o ganho, “as famosas ganhadeiras, escravas de ganho que lucravam vendendo toda a sorte de secos e molhados (REIS, 1993, p.8), como hortaliças, verduras, peixes, frutas, comida pronta, fazendas ou louças (SALES, 1996, p.59), além de alugarem seus serviços domésticos [...]” (MIRANDA, 2019, p. 89). Os serviços domésticos alugados iam desde a arrumação da casa, a lavagem e passagem de roupas.

Independentemente do espaço rural ou urbano, a mulher negra sofreu com a presença do trabalho escravo, subjugando-a além do gênero e da raça, ao estigma da escravidão, que impactou e racializou as relações de trabalho patrão-empregada quando em situações de forra e, inclusive, perdurando após a abolição. O tratamento senhorial nas relações de trabalho onde está inserida a mulher negra são resultado de uma estrutura, um fenômeno de longa duração que coloca a trabalhadora em papel diretamente servil a seu patrão, principalmente no que tange aos serviços domésticos (MIRANDA, 2019, p. 91).

Na longa duração, nós, mulheres negras, vivenciamos hoje a continuidade dessa estrutura, ocupando o mercado de trabalho, em todas as suas variações, em condições evidentemente desiguais. Desde o período colonial podemos identificar uma indubitável divisão do trabalho no Brasil, ancorada na raça, entre manual e não manual, o manual foi por um tempo responsabilidade somente das/os escravizadas/os, atualmente as/os negras/os ainda são a maioria entre os trabalhadores manuais. O latifúndio e a prática monocultora foram os articuladores da divisão internacional do trabalho.

[...] a *plantation* foi um processo crucial na formação de uma divisão internacional do trabalho que – por meio da produção de “bens de consumo” – integrou o trabalho dos escravos à reprodução da força de trabalho europeia, ao mesmo tempo que mantinha os trabalhadores escravizados e os assalariados geográfica e socialmente separados (FEDERICI, 2019, p. 207).

A divisão racial do trabalho esconde os reais conflitos vividos por negras/os no interior da classe e apaga da produção historiográfica nacional a presença da população negra da esfera do trabalho e consequentemente da história.

A própria cor dos trabalhadores geralmente passava em branco nas páginas das obras. Em termos metodológicos, os autores abraçavam-se a categorias profissionais, étnicas e nacionais, mas quase nada discutiam acerca dos conflitos e solidariedades no tocante à cor dos trabalhadores, chave fundamental para incluir o racismo como um problema histórico na historiografia dos mundos do trabalho (NASCIMENTO, 2016, p.613).

Ela é central na criação e na manutenção do espaço urbano, ela funda as diferenciações no interior de uma mesma classe e consequentemente na composição das cidades.

A compreensão da divisão do trabalho como fator fundamental da produção do espaço urbano perpassa a maneira como a cidade é construída, sendo atravessada desde sua origem pelas classes sociais, e a segregação socioespacial é um resultado destes processos. A segregação socioespacial estabelece na cidade um processo de fragmentação resultante da estruturação capitalista do espaço, onde as partes se articulam a partir do intercâmbio de pessoas, mercadorias e capital, construindo um funcionamento característico das cidades capitalistas. Este pressuposto nos auxilia a pensar a cidade ou um bairro não a partir da sua existência em si, mas da sua relação com o entorno. Para Corrêa (2016, p. 39), o espaço urbano é constituído de áreas distintas no que se refere à “gênese, dinâmica, conteúdo econômico e social, etc.”, e acrescentamos a isso o conteúdo racial que, no Brasil, não pode ser analisado fora do contexto das classes sociais. Sendo assim, uma vez que a divisão social do trabalho é o aspecto central da divisão de classes sociais, ela também produz o espaço (ROSA, 2019, p.1731).

Compreendemos esse espaço, o Campus Santa Mônica, como uma produção social, como um ato que produz a vida, ele é a realização da dialética espaço/sociedade (CARLOS, 2007). É mais um local onde podemos confirmar a desigualdade social/racial vivida por negras/os, as mulheres negras compunham a maioria do segmento responsável pela conservação e limpeza da Universidade, essa é considerada uma das ocupações de menor valor e mais precária, dentro de uma lógica hierárquica que atribui status e prestígio às funções de reitor, professor, técnico e de estudante.

Nessa escala se vive a justaposição morfologia social/ morfologia espacial, produzindo a cidade como segregação com seu sentido estratégico: a separação das práticas socioespaciais visando a reprodução social que, ao delimitar um lugar para cada um _ “criando áreas homogêneas apoiadas em identidades de classe e, pretensamente, apartadas do todo social e da cidade” _ escamoteia o conflito (CARLOS, 2007, p.55).

Essa concentração pode ser considerada como mais um dos elementos da discriminação racial experimentada por mulheres negras em geral ao longo da vida, que se desdobra na criação de guetos no interior dos espaços, e na concentração do grupo nas periferias das cidades. A segregação laboral é mais uma das consequências do racismo estrutural, organiza os espaços sociais, nos concentrando em funções manuais.

Para criarmos estudos fidedignos acerca da História Social do Trabalho, teremos que romper com a produção histórica fundamentada pela perspectiva eurocêntrica e que entende como trabalho somente aquele que é livre e assalariado, fabril e sindicalizado, branco e masculino. Essa ideia é completamente equivocada e reforça o eurocentrismo ao não desvelar a simultaneidade e o sincronismo da economia mundial. Segundo Fernand Braudel, são esses elementos, constituídos pela possibilidade de sobreposições regulares entre suas zonas componentes, que alimentam o modo de produção capitalista em seu funcionamento.

[...]a economia-mundo europeia, em 1650, é a justaposição, a coexistência de sociedades que vão desde a sociedade já capitalista, a holandesa, até às sociedades servis e escravistas, no fundo da escala. Essa simultaneidade, esse sincronismo, fixam todos os problemas ao mesmo tempo. De fato, o capitalismo vive dessa sobreposição regular: as zonas externas alimentam as zonas medianas e, sobretudo, as centrais (BRAUDEL, 1987, p. 60).

Devemos ampliar a noção do que é considerado trabalho nas suas mais diversas manifestações e implicações históricas, afirmar que há sim outras formas de trabalho e que por vezes são predominantes à expectativa hegemônica, que elas devem ser percebidas em sua historicidade e em relação às lidas como únicas e mais importantes, para que assim haja uma compreensão mais ampla da história do trabalho.

Para Marcel van der Linden, os historiadores precisam encarar “uma nova fase da História Social do Trabalho, caracterizada pela tentativa de superação do nacionalismo metodológico e do Eurocentrismo” (2009: 19). Convida-nos ele para uma perspectiva global do entendimento da classe trabalhadora e de sua história, nos diferentes países, “caracterizada por certo pluralismo teórico e pelo interesse temático no estudo transnacional e mesmo transcontinental das relações de trabalho e nos movimentos sociais de trabalhadores no sentido mais amplo da palavra” (2009: 11) (NASCIMENTO, 2016).

O modelo de produção histórica que enxerga legitimidade apenas nos paradigmas importados da Europa e transporta essas formas de análise para os mais variados países, perpetuam a limitação a uma forma de pensar, de ser e de agir no mundo. Cria lacunas entre as realidades vividas pelas/os trabalhadoras/es e a historiografia. Negam todas as implicações da escravização nas trajetórias da população negra no mundo do trabalho, e consequentemente do conhecimento real acerca da esfera do trabalho. Silenciam nossas vivências diversificadas nesse campo e consequentemente os seus desdobramentos em nossa socialização.

Afinal, quando somente procuramos greves, criação de sindicatos, imprensa operária, a origem do movimento operário etc., estamos realizando esse tipo de abordagem. Mantemo-nos eurocêtricos, partindo dos paradigmas de implantação da industrialização e do capitalismo na Europa, para trabalharmos o movimento operário e o surgimento da classe aqui, quando a realidade de países que experimentaram a escravidão moderna ou viveram dentro de hierarquias raciais, étnicas e de gênero complexas exigia e exige muito mais reflexões a partir de diálogos interseccionais que aqueles imaginados enquanto essencialmente brancos e europeus (NASCIMENTO, 2016).

A divisão social/racial do trabalho é uma distinção de caráter político-ideológico, faz parte de nossa herança racial e de gênero (ARAÚJO, OLIVEIRA, PORCARO, 1985, p.23). Ela cria hierarquias entre as duas formas de trabalho, em que se considera o de ordem não manual como uma forma melhor de trabalho. Associa-se a/o sujeita/o à sua prática, dessa forma os trabalhos de negra/o são os manuais e os de branca/o os não manuais. Os não manuais são melhores, da mesma forma que as/os sujeitas/os que os exercem. A hierarquia entre essas duas formas de trabalho cria classificações entre as/os sujeitas/os no interior de uma mesma classe social e remete a vivências diferentes, que impedem a afirmação de uma experiência comum de classe. A permanência majoritária das mulheres negras em funções manuais com baixo prestígio social é desdobramento desse processo.

Tais distinções sem dúvida permitem, ao nível das práticas sociais, modalidades diferenciadas de vivências de situações de classe, à medida em que possibilitam, na esfera da produção, condições aparentemente diferentes de trabalho e, na esfera de distribuição, apropriações diferenciais de bens e serviços. (ARAÚJO, OLIVEIRA, PORCARO, 1985, p.23)

Para compreendermos os elementos raciais que perpassam o grupo estudado, temos a princípio que levar em consideração, o quão significativo foi o período escravista no Brasil e como nele foi estabelecida a divisão racial do trabalho. Foi o momento em que se criaram ideologias e práticas que respaldam o uso de seres humanos como objetos. De acordo com Clóvis Moura (1994), esse período pode ser dividido em escravismo pleno, momento que foi de 1550 até 1850, e escravismo tardio, de 1850 até 1888. O escravismo pleno foi o período no qual as relações de produção escravistas dominavam a dinâmica social, econômica e política, uma de suas características era o predomínio do número de escravizadas/os frente ao número de libertas/os. Nesse momento o Estado se constitui pela defesa dos interesses das/os senhoras/es, como mantenedor de seus privilégios, não que posteriormente esse elemento tenha sido alterado, mas foi mitificado.

O latifúndio e o sistema de *plantation* foram os principais implementadores da escravização. A manutenção da condição de escravizada/o, era baseada no tratamento desumano destinado à população negra, no controle social exacerbado, viabilizado pelo poder

absoluto das/os senhoras/es, garantido pelo Estado. O escravismo tardio se caracterizou pela junção de relações escravistas e capitalistas, com fomento de capital externo, entendendo que capitalismo e escravismo não são antagônicos como a ideia que associa Abolição à ruptura, insiste em nos fazer crer, o capitalismo foi e segue sendo a continuação do escravismo por outras vias. O escravismo preparou o terreno para os abismos existentes hoje entre os trabalhadoras/es no país, normalizou o fato de ser negra/o e não ter acesso aos direitos trabalhistas básicos, nos relegando perenemente à condição de vagabundas/os, de trabalhadoras/es informais, de trabalhadoras/es subempregadas/os, de desempregadas/os, de não trabalhadoras/es. Mesmo tendo sido a força de trabalho negra a principal construtora do país desde o período colonial.

É sabido que o sistema de *plantation*, pavimentou a Revolução Industrial, [...] dificilmente tenha-se assentado um tijolo em Liverpool e em Bristol sem sangue africano (1944, pp.61-3). No entanto, o capitalismo não poderia sequer ter decolado sem a “anexação da América” e sem o “sangue e o suor” que durante dois séculos fluíram das *plantations* para a Europa. Devemos enfatizar essa questão na medida em que ela nos ajuda a perceber o quão essencial foi a escravidão para a história do capitalismo e por que periódica mas sistematicamente, sempre que o sistema capitalista se vê ameaçado por uma grande crise econômica, a classe capitalista têm que por em marcha um processo de “acumulação primitiva”, isto é, um processo de colonização e escravidão em grande escala, como o que testemunhamos atualmente. O sistema de *plantation* foi decisivo para o desenvolvimento capitalista não somente pela imensa quantidade de mais-trabalho que se acumulou a partir dele, mas também porque estabeleceu um modelo de administração do trabalho que desde então tornou-se o paradigma das relações de classe capitalistas (FEDERICI, 2019, p. 207).

A sociedade brasileira passou por mudanças consideráveis no momento que vai do escravismo pleno para o tardio, elas levaram à diversificação e à complexificação da divisão interna do trabalho (MOURA, 1994, p.52). O que a escravização fez foi legitimar a inferiorização dos negros frente aos brancos, uma legitimação construída com base nas relações desiguais entre senhoras/es e escravizadas/os, antes imposta em seu caráter trabalhista e que, ao longo do tempo, passa a ser considerada como a norma em todos os âmbitos. Naquele momento e ainda hoje, as discussões sobre cidadania são inibidas, isso reforça a desigualdade naturalizada (SCHWARCZ, 2009, p. 24). Foi atribuído aos trabalhos das/os escravizadas/os um menor valor social, a ponto de ser apagada a própria trajetória da população negra no trabalho.

A diferença entre nome e conceito é o que separa o senso comum da ciência. Pode-se falar de escravidão e depois retirar da consciência todos os seus efeitos reais e fazer de conta que somos continuação de uma sociedade não escravista. É como tornar secundário e invisível o que é principal e construir uma fantasia que servirá maravilhosamente não para conhecer o país e seus conflitos reais, mas, sim, para reproduzir todo tipo de privilégio escravista ainda que sob condições modernas. E, toque satânico, demonizar o Estado como repositório da suposta herança maldita portuguesa e sempre que o mesmo for ocupado pela esquerda e reverberar seletivamente a acusação moralista já pronta (SOUZA, 2017, p.11).

A leitura da Abolição como uma ruptura, majoritariamente presente na produção historiográfica nacional, e replicada em livros didáticos e currículos escolares, os instrumentos usados para dominação, prestígio e exploração, servem aos desígnios de manutenção das desigualdades. As/os senhoras/es de escravizadas/os mantiveram-se como as/os grandes latifundiárias/os, passando de senhoras/es para patroas/patrões. Repassando as/aos suas/seus filhas/os e às gerações futuras, a herança dos capitais econômicos, sociais e culturais (BOURDIEU, 2015). Permitindo a manutenção de práticas sociais segregacionistas, que não alteravam efetivamente as posições sociais ocupadas pelos grupos. A ideia de linearidade e progresso na história mostra assim algumas de suas lacunas.

A Abolição não mudou qualitativamente a estrutura da sociedade brasileira. Substituiu o senhor de escravos pelo fazendeiro de café, sendo que os últimos tomaram o lugar dos primeiros como seus herdeiros diretos e continuadores, cristalizando-se, por outro lado, as oligarquias regionais do Nordeste e Norte também apoiadas no monopólio da terra como os antigos senhores de escravos[...] O Brasil arcaico preservou os seus instrumentos de dominação, prestígio e exploração e o moderno foi absorvido pelas forças dinâmicas do imperialismo que também antecederam à Abolição na sua estratégia de dominação (MOURA, 1994, p.102).

Há na composição do saber histórico uma disputa que tem sido vencida por grupos hegemônicos, uma prática epistêmica de apagamento das experiências vividas pelas/os negras/os. A ideia de uma homogeneidade da classe trabalhadora foi e continua sendo elemento da vontade de representar o sujeito universal (homem, branco, hétero), e apagar toda a participação das mulheres negras enquanto trabalhadoras com experiências diversas da perspectiva validada. A experiência do sujeito universal tem sido apontada como modelo, e tudo o que não está de acordo com ela, acaba por ser anulado. Há uma inobservância referente às mulheres negras, em sua presença e participação nos projetos nacionais, esse fator impede percepções mais precisas acerca da estratificação social que gera pobreza e quanto às disputas entre agentes e grupos que acontece nas instituições que compõe a estrutura social brasileira.

Esse condicionamento da produção tem gerado o que alguns pesquisadores denominam como a história única, que rejeita particularidades e nos coloca na posição de subalternas/os à Europa, inclusive em nossa história, retrata nossas trajetórias como menos legítimas.

Pesquisadores de diferentes países pós-coloniais há décadas questionam e combatem a centralidade das epistemologias e dos referenciais civilizatórios assumidos a partir dos prismas europeu e norte-americano. Frantz Fanon, Rajnarayan Chandavarkar, Edward Said, Walter Dignolo, Nelson Maldonado-Torres e Chimamanda Adichie são alguns entre aqueles que vêm denunciando os perigos da história única. Revelam que há “um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes

que lhes são próprias” (Porto-Gonçalves, 2005: 3). A partir dos escritos de Dipesh Chakrabarty, José Henrique Bortoluci (2009: 58-59) mostra como o autor indiano “aponta uma tendência de que todas as histórias de nações periféricas particulares se tornam variações de uma narrativa mestra – a própria narrativa da história da Europa –, que alocaria cada uma dessas histórias nacionais em uma posição de subalternidade” (NASCIMENTO, 2016).

O sociólogo Gilberto Freire, em sua obra clássica “Casa Grande e Senzala”, descreve as relações entre senhoras/es e escravizadas/os como harmoniosas em nosso território, partindo do pressuposto que elas haviam gerado uma sociedade pautada em princípios democráticos, onde não há diferenças raciais. Da leitura desse autor, cria-se a ideia de uma democracia racial. Essa perspectiva tornou-se um mito e chegou com força à atualidade por falta de contestações devidas e pela produção da história única. O silenciamento da população negra e o apagamento de sua perspectiva histórica são alguns dos motivos pelos quais essa ideia se mantém crível. Trabalhos que abordam a discriminação e que partam da perspectiva de sujeitas/os negras/os enfraquecem esse mito, contam outras histórias.

Ao submeter o mito da democracia racial a testes de verificação do efetivo exercício de direitos, os estudos que se ocuparam dos resultados das práticas discriminatórias criaram condições para a redefinição não apenas das singularidades do mercado de trabalho brasileiro, como também da própria noção de trabalhador/trabalhadora. Outro mérito destes estudos relaciona-se ao vigoroso questionamento de certas teorias explicativas das desigualdades raciais, que buscavam dissociar tal fenômeno da discriminação racial. Dentre aquelas destacam-se velhos credos que atribuíam as desigualdades raciais da atualidade a um difuso legado do passado escravista, que não por coincidência teria incidido exclusivamente sobre os descendentes de escravos, dado que os estudiosos nunca se referiram ao legado do escravismo sobre os brancos, mas tão somente sobre negros. Tratar-se-ia, portanto, de um país composto apenas por ex-escravos sem a contrapartida da presença de ex-escravocratas (BENTO, 1995, p.482).

Os mitos são conjuntos de representações, possuem funções sociais importantes, auxiliam na manutenção do *status quo*, encobrem realidades sócio-históricas objetivas.

O mito é uma fala, um discurso – verbal ou visual – uma forma de comunicação sobre qualquer objeto: coisa, comunicação ou pessoa. Mas o mito não é uma fala qualquer. É uma fala que objetiva escamotear o real, produzir o ilusório, negar a história, transformá-la em “natureza”. Instrumento formal da ideologia, o mito é um efeito social que pode entender-se como resultante de convergência de determinações, econômicas, políticas, ideológicas e psíquica. Enquanto produto econômico político ideológico, o mito é um conjunto de representações que expressa e oculta uma ordem de produção de bens de dominação e doutrinação. Enquanto produto psíquico, o mito resulta de um certo modo de funcionamento do psiquismo em que predomina o processo primário, o princípio do prazer e a ordem do imaginário (SOUZA, 1983, p. 31).

O trabalho no período moderno funciona como um dos principais elementos definidores da humanidade em sua compreensão ontológica, ele diz respeito à forma como existimos e nos apresentamos no mundo, é uma das formas de identificação dos indivíduos na modernidade. Vivemos em uma sociedade que tem sido pautada pelo trabalho, quem não se

insere na lógica, não priorizando a permanência e “boas” colocações no mercado, tem negada a sua identidade ou é genericamente taxado como inútil.

No entanto a nova mentalidade sobre o trabalho vai gerar o que chamamos de mobilização geral dos seres humanos para o trabalho. Vemos aí se desenvolver a ideia de que os indivíduos que não trabalham são parasitas, delinquentes e inúteis. Ou que, em certo sentido, aqueles que não trabalham não tem o direito de comer. Como se vê, trata-se realmente de uma civilização do trabalho e dos trabalhadores (ENRIQUEZ, 1999, p. 57).

Os trabalhos de mulheres negras, têm sido majoritariamente os de caráter manual e reprodutivo, como no caso de todas as trabalhadoras entrevistadas, nossa principal atividade ao longo da história. As possibilidades de trabalho foram limitadas, no período escravista forçadas a exercer funções determinadas por suas/seus senhoras/es, o trabalho doméstico e o trabalho nas lavouras, as mucamas e as escravas do eito são exemplos (GONZALEZ, 2018). Estivemos presentes em uma categoria sócio-ocupacional, forma de identificar as maneiras de produzir em sua articulação com o sistema econômico (ARAÚJO, OLIVEIRA, PORCARO, 1985, p. 42), majoritariamente como prestadoras de serviços. Nesse sentido, podemos observar como a forma de trabalho está relacionada com a experiência de classe e como a raça está associada à forma de trabalho e consequentemente à experiência de classe. A população negra está concentrada em categorias profissionais que possuem menor nível de rendimento e de instrução, o que também podemos confirmar nas trajetórias das entrevistadas. Além disso, possuem o menor rendimento médio em todas as categorias sócio-profissionais quando comparada às/aos brancas/os (ARAÚJO, OLIVEIRA, PORCARO, 1985, p. 42).

O trabalho foi tomado como a atividade que define o ser social, sendo o ato laboral responsável pela modificação do meio e do sujeito que o executa. Trata-se de uma categoria central não apenas para aqueles que estão formalmente inseridos no mundo de trabalho, com vínculos estáveis, boas ocupações e salários razoáveis, mas também para os que se encontram em ocupações informais, instáveis, subempregos, com baixas remunerações etc. A precariedade da inserção no trabalho gera impactos negativos nas formas como os sujeitos representam o mundo, se representam no mundo e atuam sobre ele. Em outras palavras, a precarização das relações de trabalho atua negativamente sobre a identidade do trabalhador (SANTOS, 2011, *apud*, DIOGO, SANTOS, SCHUCMAN, 2014).

A estrutura ocupacional é um elemento útil para a compreensão da desigualdade de renda, “ela é um dos elementos de maior importância na determinação do rendimento do indivíduo” (ARAÚJO, OLIVEIRA, PORCARO, 1985, p. 50). Os grupos ou classes sociais existem de duas maneiras, objetivamente e nas representações, primeiramente na distribuição material das propriedades e posteriormente no estilo de vida. Estas duas formas de existência são interdependentes, sendo fruto de sistemas de percepção e de apreciação, denominados por

Bourdieu como *habitus*¹⁴. O *habitus* é incorporado através de uma condição definida, essa condição sendo determinada pela distribuição das propriedades materiais e pelo capital simbólico proveniente delas. O capital simbólico é o resultante, sendo também designado como prestígio social, ou mesmo, como uma autoridade. As diferenças objetivas contidas na posse de propriedades e de lucros tornar-se-iam distinções reconhecidas pelos agentes, sendo externadas por meio das representações. Como é o caso das representações sociais referentes aos trabalhos de pessoas negras. Essas representações são parte do nosso imaginário social, construído coletivamente, porém não coeso.

Quando falamos de representações sociais hegemônicas acerca do trabalho exercido por pessoas negras somos remetidas/os a uma série de artifícios de cunho moral e biológico que visam justificar a nossa presença em trabalhos manuais. São recursos de justificação do *status quo*, da ordem social. No caso das entrevistadas essa categoria sócio-profissional era predominante, nenhuma delas havia trabalhado em outra área. A moral e a biologia são usadas para mitificar a real condição sócio-histórica do grupo, mobilizando a experiência privada e afetiva individual.

Assim, duas representações, uma moral e outra biológica, constroem-se para acolher um elemento novo — e veremos que se trata de uma função cognitiva importante da representação social. Estas se instalam sobre valores variáveis segundo os grupos sociais dos quais retiram suas significações, bem como sobre os saberes anteriores reativados por uma situação social particular — e veremos que se trata de um processo central na elaboração representativa. São ligadas a sistemas de pensamento mais amplos, ideológicos ou culturais, a um estado dos conhecimentos científicos, bem como à condição social e à esfera da experiência privada e afetiva do indivíduo (JODELET, 2001, p.5).

A *negritude* nas representações sociais hegemônicas é lida como o oposto da *branquitude*. Assim são acionados os pré-conceitos e mantidas as distâncias sociais entre as experiências dos dois grupos.

O irracional, o feio, o ruim, o sujo, o sensitivo, o superpotente e o exótico são as principais figuras representativas do mito negro. Cada uma delas se expressa através de falas características, portadoras de uma mensagem ideológica que busca afirmar a linearidade da “natureza negra” enquanto rejeita a contradição, a política e a história em suas múltiplas determinações (SOUZA, 1983, p. 34).

¹⁴O *habitus* é um sistema aberto de disposições, percepções e formas de ação adquiridos nas experiências sociais, ele envolve questões referentes ao material, simbólico, cultural, entre outras. Está além dos indivíduos, refere-se às estruturas relacionais que os envolvem, a partir dele podemos compreender as posições individuais dentro de um amplo conjunto de capitais. São formas de ação baseadas na posição social de cada indivíduo, fortemente influenciadas pelo grupo ao qual pertence.

Nesse sentido, possuir um fenótipo negro significa ser lido como ruim, ou pior do que a norma branca e ser tratado de acordo com essa percepção. As narrativas hegemônicas predominam, criam parâmetros que reforçam o eurocentrismo colonialista e impedem visões positivadas dos grupos que estão fora da sua norma.

As representações de todos os grupos sociais circulam no meio social produzindo sentidos e consequências. No entanto, algumas representações ganham maior visibilidade e passam a ser consideradas como expressão da realidade social. Na sociedade brasileira, assim como em outras, as representações que prevalecem são construídas por narrativas hegemônicas, capazes de representar um grupo social em detrimento de outros. Essas representações foram construídas mediante a óptica eurocêntrica, que institui sentidos de "normalidade" e "anormalidade", estabelecendo como norma padrão o homem, branco, heterossexual, cristão. Os indivíduos que não correspondem a esse padrão são vistos como desviantes, abjetos, e excluídos socialmente (FERNANDES, SOUSA, 2016).

O corpo negro é lido como uma identidade essencializada, possuir o fenótipo negro por si só determina o ser negra/o. A memória histórica predominante dialoga com esse essencialismo, o confirma, pois nega toda a conjuntura histórica na qual brancas/os e negras/os estiveram envolvidos, partindo da perspectiva das/os negras/os, ou se a aborda é de maneira a confirmar preconceitos consolidados e em constante reformulação pela perspectiva dominante.

Assim rotulado socialmente, o corpo negro é inscrito como marca de identidade. Nessa perspectiva, como nos alerta Stuart Hall, "negro" é transformado em uma categoria de essência. O significante "negro", assim como o "corpo negro", é racializado, desconsiderando-se a memória histórica, a diversidade, o contexto social e cultural (FERNANDES, SOUSA, 2016).

O racismo é mantido com base nas narrativas hegemônicas, ele cria estereótipos e binarismos que impedem a percepção de uma realidade complexa. Tanto faz com que pessoas brancas tenham percepções arbitrárias acerca de pessoas negras, quanto que pessoas negras desenvolvam esse tipo de percepção, acerca de si, e de outras pessoas negras. O caráter antidialógico do racismo alimenta estereótipos e eles geram ainda mais racismo, ao reforçar a ignorância acerca dos diferentes pontos de vista abarcados pelas/os sujeitas/os negras/os.

Ora, o racismo dificulta o diálogo entre os diferentes grupos que compõe a sociedade brasileira, pois cria fronteiras simbólicas rígidas, estabelecendo binarismo identitários, ou seja, uma identidade do que é "ser negro" contraposta ao que é "ser branco", baseadas em estereótipos negativos para os primeiros e positivos para os últimos. O racismo é assim uma forma de negação ou de mistificação da alteridade da população negra, fixando-a em estereótipos, atribuindo-lhe uma essência de inferioridade e maldade, não reconhecendo suas diferenças, infringindo-lhe o que Alberto Memmi chama de "a marca do plural" (FERNANDES, SOUSA, 2016).

Partindo do que foi dito até aqui pensaremos em como a esfera do trabalho conserva estereótipos que ancoram representações sociais hegemônicas das mulheres negras,

manifestas em imagens de controle. Como suas experiências de trabalho, descritas em suas falas, demonstram como as imagens de controle tentam limitar suas práticas sociais.

2. Trabalho terceirizado, informalidade e precarização do trabalho

É nesta combinação entre reestruturação produtiva e neoliberalismo, que se desenha o novo contexto social em que os trabalhadores de todo o mundo são mais uma vez aviltados, ora por serem destituídos de seus direitos trabalhistas, levados a cabo por políticas governamentais que deixam de lhes conferir a devida proteção, outrora por serem obrigados, pela exclusão do mercado formal de trabalho, a sobreviverem do trabalho em condições precárias muitas vezes marcado pela informalidade. Os trabalhadores do final do século XX encontram-se encurralados e pressionados pelas condições sociais e econômicas geradas no atual contexto do movimento de reprodução do capital, que em sua ânsia de reprodução cria a suas próprias armadilhas, que geram problemas que acabam por ser transferidos para os trabalhadores. Assim os que são a base sob a qual se dá a sustentação e a reprodução de todo o sistema, passam a ser encarados como causadores dos problemas, portanto, são os que devem arcar com as consequências (GONÇALVES, 2002, p.6).

Karina falou sobre as desvantagens da terceirização, de acordo com ela um contrato de trabalho direto com a Universidade, ao invés da intermediação de empresas-meio como a Servcorp, pela qual trabalhava há um ano e cinco meses, seria mais justo com as/os trabalhadoras/es: “Uai é bom né, é bom mais seria bom se a gente fosse contratado pela UFU né, porque o terceirizado tem suas vantagens e desvantagens né, o salário é menos né, a gente trabalha muito e ganha pouco [...] o salário é baixo” (KARINA, 2013). Por mais que houvesse dito haver vantagens e desvantagens no trabalho terceirizado, ao descrevê-lo somente apontou as desvantagens.

[...] quando se examina a dimensão “mercado de trabalho”, isto é, as formas de mercantilização da força de trabalho, encontra-se uma condição de heterogeneidade e segmentação, marcada por uma vulnerabilidade estrutural que se reconfigura, com formas de inserção (contratos) precárias, sem proteção social, com salários mais baixos, revelados pela terceirização de forma exemplar, cujo crescimento exponencial pode ser observado em diferentes segmentos da classe trabalhadora (ANTUNES, DRUCK, 2015, p.25).

A terceirização tem como um dos principais objetivos a redução da remuneração da força de trabalho, ela: “tem sido um dos mecanismos centrais na efetivação do objetivo de reduzir a remuneração da força de trabalho. É uma das principais formas utilizadas na modificação das relações entre o capital e o trabalho” (MACAMBIRA, SOBRAL, SOUSA, 2018, p. 77). Karina percebia em sua experiência de trabalho dois dos elementos usados pelo capital na reposição de sua taxa de lucro, a redução dos salários e o aumento da exploração do trabalho.

Ao lidar com sua própria essência, o capital busca formas de contrapor-se à sua tendência à queda da taxa de lucro. Marx (2008) descreve as seis formas utilizadas pelo capital para repor a sua taxa de lucro. São elas: aumento do grau de exploração do trabalho, redução dos salários, baixa de preço dos elementos do capital constante, superpopulação relativa, comércio exterior e aumento do capital em ações (MACAMBIRA, SOBRAL, SOUSA, 2018, p. 78).

A terceirização é um fenômeno recente no Brasil, mais especificamente do final do século XX. Em 1974, a lei 6.019 permitia somente que as agências bancárias contratassem seguranças através de empresas-meio, prestadoras de serviço. Esse foi o primeiro instrumento legal a permitir a terceirização no país, porém, essa possibilidade se restringia a dois casos: quando ocorresse o aumento incomum de trabalho ou para substituir um/a servidor/a permanente que possuísse regularidade.¹⁵ Nela, o/a empregador/a não assina um contrato de trabalho diretamente com seus/suas empregados/as, mas com outra pessoa jurídica, a terceirizada, sendo ela a responsável pela contratação e gestão dos empregados. A partir da década de noventa a prática foi sendo expandida pelo país, sem possuir regulação jurídica, situação que foi parcialmente contornada pela súmula 331 do TST (Tribunal Superior do Trabalho) de 1993. Ela assumiu os moldes atuais com a reforma trabalhista de 2017, implementada pela lei nº 13.467.

No caso brasileiro, a terceirização assumiu dimensão extraordinária, abrangendo, segundo Carleial e Ferreira (no prelo), uma série de setores da estrutura produtiva, como energia, petróleo, portos, indústria naval, indústria da madeira, imóveis, metalurgia, indústria química, bancos, comunicações, telemarketing, comércio e serviços e setor público. Certamente, isso só foi alcançado graças à corresponsabilidade do Estado (MACAMBIRA, SOBRAL, SOUSA, 2018, p. 83).

A terceirização faz parte de um processo mais amplo de reestruturação produtiva do capitalismo em sua fase financeira, respaldada pelo Estado.

As informações levantadas por pesquisas realizadas em todo o país nos últimos 20 anos evidenciam de forma unânime a indissociabilidade entre terceirização e precarização do trabalho, tanto em investigações de natureza qualitativa, através de estudos de casos, quanto quantitativas, com o uso de estatísticas de fontes oficiais ou de instituições sindicais e do direito do trabalho (ANTUNES, DRUCK, 2015, p.25).

Um dos motivos da sua implementação, segundo os/as contratantes, é o de redução de gastos com funcionários/as, uma mudança que certamente não é benéfica para as/os trabalhadoras/es, como foi apontado por Karina.

Tal fato, somado a um padrão de desenvolvimento econômico altamente concentrador de renda, riqueza e oportunidades, ensejou a constituição de um mercado de trabalho caracterizado pela existência de excedente estrutural de força de trabalho e de milhares de ocupações mal remuneradas e com baixa qualificação formal e profissional (KREIN, 2007). Ao incidir em um mercado de trabalho já bastante heterogêneo e precário, a onda de flexibilização que tomou conta do Brasil na década de 1990 acentuou ainda mais as características perversas. A flexibilização das relações de trabalho ocorreu por meio da redução ou supressão de direitos inscritos nas normas coletivas e na legislação trabalhista e pela introdução de normas legais, que permitiram adaptar estes direitos às flutuações do negócio das empresas (CAMARGOS, *et al.*, 2018, p. 34).

¹⁵Disponível em: <https://cers.jusbrasil.com.br/noticias/197053162/terceirizacao-historia-d>. Acesso em 07 de novembro de 2019.

O final do século XX apresenta mudanças acentuadas nas sociedades capitalistas, o declínio do modelo fordista de produção em massa de mercadorias trouxe desdobramentos para o trabalho e a organização do seu mercado.

O mercado de trabalho é envolto pelo que Cacciamali (2000) chama de processo de informalidade, caracterizado por esse reordenamento de todos os lados. Tem como principais elementos o desemprego, a flexibilização dos contratos de trabalho, formas de subcontratação, reformas jurídicas que desmontam a legislação trabalhistas e o crescimento das ocupações informais (CAVAIGNAC, SILVA, 2018, p.2).

As/os trabalhadoras/es negras/os ficam mais vulneráveis a essas mudanças devido às condições sócio-históricas até aqui discutidas, dessa forma estão mais expostos às alterações no mercado de trabalho e sofrem mais suas consequências. Percebemos que informalidade, precarização e desemprego se coadunam na experiência das mulheres negras no trabalho.

A informalidade não é sinônimo de precariedade, mas a sua vigência expressa formas de trabalho desprovido de direitos e, por isso, encontra clara sintonia com a precarização. Apontar suas conexões, suas inter-relações e suas vinculações torna-se, entretanto, imprescindível. Se no século XX presenciamos a vigência da era da degradação do trabalho, nas últimas décadas do século XX e início do XXI estamos defronte a novas modalidades e modos de ser da precarização, da qual a terceirização tem sido um de seus elementos mais decisivos (ANTUNES, DRUCK, p.218, 2013).

Sendo assim, devemos compreender a grande presença de mulheres negras em uma forma de função/contratação, como na que encontramos todas as entrevistadas, e o fato de compormos majoritariamente o segmento social de desempregadas, de trabalhadoras informais e subempregadas como parte central de um projeto bem-sucedido, que visava e ainda visa, explorar nossa força de trabalho, criando e mantendo desigualdades, alicerçando o modo de produção capitalista. Conseguindo assim mão de obra mais barata e se desobrigando das regulamentações trabalhistas previstas na CLT e que geram custos às/aos empregadoras/es. Ao não gerar custos a quem emprega, proporcionando os direitos que são devidos às/aos trabalhadoras/es, quem sofre as consequências são elas/eles, tendo que vender mão de obra a valores ínfimos e sem qualquer forma de segurança no exercício de suas funções.

Flexibilizar a legislação social do trabalho significa, é imperioso dizer, quando se toma a sociologia do trabalho realizada com rigor, que estão se ampliando as formas de precarização e destruição dos direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora [...] (ANTUNES, DRUCK, p.218, 2013).

Pensando primeiramente nos lugares sociais específicos destinados às mulheres negras dentro do projeto de nação brasileira e no trabalho como uma das principais barreiras encontradas por nós, para adquirir a condição de cidadania. Desde a fundação nacional o trabalho foi a principal objeção imposta ao grupo e hoje seguimos vivendo essa limitação. O

processo de escravização intentava com suas práticas, baseadas no uso desenfreado da força de trabalho negra, em abusos físicos e psicológicos, a supressão de nossa humanidade. Essa condição socioeconômica e histórica enfrentada enquanto grupo é frequentemente distorcida e usada contra nós na forma de imagens de controle. Nossa possibilidade de autodeterminação foi ameaçada e nossas/os exploradoras/es intentaram/intentam ser responsáveis por ela, usando as principais formas pelas quais pudemos exercer nossa mão de obra para fazê-lo.

Sempre existe um outro sujeito, com maior autoridade, para falar sobre a experiência de mulheres negras no lugar delas próprias. O saber das mulheres negras, suas próprias experiências, o sentido que suas vivências adquirem na particularidade e na vida coletiva não bastam para que as mesmas possam nomear a própria história (BUENO, 2020, p. 79).

Somos o grupo mais vulnerabilizado no mercado de trabalho por meio de uma série de práticas discriminatórias que insistem em condicionar nossas possibilidades e experiências de trabalho. De acordo com Solange, a primeira trabalhadora entrevistada, o padrão discriminatório permanecia inclusive quando alguns critérios eram preenchidos na disputa por vagas de trabalho com candidatas/os brancas/os:

Solange: Porque quando você vai fazer alguma entrevista né, até o olhar você nota diferença né, quando é uma cor de pele mais clara de que você. **Aline:** Você acredita que elas tenham preferência? **Solange:** Isso, às vezes tem até menos grau de escolaridade [...] de que você, do que a gente, mas como se diz, tem isso hoje na nossa época ainda, muito tá que tampa os olhos falando que não, mas tem sim (SOLANGE, 2013).

Essa é mais uma barreira individual/coletiva vivida nas relações sociais, assente na diferenciação racial e com o intuito de manter a nossa segregação laboral de forma coletiva. Nesse sentido Maria Aparecida Bento aponta como uma rede de mecanismos discriminatórios, constituintes da branquitude, operam como diferenciadores da experiência de pessoas reconhecidas como brancas e das reconhecidas como negras no interior de organizações. Eles reproduzem e conservam todo o histórico de racismo vivido pela população negra desde o início da sua socialização em território nacional.

Alianças inter-grupais entre brancos são forjadas e caracterizam-se pela ambigüidade, pela negação de um problema racial, pelo silenciamento, pela interdição de negros em espaço de poder, pelo permanente esforço de exclusão moral, afetiva, econômica, política do negros, no universo social. Neste contexto é que se caracteriza a branquitude como um lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade, não nomeada como tal, carregada de valores, de experiências, de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade. Branquitude como preservação de hierarquias raciais, como pacto entre iguais, encontra um território particularmente fecundo nas Organizações, as quais são essencialmente reprodutoras e conservadoras (BENTO, 2002, p. 7)

Participamos de um mercado de trabalho diferenciador, que limita nossas possibilidades profissionais por meio de práticas sociais e que aumenta as possibilidades de

pessoas reconhecidas e declaradas como brancas. Segundo Laís Abramo (2006), “a taxa de desemprego de mulheres e negros é sistematicamente superior à de homens e brancos e a taxa de desemprego das mulheres negras é quase o dobro da dos homens brancos”.

A animalização de mulheres negras é um processo de objetificação que tem sido manipulada para justificar as violentas opressões que os corpos dessas mulheres recebem historicamente. Já na escravidão, as mulheres negras eram lidas como “mulas”, meras unidades de trabalho semoventes, cuja qualidade de vida era irrelevante, deste que estas exercessem suas tarefas. Serem tratadas como mulas da sociedade é o centro da opressão que atinge as mulheres negras, dessa forma podemos dizer que a resistência às imagens de controle é o centro do pensamento feminista negro. Esse tratamento desumanizante está diretamente relacionado com a esfera do trabalho, a qual é analisada pelo pensamento feminista negro estadunidense a partir de duas temáticas: como as opressões interseccionais são definitivas para a organização do trabalho remunerado de mulheres negras e a forma como o trabalho doméstico de mulheres negras é, ao mesmo tempo, emancipador e opressor (BUENO, 2020, p. 83).

A limitação da perspectiva de trabalho é um dos elementos responsáveis pela manutenção da estratificação social, um mecanismo de reprodução da pobreza, capaz de aumentar as desigualdades econômicas entre os grupos sociais. A terceirização aparece assim como uma forma de precarização do trabalho, se manifesta por meio de contratos temporários, pela instabilidade e por seu caráter informal.

Uma fenomenologia preliminar dos *modos de ser* da precarização demonstra a ampliação acentuada de trabalhos submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, trabalhando dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, quer em atividades mais instáveis ou temporárias, quando não na condição de desempregado. Crescentemente, a busca da “racionalidade instrumental” do capital vem impulsionando as empresas à flexibilização das relações de trabalho, da jornada, da remuneração, reintroduzindo novas relações e formas de trabalho que frequentemente assumem feição informal (ANTUNES, DRUCK, 2013, p.218).

A terceirização funciona como um mecanismo de precarização do trabalho.

[...] a terceirização é o fio condutor da precarização do trabalho no Brasil. E se constitui num fenômeno onipresente em todos os campos e dimensões do trabalho, pois é uma prática de gestão/organização/controle que discrimina, ao mesmo tempo que é uma forma de contrato flexível e sem proteção trabalhista. É também sinônimo de risco de saúde e de vida, responsável pela fragmentação das identidades coletivas dos trabalhadores, com a intensificação da alienação e da desvalorização humana do trabalhador [...]. Além disso, a terceirização põe um “manto de invisibilidade” dos trabalhadores na sua condição social, como facilitadora do descumprimento da legislação trabalhista, como forma ideal para que o empresariado não tenha limites (regulados pelo Estado) no uso da força de trabalho e de sua exploração como mercadoria (ANTUNES, DRUCK, 2015, p. 31).

A desigualdade econômica/social é racial, raça informa classe. As sociedades modernas foram construídas com base em um processo de diferenciação racial que é histórico, que criou mecanismos capazes de determinar os lugares sociais que deveriam ser ocupados por pessoas reconhecidas como negras e os que deveriam ser ocupados por pessoas reconhecidas como brancas. Lembrando que esse reconhecimento é feito com base no

fenótipo. A diferenciação foi feita através do exercício do trabalho, determinando quais trabalhos seriam das/os negras/os e quais seriam os das/os brancas/os. Nesse sentido, compreendemos que nossa formação nacional impede que seja feita uma separação entre raça e classe, visto que o desdobrar histórico atrelou pobreza e *negritude*. Nem toda/o negra/o brasileiro é pobre, porém a maioria da população em condição de pobreza é negra. Nesses termos a raça não pode ser entendida como um elemento inerte, mas sim como um dispositivo de segregação, ativo em todo o conflito operado ao longo do tempo. Construindo o imaginário social, ficando evidente em questões como a representação e a representatividade.

A noção de raça como referência a distintas categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade, que remonta aos meados do século XVI. Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas (ALMEIDA, 2018, p. 19).

Para se compor uma sociedade com bases igualitárias, o acesso ao trabalho é essencial. O acesso a ele unido de condições dignas para exercê-lo em todas as profissões. Nos constituímos enquanto sociedade por meio dele, o acesso igualitário ao mercado é uma das condições para a redução das desigualdades sociais que geram pobreza, não a culpabilização de sujeitas/os que buscam sair de condições socioeconômicas e históricas de opressão.

[...] a dimensão “direito do trabalho”, questionada em sua tradição e existência, expressa no ataque às formas de regulamentação do Estado, cujas leis trabalhistas e sociais têm sido violentamente condenadas pelos princípios liberais de defesa da flexibilização como processo inexorável trazido pela “modernidade dos tempos de globalização” (ANTUNES, DRUCK, 2015, p. 30).

A mudança de perspectiva acerca das profissões majoritariamente ocupadas por mulheres negras, manuais, que comumente envolvem o cuidado, também é necessária. A sua afirmação como essencial e o reconhecimento baseado em condições de trabalho dignas, juntamente à aquisição e manutenção dos direitos trabalhistas. Os privilégios obtidos/mantidos por pessoas lidas como brancas, confirmados estruturalmente pela perspectiva ideológica hegemônica da branquitude, o reforço de suas crenças de superioridade, fundamentam-se no poder de decisão, na regulação do mercado de trabalho, na classificação das pessoas e das profissões entre mais e menos importantes. Entre os reconhecidos como humanos e os não reconhecidos como humanos, e no domínio que exercem sobre a esfera econômica.

As diversas formas de discriminação estão fortemente relacionadas aos fenômenos de exclusão social que originam e reproduzem a pobreza. São responsáveis pela

superposição de diversos tipos de vulnerabilidades e pela criação de poderosas barreiras adicionais para que pessoas e grupos discriminados possam superar a pobreza e ter acesso a um trabalho decente. No Brasil, as desigualdades de gênero e raça não são fenômenos que estão referidos a "minorias" ou a grupos específicos da sociedade. Pelo contrário, são problemas que dizem respeito às grandes maiorias da população: segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2003, as mulheres representam 43% da População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil e os negros (de ambos os sexos) representam 46%. Somados, correspondem a aproximadamente 70% da PEA (60 milhões de pessoas). As mulheres negras, por sua vez, correspondem a mais de 15 milhões de pessoas (18% da PEA) e, como resultado de uma dupla discriminação (de gênero e raça), apresentam uma situação de sistemática desvantagem em todos os principais indicadores sociais e de mercado de trabalho (ABRAMO, 2006).

Como a experiência dos segmentos sociais que compõe a força de trabalho é relacional, as limitações enfrentadas por mulheres negras não podem ser dissociadas da experiência dos demais grupos no mercado. Nossas condições de trabalho influenciam os indicadores de rendimento e de qualidade do trabalho de todos. Os subempregos dizem respeito à maioria das ocupações existentes no mercado, quando levamos em conta o recorte raça, seguido do de gênero, constatamos que somos o grupo que mais está subempregado devido a vulnerabilização constante e histórica sobre nós imposta como forma de manutenção de privilégios. Por se tratar da maioria, os subempregos funcionam como parâmetro para as demais formas de trabalho, são usados como um mecanismo que nivela por baixo as condições de trabalho existentes para todas as categorias.

Por outro lado, a segmentação ocupacional por gênero e raça persiste e exerce uma forte influência sobre os rendimentos e demais indicadores de qualidade de emprego de homens e mulheres, negros e brancos. A porcentagem de ocupações precárias, informais e de baixa qualidade sobre o total do emprego no Brasil é muito significativa: 57%. Mas essas cifras também evidenciam importantes diferenças de gênero e raça: enquanto a proporção de ocupações informais e precárias sobre o total do emprego masculino era de 54%, para as mulheres essa cifra era de 61% (ou seja, 13% superior). Em termos de raça essas desigualdades são ainda mais acentuadas: foram classificadas como informais ou precárias 50,4% das ocupações dos brancos (de ambos os sexos) e 65,3% das dos negros (de ambos os sexos), o que configura uma diferença de 29% (ABRAMO, 2006).

Antes de trabalhar na Universidade, Karina exercia a mesma função no Colégio Objetivo, com outra forma de contrato: “Eu trabalhei no Colégio Objetivo [...] auxiliar de limpeza [...] na mesma área, era pelo colégio [...] diretamente pelo colégio” (KARINA, 2013). Também havia trabalhado como doméstica, além de ser a responsável por esse trabalho em sua casa de forma não remunerada. Quando contratada percebera algumas atitudes racistas da empregadora:

Karina: Ah, tem coisa que sim, eu mesmo eu já trabalhei num lugar com uma mulher que quando eu comecei a trabalhar ela desconfiava muito de mim por causa da minha cor e até falar que tava sumindo remédio dela de dormir ela falou pra mim [...] ai eu falei pra ela o único remédio graças a Deus que eu tomo é o

anticoncepcional, aí eu dei um jeito de sair daquela casa. Fiquei lá um ano e meio e ela não pegou a segurança, eu ia continuar lá pra que né?! Tinha dia que era um amor, mas tinha dia que ela tava meio estranha [...]aí eu preferi sair [...] ela não era direta não, mas a gente desconfiava dela pelo jeito dela conversar com a gente né, foi aí eu fui pegando. Ainda tinha mãe que hoje eu perdi não tenho ela mais, eu conversando com ela, aí minha mãe falou assim: “é melhor você sair de lá”, porque minha mãe conversou, **“porque essa cor da gente é muito discriminada minha filha”**. Porque foi um dos meus primeiros empregos, aí foi onde eu saí de lá, preferi sair. E agora graças a Deus to aqui, que todo mundo me trata bem, minhas amigas de serviço, encarregada, aqui eu não tenho nada a reclamar, até os alunos, mas melhorou bastante, nossa! (KARINA, 2013).

A mãe de Karina orienta a filha sobre os possíveis motivos do tratamento recebido no trabalho, afirmando que o fato dela ser negra era a justificativa da patroa para tratá-la com suspeição e desconfiança. Informa a filha sobre o que ela poderia enfrentar.

A relação mãe/filha é fundamental entre as mulheres negras. Inúmeras mães negras empoderaram as filhas transmitindo-lhes o conhecimento cotidiano essencial para sua sobrevivência como mulheres afro-americanas. Filhas negras identificam a profunda influência que as mães tiveram em suas vidas (COLLINS, 2019, p.187).

Esse é um comportamento comum a nós direcionado, visa manter o controle e o distanciamento. Em seu primeiro emprego ela aprende que o julgamento dado a pessoas negras em uma sociedade racista é sumariamente o de culpada/o, somos tratadas/os como as/os despossuídas/os que visam retirar o que é das/dos outras/os. É acionada contra Karina uma representação social hegemônica, elas são fundamentadas no poder de definição que é próprio dos grupos dominantes. As representações sociais hegemônicas acerca de mulheres negras são descritas por Patrícia Hill Collins como imagens de controle.

As imagens de controle são a justificativa ideológica que sustenta a continuidade dos sistemas de dominação racistas e sexistas que buscam manter as mulheres negras em situação de injustiça social. São uma forma potente de atacar a assertividade e a resistência de mulheres negras à sua objetificação enquanto o outro da sociedade. Ao retratar as mulheres negras através de estereótipos que as desumanizam, os grupos dominantes estabelecem uma miríade de justificativas que buscam perpetuar as iniquidades sociais e violências que eles impõem às mulheres em todo o globo. As imagens de controle fazem parte de uma ideologia generalizada de dominação, que opera com base em uma lógica autoritária de poder, a qual nomeia, caracteriza e manipula significados sobre as vidas de mulheres negras que são dissonantes daquilo que elas enunciam sobre si mesmas (BUENO, 2020, p. 78).

Karina identifica, com a ajuda da mãe, como opera a dimensão subjetiva das relações raciais, e como essa dimensão entrelaçada a outras que vivenciamos, funcionam como reprodutoras do racismo. O “(...) entrelaçamento dessa dimensão subjetiva das relações raciais, com outras mais concretas e objetivas, uma vez que ambas se reforçam mutuamente para funcionar como potencializadoras da reprodução do racismo” (BENTO, 2002, p. 2). A exclusão moral é um dos mecanismos contra nós acionado para justificar a exploração de nossa força de trabalho, consegue isso por meio da discriminação, como foi apontado pela

mãe de Karina na situação em que a filha estava envolvida, e era apontada como ladra sem provas, mas foi usado durante a escravização para justificar o genocídio de negras/os e ainda hoje é usada como recurso para manter a maior taxa de mortandade entre nós, garantida e muitas vezes auxiliada pelo Estado, que é uma estrutura racista.

O primeiro passo da exclusão moral é a desvalorização do outro como pessoa e, no limite, como ser humano. Os excluídos moralmente são considerados sem valor, indignos e, portanto, passíveis de serem prejudicados ou explorados. A exclusão moral pode assumir formas severas, como o genocídio; ou mais brandas, como a discriminação. Em certa medida, qualquer um de nós tem limites morais, podendo excluir moralmente os demais em alguma esfera de nossas vidas. Em geral, expressamos sentimentos de obrigações morais na família, com amigos, mas nem sempre com estranhos e, menos ainda, com inimigos e membros de grupos negativamente estereotipados. Pelos processos psicossociais de exclusão moral, os que estão fora do nosso universo moral são julgados com mais dureza e suas falhas justificam o utilitarismo, a exploração, o descaso, a desumanidade com que são tratados (BENTO, 2002, p. 6).

A exclusão moral opera como um recurso da branquitude, que projeta sobre as/os outras/os o que não se tem a capacidade de reconhecer como sendo próprio. Essa prática social foi e permanece sendo utilizada para manter a falsa ideia de uma supremacia branca, que por si só daria legitimidade a constante desigualdade racial/social experimentada por nós, negras/os, relacionalmente. Culpar Karina por roubo era a forma encontrada por sua patroa de se aproximar do modelo imaculado da branquitude, que se percebe como o bastião da moralidade e projeta sobre a/o outra/o todos os desvios morais e de caráter, ela “é” a partir da depreciação da/o outra/o. Entendendo que “(...) a vida cultural e política no interior da qual os indivíduos se reconhecem enquanto sujeitos autoconscientes e onde formam seus afetos é constituída por padrões de clivagem racial inseridas no imaginário social e em práticas sociais cotidianas” (ALMEIDA, 2018, p. 50).

[...] ter a si próprio como modelo e projetar sobre o outro as mazelas que não se é capaz de assumir, pois maculam o modelo -são processos que, sob certos aspectos, podem ser tidos como absolutamente normais no desenvolvimento das pessoas. O primeiro está associado ao narcisismo e, o segundo, à projeção. No entanto, no contexto das relações raciais eles revelam uma faceta mais complexa porque visam justificar, legitimar a ideia de superioridade de um grupo sobre o outro e, consequentemente, as desigualdades, a apropriação indébita de bens concretos e simbólicos, e a manutenção de privilégios (BENTO, 2002, p. 7).

O empoderamento pessoal é um elemento essencial para a nossa sobrevivência. Por não possuímos as vantagens do gênero masculino e da branquitude, temos que recorrer a outras formas de afirmar nosso valor e de lidar com as ações racistas vivenciadas cotidianamente. Nesse sentido, o auxílio da mãe de Karina na leitura da sua realidade corroborava para o seu autoconhecimento. O empoderamento possibilitado pelo autoconhecimento é fundamental, mesmo nas situações em que as possibilidades de ação são

restritas (COLLINS, 2019, p. 211). Ser mulher negra e afirmar que tem valor é um ato de rebeldia, dentro de uma sociedade que desde a sua fundação tem tentado retirar qualquer forma de dignidade de nós. Não aceitar o lugar de imoral, na frágil classificação da branquitude, é também não confirmar a lógica hegemônica, é negar o poder de definição do grupo dominante. Sua mãe lhe transmite um conhecimento essencial no relacionamento com pessoas brancas, mostra para a filha que quando comparada as/aos outras/os, ela, uma mulher negra, enfrentará maiores dificuldades somente por ser quem é, pois essa é a condição subjetiva/coletiva vivida por nós, negras.

[...] as filhas negras aprendem que devem trabalhar, lutar para estudar e se sustentar, e carregar fardos pesados dentro da família e da comunidade, pois essa capacidade será fundamental para sua própria sobrevivência e para a sobrevivência daqueles que um dia estarão sob sua responsabilidade (COLLINS, 2019, p. 306).

Elis disse que gostava de trabalhar na Universidade porque as pessoas com quem convivia eram gentis e não controlavam como ela fazia o seu trabalho: “Ah!, eu gosto [...] eu tive tanta sorte de ter os professores que é gente boa, trabalhar em ambiente que é, quando a gente trabalha em ambiente que o pessoal pega no pé, aí é ruim, mas aqui é de boa sabe, tudo amigo aqui” (ELIS, 2013).

Outras entrevistadas falaram sobre como era importante para elas a autonomia na execução de suas funções. Edna trabalhava na Copa, localizada no bloco 3E, local onde se produzia o café distribuído pela Universidade. De acordo com ela apesar de cansativa sua função permitia que passasse boa parte do tempo sozinha e que podia decidir como fazer seu trabalho, o que apontou como um elemento positivo: “Ela é bem cansativa porque agora eu to sozinha, mas quando tava de duas era mais calmo, mas aqui as meninas são de boa, não são de cobrar muito [...] eu fico mais é sozinha, eu gosto bastante” (EDNA, 2013).

Dina, que trabalhava no bloco 3Q falou sobre isso, de como a ausência de fiscalização a deixava mais à vontade para trabalhar: “É chefe não amola, só se a gente fazer alguma coisa delas ter, é obrigação delas chegar e chamar a atenção né, isso é muito difícil” (DINA, 2013). Alvani, funcionária da Arqgraph disse que quase não encontrava com a encarregada responsável por seu trabalho: “Eu quase não tenho contado com a encarregada [...] fica lá em cima quase não vejo a encarregada” (ALVANI, 2013). Certamente faziam essa comparação baseadas no trabalho doméstico que haviam prestado e que costuma ser feito com ingerência e controle das/dos empregadoras/es.

Elis era contratada pela empresa-meio Servicorp, há um ano e seis meses, na Universidade. O emprego anterior foi na empresa Sadia. Disse que era uma profissão que não recomendaria para ninguém: “Trabalhava na Sadia [...] lá eu descia perna, eu trabalhava na

desossa [...] desossa de peru, lá minha filha é um lugar que eu não aconselho ninguém” (ELIS, 2013). Antes do trabalho na Universidade, Solange trabalhara por uma empresa localizada no bairro Industrial, chamada RB:

Solange: Eu trabalhava numa indústria né, lá no Industrial em uma empresa que chamava RB. **Aline:** Como? **Solange:** RB **Aline:** RB? e o que, que você fazia lá? **Solange:** Lá eu trabalhava assim com material de equipamento, assim de IPIS né, então assim lá você fazia. **Aline:** Equipamento de que? **Solange:** IPI de trabalho, uniformes, botas. **Aline:** Ah, fabricação? **Solange:** Isso, isso, lá que eu trabalhava, nessa empresa (SOLANGE, 2013).

Antes da Universidade, Otacília dissera ter trabalhado a maior parte do tempo com serviços gerais: “**Otacília:** “Nossa, tanto lugar menina, mais na roça. **Aline:** Antes daqui era na roça? **Otacília:** Na roça [...] serviços gerais de tudo [...] tudo um pouco. **Aline:** Mais em sede assim? **Otacília:** Não, apanhar café, capinar, plantar café, essas coisas sabe” (OTACÍLIA, 2013). Thaís era operadora de produção na Sadia: “**Aline:** Onde é que você trabalhava antes? **Thaís:** Trabalhava na Sadia **Aline:** Na Sadia? que função você exercia? **Thaís:** Operador de produção” (THAÍS, 2013). Marilis trabalhava como doméstica: “**Marilis:** Antes eu trabalhava de doméstica, eu fiquei onze anos na casa de uma pessoa trabalhando” (MARILIS, 2013).

Edna, a quarta entrevistada, contratada pela Ética, também exercia o trabalho doméstico remunerado, antes do emprego atual:

Edna: Antes eu trabalhava de doméstica. **Aline:** É. **Edna:** Eu tava de doméstica, trabalhar lá era bem legal também, bem carinhosa. **Aline:** Trabalhou muito tempo fixo em um só lugar? **Edna:** Eu trabalhei acho que foi dois anos com ela. **Aline:** Dois anos com uma pessoa? **Edna:** Dois anos. **Aline:** isso facilita né, quando se tem uma relação de trabalho por mais tempo [...]. **Edna:** Eu tive bastante sorte porque pra todas as pessoas que eu trabalhei foi por bastante tempo, todos os serviços que eu arrumei foi por bastante tempo (EDNA, 2013).

Maria trabalhava com reciclagem: “**Maria:** Eu trabalhei em uma empresa de reciclagem, lá no bairro Marta Helena [...] lá eu trabalhava com uma máquina também, lá eu transformava, uma máquina que transforma o plástico em pó” (MARIA, 2013). Rosângela que no momento da entrevista era contratada pela empresa-meio Eficaz e no bloco 5R, antes era babá: “**Rosângela:** Eu trabalhava de babá. **Aline:** De babá, trabalhou por muito tempo? **Rosângela:** Trabalhei cinco anos e dois meses. **Aline:** bastante também né, e ficou em um lugar fixo? **Rosângela:** foi, isso” (ROSÂNGELA, 2013). Quando perguntei para Dina sobre o emprego anterior ela falou sobre algumas funções nas quais havia trabalhado anteriormente: “**Aline:** Antes de trabalhar aqui por essa empresa, onde você trabalhava Dina? **Dina:** Eu trabalhava de secretária do lar, trabalhei em hotel, trabalhei no American Palace Hotel [...]

trabalhei na Decovale que é limpadora também né [...] trabalhei mais onde, doméstica [...]” (DINA, 2013).

Alvani trabalhava pela Arqgraph, no bloco 1K, antes somente havia trabalhado como dona de casa, de forma não remunerada:

Alvani: Antes eu nunca tinha trabalhado. **Aline:** Antes você não tinha trabalhado, começou nesses sete anos? **Alvani:** Foi. **Aline:** Que é que você fazia antes? **Alvani:** Uai, foi logo que eu vim embora pra cá que eu comecei a trabalhar. **Aline:** Sim, mas aí quando você tava na sua cidade? **Alvani:** Fazia nada. **Aline:** Dona de casa né? **Alvani:** É, hurum [...]” (ALVANI, 2013).

Edna trabalhava na Biblioteca (Bloco 3C), pela terceirizada Eficaz. Ela havia trabalhado como costureira e como babá:

Edna: Eu trabalhava em confecção de roupa. **Aline:** Confecção, você fazia? **Edna:** Assim eu bem não fazia, eu era parte de acabamento. **Aline:** sim. **Edna:** Aí um belo dia a gente, eu tive um desgosto profundo numa empresa, aí que não me pagava direito [...] aí eu desisti. **Aline:** Mas você trabalhou sempre por empresa, não por conta própria? **Edna:** Não, por conta própria não, já trabalhei muito de babá quando eu era mais jovem, eu adorava criança, tinha uma paciência de anjo que hoje eu não tenho mais [...] (EDNA, 2013).

Sônia, a última mulher entrevistada, trabalhara anteriormente na mesma função, porém por outra empresa: “**Sônia:** Na Invicta. **Aline:** Invicta? **Sônia:** Serviços. **Aline:** Também de serviços? Essa mesma função? **Sônia:** Serviços, essa mesma função. **Aline:** Por quanto tempo você trabalhou? **Aline:** Um ano mais ou menos” (SÔNIA, 2013). Pelos trabalhos prestados podemos confirmar o que foi discutido anteriormente, a concentração do trabalho de mulheres negras em funções manuais, entre o grupo era uma regra. A estratificação social e a reprodução da pobreza podem ser facilmente compreendidas nesse sentido, ela está totalmente identificada à limitação encontrada no mercado de trabalho. O que se vive é um círculo vicioso, causado pelo não acesso passado de geração em geração, não acesso à educação, ao trabalho, à moradia, à saúde, aos direitos básicos de uma forma geral. Isso cria experiências muito diferentes no interior da mesma sociedade, permitindo a pessoas da raça branca terem uma expectativa de vida melhor que a de pessoas negras. Vivemos assim uma separação, baseada em critérios raciais.

As desigualdades são graves e, ao afetarem a capacidade de inserção dos negros na sociedade brasileira, comprometem o projeto de construção de um país democrático e com oportunidades iguais para todos. Apresentam-se em diferentes momentos do ciclo de vida do indivíduo, desde a saúde na infância, passando pelo acesso à educação e cristalizando-se no mercado de trabalho e, por consequência, no valor dos rendimentos obtidos e nas condições de vida como um todo. Está presente na diferença entre brancos e negros em termos de acesso à justiça (HERINGER, 2002, p. 58).

2.1. O racismo genderizado e as condições de trabalho das mulheres negras

Rosângela me falou sobre a dificuldade encontrada no seu dia a dia para se desvencilhar das imagens de controle. Para nós, “é útil falar em racismo genderizado (ESSED, 1991, p. 30) para se referir a opressão racial sofrida por mulheres negras como estruturada por percepções racistas de papéis de gênero” (KILOMBA, 2019, p. 99). Cotidianamente lidamos com esse conflito de valores e de pontos de vista. Nossa socialização ancorada em critérios racistas e sexistas nos permite desde cedo identificar nas falas, nos gestos, e nos olhares as suas significações. Vivemos situações contraditórias nas quais temos que separar as imagens que temos de nós mesmas das atribuídas pela sociedade *branca*. De acordo com Karla Holloway, “[...] a realidade do racismo e do sexismo quer dizer que devemos configurar nossas realidades privadas de modo a incluir a consciência do que a nossa imagem pública pode significar para os outros. Isso não é paranoia. É preparo” (1995, p.36, *apud* COLLINS, 2019, p. 183).

Aline: Você acredita assim partindo da sua experiência pessoal, que você pode ter enfrentado maiores impedimentos na sua vida por causa da sua cor? Você acha que isso pode ter acontecido? Você sente que isso tenha acontecido com você?

Rosângela: Pior é que sente. **Aline:** De que forma que isso se manifesta?

Rosângela: Ah, o jeito que os outros te olha, você sente [...] (ROSÂNGELA, 2013).

O racismo genderizado expresso pelas imagens de controle é uma forma de condicionamento das nossas experiências dentro da perspectiva de mundo *branca*, elas são usadas para nos definir e nos controlar. Nesse sentido, a mulher negra idealizada pela branquitude, é submissa, passiva, preguiçosa, servil, dependente, lasciva ou assexuada de acordo com a necessidade, somos criadas como projeções do que lhes convém e do que negam em si.

Como parte de uma ideologia generalizada de dominação, as imagens estereotipadas da condição de mulher negra assumem um significado especial. Dado que a autoridade para definir valores sociais é um importante instrumento de poder, grupos de elite no exercício do poder manipulam ideias sobre a condição da mulher negra (COLLINS, 2019, p. 135).

No decorrer do processo histórico, nós, mulheres negras, temos “formulado identidade e pertença política em termos de “raça” em vez de gênero ou classe” (KILOMBA, 2019, p.108). O racismo não tem sido teorizado como deveria, como parte das experiências femininas, essa é uma das principais divergências entre as teóricas feministas negras e as brancas.

A reivindicação de feministas *negras* não é classificar as estruturas de opressão de tal forma que as mulheres *negras* tenham que escolher entre a solidariedade com homens *negros* ou com mulheres *brancas*, entre “raça” ou gênero, mas ao contrário,

é tornar nossa realidade e experiência visíveis tanto na teoria quanto na história. O movimento e a teoria de mulheres negras têm tido, nesse sentido, um papel central no desenvolvimento de uma crítica pós-moderna, oferecendo uma nova perspectiva a debates contemporâneos sobre gênero e pós-colonialismo (KILOMBA, 2019, p. 108).

De acordo com Sueli Carneiro, as pautas levantadas pelas mulheres negras no cenário feminista nacional, demonstram a necessidade premente do que ela chamou de “enegrecer o feminismo”. O que seria a necessidade de levar em conta as especificidades existentes na categoria de gênero quando ela se refere às mulheres negras e indígenas. Nesse sentido a invectiva contra o racismo seria anteposta à do gênero.

Para Carneiro (2003), a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista nacional revelando a insuficiência prático-teórica e política do feminismo para integrar as diferentes expressões de sociedades multirraciais e pluriculturais é o que se pode entender como o princípio de “enegrecer o feminismo”. A questão de gênero das mulheres negras e indígenas possui demandas que não podem ser tratadas exclusivamente pela categoria gênero se não levarem em conta suas especificidades. Por isso, o combate ao racismo é prioritário para as mulheres negras, na medida em que o racismo produziu gêneros inferiorizados no tocante aos homens negros, e às mulheres negras em relação à mulher branca (PRADO, RODRIGUES, 2010, p.450).

A inserção de mulheres negras no sistema político institucional ocorreu primeiramente pelo questionamento do debate feminista nacional, pautado na categoria gênero, compreendida em sua universalidade, desprezando as demandas específicas de mulheres negras.

Foi justamente reclamando a ausência do debate racial no interior das práticas políticas feministas que as mulheres negras conseguiram se inserir, antes inclusive que os homens negros, no sistema político institucional através da participação de duas mulheres junto ao Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) no Estado de São Paulo em 1983, e, posteriormente, também obtendo assento junto ao Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) (PRADO, RODRIGUES, 2010, p.450).

As imagens de controle unidas a regulação da distância física da *negritude* estabelecida pela *branquitude*, a definição de como nós poderemos estar presentes ou fazer usos de áreas que são comuns, fazem parte do racismo em sua manifestação cotidiana. Tinham/têm o intuito de manter a ideia de que cada uma/um possui um lugar, determinando como e onde os grupos racializados poderão/podem estar presentes nas cidades e dentro de cada instituição, isso oportuniza e permite a criação das imagens, faz parte de sua manutenção, vincula o fazer ao ser e o ser ao ter. “A necessidade de regular a distância física de pessoas negras e de definir as áreas que elas mesmas podem usar, revela uma dimensão muito importante do racismo cotidiano relacionada a fantasias de contágio racial” (KILOMBA, 2019, p. 167). A organização geográfica evidencia a desconformidade de poder que envolve as relações entre brancas/os e negras/os.

Tal geografia evidencia uma assimetria de poder na qual a *branquitude* define sua própria área e a *negritude* é confinada a uma determinada área definida pela *branquitude*. Essa era a principal função da ideologia segregacionista, confinar as/os “Outras/os” raciais (KILOMBA, 2019, 168).

O projeto colonial criou formas de controlar o acesso ao espaço físico, implementadas pelas/os colonizadoras/es, em que se mantinha a distância das/os escravizadas/os como uma regra. As cidades brasileiras, toda a sua arquitetura e disposição não podem ser dissociadas do processo de controle populacional e de conquista territorial.

Assim, a rede urbana brasileira cuja gênese está nos primeiros séculos de colonização, constitui-se em um conjunto de respostas às solicitações deste processo de urbanização e conquista territorial. De acordo com Oliveira (1982, p. 38), “o urbano no Brasil é historicamente fundado numa contradição singular: enquanto o lócus da produção era rural, agrário, o lócus do controle foi urbano”. Considera-se que o movimento de acumulação primitiva do capitalismo mercantil teve sua sede de controle na cidade porque se tratava de uma economia com uma função específica dentro do sistema internacional de acumulação. Organizado e produzido para atender a economia de exportação, o espaço urbano surge no Brasil antes mesmo que o campo. A política de exploração realizada pela Coroa portuguesa no Brasil, não exclui a ideia de criação de cidades como forma de domínio territorial e pontos de escoamento de mercadorias. A articulação entre elas condiciona a rede urbana e o modo como o processo de colonização se desenvolve (GODOY, 2011, p.12).

Nas cidades, assim como no campo, eram determinados os lugares onde se permitia a presença e atuação das/os escravizados, baseados nos desígnios das/os colonizadores, as cidades são construídas assim como espaços de controle das/os escravizados e de materialização das vontades das/dos colonizadoras/es.

Na perspectiva do poder da Metrópole portuguesa, os núcleos urbanos na colônia tornam-se espaços de controle e, ao mesmo tempo, permitem ampliar, com eficácia, o sistema administrativo. Para o Estado brasileiro, a cidade tornar-se-á a condição concreta de intervenção política e econômica na sociedade (GODOY, 2011, p. 13).

Nesse sentido as cidades foram constituídas como disposições espaciais do projeto colonial, criadas com base na vida social, na tomada e no uso dos territórios, e de pessoas.

A política urbanizadora portuguesa praticada nos primeiros séculos de colonização na América Latina constitui-se tanto como processo histórico como espacial em curso de formação do que será o território brasileiro. Por política urbanizadora devemos entender aquilo que remete a um esforço de “controlar ou influir sobre as transformações que ocorrem num processo de urbanização” (REIS FILHO, 1978: 66). Formas essas sob as quais decorre o urbanismo determinam-se a partir da vida social, responsável por determinar desde as condições de apropriação e uso do território à produção e transformação do espaço (SOUZA, 2013, p.2).

Sendo assim, não podemos dissociar os lugares ocupados por pessoas negras na atualidade de todo esse processo, não é por acaso que a maioria vive em periferias e trabalha em funções manuais, vivemos hoje os desdobramentos da política urbanizadora segregacionista. Nosso cotidiano ainda é fortemente pautado por esses eventos, há uma

disputa acentuada pela ocupação dos espaços e qualquer pessoa negra que infrinja determinações que são históricas, “saindo do seu lugar”, é punida por isso.

Ao falar sobre o tratamento recebido diariamente, e o que sentia por causa dele, Rosângela demonstrava indignação, tristeza e raiva, que são sentimentos comuns mobilizados ao se falar da margem. Sua fala é um relato pessoal, mas que abarca eventos comuns em nosso cotidiano, a discriminação racista é trivial nas trajetórias de vida da população negra. Seu relato evidencia a inexistência de limites exatos entre os âmbitos pessoal e político. Nossas realidades precisam ser ditas e organizadas teoricamente, somente assim poderemos contestar a produção do centro, demonstrando sua incoerência, explicitada ao negar a humanidade de determinadas/os sujeitas/os históricas/os. bell hooks (1990) aponta que falar sobre as posições marginais que ocupamos nos faz lembrar “dos lugares onde mal podemos entrar, dos lugares nos quais dificilmente “chegamos” ou não “podemos ficar” (1990, p.148, *apud* KILOMBA, 2019, p. 57). Por isso, falar a respeito de nossa condição não é uma tarefa fácil, porém necessária para desmistificar as imagens distorcidas usadas contra nós e que continuam nos aprisionando.

Rosângela: Ah, tem uns alunos que te cumprimenta outros não, tem uns professor que cumprimenta outros também não, desse jeito. **Aline:** Mas você avalia que seja uma relação boa, como é que é? **Rosângela:** Lógico que é, é. **Aline:** Mas assim por essa questão você avalia que seja descaso, o que é que você pensa? **Rosângela:** Não, descaso eu acho que não é não, porque eles se acham assim muito superior ao pessoal da limpeza né. **Aline:** Você acha que tem essa diferenciação então. **Rosângela:** Tem, bastante [...] (ROSÂNGELA, 2013).

O racismo cotidiano, o supremacismo branco e o colonialismo apresentam formas de funcionamento semelhantes, operam da seguinte forma: “uma pessoa é olhada, lhe é dirigida a palavra, ela é agredida, ferida e finalmente encarcerada em fantasias *brancas* do que ela deveria ser” (KILOMBA, 2019, p. 224). O restabelecimento ou manutenção da ordem colonial é a função do racismo cotidiano, as/os sujeitas/os brancas/os reproduzem práticas de diferenciação racial que nos levam a reviver a experiência de ser a/o outra/o. Os olhares de superioridade recebidos fazem parte dessa dinâmica do racismo. A necessidade de manter lugares sociais de privilégio exige um leque de práticas repressivas que são atualizadas de acordo com o local e o contexto histórico, baseadas em um pensamento dual que Patricia Hill Collins (2016, p.108) chamou de “constructo da diferença dicotômica por oposição”. Essa percepção de mundo visa classificar elementos entre superiores e inferiores. Por meio da polarização criada entre eles, as divisões masculino/feminino, alma/corpo, fato/opinião, branco/preto, manifestam o constructo.

Os binarismos apenas fazem sentido quando juntos e dispostos como classificações hierárquicas. O código social que carregamos, recorrentemente alimentado pelo padrão ideal da branquitude, é o da inferioridade. Em comparação às/aos brancas/os, somos corpos marcados, racializados com base na imposição de uma sequência de abusos, físicos, emocionais, econômicos, sociais, políticos etc. Da mesma forma que somos lidos por pessoas brancas, também as lemos. Para sobreviver a situações de desigualdade, vividas por nós desde quando trazidas/os para o território americano, tivemos/temos que ser hábeis na leitura dos olhares, das ações, das falas das/os sujeitas/os brancas/os, pois disso dependia/depende a nossa sobrevivência enquanto grupo. A manutenção da crença na supremacia racial branca se torna possível pela conservação das mais diversas formas de privilégio adquiridas e mantidas ao longo do tempo.

O racismo cotidiano refere-se a todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o *sujeito negro* e as Pessoas de Cor não só como “*Outra/o*” – a diferença contra a qual o *sujeito branco* é medido – mas também como *Outridade*, isto é, como a personificação dos aspectos reprimidos na sociedade *branca* (KILOMBA, 2019, p. 78).

Para que nós, sujeitas/os negras/os, tenhamos consciência do que abarca a experiência de ser negra/o na dinâmica relacional, vivida cotidianamente, temos que passar por cinco mecanismos de defesa do ego. Eles foram criados para defendê-lo das contendas com o mundo embasado no supremacismo branco e que operam por meio das relações estabelecidas.

[...] pois a função da defesa é proteger o ego dos conflitos com o mundo exterior. Trata-se de uma designação geral para todas as técnicas que o ego utiliza no intuito de dominar a realidade exterior. Existem portanto, cinco mecanismos diferentes de defesa do ego: negação/ frustração/ ambivalência/ identificação/ descolonização (KILOMBA, 2019, p. 236).

Nas falas de Rosângela estão presentes dois mecanismos, a frustração e a negação. Na fala anterior ela relata uma das formas como o racismo se manifesta em suas relações, ela o identifica, e demonstra frustração em não ser inclusa no mundo conceitual *branco*, que é quando percebemos não caber em suas expectativas, entendendo que por isso nos serão negadas possibilidades. Esse mecanismo “refere-se [...] à falta de oportunidades necessárias para a satisfação, o sujeito negro sente-se insatisfeito porque percebe que não tem as mesmas oportunidades que o consenso branco” (KILOMBA, 2019, p. 236).

Na fala a seguinte, ela nega que essa experiência seja coletiva, quando diz não haver diferenças sociais entre brancas/os e negras/os. A negação é um mecanismo de defesa do “eu”, nos protege da angústia da tomada de consciência de certas informações. É uma forma de lidar com o racismo: “**Aline:** Existe uma grande diferença na questão do trabalho, na

possibilidade de estudos, entre pessoas brancas e pessoas negras? Você consegue perceber alguma diferença ou acha que isso se dá de uma forma igual? **Rosângela:** Não, aqui não tem não (ROSÂNGELA, 2013). Nela “uma experiência só é admitida ao consciente em sua forma negativa (KILOMBA, 2019, p. 236).

Solange demonstra a identificação, que seria quando a/o sujeita/o negra/o “inicia uma série de identificações consecutivas com outras pessoas negras: sua (s) história (s), suas biografias, suas experiências, seus conhecimentos etc. [...] Em vez de se identificar com a/o “outro/a” branca/o, desenvolve-se uma identificação positiva com sua própria *negritude* [...]. Ela faz isso ao descrever as situações com as quais se deparava ao sair em busca por emprego:

Solange: [...] até o olhar você nota diferença né, quando é uma cor de pele mais clara de que você. **Aline:** Você acredita que elas tenham preferência? **Solange:** Isso, às vezes tem até menos grau de escolaridade [...] de que você, do que a gente, mas como se diz, tem isso hoje na nossa época ainda, muito tá que tampa os olhos falando que não, mas tem sim (SOLANGE, 2013).

Logo a seguir manifesta mais um dos mecanismos de defesa do ego, a descolonização, que é quando “não se existe mais como a/o “*Outra/o*”, mas como eu” (KILOMBA, 2019, p.238). “**Solange:** Só que nós não devemos ficar assim como se diz, sentir inferior não, nós temos que batalhar e seguir em frente né, porque como se diz estamos aí não deve ser, ficar sendo menor não, então vamos batalhar para nós sermos iguais” (SOLANGE, 2013). A descolonização é a aceitação da condição de sujeita/o, que tanto nos foi negada e que costumeiramente acreditamos não ser nossa. Nela: “Somos eu, somos *sujeito*, somos quem descreve, somos quem narra, somos autoras/es e autoridade da nossa realidade” (KILOMBA, 2019, p. 238), como bem denota a fala da entrevistada.

Elis manifesta ambivalência quando fala acerca das relações desenvolvidas na Universidade. A ambivalência:

[...] refere-se à coexistência de amor e de ódio [...] a uma atitude emocional subjacente em que as opiniões contraditórias derivam da mesma fonte. Sente-se raiva e culpa em relação às pessoas *brancas*, nojo e esperança, confiança e desconfiança. Orgulho e culpa em relação às pessoas *negras*, solidariedade e vergonha, confiança e dúvida: sentimentos contraditórios em relação a um mesmo *objeto* (KILOMBA, 2019, p.237).

Na primeira fala ela responde uma pergunta, se identificava alguma forma de privilégio entre as pessoas brancas quando comparadas às negras:

Elis: Uai tem. **Aline:** Você acha que sim? **Elis:** Tem. **Aline:** Mas em que sentido? [...] **Elis:** Principalmente aqui nessa faculdade, aqui é o exemplo, não é? **Aline:** Sim. **Elis:** Porque a porcentagem se você olhando lá, o negro é pequenininho [...] principalmente aqui e têm muitos aqui que ainda é racista, principalmente aqui, eu vejo, nesse tanto de ano eu vejo, então eu tomo a faculdade como exemplo [...] (ELIS, 2013).

Em outro momento, quando questionada sobre o que achava de trabalhar na Universidade, ela se contradiz, ao dizer que trabalhava em um ambiente onde todos eram amigos: “Elis: [...] eu tive tanta sorte de ter os professores que é gente boa, trabalhar em ambiente que é, quando a gente trabalha em ambiente que o pessoal pega no pé, aí é ruim, mas aqui é de boa sabe, tudo amigo aqui (ELIS, 2013).

2.2. Trabalho doméstico, dupla jornada e apropriação do trabalho

Marilis, antes da função na Universidade, havia atuado por onze anos como trabalhadora doméstica em uma única residência, da qual saíra sem receber nenhum valor pelo tempo de serviços prestados.

Marilis: Antes eu trabalhava de doméstica, eu fiquei onze anos na casa de uma pessoa trabalhando [...]. **Aline:** E comparando, o que você prefere, a profissão anterior ou agora? **Marilis:** Eu prefiro essa aqui [...] porque trabalhar de doméstica você não tem segurança nenhuma, eu fiquei esses anos lá todim, de onze anos sai com uma mão na frente outra atrás, não tive um acerto de casa, não tive um seguro desemprego e aqui não, aqui quando eu sair eu tenho né (MARILIS, 2013).

A modernização no Brasil significa o mesmo que conformação às desigualdades, o moderno foi criado com base no estabelecimento e permanência da desigualdade. Nesse contexto devemos vislumbrar as condições de trabalho disponíveis para as trabalhadoras domésticas em suas conotações mais absurdas, pautadas no imaginário brasileiro que naturalizou a presença de mulheres negras nessa função. Relações autoritárias e de subordinação foram a regra na conjuntura nacional, fundadas sobre critérios raciais e de gênero.

Lélia Gonzalez (2018) aponta que o desenvolvimento econômico brasileiro é pautado em um modelo conservador e excludente de modernização, que deixa à margem do sistema uma gama de pessoas, uma massa fadada ao desemprego ou ao subemprego. As trabalhadoras domésticas, como tantas outras mulheres negras, representam uma grande parcela dessa massa marginal e, como salienta a autora, existe uma articulação entre sexismo e racismo que, no Brasil, funciona como um dos operadores simbólicos do modo como as mulheres negras são vistas e tratadas. É deste modo que o trabalho da mulher negra é comumente associado a ocupações domésticas informais ou pouco valoradas. Existe no imaginário brasileiro um estereótipo que associa a mulher negra a funções subalternas. Tal condição subalterna é naturalizada socialmente e passa a ser comum ver estas mulheres negras desempenhando atividades domésticas como lavar, passar, cozinhar etc., afinal, esta ocupação estaria de acordo com as habilidades típicas da população feminina negra. Este imaginário foi historicamente construído e ancorado na "naturalização de relações de autoridade e subordinação, que são apresentadas como se fossem fundadas na biologia e/ou justificadas racialmente" (Biroli, 2018, p. 42) (CARVALHO, FURTADO, SANTOS, 2020).

O trabalho doméstico, remunerado e não remunerado, era comum entre as mulheres entrevistadas. Mulheres negras ainda são a maioria entre as trabalhadoras domésticas.

O perfil das trabalhadoras domésticas no Brasil expressam avanços quando analisados em relação ao seu percurso histórico, mas ainda demonstram a atualidade do critério de sexo e raça na composição dessa ocupação. Em 2014, 14% das mulheres eram empregadas domésticas e a categoria era majoritariamente feminina (92%), mais de 6 em cada 10 eram mulheres negras (65%). A precariedade nas relações de trabalho predomina: 68% sem registro, em sua maioria por trabalhadoras com baixa escolaridade. Soma-se à informalidade o fato de que essas, além do não acesso aos direitos vinculados ao trabalho, recebiam 42% do rendimento médio das trabalhadoras. Entre a totalidade de trabalhadoras negras, 17% eram domésticas,

sendo essa a atividade principal para este grupo, contra 10% das mulheres brancas, ocupadas principalmente no comércio e indústria (ONU, 2016) (VIEIRA, 2017, p.7).

A divisão internacional do trabalho, unida a sua divisão sexual e racial, são elementos que conseguem explicar essa realidade: “[...] assim como a divisão internacional do trabalho, a divisão sexual foi, sobretudo, uma relação de poder, uma divisão dentro da força de trabalho, ao mesmo tempo que um imenso impulso à produção capitalista” (FEDERICI, 2019, 232). O trabalho não remunerado prestado pelas mulheres negras, é uma das formas encontradas pelo capitalismo de esconder o poder estabelecido, e exercido pelos homens em relação às mulheres, criando uma atribuição natural do trabalho doméstico às mulheres.

[...] a diferença de poder entre mulheres e homens e o ocultamento do trabalho não remunerado das mulheres por trás do disfarce da inferioridade natural permitiram ao capitalismo ampliar imensamente “a parte não remunerada do dia de trabalho” e usar o salário (masculino) para acumular trabalho feminino. Em muitos casos serviram também para desviar o antagonismo entre homens e mulheres. Dessa forma, a acumulação primitiva foi, sobretudo, uma acumulação de diferenças, desigualdades, hierarquias e divisões que separaram os trabalhadores entre si e, inclusive, alienaram a eles mesmos (FEDERICI, 2019, 232).

Muitas das entrevistadas, quando questionadas sobre a vontade ou mesmo possibilidade de retomar seus estudos, apontavam suas jornadas duplas de trabalho como dificultadoras. Ela era o que impedia que Thaís voltasse a estudar: “**Thaís:** Pretendo e não pretendo, porque tem hora que eu não tenho cabeça porque é menino, é casa né [...]” (THAÍS, 2013). Marilis fala sobre sua rotina diária de trabalho em casa e fora dela:

É, mas eu não quero estudar mais não [...] chega quais cinco horas em casa, chega lá tem que fazer as coisas, fazer janta pra sete horas voltar ir pra escola, estudar e sair lá pela umas onze horas da noite [...]é nois levanta o que, quatro e meia pra dá tempo de chegar aqui né [...] se não, não dá tempo; tem dia que levanta mais cedo ainda (MARILIS, 2013).

Karina também falou sobre a sua dupla jornada de trabalho como algo que dificultava a dedicação aos estudos: “**Karina:** [...]ah, não, a gente assim o pai dos meninos, eu não sou casada no papel né, amasiado [...] então assim a gente mexe com filho, com marido, a gente mexe com casa, a gente levanta de madrugada. Ah, não! então eu acho que eu não tenho mais cabeça” (KARINA, 2013). Rosa dizia que as necessidades de sua rotina diária tinham feito com que perdesse a vontade de estudar:

Rosa: Ah! as vez eu falo que estudar, tem muita gente que vai e dá certo e continua estudando, mas eu não tenho essa vontade mais não. [...] Não tenho não, não tenho, aí senhor! chego lá em casa dá pra limpar oito horas, nove horas, aquele sono, acho que eu não consigo, a não ser como diz eles falam “só você se acostumar”, mas acho que eu não do conta mais não [...] (ROSA, 2013).

Edna, encarregada da Eficaz, apontou o cansaço proveniente do seu dia a dia, como um complicador que dificultava sua dedicação a outras atividades:

Edna: Eu estudei até a oitava série só. **Aline:** Só até a oitava, tem pretensão de dar prosseguimento aos estudos? **Edna:** Ah, eu tinha até um ano atrás, agora eu não tenho mais não. **Aline:** É, você parou por qual motivo? **Edna:** Cansaço, cê trabalha e estudo, cê acorda de madrugada, cê chega em casa tarde, cê não tem [...] é um desgaste muito grande, a pessoa tem que ter muito boa vontade [...] cê trabalha, cê cuida de casa, cê cuida de estudo [...] (EDNA, 2013).

Mulheres de uma forma geral são sujeitas a jornadas de trabalho mais longas, no caso do grupo de mulheres entrevistadas há elementos agravantes como a baixa renda e a forma de inserção no mercado de trabalho. Pensando nas condições de exercício das funções prestadas, entendendo a terceirização como uma maneira de precarização do trabalho. Podemos afirmar com base nas ocupações exercidas pelo grupo que elas implicam em mais trabalho em casa, em maior apropriação do seu tempo pelo capital. A menor escolaridade está diretamente relacionada a uma maior participação no trabalho de reprodução social. A única das entrevistadas que tinha completado o ensino fundamental era Solange, as outras haviam parado de estudar mais cedo.

A Pnad revela que, de maneira geral, as mulheres são penalizadas por sua condição de provedoras da reprodução social do lar através de jornadas de trabalho totais mais longas, tendo que conciliar a necessidade de desempenhar as tarefas domésticas com a inserção no mercado de trabalho. O resultado global explicita que elas trabalham em média 18 horas semanais a mais do que os homens. Ademais, a Pnad deixa claro que, quanto mais desfavorável for a inserção ocupacional da mulher e quanto mais baixa a sua renda, maior é a distância entre a jornada de trabalho a que ela está submetida, comparativamente àquela exercida pelos homens na mesma condição. Além disso, quanto pior a qualidade da ocupação que ela realiza, maior é a sua jornada total de trabalho e maior a participação do trabalho em casa na apropriação do seu tempo. Assim sendo, menor é o tempo que ela pode dedicar ao trabalho fora de casa, o que aponta na direção de uma inserção de pior qualidade no mercado. O nível mais baixo de escolaridade também está relacionado à jornada de trabalho total maior e com maior participação nela das horas dedicadas à reprodução social, e essa situação se agrava para as mulheres chefes de família. No entanto, é preciso também observar que essa tendência começa antes mesmo de a mulher constituir família: ainda na posição de filha ela já sente o peso desses deveres, especialmente quando é oriunda de família de baixa renda em um contexto no qual ela não só se responsabiliza pelas tarefas domésticas, mas também muitas vezes pela criação dos próprios irmãos, enquanto a mãe está no mercado de trabalho) (DEDDECA, RIBEIRO, ISHII, 2009).

Historicamente o trabalho doméstico tem sido exercido majoritariamente por mulheres, principalmente pelas negras.

É muito evidente a natureza feminina do emprego doméstico no Brasil. Isto porque os afazeres domésticos são tidos como responsabilidade da mulher, independente da sua situação social, sua posição na família e se trabalha fora (BRUSCHINI, 1990). Quando esses afazeres são realizados dentro do próprio lar, eles não são considerados como trabalho pelo fato de não existir uma remuneração capaz de

movimentar a economia. No entanto, quando as mesmas atividades são realizadas por uma pessoa contratada para esse fim, mediante remuneração em bens ou espécie, passa a existir uma relação de trabalho, sob o rótulo de serviço ou emprego doméstico. Assim, as mesmas atividades têm significados diferentes para a economia, caso sejam realizadas como prestação de serviços remunerados, ou por alguém da família, em geral uma mulher, sem qualquer pagamento (BRUSCHINI, LOMBARDI, 2000).

De acordo com a teoria marxista o capitalismo haveria construído a sua autoridade e sua manifestação com base no salário. Nesse sentido se estabelece um marco, no qual se compreende o início do modo de produção capitalista como o da exploração das/dos trabalhadoras/es assalariadas/os. O que não se explicita por meio dessa premissa é que o exercício do trabalho assalariado é o que permite e edifica a exploração do trabalho não assalariado.

Está claro desde Marx que o capital constrói o seu domínio e se desenvolve por meio do salário, isto é, que a fundação da sociedade capitalista foi o trabalhador e a trabalhadora assalariados e sua exploração direta. O que não está claro nem tem sido visto como pressuposto entre as organizações dos movimentos da classe trabalhadora é precisamente o fato de que é por meio do salário que se organiza a exploração do trabalho não assalariado. Essa exploração tem sido especialmente eficaz porque a ausência de salário a escondeu [...] *no que se refere às mulheres o seu trabalho parece ser um serviço pessoal externo ao capital* (FEDERICI, 2019, p. 62).

Para fazer um embate certo ao capitalismo e aos seus mecanismos de criação e de manutenção das desigualdades, não podemos mais separar o trabalho remunerado do não remunerado, pois ele se alimenta dessa subvalorização do trabalho feminino, que é estrutural. Mais uma vez a “política identitária” e a “política de classe” se confundem, revelando os imbricamentos entre público e privado e as formas de acumulação do capital.

[...] a nova onda feminista tem potencial para superar a oposição obstinada e dissociadora entre “política identitária” e “política de classe”. Desvelando a unidade entre “local de trabalho” e “vida privada”, essa onda se recusa a limitar suas lutas a um desses espaços. E, ao redefinir o que é considerado “trabalho” e quem é considerado “trabalhador” rejeita a subvalorização estrutural do trabalho – tanto remunerado quanto não remunerado – das mulheres no capitalismo (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 34).

No Brasil, o exercício do trabalho doméstico carrega uma série de padrões racistas, sexistas e classistas na relação entre empregadores/as e empregados/as, esses padrões ressignificam e mantêm as imagens de controle elaboradas pela ideologia da branquitude desde a escravização. O período colonial brasileiro, ocorrido entre os séculos XVI e XIX, foi o momento da entrada de muitas pessoas negras no país na condição de escravizadas/os. Os ciclos econômicos do açúcar e da mineração propulsionaram o sequestro, seguido pelo trabalho forçado de negras/os africanas/os em território nacional. A prestação do trabalho doméstico no Brasil desde o período colonial foi predominantemente feita pelas/os

escravizadas/os, pelas mulheres principalmente, nesse momento trabalho doméstico era trabalho escravizado, negro e associado ao feminino.

Acrescenta-se que o Trabalho Doméstico teve seu marco histórico no período colonial, onde a atividade doméstica era entendida como trabalho escravo, realizado por mulheres, principalmente as negras. Segundo Gomes (2016), em seu texto “a origem do trabalho doméstico no Brasil”, a atividade desenvolvida pela empregada doméstica era “de mucamas, amas de leite, costureiras, aias, pajens, cozinheiros, também cuidavam dos filhos dos senhores, transmitiam recados, serviam à mesa, recebiam as visitas e etc (BIFANO, LORETO, SILVA, 2017, p. 414).

Durante o período imperial, no século XIX, a prática da escravização ainda era legal, sendo o Estado imperial seu mantenedor.

[...] cabia ao mesmo a tarefa de vigilância das senzalas, combate a fugas, além da “legalização do sistema escravista mediante a instauração de uma ordem jurídica que, defensora da propriedade privada, não hesitava em definir os negros escravizados como objetos de propriedade dos escravistas [...] (BIFANO, LORETO, SILVA, 2017, p. 414).

A escravização foi considerada ilegal e abolida em 1888, porém muitos das/dos escravizada/os que exerciam trabalhos domésticos permaneceram nas casas de suas/seus senhoras/es, que como elas/es apenas mudaram de status, passaram a ser suas/seus patroas/patrões e elas/es suas/seus trabalhadoras/es domésticos ou criadas/os.

[...] permaneciam com seus antigos senhores sem receber salários, apenas em troca de abrigo e comida, já que muitos não tinham para onde se refugiar nem o que fazer. Como se diz: adianta dar liberdade aos escravos se não oferece ao mesmo emprego digno, com salários e meios para a sua sobrevivência? (BIFANO, LORETO, SILVA, 2017, p. 420).

Nesse sentido, o trabalho doméstico conservou a desigualdade racial que molda nossa percepção a seu respeito e permanece ancorado no racismo. Ilusório acreditar que somente a definição de libertas/os alteraria realmente as condições dos até então escravizadas/os, visto que a forma como as estruturas sociais estavam dispostas e como os grupos a ocupavam/ocupam e nela agiam/agem continuaram a operar de forma que os privilégios raciais adquiridos pelas/os brancas/os fossem mantidos, apenas alterando significações e mantendo práticas sociais de acordo com a necessidade da conjuntura e do momento em questão. Dessa forma negras/os continuaram dependentes de pessoas brancas, de empregos que eram oferecidos por eles/as, do convívio com essas mesmas pessoas que não haviam abandonado o racismo como padrão relacional em todos os âmbitos sociais, da mesma forma que negras/os mantiveram percepções limitadoras acerca de si, baseadas no modo de produção e de relação escravista. Pessoas classificadas como brancas continuaram sendo as maiores responsáveis pelo poder de decisão acerca das possibilidades dos outros grupos, mantiveram esse poder e limitaram as alternativas das/os negras/os libertas/os.

As constantes tentativas de invisibilização do serviço doméstico e de negação do exercício da função como uma forma de trabalho fazem parte do constructo ideológico da branquitude, que abarca a questão da raça, do gênero, da geração e da classe, que se confundem em nossa formação sócio-histórica, associando o fazer ao ser e o ser ao ter. A imagem de controle da mulher negra servil, subestimada pela branquitude, é fundamentada nessa associação. Visa limitar nossas possibilidades sociais e negar o trabalho doméstico como uma função social essencial, como um trabalho. Dessa forma se pode adquiri-lo por baixos valores e se mantém uma estrutura secular.

Nesse sentido o trabalho doméstico prestado pelas mulheres negras escravizadas e posteriormente pelas libertas foi um dos pilares da acumulação primitiva do capital, um dos grandes geradores da desigualdade social. Devemos compreender o exercício do trabalho doméstico em toda sua complexidade e em todas as suas implicações. Ser trabalhadora doméstica não se restringe a limpar casas, mas a sustentar lares, física, emocional e sexualmente. Por trás de toda instituição capitalista estão as trabalhadoras domésticas, na condição de geradoras, criadoras e mantenedoras das/os demais trabalhadores.

O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças – os trabalhadores do futuro –, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. Isso significa que, por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas (FEDERICI, 2019, p.68).

Atualmente “[...] o serviço doméstico está entre as posições menos favoráveis e mais precárias, quanto ao vínculo de trabalho, à remuneração, à proteção social ou às condições de trabalho propriamente ditas (BRUSCHINI et al 2000)” (WAJNMAN, MYRRHA, 2019, p. 2). As representações sociais hegemônicas acerca das mulheres negras manifestas pelas imagens de controle são pretextos, usadas para manter a ausência de direitos trabalhistas, vivenciada no exercício de suas funções.

As imagens de controle são a justificativa ideológica que sustenta a continuidade dos sistemas de dominação racistas e sexistas que buscam manter as mulheres negras em situação de injustiça social. São uma forma potente de atacar a assertividade e a resistência de mulheres negras à sua objetificação enquanto o outro da sociedade. Ao retratar as mulheres negras através de estereótipos que as desumanizam, os grupos dominantes estabelecem uma miríade de justificativas que buscam perpetuar as inequidades sociais e violências que eles impõem às mulheres negras em todo o globo. As imagens de controle fazem parte de uma ideologia generalizada de dominação, que opera a partir de uma lógica autoritária de poder, que nomeia, caracteriza e manipula significados sobre as vidas de mulheres negras que são dissonantes daquilo que elas enunciam sobre si mesmas (BUENO, 2019, p. 73).

As representações sociais hegemônicas justificam a ação tomada pelas/os empregadoras/es de Marilis. A desvalorização do trabalho exercido e a falta de reconhecimento pessoal/profissional, fundamentam-se na ideologia generalizada de dominação. Esse *modus operandi* vem sendo ressignificado desde o período colonial e mantém os privilégios raciais para sua descendência, normaliza situações de injustiça social como a vivida por Marilis, tornando-as experiências comuns entre mulheres negras. Não receber o que nós é devido pelo que fizemos/fazemos, e ser subestimadas, são heranças escravocratas, são essas ideias que constantemente ressignificadas fundamentam o modo de produção capitalista. O exercício de funções domésticas não é considerado como uma forma de trabalho digno ou mesmo de trabalho, não somente pelo que é, mas também por quem majoritariamente o faz.

Fazia sete anos que Alvani trabalhava para empresas-meio de conservação e limpeza, sendo que no momento da entrevista completava nove meses de contrato com a Arqgraph. Disse que antes desse trabalho não fazia nada, não considerava o serviço doméstico feito em sua casa como trabalho.

Alvani: Antes eu nunca tinha trabalhado. **Aline:** Antes você não tinha trabalhado, começou nesses sete anos? **Alvani:** Foi. **Aline:** O que é que você fazia antes? **Alvani:** Uai, foi logo que eu vim embora pra cá que eu comecei a trabalhar. **Aline:** Sim, mas aí quando você tava na sua cidade? **Alvani:** Fazia nada. **Aline:** Dona de casa né? **Alvani:** é, humum (ALVANI, 2013).

Sua percepção mostra como as representações sociais hegemônicas acerca do trabalho doméstico não assalariado são crenças limitadoras, usadas não somente pelas elites brancas dominantes, temos que acreditar nelas e agir em prol de sua concretização, somente assim elas são realizadas. “As imagens de controle, portanto, não são utilizadas apenas pelas elites dominantes brancas, sendo também manipuladas pela própria comunidade negra, que acaba introjetando determinadas imagens em seu cotidiano” (BUENO, 2020, p. 85). Romper com a percepção racista e classista que tem nos determinado, exige a ruptura com a ideia de que o trabalho doméstico não remunerado, não é trabalho: “No nosso caso, trata-se do fim da divisão entre mulheres “que de fato trabalham” e “mulheres que não trabalham” (elas são “apenas donas de casa”), o que implica que trabalho não assalariado não é trabalho, que trabalho doméstico não é trabalho [...] (FEDERICI, 2019, p.67).

Não enxergar o trabalho das mulheres no lar é estar cego ao trabalho e à luta da esmagadora maioria da população mundial que não é assalariada. É ignorar que o capital estadunidense foi constituído por meio de trabalho escravo assim como de trabalho assalariado e, até hoje, prospera por causa do trabalho não assalariado de milhões de mulheres e homens nos campos, nas cozinhas e nas prisões dos Estados Unidos e do mundo (FEDERICI, 2019, p.67).

A naturalização do trabalho doméstico como uma prática essencialmente feminina, unida ao racismo, manifesta uma forma específica de discriminação, o racismo genderificado, que incide diretamente em nossas vivências pela projeção de representações sociais desumanizadoras, que perpetuam a injustiça social. Mulheres classificadas como brancas obtiveram privilégios com relação às negras no que diz respeito ao trabalho doméstico, sua entrada no mercado de trabalho e autonomia financeira por vezes foram obtidas por meio da exploração da força de trabalho de mulheres negras. Se para mulheres brancas o trabalho doméstico foi experimentado como algo natural, para nós, negras, foi/é inevitável. No Brasil a definição do trabalho doméstico como um trabalho específico de mulheres negras vem da escravização e repercute atualmente em nossa experiência. Ainda somos a maioria em sua prestação, seja ele remunerado ou não, o que está diretamente atrelado à desvalorização do trabalho doméstico e das mulheres negras juntamente a ele.

O feminismo liberal, corrente feminista mais difundida, e erroneamente compreendida como a totalidade da organização e da luta das mulheres, reforça a desigualdade racial intragênero.

Longe de oferecer uma solução, contudo, o feminismo liberal é parte do problema. Centrado no Norte global, entre a camada gerencial-profissional, ele está voltado para a “imposição” e a “quebra do telhado de vidro”. Dedicado a permitir que um pequeno número de mulheres privilegiadas escale a hierarquia corporativa e os escalões das Forças Armadas, esse feminismo propõe uma visão de igualdade baseada no mercado, que se harmoniza perfeitamente com o entusiasmo corporativo vigente pela “diversidade”. Embora condene a “discriminação” e defenda a “liberdade de escolha”, o feminismo liberal se recusa firmemente a tratar das restrições socioeconômicas que tornam a liberdade e o empoderamento impossíveis para uma ampla maioria de mulheres. Seu verdadeiro objetivo não é igualdade, mas meritocracia. Em vez de buscar abolir a hierarquia social visa “diversificá-la”, “empoderando” mulheres “talentosas” para ascender ao topo. Ao tratar as mulheres como “grupo sub-representado” suas proponentes buscam garantir que algumas poucas almas privilegiadas alcancem cargos e salários iguais aos dos homens *de sua própria classe*. Por definição, as principais beneficiárias são aquelas que já contam com consideráveis vantagens sociais, culturais e econômicas. Todas as demais permanecem presas no porão (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 37).

De acordo com a perspectiva neoliberal é normal que algumas pessoas sejam inseridas no mercado de trabalho em atividades específicas, dispondo unicamente de sua força física. Nosso imaginário social acredita que há pessoas que nasceram para ser pobres e executar essas funções, da mesma forma que outras para ser ricas e comandá-las. Essa é a regra de ouro do capitalismo brasileiro, o mérito. De acordo com essa compreensão, o grupo de mulheres aqui entrevistadas ocuparia as funções manuais e se dedicariam ao cuidado e à limpeza, por não terem se empenhado, por não terem estudado o suficiente, para conseguir “trabalhos melhores” dentro da hierarquia meritocrática.

De acordo com o ideário neoliberal, trata-se de gente "sem talento", incapaz de se adequar a um mercado competitivo que exige incorporação, cada vez maior, de capital técnico e intelectual. Sob esta ótica, é um segmento social que nada pode ofertar além de sua força física, sendo utilizado pelas classes média e alta para executar tarefas sujas, pesadas e cansativas, que podem "ser desempenhadas por qualquer um". Os argumentos de Souza (2009) são contundentes, ao demonstrar que a ideia de que "existe gente que nasceu para ser pobre" ou que "o sistema não terá condições de absorver a todos" - aspecto do conceito básico de meritocracia, tão caro aos defensores do capitalismo - justifica as desigualdades socialmente existentes como se estas fossem naturais. A construção e articulação dessa engenhosa desigualdade é sutil, o que a faz inquestionável sob argumentos como "tem gente que não se esforça o suficiente e por isso é pobre"(CARDOSO, FURTADO, SANTOS, 2020).

No caso da população negra, identificamos o constante enfrentamento com a herança de pensamentos e ações escravocratas, unido ao embate com processos de inserção e competição desiguais. Dessa forma o racismo se constrói como uma estrutura, como forma e *modus operandi* das instituições nacionais.

Neste sentido, a herança deixada pela escravidão acarreta para o povo negro uma desvantagem inicial que é acrescida da contínua operação do processo de competição desigual. É desta forma que se pode compreender o racismo, isto é, não apenas como um reflexo da constituição econômica e de classes da sociedade brasileira, mas como estruturante desta, afinal, ela se desenvolveu a partir da coexistência do racismo, industrialização e desenvolvimento capitalista (Hasenbalg, 2005) (CARDOSO, FURTADO, SANTOS, 2020).

As correntes feministas desenvolvidas a partir do pensamento de mulheres brancas de classe média, como o feminismo liberal citado anteriormente, pensaram o racismo e o sexismo como experiências sociais similares. Isso impediu que as diferenças vividas por mulheres negras fossem teorizadas, pois historicamente estivemos ausentes dos espaços políticos institucionais, da política oficial. A universalidade considera como válida somente a experiência das mulheres que carregam os privilégios proporcionados pela branquitude. Teorizações acerca do sexismo que não abordem os desdobramentos raciais, que não avaliem o racismo vivido dentro da condição feminina, recorrentemente perpetrado pelo discurso feminista que visa homogeneizar, desconsideram a nossa existência enquanto mulheres, nos invisibilizam.

Na tentativa de comparar o sexismo e o racismo, as feministas *brancas* esquecem de conceituar dois pontos cruciais. Primeiro, que elas são *brancas* e, portanto, têm privilégios *brancos*. Esse fator torna impossível a comparação de suas experiências às experiências de pessoas *negras*. E, segundo, que as mulheres *negras* também são mulheres e, portanto, também experienciam o sexismo. Uma falha irônica, porém, trágica, que teve como resultado a invisibilização e o silenciamento de mulheres *negras* dentro do projeto feminista global (KILOMBA, 2019, p. 100).

Ao apontar as desigualdades de gênero, reforçamos a necessidade de que haja reflexão acerca dos diferentes lugares nos quais nos inserimos enquanto mulheres, em suas mais

variadas formas. As desigualdades vividas cotidianamente pelas mulheres, de acordo com a raça a qual pertencem, são políticas. A noção de protagonismo feminista atribuído às mulheres brancas, escolarizadas e de classe média vem sendo fortemente contestada, a partir da percepção de como a raça opera na manutenção de desigualdades intragênero. Assim, mulheres negras e indígenas têm assumido o protagonismo frente às demandas feministas por uma questão de necessidade, apontando as inúmeras diferenças em nossa socialização como mulheres racializadas. Nesse sentido, historicamente e com base em nossas experiências, temos pautado primeiramente a desigualdade racial, pois ela se apresenta mais evidente em nossas trajetórias.

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades. Isso é o que determina o fato de o combate ao racismo ser uma prioridade política para as mulheres negras, assertiva já enfatizada por Lélia Gonzalez, “a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial” (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Vivenciamos uma dupla desvalorização, enquanto negras e como mulheres, ela cria um gênero subalterno, a partir do qual podemos afirmar que há as mulheres e somente depois as mulheres negras, e quando existem. A identidade feminina é primeiramente entendida como a da mulher branca em sua universalidade, ao calar a experiência divergente das mulheres negras, é como se fosse retirada nossa condição feminina. Quando não a possuímos, nos tornamos passíveis de violências não direcionadas às mulheres brancas em sua fragilidade, construída com base na diferenciação intragênero.

A fortiori, essa necessidade premente de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres encontra guarida histórica, pois a “variável” racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas). Em face dessa dupla subvalorização, é válida a afirmação de que o racismo rebaixa o status dos gêneros. Ao fazê-lo, institui como primeiro degrau de equalização social a igualdade intragênero, tendo como parâmetro os padrões de realização social alcançados pelos gêneros racialmente dominantes. Por isso, para as mulheres negras atingirem os mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos significaria experimentar uma extraordinária mobilidade social, uma vez que os homens negros, na maioria dos indicadores sociais, encontram-se abaixo das mulheres brancas (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Nas nossas experiências é impossível separar os desdobramentos raciais dos de gênero, eles se confundem, criando papéis de gênero próprios, imagens de controle. Nesse sentido papéis de gênero racializados são ancorados nos outros, criando sentidos e entendimentos essenciais às representações sociais hegemônicas, que nos prendem em estereótipos limitantes, que restringem nossas percepções e ações de uns para com os outros.

[...] ‘raça’ e gênero são inseparáveis. ‘Raça’ não pode ser separada do gênero nem o gênero pode ser separado da ‘raça’. A experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção de ‘raça’ e na experiência do racismo. O mito da mulher *negra* disponível, o homem *negro* infantilizado, a mulher muçulmana oprimida, o homem muçulmano agressivo, bem como o mito da mulher branca emancipada ou do homem branco liberal são exemplos de como as construções de gênero e de ‘raça’ interagem (KILOMBA, 2019, p. 94).

Nossa leitura social rasa, limita não somente a vida de mulheres negras em associação com os demais grupos, por mais que sejamos as mais prejudicadas pela permanência da estrutura colonial escravocrata. As representações construídas a nosso respeito são entrelaçadas à estereótipos direcionados a outros grupos, é uma forma de percepção da realidade social que move ações e impede avanços nos nossos modos de ser e de conhecer, enquanto sociedade construída por grupos variados e com realidades diversas. Ao romper com as imagens de controle permitimos que os outros grupos reavaliem o seu lugar e possam romper com estereótipos que carregam acerca de si, limitadores de suas percepções e ações.

Eu pude romper com esse ciclo no decorrer do processo de pesquisa, ao delimitar o tema e abordar mulheres negras como objeto de pesquisa, alimentei imagens de controle contra elas e consequentemente contra mim. A partir daí, pude compreender que a nossa forma de conhecimento universal e colonizado não é capaz de abarcar a complexidade da vida em sociedade, que nega a condição de agentes às/aos negras/os. Faz isso com base no estabelecimento de estereótipos para os outros grupos, impedindo que reconheçamos a humanidade uns dos outros e continuemos sustentando, por meio de ações, ideias limitadoras que nos impedem de obter conhecimento de fato. Entendendo que essa forma de conhecimento somente será possível quando aceitarmos que as realidades sociais vividas, de maneira diversificada pelos grupos, são mais complexas do que temos acreditado que sejam. E que cabe a quem as vivencia a capacidade e a possibilidade de defini-las.

Para compreender a forma como o racismo genderificado opera, não podemos dispor as opressões de forma sobreposta, mas sim apontar quais são as experiências específicas geradas por seus cruzamentos. No caso da intersecção entre raça negra e gênero feminino

identificamos padrões que são peculiares da condição, como a associação de mulheres negras à servilidade, à dependência, à condição de trabalhadoras desvalorizadas, a hipersexualização, a desumanização. O racismo se apresenta para nós ancorado em imagens de controle ou papéis de gênero.

As intersecções das formas de opressão não podem ser vistas como uma simples sobreposição de camadas, mas sim como a “produção de efeitos específicos” (Anthias e Yuval-Davis, 1992, p. 100). Formas de opressão não operam em singularidade; elas se entrecruzam. [...] Nesse sentido, o impacto simultâneo da opressão “racial” e de gênero leva a formas de racismo únicas que constituem experiências de mulheres *negras* e outras mulheres racializadas. [...] Portanto, é útil falar em *racismo* genderizado (Essed, 1991, p. 30) para se referir a opressão racial sofrida por mulheres *negras* como estruturada por percepções racistas de papéis de gênero (KILOMBA, 2019, p. 99).

3. Autodefinição

“ao viver como vivíamos, na margem, acabamos desenvolvendo uma forma particular de ver a realidade. Olhávamos tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora... compreendíamos ambos” (HOOKS, 1984: VII, *apud*, COLLINS, 2016, p. 100).

Nesse capítulo pensaremos em como as entrevistadas se autodeterminavam, frente a um modelo de sociedade que recorrentemente nos retirou a condição de sujeitas por meio de uma ideologia fundamentada, e que fundamenta, representações sociais hegemônicas, sustentada por imagens de controle. Nesse sentido podemos afirmar que o dominante, o hegemônico, é assimilado de maneiras variadas de acordo com a/o sujeita/o, baseado em quem é e onde está. Não há vítimas passivas de sistemas opressores, mas sim pessoas que apreendem e criam as diversas manifestações da realidade a partir de onde estão e de quem são. A realidade e as pessoas não são monolíticas e homogêneas, por mais que ideologias discricionárias visem torná-las/os, por meio do estabelecimento de representações que não são condizentes com elas. Dessa forma, as ideias e as ações de mulheres negras, não somente nos Estados Unidos como afirma a citação abaixo, mas no mundo, devem ser compreendidas.

“Um sistema de opressão”, afirma a ativista feminista negra Pauli Murray, “tira grande parte de sua força do consentimento de suas vítimas, que aceitaram a imagem dominante de si mesmas e ficaram paralisadas por um sentimento de impotência”. As ideias e ações das mulheres negras nos Estados Unidos exigem que se repense o conceito de hegemonia, a ideia de que a objetificação das mulheres negras como o Outro é tão absoluta que nos tornamos participantes voluntárias de nossa própria opressão. A maioria das afro-americanas simplesmente não se define como *mammies*, matriarcas, mães dependentes do Estado, mulas ou mulheres sexualmente depreciadas. A matriz de dominação na qual essas imagens de controle estão inseridas é muito menos coesa ou uniforme do que se imagina (COLLINS, 2019, p.182).

É no decorrer de nossas experiências cotidianas que vivenciamos as imagens de controle, que se manifestam como idealizações engendradas para definir nosso dia a dia. É no prosaico, na família, no trabalho, que são manifestas as recorrentes contradições entre quem deveria ser uma mulher negra e o que de fato estão sendo. Assim podemos desmascarar as ideologias criadas com o intuito de subjugar, demonstrando suas incongruências.

As mulheres afro-americanas deparam com essas imagens de controle não como mensagens simbólicas desencarnadas, mas como ideias concebidas para dar sentido a nossa vida diária. O trabalho e as experiências familiares das mulheres negras criam as condições sob as quais as contradições entre as experiências cotidianas e as imagens de controle da condição de mulher negra se tornam visíveis. Ver as contradições nas ideologias possibilita abri-las à desmistificação (COLLINS, 2019, p.182).

A libertação de nossos “eus”, de nossa subjetividade, são primordiais para a mudança da percepção acerca de quem gostaríamos que fossemos e de como nos entendemos, como estamos sendo. Esse é o alicerce do empoderamento pessoal e que deve ser feito por cada uma de nós. Para que compreendamos as disputas raciais e de gênero ocorridas em âmbito estrutural, primeiramente devemos perceber que a nossa subjetividade encontrasse constantemente em disputa, sendo nossa sobredeterminação um elemento fundamental para a manutenção das desigualdades. As disputas e tensões coletivas estão manifestas no “eu”.

[...] não importa o quanto uma mulher seja oprimida, o poder de resgatar o “eu” existe dentro do “eu”. Outras mulheres negras podem ajudar uma mulher negra nesse caminho rumo ao empoderamento pessoal, mas a responsabilidade final pela autodefinição e pela autovalorização está dentro de cada mulher. Uma mulher, individualmente, pode lançar mão de várias estratégias para construir o conhecimento de uma voz independente (COLLINS, 2019, p. 213).

3.1. Autonomia econômica e independência

Seja por escolha seja por força das circunstâncias, as afro-americanas tiveram “espírito de independência”, foram autossuficientes e encorajaram umas às outras a valorizar essa condição da mulher que põe claramente em cheque as ideias dominantes a respeito da feminilidade. Esse entendimento encontrou amplo apoio entre as afro-americanas. Por exemplo, quando perguntadas sobre o que admiravam em sua mãe, as mulheres que participaram da pesquisa de Gloria Joseph sobre as relações entre mães e filhas negras citaram a independência e a capacidade de prover o sustento da família, apesar das dificuldades (COLLINS, 2019, p. 209).

Nas falas das mulheres entrevistadas, a autonomia econômica aparece como um elemento importante, como uma necessidade ou como uma prioridade. Há uma ligação fundamental entre a autonomia econômica e a exigência de respeito no pensamento feminista negro (COLLINS, 2019, p. 210). A autonomia financeira aparece como uma forma de exigir respeito, como uma maneira de cuidarem de si e de suas/seus filhas/os. Esse elemento permite que se tornem “chefes de si mesmas”, que de acordo com a trabalhadora doméstica Nancy White era o que elas poderiam ser (COLLINS, 2019, p.210). Suas práticas nos mostram formas de garantir a sobrevivência, que é uma dos modos de resistência de grupos marginalizados.

Entendo que o ativismo baseado no esforço e o espírito de sobrevivência de mulheres como elas, como minha mãe, como as minhas avós, como as minhas tias, permitiram que eu e muitas/os da minha geração expressássemos nossas demandas por outras vias, foi o que expandiu as nossas possibilidades de ser. Foi graças a elas e ao seu espírito de sobrevivência que posso falar daqui. Por esse motivo, falo com elas e uso o pronome pessoal *nós* na escrita

da dissertação. Compreendê-las como ativistas é também uma forma de questionar as noções desenvolvidas sobre o que é público, privado, pessoal e político. Sobre o que é e o que não é ser ativa politicamente.

Ver as mulheres negras como ativistas tanto na luta pela sobrevivência do grupo quanto na luta pelas transformações institucionais não apenas põe em xeque os pressupostos de gênero da teoria e da prática política negra como também questiona as definições básicas do que é público, privado e político (COLLINS, 2019, p. 340).

Rosa, uma mulher comunicativa e segura de si, falante e agradável, foi entrevistada em uma quinta-feira, no dia oito de agosto de 2013. Dizia gostar do trabalho na Universidade e se orgulhar de ter criado todos os seus filhos exercendo a limpeza. Quando perguntei se ela gostava do que fazia, ela respondeu: “Gosto, criei meus filho tudo foi assim limpando, fazendo faxina, graças a Deus” (ROSA, 2013).

Se sentia realizada por ter cuidado dos filhos com base em seu esforço próprio e entendia o trabalho como um meio de adquirir independência e como uma forma de aumentar suas possibilidades de escolha. Para ela, trabalhar, era:

Uai é o sustento e parece que cê trabalhando cê é mais independente né, cê cria mais independência, mais responsabilidade né, igual se você vai fazer uma compra, por exemplo, pra pagar: ah! eu vou pagar tantos mês, se você não tiver responsabilidade, cabeça boa e responsabilidade pra ter e trabalhar também pra ganhar, nem que seja pouco igual aqui no nosso caso, como que cê ia fazer né? [...] então você depender das pessoas: ah! eu quero isso, ah! não, hoje eu não posso, esse mês to apertada, passa outro mês de novo, outro mês de novo. Agora você tendo o seu é outra coisa né, é muito melhor [...] eu acho né, é muito bão a gente trabalhar; nossa se eu ficar em casa eu acho que eu fico é piradinha, não aguento mais não (ROSA, 2013).

Sempre havia trabalhado com o cuidado e limpeza, o que para ela não era nenhum problema. Disse sempre ter tido o suficiente para viver da forma que considerava digna. Nesse sentido, por mais que a intersecção entre raça, gênero, classe e sexualidade tenha pautado suas experiências sociais, não impediram que agisse em busca do que considerava melhor para si e para os seus:“(...) não importa quão duras sejam as restrições da vida: temos de viver no mundo real. Se não gostamos do mundo em que vivemos, temos de mudá-lo. E se não podemos mudá-lo, temos de mudar a nós mesmos. Há sempre alguma coisa que podemos fazer” (COLLINS, 2019, p. 211). Rosa não carregava a perspectiva hegemônica que classificava o seu trabalho como de menor valor dentro de uma hierarquia estabelecida entre as profissões, dizia não ter a intenção de trabalhar fora daquela área e entendia que nessa posição havia feito o suficiente e se dizia satisfeita por isso, o que confirma na reflexão: “Minha filha, minha vida graças a Deus não tenho o que reclamar não” (ROSA, 2013).

Ela não pensava em fazer algo diferente: “Parece que eu trabalhei só nessa, não tem não, porque pra cozinhar fia, eu cozinho lá em casa porque, porque não tem pessoa pra cozinhar, é a coisa que eu gosto mais de fazer igual eu falei é limpeza. Ah! Adoro limpar uma casa, ah! é o trem mais bão que eu acho” (ROSA, 2013). Ela rearticula sua experiência, valoriza o seu trabalho e tudo o que ele lhe proporciona. Afinal de contas, para quem o trabalho doméstico é menos valoroso ou mesmo o não trabalho?

Rearticular não significa, porém, conciliar a ética mulherista com as éticas masculinistas eurocêntricas, tipicamente opostas a ela. Ao contrário, como afirma Chezia Thompson-Cager, a rearticulação “confronta-as na tradição da nomeação como poder, revelando-as com muito cuidado”. Nomear a vida cotidiana aplicando a linguagem à experiência do dia a dia lhe dá o significado renovado de uma consciência mulherista. Nomear se torna uma maneira de transcender as limitações das opressões interseccionais (COLLINS, 2019, p. 212).

Trabalhando ela conseguiu o suficiente para viver como podia, consciente de quem era e do lugar que ocupava. O seu autoconhecimento a empoderou, por mais que a intersecção de identidades sociais vinculada aos sistemas de opressão restrinja, havia também despertado a sua “consciência individual”. Sabia de onde havia partido e onde estava. As formas complexas de opressão desdobram-se em inúmeras formas de resistência:

Mas a transformação também pode ocorrer no espaço pessoal e privado da consciência individual de uma mulher. Igualmente fundamental, esse tipo de transformação também é empoderadora no plano pessoal. Qualquer mulher negra que seja forçada a permanecer, como indivíduo, “inerte por fora” pode desenvolver o “dentro” de uma consciência transformada como esfera de liberdade. O empoderamento pessoal por meio do autoconhecimento, mesmo em condições que limitem severamente a capacidade de agir, é essencial (COLLINS, 2019, p. 211).

Rosa se autodefinia como uma mulher trabalhadora, que fazia o que era necessário para conseguir o sustento do seu grupo e que obtiverá a sua autonomia por meio do trabalho. Ela redefinía a sua condição por meio da “rearticulação”. É ela quem nomeia a sua condição. Rearticular significa confrontar o que é dito por quem tem o poder de nomear, de definir. Os discursos oscilam de acordo com a posição que se ocupa, há embate entre eles, eles manifestam as ideologias. Dentro de um sistema que nos silenciou, a fala, a nomeação, que possibilitam a autodefinição, são essenciais.

A busca por passar do silêncio para a linguagem e para a ação individual e de grupo está entremeada por esses esforços históricos e contemporâneos de autodefinição. A persistência é um requisito fundamental para essa busca. A convicção de que ser mulher e negra é algo valioso e digno de respeito impulsiona a persistência das mulheres negras (COLLINS, 2019, p. 215).

Compreendia que não havia tido impedimentos sociais no que havia exercido. Entendia que nos trabalhos de cuidado e de limpeza não enfrentava os critérios de seleção

existentes em outras profissões, sabia qual era o limite social a ela imposto. Buscou onde sabia não ser rejeitada, foi sua estratégia.

Uai, por mim que já trabalhei nessa área toda vida igual eu te falei, eu não tive não, graças a Deus nunca tive empecilho pela cor não, eu como diz o ditado pela é, escolaridade e na época que eu era mais nova. Curso, porque não tinha tanto curso igual tem hoje né, então pra mim não foi difícil não. Porque a área de limpeza também você não vai ficar né, não vou te querer porque você tá nova, ou porque é velha, ou porque você é negra ou sei lá porque for né, como diz o ditado, então procurei lá, a primeira empresa que eu trabalhei, trabalhei lá um tempinho até bão (ROSA, 2013).

Tendo suas condições moldadas pela estrutura racista, sexista e classista, entendia que manter a si e aos seus dentro das condições sociais que possuía, significava ter que aceitar uma profissão considerada por ela como um lugar comum, acessível. Em sua fala parece que a profissão a havia escolhido e não o contrário. Ela aceitou o que lhe era possível dentro das condições que tinha, falar sobre racismo é também explicitar os diferentes pontos de partida pessoais, é mostrar como nós, negras/os partimos de outros lugares, enfrentando cotidianamente barreiras sociais para conseguir os direitos sociais básicos. A vigilância, a familiarização com a linguagem e com os modos do opressor, a atuação, são estratégias necessárias para resistir a um modelo cultural que tenta explicitamente nos anular.

[...] Essa “vigilância” gera uma consciência dual nas mulheres afro-americanas, em que as mulheres Negras “familiarizam-se com a linguagem e os modos do opressor, chegando a adotá-los algumas vezes para ter certa ilusão de proteção” (p.114), ao mesmo tempo que escondem um ponto de vista autodefinido dos olhos curiosos dos grupos dominantes. Ella Surrey, uma trabalhadora doméstica idosa e negra, resume a energia necessária para manter autodefinições independentes de forma eloquente: Nós sempre fomos os melhores atores do mundo... Acho que nós somos muito mais espertas do que eles porque nós sabemos que temos que jogar o jogo. Nós sempre tivemos que viver duas vidas – uma para eles e uma para nós mesmas” (COLLINS, 2009, p. 107, *apud* BUENO, 2020, p. 126).

Rosa garantiu a sobrevivência de seus filhos por meio do trabalho, não havia participado de partidos, sindicatos ou grupos comunitários. Pela ausência de espaços com atividades políticas institucionalizadas, ela e as outras mulheres entrevistadas são consideradas como alienadas, pessoas sem voz própria, necessitadas de que outras/os intervenham por elas. A compreensão do que é ser politizada/o ou mesmo do que é política se restringe à participação na política institucional. Dentro dessa compreensão, Rosa e as outras entrevistadas são compreendidas como vítimas passivas do capitalismo, alienadas de sua condição social.

[...] algumas abordagens classistas veem os sindicatos e partidos políticos – duas formas de ativismo político tradicionalmente dominadas por homens brancos como mecanismos fundamentais para o ativismo da classe trabalhadora. As afro-

americanas foram historicamente excluídas dessas arenas, e isso privou essas abordagens de uma análise teórica dos protestos de classe das mulheres negras. Com frequência, essas abordagens pressupõem que a falta de mulheres negras em postos de autoridade formal e na militância de organizações políticas é indicio de baixos níveis de ativismo político da parte delas. Essa definição limitada também influencia negativamente a análise das ações de mulheres negras nas lutas de resistência (COLLINS, 2019, p. 330).

Essa leitura impede o dimensionamento das experiências de vida das mulheres negras e da sua luta diária por sobrevivência. Sobreviver e garantir a sobrevivência de suas famílias é uma forma de ativismo. É muito em um meio que nos negou a humanidade, é um passo importante na luta por direitos, uma vez que somente tem a capacidade de reivindicá-los quem consegue se manter viva/o. Certamente esse elemento passa despercebido a quem possui uma experiência social bem diferente da nossa e que determina o que é e o que não é político, visto que pessoas brancas tiveram/têm a sobrevivência garantida pelo mesmo Estado que administrava/administra o nosso genocídio.

Sem essa parte central do ativismo das mulheres negras, não seria possível sustentar a luta pela transformação das instituições educacionais, econômicas e políticas [...]. Ainda assim, as perspectivas mais populares sobre o ativismo político negro costumam ignorar que a luta pela sobrevivência do grupo é tão importante quanto os confrontos com o poder institucional (COLLINS, 2019, p. 330).

Devemos compreender como as múltiplas formas de opressão se organizam. A resistência não está restrita a um lugar apenas. A prioridade apontada por pesquisas que mostram as formas de resistência, somente nas instituições, acaba por negar a amplitude das formas de opressão. As resistências ocorrem cotidianamente e em todos os espaços que estamos presentes, somente não percebe a disputa quem não tem sua sobrevivência condicionada a ela. Nesse sentido a autodefinição tem a capacidade deslindar o movimento de exercício do poder, ela arremete contra o discurso hegemônico, demonstrando sua incompatibilidade com o real. Quando Rosa define como motivo de orgulho o seu trabalho e a criação de seus filhos, ela vai de encontro ao estereótipo da matriarca. Provando que uma mulher pode sim, custear a si e aos seus filhos. E que pode inclusive encontrar o seu valor nisso.

A autodefinição é reveladora da dinâmica de poder envolvida na rejeição de imagens de controle da condição de mulher negra definidas externamente. Em contraste, o tema da autovalorização das mulheres negras diz respeito ao conteúdo real dessas autodefinições. Muitas das imagens de controle aplicadas às afro-americanas são, na realidade, representações distorcidas de aspectos de nosso comportamento que ameaçam os arranjos de poder existentes. Por exemplo, as mães batalhadoras são consideradas ameaçadoras porque contradizem as definições vigentes de feminilidade. Ridicularizar mães negras batalhadoras e assertivas, qualificando-as de matriarcas, é reflexo de uma tentativa de controlar uma dimensão do comportamento das mulheres negras que ameaça o *status quo*. As afro-americanas que valorizam

aqueles aspectos da condição de mulher negra que são estereotipados, ridicularizados e caluniados na academia e na mídia popular desafiam ideias básicas inerentes a uma ideologia de dominação (COLLINS, 2019, p. 207).

A compreensão da complexidade da matriz de opressão e das formas de resistência são intrínsecas para o entendimento de como a dominação opera em todos os âmbitos, nas relações pessoais, nas instituições e na estrutura que compõe a sociedade como um todo. Não é possível compreender a dinâmica relacional de grupos mais complexos sem antes entender as distâncias pessoais geradas pelas opressões. “Temos de entender qual é o nosso lugar como indivíduo e qual é o lugar da pessoa que está perto de nós. Precisamos entender o espaço entre cada um, antes de entendermos grupos mais complexos ou maiores” (DEVEAUX, *apud*, COLLINS, 2019, p.203).

A dominação abrange domínios de poder estrutural, disciplinar, hegemônico e interpessoal. Esses domínios estabelecem espaços específicos por meio dos quais as opressões de raça, classe, gênero, sexualidade, e nação se constroem mutuamente. Para compreendermos a complexidade do ativismo das mulheres negras, devemos entender não apenas a necessidade de abordar mais de uma forma de opressão, mas também a maneira pela qual as formas múltiplas e singulares de opressão se organizam. Voltar-se apenas no domínio estrutural do poder – cujas instituições negam às mulheres negras educação, trabalho e renda –, sem buscar compreender como as ideias sobre a condição de mulher negra que prevalecem no domínio do poder hegemônico justificam o tratamento dado às mulheres negras [...] sem que se reconheçam seus efeitos sobre as relações interpessoais cotidianas das mulheres negras (COLLINS, 2019, p. 332).

Para Rosa, a rotina diária de trabalho, que lhe garantia a sobrevivência e de seu grupo, era uma forma de resistir. Como os domínios estrutural, hegemônico, interpessoal e disciplinador geram especificidades no que diz respeito às formas de oprimir, as maneiras de resistir também serão mais amplas, do que tem sido afirmado pela perspectiva da resistência política institucional. Mesmo com todo um sistema que opera para que ela não perceba ou mesmo negue o seu valor, Rosa afirma o contrário. Define sua condição, reconhece o seu valor e caminha rumo à autonomia. Sendo esse sistema de valores criado no decorrer do exercício de seu ativismo. “A autodefinição, a autovalorização e o movimento de busca de autonomia definem sua visão de mundo, assim como crenças que derivam de sua luta pela *sobrevivência*” (COLLINS, 2019, p. 329). Ao invés de atribuir autenticidade somente a determinadas formas de ação, devemos ampliar as noções de resistência, pensando nas especificidades criadas pelos sistemas de opressão.

Portanto, seria relevante avaliar o ativismo das mulheres negras menos pelo conteúdo ideológico de cada sistema de crença individual – seja ele conservador, reformista, progressista ou radical – e mais pelas ações coletivas das mulheres negras que enfrentam cotidianamente a dominação nessas esferas multifacetadas (COLLINS, 2019, p. 332).

Ela compreende como sua “vida pessoal foi fundamentalmente moldada por opressões interseccionais de raça, gênero, sexualidade e classe” (COLLINS, 2019, p. 205). Por mais que não denomine dessa forma sua situação, ela sabe que se trata de um limite social relacionalmente experimentado por ela, e por seu grupo em relação a outro. Ela afirma: “Eu acho, parece que pra pessoa branca como diz, no vocabulário, eu penso que os branco tem mais, eu acho, no meu pensar eu acho” (ROSA, 2013).

As diferentes formas de compreensão e de pontos de partida, as possibilidades existentes na sociedade são dispostas de forma relacional, então, para que nós, negras, tenhamos menos, é possibilitado a outros possuírem mais. Compreendo que ser branca/o é uma “construção social” manifesta em sua concretude no “processo de dominação” exercido por pessoas consideradas brancas, essa é “uma categoria racial que foi pacientemente construída no ponto de encontro entre o direito e os regimes de extorsão da força de trabalho” (ALMEIDA, 2018, p. 59).

3.2. Colorismo e racismo

Enquanto Rosa descrevia sua rotina de trabalho e como foi o processo de terceirização do setor de conservação e limpeza na Universidade, do tempo que ficava sem contrato de trabalho, uma das formas de exposição das/dos trabalhadoras/es possibilitada pela terceirização dos serviços - período que ela chamou de férias - entre a alternância das empresas que prestavam o serviço por meio de licitação, ela falou também sobre o valor do seu salário. O considerava insuficiente, porém, pensava que o pouco tempo de escolaridade que possuía não permitia que buscasse uma função com maior rendimento. Apontava seu trabalho como uma condição única de obtenção de recursos, que era como ele havia se apresentado na sua trajetória:

Rosa: A todo mundo fala “ah! que o salário”, eu tenho os filho tudo criado já, graças a Deus, meus neto também já. **Aline:** Mas você acha que é um salário satisfatório? **Rosa:** Não é. **Aline:** Não é não? **Rosa:** Né não sô, mas como diz o ditado, a gente tem que já, eu não tenho estudo. Eu sempre tenho que tá equilibrando naquilo ali, porque cê né, condição única de recurso que cê tem pra ganhar o seu dinheiro, então né, cê tem que dá uma equilibrada. Às vezes a gente extrapola gasta mais do que deve [...] então cê paga um lá, então fulano não deu pra pagar hoje, amanhã eu te pago, tem que ir assim a vida (ROSA, 2013).

Ela, como as outras entrevistadas, associava a dificuldade de conseguir empregos em outras áreas com a baixa escolaridade, ainda que pelas suas narrativas tenha ficado evidente que estudar ou não, não foi uma escolha. A única das catorze trabalhadoras que discordava era Otacília:

Otacília: Igual muitos outros formam e tá trabalhando na roça ou igual nois na limpeza. **Aline:** Então não está fazendo diferença? **Otacília:** Porque hoje mesmo você estudando, cê tem que ter um padrinho para te colocar, depende do lugar que cê

quer, você entendeu? Então eu acho que [...] O estudo é bom pra gente aprender ler e saber muitas coisas assim e buscar o direito da gente onde cabe, mas pra trabalho hoje acho que não tá valendo a pena não. Porque muitos vai e tá né é trabalhando em cabo de enxada e de balconista, tem motorista de ônibus (OTACÍLIA, 2013).

É um problema comum entre nós, negras, pessoal, institucional e estrutural. A baixa escolaridade aparece como uma justificativa para a alocação de nossa força de trabalho em funções precárias e mal remuneradas. Sueli Carneiro (2011) aponta que ser negra/o significa vivenciar as maiores desigualdades no setor educacional:

Em um contexto econômico marcado por altas taxas de desemprego e pelo desemprego estrutural, são exigidos altos níveis de escolarização da mão de obra desempregada que presta os trabalhos mais banais, o que afasta cada vez mais os negros do mercado de trabalho, posto que eles reconhecidamente compõem o segmento social que experimenta as maiores desigualdades educacionais (CARNEIRO, 2011, p. 113).

As exigências de maior escolaridade presentes no mercado de trabalho formal funcionam para nós como uma seleção racial, não levando em conta as diferenças entre os grupos que compõem a sociedade. Os processos de escolarização historicamente excludentes relacionados à população negra, também fundamentados em distinções de gênero, nos marginalizam, resultando em uma representação diferente de brancas/os e negras/os em campos profissionais hierarquizados. Naturalizam profissões como lugares de maior ou menor valor, um processo intrinsecamente atrelado ao gênero e à raça, e que mantêm as diferenças de classe.

Segundos dados do Censo 2017, houve um aumento de 14,9 na declaração de cor preta registrada no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), concomitante aumentou o número de pessoas que se autodeclararam pardos, de modo que a população parda equivale a (46,7%), os pretos 8,2% e os brancos 44,2 %em uma nação de 205,5 habitantes. O IBGE utiliza como norma a classificação negros para a somatória dos que se reconhecem como pretos e pardos, perfazendo o total 52, 9 % da população brasileira. No artigo “O Sistema Classificatório de “Cor ou Raça”, o pesquisador Osório (2003) afirma que existem similaridades na situação sócio econômica entre pretos e pardos e que a marca da negritude presente nos dois grupos, afasta-os dos padrões das pessoas brancas. Pesquisas mais recentes apontam que pessoas consideradas pretas tem mais dificuldade de inserção no mercado de trabalho, ocupando postos de baixa escolaridade e qualificação (FRANCISCO, 2018, p.99).

Rosa entendia não haver igualdade de condições entre pessoas brancas e pessoas negras. Ela descreve a situação de sua sobrinha que ingressou na UFU, evidenciando em sua fala como a raça está associada à classe e de que forma esses mecanismos funcionam como barreiras para as pessoas negras e para os seus descendentes. Sua sobrinha não era negra, mas filha de pessoas negras. Como foi apontado anteriormente, ser negra/o não se refere somente ao fenótipo, mas diz respeito à ligação estabelecida desde o nascimento a uma rede de

sentidos que são compartilhados coletivamente. Sendo que o fenótipo funciona como uma forma classificação e de tratamento individual fundamentada na ideologia racista. Ela entendia que o seu grupo estava fora dos locais que envolve poder de decisão e isso dificultava a obtenção de direitos básicos, como era o caso de sua sobrinha.

Rosa: Eu acho, parece que pra pessoa branca como diz, no vocabulário, eu penso que os branco tem mais, eu acho, no meu pensar eu acho. Tenho uma sobrinha mesmo aí tadinha, começou a fazer faculdade esse ano. **Aline:** Faz aqui? **Rosa:** É, faz Ciências Contábeis, pejejo, pejejo, não é por causa da cor nem nada, porque ela é bem, nem parece que ela é filha de negro, porque ela é bem clarinha, bonita até ela, muiezão. Mas assim parece que tudo pra pobre ou pra negro parece que é mais difícil né, pra poder conseguir as coisas, conseguir bolsa aqui, consegui coisa pra alimentar, até hoje ela não conseguiu. Então isso aí eu acho que já interferencial não sei se é por causa da classe social dela, eu não sei, eu acho que tem sim. **Aline:** Nessa parte existe uma diferença? **Rosa:** Existe né, porque essas universidade eu acho que eles falam que não tem. Ah, mas eu acho que tem muita politicagem né, então é muito complicado essa área né. [...] Ainda mais federal como é aqui é muito complicado, eu vejo muita coisa aí né (ROSA, 2013).

O colorismo é um mecanismo classificatório através do qual o processo de miscigenação nacional estabelece as posições de pessoas negras, baseado no fenótipo, os mais negros restritos à subalternidade, os que mais se aproximam do fenótipo branco aceitos em posições destinadas às/aos brancos. Essa classificação cria dificuldade de identificação entre as/os negras/os, impedindo nossa valorização cultural e reconhecimento, gera complicadores no conhecimento e compreensão de nossas identidades.

Também denominada de pigmentocracia (quanto mais pigmentada uma pessoa, mais exclusão ela sofre), o colorismo estaca um tipo de discriminação que enfatizava os traços físicos do indivíduo, questões determinantes para revelar o valor que a ele seria dado em sociedade. Dessa forma, aspectos fenotípicos como um cabelo notadamente crespo, um nariz arredondado ou largo que são associados à descendência africana, também influenciam no processo de discriminação no denominado colorismo (SILVA, 2017, p.12).

O que Rosa diz a respeito de sua sobrinha mostra um pouco como a classificação opera, por mais que no caso em questão ela não conseguisse adquirir todos os direitos, sendo esses restritos inicialmente às/aos brancas/os, ela consegue ocupar uma posição destinada a elas/es.

O colorismo, assim, surge como um tipo de discriminação baseado na cor da pele onde, quanto mais escura a tonalidade da pele de uma pessoa, maior as suas chances de sofrer exclusão em sociedade. Também denominado de pigmentocracia, o colorismo tende a elaborar e definir alguém pela própria cor da pele, é dizer, a tonalidade da cor da pele será fundamental para o tratamento que receberá pela sociedade, independentemente da sua origem racial (SILVA, 2017, p.3).

Dessa forma uma pessoa negra, porém com uma tonalidade de pele mais clara e com menos traços africanos, será aceita em alguns meios com maior facilidade, mas pode inclusive não se considerar negra, tendo uma maior identificação com o grupo racial hegemônico.

As tentativas de branqueamento e as maneiras criadas para excluir socialmente os negros mais escuros do contingente populacional culminaram em novas maneiras de discriminação racial. Gradativamente, demonstra-se a tolerância e aceitação em sociedade daquele negro menos escuro, do mestiço, que podia alcançar os espaços inicialmente reservados aos brancos. O negro com sua cor mais acentuada permanecia excluído, rejeitado, a quem a sociedade não acolhia. Assim, adicionava-se às práticas discriminatórias, o preconceito também por conta da cor da pele, além do racismo já existente. Surgia, assim, o denominado colorismo (ou pigmentocracia), forma de discriminação baseada fundamentalmente na tonalidade da pele: quanto mais escura uma pessoa, mais discriminação e exclusão ela sofreria (SILVA, 2017, p.9).

Racismo e colorismo estão articulados no estabelecimento dos limites sociais vividos pelas/os negras/os, o colorismo é uma estratégia de dominação da estrutura racista. Por meio dele se escolhe quais negras/os poderão ser aceitos em espaços de poder, cumprindo com as exigências cada vez mais constantes de diversidade étnica, sem de fato romper com os privilégios da branquidade.

[...] o colorismo implica na maneira como o racismo enquanto estrutura de poder permite uma maior aproximação de alguns indivíduos com o a branquidade, de acordo com demandas capitalistas que demandam “quem pode colaborar e gozar de determinados benefícios sociais e quem não pode”(DEVULSKY, 2018) e ao mesmo que possam atender o discurso de diversidade étnica(FRANCISCO, 2018, p.103).

Dessa forma, pessoas que possuem origem negra, com os traços atenuados pelo processo de miscigenação, ao ascenderem socialmente, podem negar essa origem. Assim, a solidariedade e a identidade coletiva são recorrentemente minadas entre as/os negras/os e sua descendência, o que colabora com o suprematismo branco.

A mistura entre as raças trazia, portanto, consequências sociais importantes, delimitando os espaços a serem ocupados pelos mestiços e pelos negros de tons de pele mais escura, uma vez que o mestiço surgia como um tipo socialmente aceito e tolerado no Brasil. A diferença de tratamento dada aos mesmos descendentes negros fragmentava a unicidade dentro da etnia, dificultando o reconhecimento pelo mestiço de sua ascendência negra. Os resultados sociais da valorização do negro de caracteres menos negroides –ou seja, o mestiço -na sociedade brasileira são visíveis até hoje e estimulam a falta de formação do sentimento de solidariedade e identidade coletivas (SILVA, 2017, p.9).

No pós abolição, período que se estende à atualidade, encontramos inúmeras proibições que impedem a inserção social de negras/os. A herança escravista, unida a possibilidades de competição completamente desiguais, mantém desequilíbrios históricos entre os dois segmentos raciais.

A situação no pós abolição, a despeito de formalmente inserir os negros em sociedade, buscou formas de desvalorizá-los através de proibições que comprometessem a histórica supremacia branca. Exemplo disso são proibições no que tange ao alcance de poder econômico, como a compra de terras, o acesso ao trabalho e, ademais, proibições concernentes às relações inter-raciais, como impedimentos aos casamentos entre brancos e negros (SILVA, 2017, p.16).

As Universidades Federais como instituições que compõe a estrutura social carregam a prática racista em sua origem e manutenção. A Universidade Federal de Uberlândia foi pensada pela elite local como parte de um projeto desenvolvimentista, nesse sentido a instituição reproduz a exclusão racial e econômica presentes na sociedade.

Uberlândia a partir da década de 1940, começou a experimentar um avanço econômico, com impactos demográficos, culturais e políticos, transformando a pequena cidade interiorana em um pólo regional, carente da implantação de escolas de ensino superior e faculdades, que eram reivindicadas pela elite local como parte do seu projeto desenvolvimentista. Escolas e faculdades, diga-se de passagem, isoladas, algumas públicas, mas a maioria privadas. No final da década de 1960, essas instituições foram reunidas em uma universidade, mas mantiveram sua autonomia. Anos depois, a UnU (Universidade de Uberlândia) foi federalizada, consolidou-se como instituição de relevância acadêmica, expandiu-se em cursos e vagas, ajudando a tornar Uberlândia uma cidade universitária¹⁶.

Para além de mãe, de dona de casa e de trabalhadora da Universidade, Rosa era inúmeras outras coisas, não sendo justo reduzi-la à imagem da “matriarca *negra* superforte” criada na década de 1960 pelo movimento feminista negro com o intuito de suplantar as imagens racistas de submissão, negligência e de preguiça atribuídas às negras naquele momento. A força, a resiliência, a independência, faziam parte dela e de sua história, mas ela não pode ser reduzida a somente isso.

A tentativa de parte do movimento feminista negro naquele momento era a de reivindicação de uma nova identidade, porém ao criar outro estereótipo acaba por nos privar novamente de humanidade, caímos em outra prisão. De acordo com essa imagem, nós, negras, somos mulheres dedicadas, fortes e que se sacrificam em prol de um amor incondicional, negando inclusive o próprio bem-estar. É apenas a inversão da perspectiva anterior, não abarca a complexidade do que somos. Estabelece padrões de cuidado e de trabalho desgastantes, que desumanizam. Devemos contestar qualquer forma de determinação, pois elas usurpam nossa humanidade.

Depois que se é desidealizada/o, tornar-se idealizada/o, e por trás dessa idealização está o perigo de uma segunda alienação. Em ambos os processos, a pessoa permanece como uma reação a uma ordem colonial. As imagens idealizadas emergem como uma inversão das imagens racistas primárias: “Não há nada gratificante em ser mais um estereótipo”, declara Kathleen, descrevendo esse processo como duplamente alienante. “Não desejo ser super-humana mais do que desejo não ser subumana”. Kathleen quer se ver refletida em sua complexidade como boa e má, forte e fraca, amarga e doce – isto é, como um *sujeito* (KILOMBA, 2019, p. 194).

¹⁶“Universidade Federal de Uberlândia: recortes de uma história”, escrito por Élisson Cesar Pietro, disponível em: http://adufu.org.br/post/artigos-opiniao/universidade_federal_de_uberlandia_recortes_de_uma_historia/. Acesso em: 02 de junho de 2020.

Rosa compreendia sua realidade social a partir de sua trajetória de vida. A sabedoria adquirida por meio das situações vividas permitia que enxergasse as coisas como de fato eram. Ela não se percebia como uma vítima do racismo, mas como alguém que notava os seus efeitos. A negação da posição de vítima funciona como um mecanismo de defesa do ego, usada como uma forma de proteção individual. Ela teme afirmar para si, por mais que saiba como opera, que é racismo a disposição desigual de oportunidades e de tratamento.

Mas nessa área de cor aí igual você falou, eu acho que tem sim viu, diferença, no meu pensar, nunca me aconteceu nada não, mas a gente percebe né, vê as coisa, às vezes de uma pessoa falar, de uma pessoa olhar sei lá, a gente percebe né, como diz o ditado. A gente tem uma vivência mais, a gente vê as coisas como é. [...] a gente como se diz a gente é meio leigo as coisas, a gente não tem muito estudo pra aquilo, mas a gente né tá ali todo dia, cê vê né, então percebe alguma coisa (ROSA, 2013).

O pouco tempo de estudo formal não impedia que ela percebesse com perspicácia situações cotidianas nas quais estava diretamente implicada e a partir disso afirmar que a cor da pele era um critério que estabelecia diferenciação entre as pessoas. Nós, mulheres negras, como membros de um grupo subordinado, precisamos desenvolver habilidades sociais que permitam nossa sobrevivência. A sabedoria adquirida pela observação e pela vivência é uma dessas habilidades, ela é um elemento essencial para membros de grupos subordinados. Não possuímos os privilégios da branquitude, do gênero masculino e das classes sociais abastadas, por isso temos que recorrer a outras práticas de sobrevivência.

As afro-americanas precisam de sabedoria para lidar com os “idiotas educados” que “matam mosca com canhão”. Como integrantes de um grupo subordinado, as mulheres negras não podem se dar ao luxo de ser idiotas, pois nossa objetificação como o Outro retira de nós as proteções conferidas pela pele branca, pela masculinidade e pelo dinheiro. Essa distinção entre conhecimento e sabedoria, assim como o uso da experiência como o limite entre os dois, têm sido fundamentais para a sobrevivência da mulher negra. No contexto das opressões interseccionais, a diferença é fundamental. Conhecimento sem sabedoria é suficiente para os poderosos, mas sabedoria é essencial para a sobrevivência dos subordinados (COLLINS, 2019, p. 411).

3.3. Maternidade e trabalho

Elis e Karina disseram que a gravidez foi o motivo para que abandonassem a escola. Elis era a única responsável pelos filhos, disse ter sido pai e mãe deles. Ela se responsabilizou integralmente pela criação dos filhos.

Nossa minha amiga, só até a quinta, eu tive que parar muito cedo né, porque eu engravidei com dezessete anos [...] aí eu tive que cuidar dos menino né. Aí eu tinha que trabalhar, fui mãe e pai deles [...] é, aí eu tive que parar os estudos, mas eu sempre queria acabar de formar (ELIS, 2013).

Sua noção de família diverge da concepção hegemônica, na qual se considera como família somente as formações em que estão presentes uma figura paterna, do gênero masculino, sexo biológico macho e de orientação sexual hétero. E a figura materna, do gênero feminino, com sexo biológico fêmea, hétero. Entre essas figuras se firma um contrato matrimonial. O pai provedor, responsável pelo sustento financeiro do lar, do qual a mãe se responsabiliza pelo cuidado, além da geração e cuidado dos filhos e do marido. No momento da entrevista, apenas quatro das entrevistadas se disseram casadas, cinco delas se diziam solteiras. Porém, no decorrer da conversa, falavam de seus companheiros, diziam estar em união estável. Respondendo que eram amasiadas, forma popular de descrever os casos em que há união estável, sem um contrato matrimonial.

Todas se colocavam enquanto provedoras de seus lares, certamente pela trajetória desde muito cedo no mercado de trabalho, não foram somente mães, cuidadoras do lar, mas mães trabalhadoras. Enquanto a autonomia buscada pelo feminismo liberal passa pela noção de individualidade, a delas está vinculada à formação e manutenção de núcleos familiares, ainda que não condizentes com a ideia hegemônica de família, recorrentemente contestada pela prática das mulheres negras.

A resiliência das redes familiares centradas nas mulheres e a disposição delas para assumir a responsabilidade pelas crianças negras mostra como as noções de família de origem africana foram repetidamente retrabalhadas para ajudar a comunidade afro-americana a resistir e lidar com a opressão. Ademais, a noção de redes de parentesco centrada nas mulheres é fundamental para compreendermos o conceito mais amplo de comunidade para os afro-americanos (COLLINS, 2019, p. 305).

A associação feita pelas entrevistadas entre a maternagem e a autonomia econômica são comuns nas sociedades da diáspora negra, essa experiência se opõe a ideia universal de mulher, que compreende a maternagem e o trabalho remunerado como esferas incompatíveis, para nós, negras, “o trabalho é uma dimensão importante e valorizada da maternidade” (COLLINS, 2019, p. 307).

Por mais que haja um ideal universal acerca da maternidade que sustenta o ideal de família tradicional, muitas mulheres são inseridas nessas esferas por meio de uma forte pressão social. Se para uma mulher branca de classe social abastada a maternidade pode ser opressora, mesmo podendo contar com o auxílio de trabalhadoras domésticas, comumente negras, para cuidar de seus filhos. Para nós, o sacrifício é ainda maior, em alguns casos o trabalho remunerado deixa de ser uma opção, em outros como no de Karina, a educação formal foi abdicada:

Eu estudei até a oitava, engravidei, minha barriga pesou, eu parei [...] e desanimei depois de voltar, e parei depois não continuei [...] então assim a gente mexe com

filho, com marido, a gente mexe com casa, a gente levanta de madrugada. Ah, não então eu acho que eu não tenho mais cabeça (KARINA, 2013).

Além do trabalho doméstico não remunerado feito em suas próprias casas, exerciam funções parecidas fora dela, o que era um elemento comum entre todas as entrevistadas, as jornadas diárias de trabalho remunerado e não remunerado. Nossas relações sociais nos vinculam ao cuidado, nos atrelando desde muito cedo ao seu exercício. Não ter a maternidade e o cuidado como prioridades geram crises existenciais em identidades que são marcadas para isso. Uma sociedade que usa a imagem de controle da mãe para controlar as mulheres, faz com que as mulheres negras, acusadas de serem mães ruins, devido às inúmeras demandas assumidas. Criam para nós outras imagens de controle, como a da “mãe negra superforte”, que é aquela que nega suas vontades em prol das necessidades de suas/seus filhas/os.

A imagem de controle da “mãe negra superforte” é um elogio à resiliência das mulheres negras em uma sociedade que as retrata como mães ruins. Ainda assim, para que possam permanecer num pedestal, essas mães negras superfortes devem colocar as necessidades dos outros, especialmente as dos filhos e das filhas acima das suas (COLLINS, 2019, p. 293).

A noção de maternidade é construída como uma experiência universal, não leva em conta as trajetórias específicas das mulheres negras, essa perspectiva nos gera sofrimento, nega nossas experiências, que não podem ser restritas à da mãe ruim ou a da mãe superforte. Se entre as mulheres brancas o ônus da maternidade é alto, para nós, negras, pode ser mais uma maneira de anular nossa subjetividade.

Certas dimensões da maternidade promovidas pelo ideal tradicional de família, por um lado, e pelas expectativas da comunidade negra, por outro, são claramente problemáticas para as mulheres negras. Lidar com gestações indesejadas e educar sozinhas os filhos é opressivo. Segundo Sara Brooks: “Tive um filho atrás do outro porque não sabia como evitá-los e não perguntei a ninguém. Eu não sabia de nada. [...] Depois que me separei do meu marido, eu ainda não sabia de nada. E nessa veio a Vivian. Brooks engravidou mais uma vez, embora não estivesse casada e já tivesse três filhos que não conseguia sustentar. Ela descreve o sofrimento das mulheres negras que se tornam mães em condições opressivas: “Eu detestava aquilo tudo. [...] Eu não queria mais um bebê. Mal conseguia cuidar de mim mesma, e já tinha outros filhos de quem adoraria cuidar, mas não conseguia. Assim como Brooks, muitas mulheres negras têm filhos que não são realmente desejados. Quando combinada aos valores da comunidade negra – segundo os quais as mulheres negras sempre desejam seus filhos-, a ignorância sobre as questões reprodutivas obriga muitas mulheres negras a assumir gestações indesejadas e a responsabilidade pela criação dos filhos em longo prazo (COLLINS, 2019, p. 323).

Por mais que a maternidade não tenha sido uma escolha, Elis ressignificou uma experiência que para nós tem sido historicamente opressora. Teve que se responsabilizar integralmente pelos filhos, o que encarou como uma nova motivação para viver. Ser comprada pelos senhores durante a escravização como reprodutoras, ser forçada a abandonar

os próprios filhos e cuidar dos da sinhá em um primeiro momento, posteriormente o abandono ocorre em prol do cuidado dos filhos da/o patroa/patrão, foram algumas das formas de exercício da maternagem por mulheres negras trabalhadoras. Ter filhos e poder cuidar deles também é uma forma de resistir. Entendendo que a maternagem não é uma experiência universal, não é vivida da mesma forma entre as mulheres negras e as brancas, e nem mesmo entre as mulheres negras. Os filhos podem imprimir percepções variadas entre suas progenitoras, para Elis se tornaram motivo de alegria e de fortalecimento.

Eu penso mais é neles, todo esse esforço de eu levantar de madrugada sabe, chegar cansada em casa, ficar até dez horas, eu penso mais é que esse esforço vai ser recompensado por eles, eu penso muito neles, muito agarrada, bons estudos, tudo que eu não tive (ELIS, 2013).

Nesse sentido, podemos perceber que a constituição de sua subjetividade passa pela noção de família e de comunidade, pois, a ela foi possível ressignificar sua existência por meio de um propósito que achava válido, o de criação da sua família. Então, enquanto o feminismo hegemônico liberal¹⁷ fala sobre a perniciosidade da família, da necessidade da mulher se libertar da reprodução, muitas mulheres negras, lutam pelo direito de exercer a maternagem, de cuidar das/os suas/seus filhas/os, de formar famílias, de mantê-las/mantê-los vivas/os e de forma digna. Somos “com” as/os outras/os.

Dadas as limitações físicas à mobilidade das mulheres negras, a conceituação do “eu” que tem sido parte da autodefinição das mulheres negras é distinta. O “eu” não é autodefinido como uma maior autonomia que ganhamos ao nos separar dos outros. Ao contrário, o “eu” se encontra no contexto da família e da comunidade – como diz Paule Marshall, é “a capacidade que alguém tem de reconhecer sua própria continuidade com a comunidade mais ampla. Ao prestar conta aos outros, as afro-americanas desenvolvem “eus” mais plenamente humanos, menos objetificados (COLLINS, 2019, p. 204).

Devemos pensar em políticas feministas pautadas na aquisição de direitos para a maioria, e isso somente pode ser feito por meio de embates diretos com o modo de produção capitalista, os desafios do que compreendemos por feminismo tem de abarcar uma mudança social que tenha longo alcance e profundidade. Tem que obrigatoriamente levar em conta como a raça, a classe, e o gênero são elementos que estruturam a desigualdade social. Para fazer isso devemos pensar nas outras manifestações do ser mulher pautadas nas percepções,

¹⁷ O feminismo liberal está diretamente associado às políticas neoliberais, funciona como um mistificador delas. É totalmente compatível com a desigualdade social fundada sobre o gênero e a raça. Permite que algumas mulheres com experiências de vida ancoradas sobre privilégios ganhem poder e visibilidade, como os possuídos por homens da sua classe. Elas passam a servir de exemplo para as outras e como suas práticas não questionam o modo de produção capitalista e todas as desigualdades que ele cria e reproduz, muito pelo contrário, apenas reproduzem práticas elitistas e antidialógicas, somente assumem o forte vínculo que possuem com a opressão, terceirizando-a a grupos em situação de vulnerabilidade. Ver mais a respeito em “O feminismo liberal está falido. É hora de superá-lo” no livro “Feminismo para os 99%, um manifesto” (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 37).

construções teóricas e vivências de mulheres negras, vamos expandir o conceito, criar feminismos plurais. Para isso as diferenças reais vividas cotidianamente devem ser revistas, devemos parar de afirmar que alguns lugares de fala, pontos de vista e experiências no mundo são mais valiosos do que outros, ou que abarcam a totalidade dos eventos. “(...) enquanto qualquer diferença entre nós significar que uma de nós tem de ser inferior, então o reconhecimento de qualquer diferença deve estar carregado de culpa” (LORDE, 1989, p. 243).

Aspiramos a enfrentar esses desafios. Evitando medidas parciais, o feminismo que vislumbramos tem como objetivo atacar as raízes capitalistas da barbárie metastática. Recusando-se a sacrificar o bem-estar da maioria a fim de proteger a liberdade da minoria, ele luta pelas necessidades e pelos direitos da maioria – das mulheres pobres e da classe trabalhadora, das mulheres racializadas e das migrantes, das mulheres *queer*, das trans e das mulheres com deficiência, das mulheres encorajadas a enxergar a si mesmas como integrantes da “classe média” enquanto o capital as explora. E isso não é tudo. Esse feminismo não se limita às “questões das mulheres” como tem sido tradicionalmente definido. Defendendo todas as pessoas que são exploradas, dominadas e oprimidas, ele tem como objetivo se tornar uma fonte de esperança para a humanidade. É por isso que o chamamos *feminismo para os 99%* (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 41).

A maternidade é uma experiência relacional e contextual. Para muitas dessas mulheres o exercício da maternidade era também uma forma de ativismo, como no caso de Solange, que falava sobre como sua rotina diária de trabalho servia para mostrar aos filhos a necessidade de que almejassem algo melhor. Sabia que as condições que podia lhes proporcionar eram limitadas e usava sua experiência como forma de demonstrar a necessidade de buscar por algo melhor, ainda que em condições escassas.

Eu tenho meus filhos e todos dois estão assim, tem que batalhar muito. Eu batalho muito né e falo muito com eles mesmo pra eles, mas só que tem momentos em que você não tem muita condição, assim de tá colocando eles, como se diz, dar o tanto de coisas que necessita pra eles né [...] então muitas das vezes eles tem que desistir pra poder tá trabalhando pra poder tá ajudando em parte né (SOLANGE, 2013).

De acordo com Giovana Xavier (2019) a separação entre o estudo e o trabalho é uma crença limitadora que remete a desigualdade de condições vivenciadas por brancas/os e negras/os desde o período colonial. Partindo da realidade desigual remanescente ao fim da escravidão, o trabalho é apontado como um dever, uma obrigação incutida desde muito cedo, enquanto o estudo aparece como uma possibilidade distante, um direito que ainda não foi alcançado pelo grupo, um privilégio para poucos. Essa forma de compreensão é parte da estruturação de desigualdades que são históricas, e que desde o período colonial apontam o trabalho como uma função de menor valor e própria de negras/os escravizadas/os e o estudo como um privilégio de brancas/os.

Esse violento aprendizado da separação entre estudo e trabalho relaciona-se com desigualdades estruturadas de tal forma que nos fazem naturalizar a existência do direito de estudar e do dever de trabalhar. Ainda hoje, milhões de crianças são educadas assim. Através da ideia de que em sendo negras e pobres, estudar significa aprender a ler, escrever e fazer contas. É por causa dessa visão, relacionada ao passado da escravidão, à precariedade do trabalho no pós-abolição e ao ódio de classes que universitários pobres repetem: “este lugar não é para mim” (XAVIER, 2019, p. 154).

As entrevistadas falam sobre suas lutas diárias de sobrevivência em grupo e como queriam proporcionar aos filhos as possibilidades que lhes foram negadas. Os seus trabalhos eram considerados como meios de sobrevivência e como uma forma de educá-los através do exemplo. Suas tentativas eram as de abrir caminhos que para elas estiveram fechados, guiando-os para além das experiências as quais ficaram restritas.

A pesquisa de Bonnie Thornton Dill sobre os objetivos das trabalhadoras domésticas para a educação dos seus filhos demonstra como muitas afro-americanas veem seu trabalho como uma forma tanto de contribuir para a sobrevivência de seus filhos quanto de inculcar valores neles que os façam rejeitar seu “lugar” e lutar por mais. Oferecer mais possibilidades aos filhos é um tema recorrente entre as mulheres negras. As trabalhadoras domésticas afirmam que “batalham para dar aos filhos a capacidade e a formação que elas mesmas não tiveram, e oram para que as oportunidades que não se abriram para elas mesmas se abram para seus filhos. Elas, no entanto, também sabiam que, quisessem comunicar o valor do seu trabalho como parte da ética do cuidado e da confiabilidade pessoal, o trabalho em si não era desejável (COLLINS, 2019, p. 308).

3.4. O racismo como trauma

Outro ponto colocado por Elis fora o da dificuldade que enfrentava para conseguir trabalho, para se relacionar em família, para obter respeito em suas relações interpessoais. Ela aponta o racismo em sua manifestação interpessoal, cotidiana e traumática, fala sobre como ele se manifesta na sua vida:

Vou te falar infelizmente o racismo ainda existe muito, infelizmente, tem muita gente que não trabalha, eu ia nos lugar eles falavam assim “ a sua aparência não dá”, ou então falava assim “você não encaixa no perfil”[...] você sabe que tem tudo pra encaixar no perfil, aí você pensa, o que é que não encaixa mais no perfil? (ELIS, 2013).

Nas relações sociais cotidianas vivenciamos o racismo, “no interior das empresas, nas famílias, no interior dos lares, nos hospitais, em cada parte da nossa sociedade que os brancos adquirem privilégios e os negros são discriminados por sua cor/raça” (SCHUCMAN, 2012, p.49). Nossas relações interpessoais são fundamentadas em critérios raciais, são racistas:

Elis: Trabalhava na casa de uma mulher que era racista, eu sofri racista com os próprio pai do meu filho, do meu menino mais velho [...] porque quando ele nasceu ele cuspiu no chão e falou: sai daqui com esse negrinho. [...] e não querer assumir

sabe. Aí o que acontece, eu fui embora, meu menino tem dezesseis anos e eu não tive contato, por isso que eu fui mãe e pai dele. [...]A minha sogra é meio racista. **Aline:** Mas assim como isso se manifesta? **Elis:** Tipo assim, se você pega no armário, ela vai lá e passa álcool [...] eu cheguei a separar do meu marido por conta dela, porque ela não aceitava nem eu e nem o meu menino mais velho né, aceitava os netos. [...] agora tá mudando muito sabe, tá aceitando, mas, todo tanto que eu e meu menino sofreu com ela a gente não tem a confiança de vó sabe, vó eu falo porque criou desde a idade de três meses (ELIS, 2013).

O trauma revivido cotidianamente por nós, negras/os não costuma ser tema de pesquisas. O racismo tem sido majoritariamente pensado nas perspectivas institucional e estrutural. Quando apontamos o racismo como um trauma, temos a intenção de evocar como o relacionamento colonial é frequentemente lembrado pelas formas de tratamento negligentes e desumanas autorizadas contra pessoas negras. São eventos diários que nos agredem, dos quais não tivemos/temos a possibilidade de nos defender, pois operam baseados em uma lógica irracional. Os ataques são violentos e inesperados. De manifestação intensa e geram perturbações duradouras no inconsciente.

Analiticamente o trauma é caracterizado por um evento violento na vida do *sujeito* “definido por sua intensidade, pela incapacidade do sujeito de responder adequadamente a ele e pelos efeitos perturbadores e duradouros que ele traz à organização psíquica” (Laplanche e Pontalis, 1998, p.465). A escravidão, o colonialismo e o racismo cotidiano necessariamente contêm o trauma de um evento de vida intenso e violento, evento para o qual a cultura não fornece equivalentes simbólicos e aos quais o *sujeito* é incapaz de responder adequadamente porque, como Claire Pajaczkowska e Lola Young (1992, p. 200) argumentam, “a realidade da desumanização do povo *negro* é aquela que não há palavras adequadas para simbolizar”. Além disso, dentro da combinação de narcisismo *branco* e negação, a capacidade de encontrar equivalentes simbólicos para representar e descarregar tal realidade violenta torna-se bastante difícil (KILOMBA, 2019, p. 214).

Elis revivia o trauma colonial constantemente em suas relações pessoais/sociais, a sociedade e seu paradigma racista faz com que as/os sujeitas/os reproduzam eventos que visam reforçar o nosso não pertencimento, nos gerando desconforto e exaustão. Da mesma forma que mulheres escravizadas, a ela eram excluídas inúmeras possibilidades, por causa de sua aparência/fenótipo lhe eram negadas as oportunidades de emprego pleiteadas. Não fora considerada como uma possível esposa pelo pai de seu filho, também por causa de sua aparência/fenótipo. Em sua relação com a sogra era constantemente desprezada pelo mesmo motivo. Dessa forma se via cada vez mais restrita a trabalhos determinados, impossibilitada de construir uma família, dentro da concepção hegemônica do que seria uma, não era vista como uma mulher elegível para isso, partindo de uma visão racializada. Sendo assim, da mesma maneira que mulheres negras quando escravizadas, ela ficava impossibilitada de escolher, pois eram-lhe negadas as opções que buscava. Eram-lhe impostas determinações externas que dificultavam que trabalhasse em uma área diferente da qual estava.

Essa experiência se repete nas relações pessoais, se estendendo por todas as outras estabelecidas em sociedade. A rejeição do todo é uma experiência comum para nós, negras, a dor da separação e a privação afetiva visam reforçar os lugares ocupados durante o período colonial, reforçar o silenciamento e a sensação de inadequação, evidenciando a atemporalidade do trauma coletivo.

As experiências vividas por Elis não são incomuns, fazem parte do nosso cotidiano, independente da esfera social em que estejamos. Explicitam as formas como vivemos cotidianamente o racismo, não se trata de um evento isolado que acontece ocasionalmente, mas de fenômenos diários que evidenciam um “padrão histórico de abuso racial”. Vivemos a experiência de segregação/diferenciação racista de maneiras diversificadas, oscilando de acordo com o meio social e o período histórico em questão. As práticas diferenciadoras são renovadas pelas/os sujeitas/os de acordo com o contexto histórico. As discrepâncias entre negras/os e brancas/os, descritas por meio de dados em pesquisas focadas no racismo institucional¹⁸ e no racismo estrutural¹⁹, são encenadas diariamente entre os grupos racialmente determinados e os que possuem o poder de definir.

Mesmo quando tentamos nos esquivar das fantasmagorias da branquitude, somos de alguma forma empurradas/os novamente para elas, somos “com” as/os outras/os, e viver uma vida dupla entre quem somos e o que nos permitiram ser exige esforço, nos afeta em um ponto importante e sensível, na nossa construção enquanto sujeitas/os. A resistência ocorre também em nosso interior, entre acreditar no que somos e no que esperamos que sejamos, temos sido forçadas/os a provar cotidianamente que somos humanas/os. As percepções e os tratamentos que recebemos querem nos encerrar no passado colonial, criando situações que nos forcem a lembrar regularmente do trauma coletivo, que nos retirou a condição de humanas/os. Nos colocando em posições confortáveis para o grupo dominante e desconfortáveis para nós. O tratamento racista visa nos manter na condição de “Outra/o” da branquitude.

O racismo cotidiano não é um evento violento na biografia individual, como se acredita – algo que “poderia ter acontecido uma ou duas vezes” –, mas sim o acúmulo de eventos violentos que, ao mesmo tempo, revelam um padrão histórico

¹⁸ A concepção de racismo institucional foi considerada como um avanço na tentativa de explicar como se propagava o racismo. A partir dela, ele passou a ser compreendido como resultante do funcionamento das instituições e não mais como um comportamento individual (ALMEIDA, 2018).

¹⁹ O racismo estrutural é a norma racial excludente. Trata-se de uma estrutura racialmente estabelecida, fundamentada em toda a desigualdade racial experimentada por negras/os ao longo de nosso processo histórico. “Dito de modo mais direto: *as instituições são racistas porque a sociedade é racista*”, elas somente operam de acordo com a desigualdade racial que modela as relações sociais (ALMEIDA, 2018).

de abuso racial que envolve não apenas os horrores da violência racista, mas também as memórias coletivas do trauma colonial. [...] os dolorosos efeitos do trauma mostram que as/os africanas/os do continente e da diáspora foram forçadas/os a lidar não apenas com traumas individuais e familiares dentro da cultura *branca* dominante, mas também com o trauma histórico coletivo da escravidão e do colonialismo reencenado e reestabelecido no racismo cotidiano, através do qual nos tornamos, novamente, a/o “Outra/o” subordinado e exótico da branquitude (KILOMBA, 2019, p. 215).

As relações são construídas hierarquicamente, pautadas na “percepção dos fenótipos”. O constructo ideológico da branquitude superestima as pessoas classificadas como brancas, dando elementos para que constituam subjetividades baseadas em qualidades, que são retroalimentadas ao fazer oposição a máculas a nós atribuídas. O mito do/a branca/o excepcional se sustenta no mito do/a negro/a incapaz. Essa ideologia, criada por brancas/os e para brancas/os, lhes geram sentimentos de superioridade que dificultam ou mesmo impossibilitam o sentimento de empatia e de deslocamento necessários para se enxergar outras realidades, para além das quais foram socializadas/os, e assim construir uma sociedade pautada pela justiça social e não mais pela pena, pela culpa, pela soberba, pelo ódio e pelo medo.

Esse mesmo racismo afeta de forma contundente e perversa as suas vítimas e exalta os que o praticam, colocando-os dentro da redoma de vidro da branquitude. Ao proteger as pessoas brancas e elegê-las como um padrão universal de beleza, competência e civilidade, o racismo inculca e gera, em suas vítimas, um sentimento antagônico a todos esses atributos. Essa negatividade é expressada principalmente em seus corpos, na superfície de sua pele e no tipo de cabelo. Quanto mais preta é a cor da pele e mais crespo é o cabelo, mais as pessoas que possuem tais características são desvalorizadas e ensinadas a se desvalorizar, não só esteticamente, mas também enquanto seres humanos. O racismo e a branquitude, ao operarem em conjunto, lançam dardos venenosos sobre a construção da identidade negra e que tentam limitar os indivíduos negros, sobretudo as crianças e as mulheres que, ao se mirarem no espelho, veem aquilo que ele – o racismo – coloca à sua frente (GOMES, 2019, p. 19).

Quando nos percebemos como corpos marcados, nos quais estão “inscritos significados racializantes”, como no caso de Elis, temos a possibilidade de entender como a ideologia racista e a branquitude operam em complementariedade. A partir dessa constatação podemos fazer escolhas, agir de acordo com o que acreditamos ou de acordo com o que fomos reduzidas/os. Apesar da lógica da rejeição, reforçada pelo ódio às/aos negras/os, em que esteve inserida, Elis escolheu responder com amor próprio, criado a partir de sua autodeterminação:

Elis: Aí nessa área que foi mais, se eu não fosse evangélica tinha processado sabe, porque ela chegou a me chamar de negrinha, aí o que acontece. **Aline:** Mas a sua religião impede? **Elis:** Isso não é coisa que Deus faria, a gente, como a gente ainda sofre muito preconceito por essas coisas, eu sofro pelas manchas né e pela minha cor, aí o que acontece, a gente tem que orar pra essas pessoas, que pessoa que faz isso é pessoa que não tem Deus no coração. Porque quando a pessoa tem realmente

Deus não existe isso. Amor ao próximo, se você tem amor ao próximo não existe diferença de cor [...] não faz sentido nenhum, você me entende? [...] ia pegar os filhos dela não podia [...] não pegava não, então o que é que acontece, eu larguei essa área, eu achei melhor sair (ELIS, 2013).

Por mais que precisasse do emprego, Elis o abandona. Por mais que a sua socialização lhe tivesse destinado sempre os piores lugares, ela refuta a forma de tratamento e se afasta daquilo que visa diminuí-la, sabe do seu valor.

3.5. Experiência e consciência

Elis e Otacília apontaram o campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia como exemplo da desigualdade racial vivenciada por negras/os, em uma sociedade explicitamente racista. Quando questionadas sobre a existência de igualdade de condições entre pessoas brancas e pessoas negras, elas utilizaram a ausência de negras/os no campus, como um exemplo concreto de como somos excluídas/os de espaços privilegiados e que permitem poder de decisão. A presença de pessoas classificadas como brancas na Universidade ocorre principalmente em cargos/funções/atividades imbuídas de prestígio social, e ela acontece em detrimento da presença de pessoas classificadas como negras nessas mesmas posições. A consciência das entrevistadas é resultado de suas experiências, a experiência compreendida como um ponto de vista e não como a essência do ser.

Sei que a experiência pode ser um meio de conhecimento e pode informar o modo como sabemos o que sabemos. Embora me oponha a qualquer prática essencialista que construa a identidade de maneira monolítica e exclusiva, não quero abrir mão do poder da experiência como ponto de vista a partir do qual fazer uma análise ou formular uma teoria (HOOKS, 2013, p. 122).

O processo de seleção racial ocorre por meio de uma série de mecanismos que vão sendo historicamente atualizados pela ideologia da branquitude e praticados cotidianamente por sujeitos/as que dela se apropriam, visam dificultar ou impedir a presença de negras/os no local. Alguns desses mecanismos vem sendo apontados ao longo desse trabalho, como a ideia de um discurso científico neutro, da intransigência com as diferenças, os olhares de superioridade, os processos seletivos, da responsabilização dos grupos em situação sócio-histórica de opressão, entre tantos outros. O imaginário social visa encobrir privilégios por meio do nosso apagamento, da negação de nossas experiências. “O isolamento de *negras* e *negros* é uma estratégia para reassegurar a supremacia branca” (KILOMBA, 2019, p. 170).

Otacília: Oh! menina, sinceramente às vezes não, sabe assim por que tem coisa que não assim, não porque, nunca me discriminaram, mas que nem aqui é muito difícil você ver um negro estudando, muito difícil você só vê filho de papai, só branco, então... **Aline:** Você acha que as condições não são iguais? **Otacília:** Não são iguais, é difícil ver um negro estudando aqui, é difícil você ver um negro com carro novo,

ou seja velho, é difícil você ver aqui, você vê só branco, branco, branco, é difícil até falar[...] é raridade você ver um negro [...]. Porque tem um ano e quatro meses, então a maior parte a gente já conhece, já vê né, então você não vê negro, muito raro, mesmo se tiver lá fora andando, você vai ali fora é muito raro você ver um negro. Tipo assim de cinquenta por cento você colocar dez por cento, acho que não chega a dez por cento, pode passar na peneira que não sai um [...] aqui não tem professor negro, aqui eu nunca vi, nunca vi juro por Deus [...] (OTACÍLIA, 2013).

Elis: [...] principalmente aqui nessa faculdade, aqui é o exemplo, não é? [...] Porque a porcentagem se você olhando lá, o negro é pequenininho [...]. Principalmente aqui e têm muitos aqui que ainda é racista, principalmente aqui, eu vejo, nesse tanto de ano eu vejo, então eu tomo a faculdade como exemplo (ELIS, 2013).

O conhecimento trazido por elas se localiza em seus corpos, no espaço ocupado por elas naquele lugar e na extrapolação dele. Elas criam formas de subjetividade que estão entre o conhecimento e a conhecedora, uma forma de conhecimento vivida.

[...] as mulheres são socializadas em nexos relacionais complexos, nos quais o comportamento é governado mais por regras contextuais que por princípios abstratos. Tal processo de socialização estimularia modos característicos de conhecer. [...] as mulheres têm mais chances de vivenciar duas formas de saber: uma localizada no corpo e no espaço que ela ocupa, e outra que transcende esse espaço. Por meio das múltiplas formas de maternagem, as mulheres medeiam esses dois modos, utilizando as experiências vividas em seu dia a dia para avaliar reivindicações de conhecimento mais abstrato. Essas formas de conhecimento permitem o surgimento de uma subjetividade entre o conhecimento e o conhecedor, residem nas próprias mulheres (e não em altas autoridades) e são vivenciadas diretamente no mundo (e não por intermédio de abstrações) (COLLINS, 2019, p. 414).

Por mais que Otacília identificasse o racismo em sua manifestação estrutural, reconhecendo no público da Universidade o seu desdobramento, dissera não ter sofrido racismo: “Não, nunca tive [...] não, nunca senti, não por causa da cor nunca fui como se diz, rejeitada” (OTACÍLIA, 2013). Ela compreende o racismo em sua manifestação coletiva, não entendendo que para a conservação da estrutura excludente nesse âmbito, primeiramente é necessário que ela se aplique a determinadas subjetividades. Ela era uma das mulheres de pele mais clara a ser entrevistada. Com base no colorismo, a discriminação baseada na cor da pele e na predominância de traços africanos, podemos compreender que o fato de ela não ter se sentido diretamente discriminada pode estar atrelado a isso. Há entre as pessoas negras, devido as variações fenotípicas existentes entre os descendentes de africanas/os, a dificuldade em se perceber como grupo. Pois a forma de discriminação pode oscilar de acordo com o fenótipo, derivando na experiência geral de exclusão a nível institucional.

Nesse sentido, seu discurso se aproxima mais do hegemônico. Ela nega uma verdade desconfortável às/aos brancas/brancos em um mundo onde o único discurso e modo de vida legitimados têm sido o do/a opressor/a, em que se visa estabelecer a predominância da verdade do/a colonizador/a. Isso tem nos pressionado a manter nossas verdades em segredo, a

escondê-las negando, as vezes até de nós mesmas. Essas são as bases de todo o projeto colonial, a dificuldade de identificação coletiva unida ao silenciamento repressivo causado pelo medo *branco*:

A máscara, portanto, levanta muitas questões: por que deve a boca do *sujeito negro* ser amarrada? Por que ela ou ele tem de ficar calada/o? O que poderia o *sujeito negro* dizer se ela ou ele não tivesse sua boca tapada? E o que o *sujeito branco* teria de ouvir? Existe um medo apreensivo de que, se o *sujeito* colonial falar, a/o colonizadora/or terá de ouvir. Seria forçada/o a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades da/o “*Outra/o*”. Verdades que têm sido negadas, reprimidas, mantidas e guardadas como segredos (KILOMBA, 2019, p. 41).

Não falar sobre nossas verdades é uma forma de manter o pacto colonial, de manter o/a opressor/a em sua zona de conforto e carregar o peso histórico de nossa experiência desigual.

3.6. Valores alternativos

Conversei com Maria em uma sexta-feira, no dia vinte e sete de julho, do ano de 2013. Como fiz com todas as outras mulheres entrevistadas, a abordei no interior do campus durante seu horário de trabalho e falei com ela sobre o que pesquisava, qual era o meu intuito e perguntei sobre a possibilidade de gravarmos uma entrevista, ela aceitou e sugeriu o local. A entrevista foi feita no Campus Santa Mônica. Nos sentamos em bancos que ficam ao lado do bloco 5M. Eu a via com frequência, naquele momento ela trabalhava no Bloco I, conforme me disse posteriormente havia trabalhado por dois anos e meio no Bloco H. Havia nascido em Uberlândia e morava no bairro Lagoinha, usava o transporte público para chegar ao trabalho.

Fazia quatro anos que trabalhava na UFU contratada pela empresa-meio Arqgraph. Quanto começou disse que seu horário era de uma hora da tarde até as dez horas da noite, no momento da entrevista das nove e meia da manhã até às seis e meia da noite. Me disse que nunca tivera problema com as/os chefes e que com as encarregadas da empresa acontecia o mesmo. Dizia ter desenvolvido relações muito boas nos locais em que havia trabalhado:

Maria: Ali no H eu tenho muitas amizades lá, pessoa que sempre me respeitou eu também. **Aline:** Lá você ficou bastante tempo, então dá para criar mais vínculo. **Maria:** Foi dois anos e meio, em todos lugar que eu trabalhei, em todos bloco que eu trabalhei aqui eu sempre fiz bons relacionamentos (MARIA, 2013).

A valorização das relações interpessoais desenvolvidas no ambiente de trabalho foi uma percepção comum entre as entrevistadas, quando questionadas sobre qual seria o significado do ato de trabalhar, disseram que a interação diária com pessoas diferentes era o mais importante no exercício de suas funções. O respeito encontrado nas relações interpessoais que desenvolviam no trabalho, o diálogo, a troca, eram elementos que

fortaleciam a autoestima das entrevistadas, identifiquei nessas narrativas o que Patricia Hill Collins (2019) chamou de “sistema de valores alternativos”.

Por exemplo, as trabalhadoras domésticas que participaram do estudo de Judith Rollins mantêm a autoestima aderindo a um sistema de valores alternativo que “mede o valor de um indivíduo menos pelo sucesso material que pelo “tipo de pessoa que ele é”. Essas mulheres se avaliam com base na “qualidade de suas relações interpessoais e [em] sua posição na comunidade”. Esse sistema ético é o que dá às trabalhadoras domésticas a força necessária para aceitar aquilo que lhes é benéfico na forma como os patrões as tratam, sem se ferir profundamente com as imagens de controle negativas que embasam esse tratamento. A presença de um sistema de valores alternativo e de matriz africana permite que as mulheres negras convivam com as contradições inerentes ao fato de se virem como pessoas de valor exercendo funções menosprezadas (COLLINS, 2019, p. 337).

O sistema de valores alternativos permitia a confrontação com as imagens de controle. Nele, o valor é medido por quem se é e não pelo que se têm e pelo que se faz. Diferente do valor profissional baseado no prestígio social, que reconhece somente o valor material como importante. O trabalho era para elas também a criação de vínculos interpessoais. O contato com o diferente, a possibilidade de estabelecer amizades e de ser reconhecida nos lugares onde atuavam.

Antes da Universidade, trabalhara em uma empresa de reciclagem no bairro Marta Helena por um ano e meio, ela descreveu parte da sua rotina de trabalho naquele lugar:

Um ano, lá eu trabalhava com uma máquina também, lá eu transformava, uma máquina que transforma o plástico em pó [...] ele parece assim um liquidificador gigante, aí você vai combinando as cores e pondo, por exemplo, se você quer fazer um plástico preto aí cê põe o amarelo e azul (MARIA, 2013).

Quando a entrevistei, ela tinha cinquenta e quatro anos. Havia se separado e tinha quatro filhos. Todos exerciam atividade remunerada naquele momento, como auxiliar na construção civil, pintor, também na construção civil, cozinheiro e vendedor. Em casa, ela era responsável pelo trabalho doméstico. Caso não estivesse naquela profissão, gostaria de trabalhar como auxiliar de cozinha, que foi uma profissão em que ela havia encontrado reconhecimento, mais uma vez fundamentada em um sistema de valores alternativos. Ela se sentia realizada ao fazer algo que tinha competência e fazia bem:

Maria: Trabalhei uns seis meses, mas eu já sabia, tinha aprendido a soltar alguns pratos sabe, e aquilo era muito bom. Porque, eu passei um apuro muito grande, porque quem foi lá pedir o prato era gente importante né, da prefeitura e tudo, e o rapaz pediu um prato. Aí a tia do dono do restaurante ficou desorientada, aí eu falei pode deixar que eu vou fazer. **Aline:** Qual que era o prato? **Maria:** Moqueca capixaba e eu dei conta de fazer [...] a pessoa parece que tava ele, a esposa, o genro e a nora, o genro e a filha. Aí eles almoçou né, delícia tudo, aí ele foi lá na cozinha; perguntou quem de nós duas tinha feito, aí a outra é ela, aí eu falei foi, foi eu mesmo [...] ele falou durante todo esse tempo que eu vim aqui, eu não comi uma moqueca tão bem temperada e deliciosa igual essa (MARIA, 2013).

Nesse sentido, percebemos na compreensão de Maria, a valorização de seu saber, o gostar de fazer o que sabia. Um saber vinculado a sua trajetória, importante em seu modo de vida.

Pensamos ser importante compreender as experiências das mulheres a partir de seus modos de vida, na perspectiva de valorizar seus saberes e compreender se nas suas experiências de vida, em suas histórias, não encontramos elementos de contestação ao modelo de organização social machista e capitalista que quer se apresentar como único possível (FERREIRA, 2020, p.318).

Maria identificava no comportamento das pessoas formas de tratamento diferentes dirigidos a pessoas negras, o que entendia como uma tentativa de criar dificuldades, barreiras para as/os mesmas/os. Sendo a nós possível aceitar ou contestar o tratamento. De acordo com ela, temos a possibilidade de acatar as imagens de controle ou refutá-las e podemos fazer isso por meio de nossas ações.

Maria: Olha eu vou falar uma coisa pro cê, tem gente que tenta fazer com que isso seja pra nois negro atrapalhe. **Aline:** Você não sente nem um peso não, não te atrapalha? **Maria:** Não de jeito nenhum, porque tem gente que tenta fazer com que seja, mas isso depende da gente. **Aline:** Você acha que a pessoa tenta desconsiderar? isso ocorre? **Maria:** Isso ocorre, mas tem pessoas que pensam, “nossa eu realmente”; mas não é por aí [...] acreditando e leva aquele peso e acaba caindo mesmo, não é por aí [...]tem que erguer a cabeça e deixar isso pro lado (MARIA, 2013).

A estratégia de Maria para lidar com o racismo cotidiano era a de não aceitar formas de tratamento que tivessem o intuito de menosprezá-la, fala sobre como isso havia acontecido em uma loja onde tentara comprar:

Eu já entrei numa loja aqui em Uberlândia, entrou uma fulana e logo depois: a senhora precisa de alguma coisa; faltou pouco né e eu ali, os vendedor passava quase que por cima de mim, não me deram um pingão de crédito. Aí eu saí da loja, quando eles viu que eu ia embora veio correndo atrás, “não eu vou naquela outra loja ali”, falei “aquela ali com certeza não tem preconceito”. Falei na cara e fui lá, comprei o que eu tinha que comprar lá. Compro até hoje sabe e depois eu fiquei sabendo que quem comprou e foi muito bem atendido lá né, clara, tava de carro, tava muito bem traquejada, não pagou um centavo e comprou muito. Parece que mobiliou a casa inteira [...] é então, se eu fosse parar pra pensar, “nossa não me atendeu porque eu sou negra”, aí eu vou embora pra minha casa. Se não, lá não atendeu, tem outra lá pertinho (MARIA, 2013).

O que podemos aprender com ela é que não devemos agir como elas/es esperam. As imagens de controle usadas com o intuito de desenvolver em nós o complexo de inferioridade racial deve ser rejeitada. Entendendo que elas são acionadas contra nós desde a infância, negá-las exige muito esforço e o reconhecimento consciente de quem somos, e isso pode ser feito mediante nossas experiências e ações. O que faremos com o que fizeram de nós. Não devemos nos apegar e reproduzir as ideias racistas que são o padrão de comportamento da

sociedade que construímos juntos. A submissão é o que se espera com essa forma de tratamento, a tentativa de nos coagir pode vir por meio de gestos, olhares, pequenas atitudes.

E todos nós, negras/os e brancas/os, somos afetados por esse padrão relacional, que gera medo e insegurança. Para negras/os, que mesmo com análises racionais das situações saibamos não ser piores e nem melhores que ninguém, somos “com” e o ser juntamente a pessoas que nos dizem diariamente e das mais variadas formas que somos inferiores, tornam a nossa possibilidade de ser uma batalha diária, somos “apesar de”. A compreensão positiva do “eu” para pessoas negras é uma forma de resistência. As violências sofridas têm o intuito de reforçar crenças limitadoras e nos controlar. O racismo é irracional e somente sabe do que se trata quem o experimenta, pessoas brancas podem compreender, mas jamais saber o que de fato é. Afirmar que a ideia de excepcionalidade carregada pela branquitude é ancorada na crença limitadora da inferioridade negra.

Maria escolheu não aceitar, resolveu reagir e inclusive falar sobre o que aquela situação era. Rompeu com a barreira do silêncio, que é o que a “etiqueta das relações raciais”, como um código de conduta, exige de nós. Por mais que o racismo fizesse parte de suas experiências, Maria não corroborava com as fantasmagorias da branquitude, não agia com a submissão esperada às tentativas de relegá-la a uma condição de menor importância. Nomear a experiência e falar abertamente sobre o que ela nos causa é uma forma de romper com as regras do jogo sórdido que nos assombra desde o nascimento.

A mistificação criada com base nos critérios estabelecidos pela branquitude denomina nossas falas acerca do racismo como vitimização, essa é uma forma de nos manter caladas/os, oprimidas/os e nos mesmos lugares. Por mais que falar sobre essas experiências traumáticas possa doer é também uma ação essencial na identificação e na possibilidade de alteração de todo o processo que culmina com a manutenção da estrutura. O denunciamento é mais uma etapa, não deve ser encarado por nós como um fim, falar de nossas diferenças e de como elas foram usadas para nos inferiorizar deve ser um caminho para potencializar a nossa disposição em ressignificá-las e vivê-las como desejamos.

Precisamos nomear o que queremos combater, não se trata de achismos, de vitimização, de “mi mi mi”, de uma interpretação, mas sim de cadeias de eventos cotidianos que nos chocam, enfraquecem, traumatizam e limitam nossa experiência social ao espaço permitido pelas projeções dos/as brancas/os, as quais corremos o risco de internalizar. Falar é essencial para que caminhemos no propósito de extinguir as práticas racistas. Separemos o que projetaram sobre nós do que somos. Falemos sobre racismo, compreendamos o que

tentam fazer conosco e ensinemos as/aos nossas/os a se defender desse projeto de alucinação coletiva que tem nos exterminado das piores formas possíveis.

[...] o racismo cotidiano tem sido intensamente negado em nossa sociedade e aquelas/es que o experienciam são constantemente lembradas/os de não nomeá-lo, mantê-lo quieto, como um segredo – nesse sentido, a pergunta “O que o incidente fez com você?” é bastante libertadora, pois ela abre espaço para o que foi negado (KILOMBA, 2019, p. 226).

Ao apontar a fala como uma estratégia de combate ao racismo, não a compreendemos como a única. Algumas das entrevistadas eram quietas e silenciosas, responderam minhas perguntas de forma objetiva. Como foram os casos de Rosângela, Alvani e Sônia. O silêncio não deve ser compreendido como passividade ou concordância, mas certamente como o hábito de pessoas pouco acostumadas a ter suas opiniões solicitadas. “O silêncio não deve ser interpretado como submissão a essa consciência coletiva e autodefinida das mulheres negras” (COLLINS, 2019, p.181).

Então – sendo mulher – você pode esperar. Melhor ficar quieta e de mãos vazias. Não saturada – pesada como se seus pés estivessem fundidos no ferro da sua alma. Não desperdiçando força com gestos debilitantes, como se duzentos anos de algemas e chicotes tivessem deixado você impaciente e insegura. Mas quieta, quieta. Quieta como Buda, que – pardo como eu – sentou-se totalmente à vontade, completamente seguro de si; imóvel e ciente. [...] Imóvel por fora. Mas e por dentro? (BONNER, 1987, p.7, *apud*, COLLINS, 2019, p.181).

As estratégias utilizadas pelas/os sujeitas/os em condição de opressão sócio-histórica são múltiplas. Não possuímos reações unívocas em face às estruturas sociais que tem insistido em tentar nos determinar. Sempre há alternativas, e as afro-americanas têm sido artífices na feitura de outras vias.

Sejam esforços individuais para consolidar uma transformação na consciência, seja a persistência de grupo necessária para modificar as instituições sociais, as ações que provocam mudanças empoderam as afro-americanas. Ao persistir na busca por autodefinição, nós nos transformamos como indivíduos. Nossas lutas individuais, quando interligadas a ações em grupo, ganham novo significado. Dado que nossas ações como indivíduos fazem com que deixemos simplesmente de existir no mundo e passemos a ter algum controle sobre ele, elas nos permitem ver a vida cotidiana como um processo e, portanto, como algo passível de mudança. Talvez seja por isso que tantas mulheres afro-americanas tenham conseguido persistir e “encontrar um caminho onde não havia saída”. Talvez elas conhecessem o poder da autodefinição (COLLINS, 2019, p. 215).

Os caminhos da mudança são inúmeros e complexos, chegamos até aqui em virtude da persistência e da criatividade de nossas/os antepassados, na formulação e na disputa por outros projetos de sociedade, por outras visões de mundo, humanos e que incluam nossas perspectivas. Se chegamos até aqui, mesmo com tantas barreiras, é certo que iremos ainda mais longe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do que foi dito, quando falamos de uma estrutura capitalista, sendo essa racista, sexista, idadista, classista, capacitista, não podemos pensá-la como algo findo, mas como formações hegemônicas que estão em constante disputa. Quando pensamos nas representações sociais hegemônicas atribuídas a nós, mulheres negras, a partir do ponto de vista das próprias sujeitas, podemos perceber as contradições presentes nas imagens de controle, ancoradas nas relações sociais de produção, que visam nos determinar. O hegemônico não se apresenta assim como um domínio absoluto, mas em constante contradição e disputa.

Uma formação hegemônica está sempre centrada em torno de certos tipos de relações sociais. No capitalismo são as relações de produção, não se explica este fato como um efeito de estrutura, mas que a centralidade das relações de produção está sendo conferida por uma política hegemônica. Entretanto, a hegemonia nunca se estabelece de forma definitiva. Uma luta constante deve criar as condições para validar o capital e sua acumulação. Isto implica uma configuração de práticas que não são meramente econômicas, mas políticas e culturais. Dessa forma, o desenvolvimento do capitalismo está submetido a uma incessante luta política, periodicamente modificando as formas sociais através das quais as relações sociais de produção asseguram sua centralidade. Na história do capitalismo podemos ver o ritmo de sucessivas formações hegemônicas (MOUFFE, 2018).

Nos discursos produzidos pelas trabalhadoras identificamos pontos convergentes e divergentes das imagens de controle, há aqui o que podemos chamar de “múltiplas posições das/os sujeitas/os”, criadas pelas diferentes relações sociais de que participam. Dessa forma não é possível determinar uma/um sujeita/o unicamente com base na relação social de produção da qual faz parte. Somente a classe não consegue apreender a complexidade das relações sociais nas quais as sujeitas, mulheres negras, estão inseridas. As constantes tentativas de nos invisibilizar e desumanizar estão diretamente associadas ao intuito de se criar uma identidade coletiva de classe, associada a uma experiência comum, que afirmamos não existir.

Assim, a subjetividade de um dado agente social é sempre precária e provisoriamente fixada ou, para usar um termo Lacaniano, suturada na interseção de vários discursos. Consequentemente, me oponho ao reducionismo de classe presente no Marxismo clássico, no qual todos sujeitos sociais são necessariamente o sujeito de uma classe (cada classe social com seu respectivo paradigma ideológico, e todo antagonismo, no fim das contas, reduzido a um antagonismo de classe). Afirmo, ao invés, a existência em cada indivíduo de múltiplas posições de sujeito correspondendo tanto as diferentes relações sociais na qual o indivíduo está inserido quanto aos discursos que as constituem. Não há razão para se privilegiar, aprioristicamente, uma posição numa "classe" como a origem da articulação da subjetividade. Além disso, é incorreto atribuir, necessariamente, uma forma paradigmática a tal ou tal posição numa classe (MOUFFE, 2018).

Suas falas e práticas contestam a universalidade do feminino construída por vertentes do feminismo liberal, que respalda o apagamento da história de mulheres que não cabem em seus moldes. Alguns feminismos ao invés de libertar, aprisionam.

O feminismo é uma urgência no Brasil. Mas é preciso afirmar que nem todo feminismo liberta, emancipa, acolhe o conjunto de mulheres que carregam tantas dores nas costas. E não é possível que nosso feminismo deixe corpos pelo caminho. Não há liberdade possível se a maioria das mulheres não couber nela (PETRONE, 2019, p.12).

O formação e manutenção do modo de produção capitalista está diretamente associada à invasão e controle territorial, e à imposição dos modos de ser. Dessa forma não é surpresa a tentativa constante de apagamento das perspectivas e consequentemente da subjetividade de mulheres negras, disso depende a permanência desse sistema. Porém, suas falas e existências conscientes demonstram rupturas com as narrativas hegemônicas, “todo ponto de vista é a vista de um ponto. Para entender como alguém lê, é necessário saber como são seus olhos e qual é a sua visão do mundo”(BOFF, 1998, p.9). Assim percebemos como as sujeitas utilizam estratégias para driblar sistemas de opressão que visam determiná-las, mas que não conseguem ser efetivos, ao resvalar na multiplicidade de possibilidades do ser, onde há opressão há também resistência. “Não há uma forma paradigmática para se expressar resistência contra dominação, sua articulação depende dos discursos e relações de forças na presente luta pela hegemonia” (MOUFFE, 2018).

Devemos compreender a consolidação das relações estruturais capitalistas antes como o desenvolvimento peculiar da racionalidade moderna, fundada sobre a raça, o gênero, a classe, a idade, a região, sobre os corpos: “ não pode se limitar a questionar relações estruturais do capitalismo de produção, é preciso também questionar o modo de desenvolvimento de todas essas forças endêmicas à racionalidade do capitalismo de produção” (MOUFFE, 2018).

Nós podemos alimentar ou contestar as instituições que originam a estrutura, podemos fazer isso reproduzindo ou negando atitudes que mantenham o *status quo*, do qual as atuais elites partidárias do bolsonarismo se mostraram as maiores defensoras. Fazem sua defesa também com o uso de discursos permeados por ódio, com os quais pretendem fazer retroceder os avanços conquistados pela população negra no Brasil, o racismo é também performático e discursivo. Junto a esse status estão defendendo seu estilo de vida, a manutenção de seus privilégios operam com base na negação da igualdade de direitos sociais

para nós, negras/os em todas as esferas sociais. As elites bolsonaristas são o exemplo das práticas e das teorias racistas em seu modelo ideal, o que não quer dizer que as/os defensores/as de projetos de esquerda estejam livres da reprodução dessa dinâmica, somente encontraram outras formas de performá-la, outros discursos, outras narrativas, como a da neutralidade e da universalidade.

Estamos hoje em meio a uma importante reestruturação. Se o resultado final fortalecerá o capitalismo ou nos moverá adiante na construção de uma sociedade mais democrática dependerá da habilidade das forças existentes para articular as lutas que estão em cena para a criação de uma nova formação hegemônica (MOUFFE, 2018).

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. **Desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro**. On-line version ISSN 2317-6660. Campinas: Ciência e cultura, 2006. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400020. Acesso em: 15 jul. 2020.
- ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?**. 1. ed. Belo Horizonte: Letramento, 2018. 203 p. ISBN 978-85-9530-097-2.
- ANTUNES, R; DRUCK, G. A terceirização como regra?. **Revista TST**, Brasília, v. 79, n. 4, outubro/dezembro 2013.
- _____. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em questão**, São Paulo, agosto/setembro 2015.
- ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; F. Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. 128 p. v. 23 cm. ISBN 978-85-7559-680-7.
- BARROS, J; SOUSA, K. Estereótipos étnicos e representações sociais: uma breve incursão teórica. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís/ MA, v.5, n.2, jul/dez. 2012.
- BHATTACHARYA, T. O que é a teoria da reprodução social. **Revista Outubro**, [s. l.], n. 32, 2019.
- BENTO, MA. **Branqueamento e branquitude no Brasil** In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58).
- BOFF, L. **A águia e a galinha**: uma metáfora da condição humana. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.
- BOURDIEU, P. Capital simbólico e as classes sociais. **Novos estudos**: CEBRAP, São Paulo, n. 96, julho 2013. DOI 10.1590/S0101-33002013000200008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000200008. Acesso em: 16 jul. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000200008>
- BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, MR. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, Julho 2000. DOI 10.1590/S0100-15742000000200003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742000000200003. Acesso em: 15 jul. 2020.
- BUENO, W. **Imagens de controle**: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins. 1. ed. Porto Alegre: Zouk, 2020. 170 p. ISBN 978-85-8049-096-1.
- CARDOSO, C. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, Setembro/dezembro 2014. DOI 10.1590/S0104-026X2014000300015. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000300015. Acesso em: 16 jul. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300015>

CARLOS, A. Diferenciação socioespacial. **Revista Cidades**, [s. l.], v. 4, n. 6, p. 45-60, 2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/569>. Acesso em: 16 jul. 2020.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, setembro/dezembro 2003. DOI 10.1590/S0103-40142003000300008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008. Acesso em: 1 fev. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>

_____. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, P. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista sociedade e estado**, [s. l.], v. 31, p. 99-127, 2016. DOI 10.1590/S0102-69922016000100006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>

_____. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. 493 p. ISBN 978-85-7559-707-1.

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Revista Estudos Feministas**, nº 1, UCS, Salvador, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico] / Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

DEDECCA, C; RIBEIRO, C; ISHII, F. Gênero e jornada de trabalho: análise das relações entre mercado de trabalho e família. **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, março/junho 2019. DOI 10.1590/S1981-77462009000100004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462009000100004. Acesso em: 30 jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000100004>

DOMINGUES, P. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 10, ed. 1, p. 25/40, jan./jun 2005. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2005v10n1p25>

ENRIQUEZ, E. Perda do trabalho, perda da identidade. **Cadernos da escola do legislativo**, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 53/73, julho/dezembro 1999.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. 1. ed. São Paulo: Elefante, abril 2019. 388 p. p. ISBN 978-85-93115-26-4.

_____. **Salários contra o trabalho doméstico**. [S. l.], Maio 2020. Disponível em: <https://qgfeminista.org/salarios-contra-o-trabalho-domestico/>. Acesso em: 16 jul. 2020.

FERNANDES, V; SOUZA, M. Identidade negra entre exclusão e liberdade. **Revista do instituto de estudos brasileiros**, São Paulo, n. 63, janeiro/abril 2016. DOI

10.11606/issn.2316-901X.v0i63p103-120. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742016000100103. Acesso em: 28 jan. 2021. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i63p103-120>

FERREIRA, J. Feminismo, trabalho e cuidados: por todas nós pela minha mãe!. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 32, n. 2, julho/dezembro 2019. <https://doi.org/10.14393/CEF-v32n2-2019-1>

_____. Ela era doméstica: trabalhadoras domésticas e donas de casa no Triângulo Mineiro (MG). **Dossiê: História Revista**, Goiânia, v. 25, n. 3, p. 312/333, setembro/dezembro 2020.

FRANCISCO, M. Discursos sobre colorismo: educação étnico-racial na contemporaneidade. **Ensaaios filosóficos**, Rio de Janeiro, v. 13, dezembro 2018.

FURTADO, O; CARVALHO, M; SANTOS, W. Quase da família: perspectivas interseccionais do emprego doméstico. **Revista psicologia política**, São Paulo, v. 20, n. 48, maio/agosto 2020. ISSN 2175-1390. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000200008. Acesso em: 30 jan. 2021.

GAMBIER CAMPOS, A. (Org.). **Terceirização do trabalho no Brasil**: novas e distintas perspectivas para o debate. Brasília: Ipea, 2018. 224 p. ISBN 978-85-7811-318-6.

GODOY, P. A cidade no Brasil: período colonial. **Caminhos de geografia**: revista on-line, Uberlândia, v. 12, n. 38, p. 8/15, junho 2011. ISSN 1678-6343. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>. Acesso em: 30 jan. 2021.

GOMES, NLG. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. 404 p. ISBN 978-85-513-0604-8.

GONÇALVES, M. Informalidade e precarização do trabalho no Brasil. **Pegada: A revista da Geografia do Trabalho**, Presidente Prudente, v. 3, 2002. <https://doi.org/10.33026/peg.v3i0.790>

GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras**. União dos Coletivo Pan-Africanistas – UCPA (Org.). Diáspora Africana, 2018.

HERINGER, R. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cadernos de saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 18, 2002. DOI 10.1590/S0102-311X2002000700007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2002000700007. Acesso em: 28 jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2002000700007>

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. ISBN 978-85-7827-7003-1.

_____. **Olhares negros**: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019. 356 p. ISBN 978-85-93115-21-9.

_____. **E eu não sou uma mulher?**: mulheres negras e feminismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020. ISBN 978-85-01-11740-3.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: **As representações sociais**. Ed. UERJ. Rio de Janeiro, 2001.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: Episódios de racismo cotidiano. 1. ed. Rio de Janeiro: Cogobó, 2019. 248 p. ISBN 978-85-5591-080-7.

LORDE, A. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais, [s. l.], 2019.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo, vol. 15, n.1, 2020.

MIRANDA, K. Mulher negra, trabalho e resistência: escravizadas, libertas e profissões no século XIX. **Epígrafe**, São Paulo, v. 7, n. 7, p. 83/96, 2019. DOI 10.11606/issn.2318-8855.v7i7p83-96. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/141487>. Acesso em: 28 jan. 2021. <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8855.v7i7p83-96>

MOUFFE, C. Hegemonia e novos sujeitos políticos: em direção a um novo conceito de democracia. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 41, n. 18, janeiro/abril 2018. ISSN 2175-1390. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000100014. Acesso em: 7 fev. 2021.

MOURA, C. **A dialética radial do Brasil negro**. São Paulo: Anita, 1994.

MYRRHA, L.; WAJNMAN, S. Características e Heterogeneidade do Emprego Doméstico no Brasil. **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu, 2008.

NASCIMENTO, A. Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, setembro/dezembro 2016. DOI 10.1590/s2178-14942016000300003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-218620160003000607. Acesso em: 28 jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/s2178-14942016000300003>

ORLANDI, E. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. [S. l.]: Pontes, 2005.

RAMOSE, M. African Philosophy through Ubuntu. Harare: **Mond Books**, 1999, p.49-66. Tradução para uso didático por Arnaldo Vasconcellos.

PELATIERI, Patícia. *et al.* As desigualdades entre trabalhadores terceirizados e diretamente contratados: análise a partir dos resultados de negociações coletivas de categorias selecionadas. In: _____ **Terceirização do trabalho no Brasil**: novas e distintas perspectivas para o debate. DIEESE. 2018.

PORTELLI, Alessandro. **Memória e diálogo**: desafios da história oral para a ideologia do século XXI.

_____. **Tentando aprender um pouquinho**. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: Projeto História. São Paulo, 1997.

PREFEITURA UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Projeto Básico Serviço de Limpeza Predial**. Uberlândia, 2013.

REIS, N. Revisitando os estudos de gênero: mulheres negras e o pensamento científico. **Cadernos de gênero e diversidade**, Salvador, v. 3, n. 4, 2017. DOI 10.9771/cgd.v3i4.22265.

Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/22265>. Acesso em: 16 jul. 2020. <https://doi.org/10.9771/cgd.v3i4.22265>

RODRIGUES, C; PRADO, M. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizadoras e articulações com o estado brasileiro. **Psicologia e sociedade**, [s. l.], v. 22, n. 3, p. 445/456, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000300005>

ROSA, C. Divisões social, racial e sexual do trabalho na produção do espaço urbano. **XVI Simpurb: Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, UFES, novembro 2019.

SANTOS, E; DIOGO, M; SCHUCMAN, L. Entre o não lugar e o protagonismo: articulações teóricas entre trabalho, gênero e raça. **Cadernos de psicologia social do trabalho**, São Paulo, v. 17, n. 1, junho 2014. ISSN 1516-3717. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172014000200003. Acesso em: 28 jan. 2021. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v17i1p17-32>

SCHUCMAN, L. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo"**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Orientador: Profa. Dra. Leny Sato. 2012. Tese (Doutorado em psicologia) - Instituto de Psicologia, São Paulo, 2012.

SILVA, D.; LORETO, BIFANO, A. Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível. **Cadernos de direito**, Piracicaba, v. 17, ed. 32, p. 409-438, Junho 2017. <https://doi.org/10.15600/2238-1228/cd.v17n32p409-438>

SILVA, T. O colorismo e suas bases históricas discriminatórias. **Unifacs**, Salvador, 2017.

SOUZA, J. **A Ralé Brasileira**. Quem é e como vive. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

_____. **A elite do atraso**. Da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, N. **Tornar-se negro**: As vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social. Graal. Rio de Janeiro, 1983.

SOUZA, L. A Corte Portuguesa e o Urbanismo Colonial no Brasil. **XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia**, Mendoza, Outubro 2013.

VIEIRA, B. MULHERES NEGRAS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: um balanço das políticas públicas. **13º Mundos de mulheres e fazendo gênero 11**, Florianópolis, 2017. ISSN 2179-510X. Disponível em: http://www.en.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499353872_ARQUIVO_Mulheresnegrasnomercadodetrabalhobrasileiro.pdf. Acesso em: 30 jan. 2021.

XAVIER, G. **Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história**. Rio de Janeiro: Malê, 2019. 182 p. v. 21 cm. ISBN 978-85-859273650-7.

ANEXOS

Apresentação das entrevistadas

Segue a apresentação individual de cada uma das catorze entrevistadas, todas as entrevistas foram feitas no Campus Santa Mônica, entre os meses de julho e agosto, do ano de 2013. Elas trabalhavam por quatro empresas terceirizadas, Arqgraph, Servicorp, Ética e Eficaz. Eu abordei todas elas no interior do campus, em seus horários de trabalho, as identificava pelos uniformes. Expliquei para cada uma o motivo da entrevista e solicitei o uso de suas falas, o que foi autorizado por todas.

Solange foi a primeira entrevistada, gravamos sua entrevista em uma quarta-feira, dia 24 de julho de 2013, pela manhã. Ela tinha quarenta e dois anos, havia nascido em Araguari, e morava em Uberlândia há vinte e cinco anos. Era casada e mãe de dois filhos. Usava o transporte público para chegar na Universidade, trabalhava no Bloco H, onde gravamos a entrevista. Era contratada pela Arqgraph, trabalhava no período da manhã e atuava nessa função há pelo menos cinco anos. Ela havia estudado até a oitava série.

Entrevistei **Thaís** no mesmo dia que Solange, durante a tarde. Tinha trinta e dois anos, havia nascido em Uberlândia e morava no bairro Jardim Célia. Trabalhava no Bloco 5O-A, pela Arqgraph, usava o transporte público para chegar no trabalho. Tinha dois filhos e havia estudado até a quarta série do ensino fundamental. A entrevista foi feita no bloco onde ela trabalhava.

Entrevistei **Marilis** na quinta-feira, dia 25 de julho de 2013. Ela era contratada pela Arqgraph e trabalhava no Bloco 1E. Havia nascido no Rio Grande do Norte, vivia em Uberlândia há vinte e cinco anos, no momento da entrevista morava no bairro São Jorge. Seu período de trabalho era o da manhã, ia para a Universidade de ônibus. Exercia essa função há dois anos e seis meses. Era mãe de quatro filhos e havia estudado até a quinta série.

Edna era contratada pela empresa Ética, trabalhava no Bloco 3E, na copa, local onde era feito o café distribuído por todos os blocos do campus, exceto para a reitoria. A entrevista foi feita logo depois da anterior, no mesmo dia. Ela tinha trinta e cinco anos de idade, casada e moradora do bairro Jardim Célia. Havia nascido em Unaí de Minas, e vivia em Uberlândia há vinte anos. Trabalhava pela Ética há sete anos. Tinha três filhos e havia estudado até a sétima série.

Maria trabalhava pela Arqgraph e estava com cinquenta e quatro anos. Foi entrevistada na sexta-feira, dia 26 de julho. Era de Uberlândia, morava no bairro Lagoinha. Trabalhava no bloco 1I há quatro anos. Tinha quatro filhos e havia estudado até a quinta série.

Rosângela foi entrevistada no dia 7 de agosto, era quarta-feira, no Bloco 5R, onde trabalhava pela Eficaz. Tinha quarenta anos, nascida em Uberlândia, moradora do bairro Santa Mônica. Trabalhava na função há dois anos e cinco meses, naquele momento durante à tarde. Mãe de um filho, havia estudado até a quinta série.

Karina foi a sétima entrevistada, no mesmo dia da entrevista anterior. Ela trabalhava no Bloco 1M, pela empresa Servicorp. Tinha trinta e dois anos, havia nascido em Uberlândia e morava no bairro São Gabriel. Exercia a função há um ano e cinco meses, no período da manhã. Tinha uma filha e havia parado de estudar na oitava série.

Otacília foi entrevistada no dia seguinte, quinta-feira, dia 8 de agosto. Ela estava com trinta e dois anos, contratada pela Servicorp. Trabalhava no momento no Bloco 1C, de manhã, e pela empresa fazia um ano e quatro meses. Nascida em Patrocínio, morava em Uberlândia há oito anos, no bairro Dom Almir. Mãe de quatro filhos, havia estudado até a quinta série.

Rosa foi a nona entrevistada, no mesmo dia que Otacília. Ela tinha cinquenta e um anos, trabalhava no Bloco 1U. Trabalhava na Universidade há pelo menos cinco anos, naquele momento contratada pela Servicorp, mas já havia trabalhado por outras empresas de conservação e limpeza. Era de Uberlândia e morava no bairro Morumbi. Tinha quatro filhos e havia estudado até a quarta série.

Entrevistei **Dina** na sexta-feira, dia 9 de agosto, no Bloco onde ela trabalhava, o 3C. Ela estava com cinquenta e seis anos de idade. Contratada pela Arqgraph, moradora do bairro Roosevelt. Havia nascido em Rio Preto dos Alves e vivia em Uberlândia há trinta e dois anos. Trabalhava nessa função há um ano e cinco meses, no período da tarde. Mãe um filho, ela havia estudado até a quinta série.

Elis foi entrevistada no mesmo dia, no Bloco 1Y, onde trabalhava pela Servicorp. Ela tinha trinta e três anos, morava no bairro Jardim Célia. Era de Rio Verde e vivia em Uberlândia há dezessete anos. Trabalhava pela manhã, estava na função há um ano e seis meses. Tinha três filhos e havia estudado até a quinta série.

Alvani foi a décima primeira entrevistada, conversamos no dia 13 de agosto, em uma terça-feira. Entrevista feita no Bloco 1K, seu local de trabalho. Tinha quarenta e cinco anos, nascida em Montes Claros. Vivia em Uberlândia há quinze anos, naquele momento no bairro Shopping Park. Era contratada pela Arqgraph, trabalhava no setor de conservação e limpeza há sete anos. Trabalhava de manhã, tinha duas filhas e disse ter parado de estudar na oitava série.

Entrevistei **Edna** no mesmo dia na biblioteca, Bloco 3C, onde trabalhava. Ela era encarregada da Eficaz, responsável por fiscalizar o trabalho das outras trabalhadoras. Estava com cinquenta e dois anos, era de Capinópolis, mas vivia em Uberlândia há dezoito anos, morava no bairro Laranjeiras. Trabalhava pela mesma empresa há nove anos, cinco como encarregada. Na função de encarregada, além de fiscalizar, ela também fazia o trabalho de limpeza. Trabalhava pela manhã, mãe de dois filhos, havia estudado até a oitava série.

Sônia foi a última entrevistada, no dia 14 de agosto, quarta-feira. Trabalhava no Bloco 1F, pela Arqgraph. Tinha quarenta e dois anos de idade e morava no bairro Santo Inácio. Era de Ituiutaba e vivia em Uberlândia há trinta anos. Trabalhava na Universidade há três anos. Havia estudado até a quinta série, era mãe de dois filhos.

Roteiro das entrevistas

- 1) Idade.
- 2) Estado civil.
- 3) Onde mora?
- 4) De onde é.
- 5) Como chega ao trabalho?
- 6) O que acha do trabalho na Universidade?
- 7) Quais são seus horários de trabalho?
- 8) Como é a relação com as encarregadas (fiscais da empresa)?
- 9) Como é a relação com técnicos, professores e estudantes?
- 10) Qual fora o trabalho anterior?
- 11) Gosta do que faz?

- 12) Tem filhos?
- 13) Algo que goste de fazer fora do trabalho.
- 14) Grau de escolaridade.
- 15) Haveria enfrentado dificuldades por causa da cor?
- 16) Tinha pretensão de trabalhar em outro lugar? se tivesse onde seria?
- 17) Teria vontade de voltar a estudar?
- 18) Brancos e negros possuem as mesmas condições sociais?
- 19) Existem boas oportunidades de emprego em Uberlândia?
- 20) Além de uma forma de obtenção de renda, o que mais o trabalho significaria para você?
- 21) Mais tempo de estudo melhoraria suas condições de vida?
- 22) O trabalho como servente exige muito de você?
- 23) Está a quanto tempo neste trabalho?

Fontes documentais

Entrevista 1

Trabalhadora: Solange

Empresa: Arqgraph

Data: 24/07/2013

Número do arquivo: 111018-004

Bloco: 1H

1) Qual é a sua idade Solange?

Uai, eu já to dentro do entra né! A gente costuma falar que depois que passa dos quarenta, eu nem gosto de comentar, mas pode botar o 42. (risos da entrevistadora)

2) Qual é o seu estado civil?

Casada.

3) Onde você mora?

Olha, eu moro lá no bairro, fica indo pra Morada Nova; chama Célia, Jardim Célia. (Entrevistadora com o intuito de confirmar: Jardim Célia?)

4) De onde você é?

Eu sou aqui mesmo, de Araguari. (entrevistadora: de Araguari?)

5) Você mora aqui em Uberlândia faz quanto tempo?

Faz vinte e cinco anos. (entrevistadora: nossa já faz bastante tempo!)

6) Como você chega aqui no seu trabalho?

Olha, pra o percurso eu tenho que tomar três ônibus, (entrevistadora: três ônibus?) três ônibus, geralmente eu pego o primeiro no meu bairro né pra conseguir chegar aqui às seis horas, no Santa Mônica. (entrevistadora: nossa, mas então você para em dois terminais?) Dois terminais, o Planalto e o Central (nossa, quanto tempo em média você gasta para chegar até aqui?) Ah, uma hora e pouca né uma hora, depende assim vai dos ônibus tem hora que cê chega e ele já tá passando, se coincidir um atrás do outro uma hora, uma hora e pouquinho, uma hora e quinze, uma hora e vinte. (nossa bastante tempo né?)

7) E o que, que você acha de trabalhar aqui na Universidade?

Olha, eu gosto muito de trabalhar aqui na Universidade né, porque já tem mais ou menos cinco anos né que eu to aqui, então eu gosto de trabalhar aqui.

8) E quais são os seus horários de trabalho?

A gente entra seis horas e nós vamos até as quatro. (das seis da manhã às quatro da tarde?) É.

9) E como é sua relação com o seu chefe ou com seu encarregado?

Geralmente é nossa encarregada, é uma relação boa né. Ela entende muito a gente nessa decisão, tá sempre assim muito atenta ao que você precisa e vai conciliando. (vocês têm só uma encarregada?) Não, tem duas(duas?) tem a Marilene, tem duas encarregadas. (então, mas eu conheço elas, assim, a relação então costuma ser tranquila? não é muito hierárquica?) Não, não, tranquila (que bom né!).

10) E como é a relação de vocês com os estudantes, professores, técnicos e com os demais trabalhadores aqui da comunidade acadêmica?

Uai, acaba virando uma família né, porque todos os dias a gente tamo junto, então é uma relação muito boa quanto os professores, os alunos né, a gente vai interagindo juntos aqui, porque todos os dias estamos juntos. (é relação cotidiana né, tem que tentar fazer com que ela seja melhor possível né)

11) Onde você trabalhava antes?

Eu trabalhava numa indústria né, lá no Industrial em uma empresa que chamava RB (como?) RB (RB? e o que, que você fazia lá?) lá eu trabalhava assim com material de equipamento assim de IPIS né, então assim lá você fazia (equipamento de que?) IPI de trabalho, uniformes,

botas (Ah, fabricação?) Isso, isso, lá que eu trabalhava, nessa empresa. (Ah tá, eu tenho uma pergunta aqui que talvez fica até redundante, se você gosta do que você faz?) Não eu gosto.

12) Você gosta do que você faz?

A gente procura como se diz né, tem que, a gente assim gosta, mas procura algo melhor, então para algo melhor você tem que tá estudando, tá adaptando fazendo os curso né, procurando fazer, mas no momento (tá satisfeita com a sua função?) Isso, hurum.

13) Você tem filhos?

Tenho, tenho dois filhos, (o que é que eles fazem?) Ah, tem um que ele é segurança né e tem outro que trabalha assim de serviços gerais (serviços gerais?) isso.

14) E normalmente o que você gosta de fazer quando está fora do trabalho?

Olha assim, eu às vezes até comento com as minhas amigas, porque eu sou evangélica então eu gosto muito de trabalhar na obra, fazendo a obra do senhor, visitando as famílias, os hospitais, então é assim quanto eu não to aqui que eu to mais em casa, procuro, faço as coisas de casa ai eu vou (que igreja, que você frequentar?) eu sou da Assembleia de Deus (Assembleia de Deus? eu conheço a Assembleia)

15) Aqui, e qual que é o seu grau de escolaridade?

Eu tenho o segundo, o segundo grau (ensino fundamental completo) é.

16) Você acredita ter enfrentado maiores impedimentos devido à sua cor? Mais dificuldades assim?

Muita, muito mesmo, principalmente né vamos supor na área que você tá fazendo alguns cursos você tá estudando mesmo né, é uma vergonha falar isso na época que a gente tá vivendo hoje, mas tem sim. Porque quando você vai fazer alguma entrevista né, até o olhar você nota diferença né, quando é uma cor de pele mais clara de que você (você acredita que elas tenham preferência?) isso, às vezes tem até menos grau de escolaridade (qualificação?) de que você, do que a gente, mas como se diz, tem isso hoje na nossa época ainda, muito tá que tampa os olhos falando que não, mas tem sim. Só que nós não devemos ficar assim como se diz, sentir inferior não, nós temos que batalhar e seguir em frente né, porque como se diz estamos ai não deve ser, ficar sendo menor não, então vamos batalhar para nós sermos iguais (eu também penso assim, risos).

17) E se você não trabalhasse aqui, onde que você pretenderia trabalhar?

Ah, eu não sei se é porque eu gosto muito assim de mexer com assim eu tinha vontade sabe de fazer um curso assim de enfermagem né, que eu gosto muito de estar trabalhado com essas pessoas assim ajudar, gosto muito de tá ajudando as pessoas (enfermagem então, seria sua segunda opção?) é.

18) Você pretende dar prosseguimento aos estudos?

Quero sim (pretende?) quero sim, eu tive muitos obstáculos né, mas agora graças a deus já criei os filhos tudo então agora eu vejo que eu posso voltar sim, que nem eu to te falando nessa vida a gente nunca pode desistir, a gente tem que batalhar mesmo por aquilo que tem vontade e seguir em frente, então eu tenho vontade sim e vou não só ficar na vontade né.

19) Você acha que brancos e negros possuem as mesmas condições de trabalho ou mesmo de estudo?

Não, eu acho que não, ainda quero que eu tenho meus filhos e todos dois estão assim, tem que batalhar muito. Eu batalho muito né e falo muito com eles mesmo pra eles, mas só que tem momentos em que você não tem muita condição, assim de á colocando eles, como se diz, dar o tanto de coisas que necessita pra eles né, então muitas das vezes eles tem que desistir pra poder tá trabalhando pra poder tá ajudando em parte né, então é mais (tem que ralar um pouco mais né?) isso (eu sinto isso).

20) Você acha que a cidade de Uberlândia oferece boas oportunidades de trabalho?

Muitos Uberlândia melhorou bastante de um tempo pra cá né, tem vários muitos cursos né igual até mesmo muitos cursos não tem nem necessidade de você tá pagando basta o esforço mesmo né das pessoas, como a condição é muito difícil, como se diz eu moro tão longe né ,mas você não pode medir esforço muita das vezes os meus filhos vem para curso, fazer curso aqui no centro eles já ficam aqui, laçam, vai pra escola né, às vezes nem janta só lança, vai pra escola e vai janta em casa, porque se eles for ir em casa e voltar não tem condição que é ônibus né, agora que a gente teve essa possibilidade de tá pagando eles, mas né (muito caro né, o deslocamento) é (fica difícil mesmo)

21) E aqui, além da renda necessária que é para nosso sustento, para você o trabalho possui outras funções? e quais seriam essas funções?

Uai, como assim (então, assim além do dinheiro que é necessário para a sobrevivência da gente né) sim (mas você acha que, além disso, tem alguma outra importância para você enquanto pessoa) Tem (tem?) me ajuda muito porque só de eu estar saindo, vamos supor que nem eu to trabalhando aqui, converso com você, converso com outro, então você tá sempre assim dialogando né. Ver as pessoas diferentes para mim é muito importante, por que se você vamos supor fica só em casa focado no estudo para o resto da vida você vai a tendência né, para além do tempo adoecer não você (então além do dinheiro é sociabilidade né? o ambiente de trabalho permite o contato com novas pessoas né?) isso, isso.

22) Então, e você acha que mais tempo de estudo formal melhoraria suas condições de vida?

Melhoraria muito, muito mesmo, e também que nem eu to te falando eu tive assim vários problemas que eu tive que interromper, mas eu pretendo porque eu sei que hoje em dia é isso aí competição e você tem que batalhar (tá certo).

Entrevista 2

Trabalhadora: Thaís

Empresa: Arqgraph

Data: 24/07/2013

Número do arquivo: 111019-001

Bloco: 50-A

1) Thaís, qual que é a sua idade?

31,32.

2) Qual que é o seu estado civil?

Solteira.

3) Onde você mora?

Jardim Célia.

4) De onde você é?

Daqui mesmo (de Uberlândia?)

5) Como você faz para chegar no trabalho?

Pego ônibus, lotação, ônibus. (ônibus?) é, três ônibus (um até qual terminal) um até o terminal Planalto, outro até o terminal Central (e depois até aqui né?) hum.

6) E o que é que você acha de trabalhar aqui na Universidade?

Uai aqui até que é bom, certos setor que é ruim né.

7) Você acha que é um trabalho que exige muito de você?

Um pouco.

8) Quais são seus horários de trabalho?

Das seis às três.

9) Como que é a relação com seu chefe ou com o encarregado?

Bem, com a minha encarregada muito bem.

10) E como que é a relação com os professores, estudantes, técnicos e os demais trabalhadores da comunidade universitária?

É tem uns estudante que é até legal, mas tem a uns também que é um pouco abusado, principalmente com os banheiro né também e os outros trabalhador nois dá super bem.

11) Onde é que você trabalhava antes?

Trabalhava na Sadia (na Sadia? que função você exercia?). Operador de produção.

12) Você gosta do que você faz hoje?

Gosto.

13) Você tem filhos?

Dois, (dois? e o que é que eles fazem? seus filhos) estuda e o outro fica na creche (são?) um de cinco e um de quinze (são jovens ainda).

14) O que é que você gosta de fazer fora do seu horário de trabalho?

Passear com meus fi por aí, vo no barzim tomar uma com o meu marido (é bom né?). Assim, sou solteira né, mas sou amasiada não sou casada assim no papel (é quase como se fosse até casada mesmo né?).

15) Qual que é o seu grau de escolaridade?

Quarta série.

16) Você acredita ter enfrentado maiores impedimentos devido à sua cor?

Não (você acha que não enfrentou nenhum problema por isso não?) não.

17) Se você não trabalhasse aqui, onde é que você pretenderia trabalhar?

Ai numa outra empresa, numa empresa tipo Martins sabe, uma empresa que tenha assim a oportunidade do cê crescer né, porque aqui não tem muito lado do cê crescer. Para você crescer aqui acima de limpar tem que ser encarregada e só não vira né?

18) Você pretende dar prosseguimento aos seus estudos?

Pretendo e não pretendo, porque tem hora que eu não tenho cabeça porque é menino, é casa né (já tem muita ocupação né?) hurum.

19) Você acha que brancos e negros possuem as mesmas condições de trabalho e possibilidades de estudo?

Possui (possui?) hurum.

20) Você acha que a cidade de Uberlândia oferece boas oportunidades de trabalho?

Oferece, basta querer né? ‘risos da entrevistada e da entrevistadora’.

21) Além da renda que é necessária para o nosso sustento, você acha que o trabalho possui outras funções para você? E quais seriam essas funções?

Outras funções do trabalho que eu teria fora aqui é só em casa mesmo (você acha que não te proporciona mais nada além da renda? o trabalho em si) não (não?).

22) Você acha que mais tempo de estudo formal melhoraria as suas condições de vida?

Aham (melhoraria?)

Entrevista 3

Trabalhadora: Marilis

Empresa: Arqgraph

Data: 25/07/2013

Número do arquivo: 111019-002

Bloco: 1E

1) Marilis, qual é a sua idade?

48.

2) O seu estado civil?

Solteira.

3) Onde você mora?

Lá no São Jorge (no São Jorge?)

4) Você é daqui de Uberlândia mesmo?

Não, sou do Rio Grande do Norte.

5) Mora aqui faz quanto tempo?

Ah, já tem uns vinte e cinco anos (um tempinho bom né Marilis?) hum.

6) Como você faz para chegar até aqui?

Eu venho de ônibus (de ônibus?) eu pego dois coletivos para chegar aqui, (um até o terminal Central?) não, um até o terminal Santa Luzia e um até aqui (Ah tá! é porque do São Jorge a rota é outra né?) é (eu conheço o São Jorge porque eu faço estágio numa escola lá, Escola Estadual do Parque São Jorge) hum (você conhece né).

7) Você acha que esse trabalho aqui é um trabalho que exige muito de você?

É, não, mais ou menos; mas exige um pouco (assim a questão da disciplina e horários assim, é muito rigoroso?) é, rigoroso, tem que ter os horários certos e cumprir com a carga horária né, tem que cumprir e o serviço.

8) Qual é o seu horário exato?

Das seis as três e quarenta e oito (e de segunda a sexta?) é, de segunda a sexta.

9) E a sua relação com o seu chefe ou com o encarregado como é que ela é? É uma relação tranquila?

É boa ela, uma pessoa boa, compreensiva (Marilene e a Regina né?) é, a Marilene e a Regina (as duas encarregadas, eu falei com elas já) é (me pareceram ser simpáticas mesmo) é só gente fina.

10) Então, e com os estudantes, técnicos, professores, como é que é?

Minha relação com eles é boa, nunca tive problema com eles, nem eles comigo, eles pedem para fazer o serviço, eu vou lá e faço.

11) Você trabalha na empresa faz quanto tempo Marilis?

Tem dois anos e seis meses (um tempinho bom já né?) hurum.

12) E antes, onde é que você trabalhava?

Antes eu trabalhava de doméstica, eu fiquei onze anos na casa de uma pessoa trabalhando (onze anos! nossa) hurum (e comparando, o que você prefere, a profissão anterior ou agora?) eu prefiro essa aqui (prefere essa?) porque trabalhar de doméstica você não tem segurança nenhuma, eu fiquei esses anos lá todim, de onze anos sai com uma mão na frente outra atrás, não tive um acerto de casa, não tive um seguro desemprego e aqui não, aqui quando eu sair eu tenho né (então, você viu que foi regularizado por agora a profissão de doméstica?) é (pena que demorou, porque é um trabalho, tão...) quando eu sai já não tava mais né (você não tinha segurança nenhuma?) não tinha né, não tinha, agora já tem.

13) Você gosta do que você faz aqui?

Eu gosto (gosta) eu gosto, o serviço é bom, não é muito cansativo, você não pega muito peso

14) Você tem filhos?

Tenho (quantos) eu tenho quatro (o que é que eles fazem?) um trabalha na construção civil, outra trabalha aí no Rei do Real de repositora, o outro não trabalha ainda não porque é menor, estuda; e a outra é vendedora numa loja de roupa.

15) Normalmente o que você faz quando está fora do trabalho? Fora daqui o que você gosta de fazer?

Eu fico em casa curtindo as minhas duas netinhas que nasceram (você já é vovó?) já, elas são novinhas uma tá com três meses e a outra tá com seis meses (acaba dispensando mais tempo

dentro de casa mesmo) é eu fico só em casa, num gosto de sair assim, só se for para fazer alguma coisa, eu sou mais caseira (eu também sou assim).

16) Qual que é o seu grau de escolaridade?

Quinta série (fez até a quinta?) hurum (ensino...) fundamental não é (fundamental?) antigamente era segunda série (é ensino fundamental mesmo).

17) Você acredita que pode ter enfrentado maior impedimento na questão do trabalho ou para conseguir qualquer coisa devido à sua cor ou pelo fato de ser mulher? Você acha que tem algum empecilho?

Assim, por causa de cor não, mas pelo estudo sim (você acredita que a escolaridade é que impede?) ah, impediu muito de eu pegar coisa boa, porque não tem né.

18) Se você não trabalhasse aqui, onde você teria pretensão de trabalhar? Tem algum lugar em especial?

Não (não tem nada em mente não?) não se eu tivesse uma condições, eu não queria trabalhar assim em limpeza nada, eu queria trabalhar na parte da costura, costurar que eu gosto (ah tá, inclusive é uma profissão que anda assim, que sumiu né?) é (costureira quase não tem mais e quando tem até cobrando assim muito pelo serviço, porque é uma coisa que já ficou mais escassa né) até que eu falo pros meus meninos lá em casa que eu vou comprar uma máquina pra mim costurar, ai eles falam ‘mãe pra que?’ (você costurava antes?) não, é porque eu fiz corte e costura e eu gosto (hurum) parte da costura (é bom mesmo né).

19) Você acredita que pessoas brancas e pessoas negras tem condições diferentes de trabalho e de estudo ou essas condições são as mesmas?

É diferente, eu acho né (mas o que você vê que te leva a crer que seja assim?) como assim?(porque é que você acha que essas condições são diferentes?) que tem diferença?(o que é que você vê?) porque o pessoal ainda tem muito preconceito com os pretos né, eu acho é nessa parte né (hurum, você acha que o preconceito é que causa esse empecilho?) ah é, hurum.

20) Você acha que a cidade de Uberlândia oferece boas oportunidades de trabalho?

Ah! oferece, só não trabalha aqui quem não quer, aqui tem muito emprego pra quem tem estudo e pra quem não tem estudo, aqui tem muito serviço (você acha que a diferença, o que sempre pretere uma pessoa é o grau de escolaridade?) é (isso sempre é o que dificulta?) é, é, é. É que às vezes aparece uma oportunidade do serviço, mas você vai lá e o grau de estudo você não tem já perde.

21) Além da renda que você consegue no trabalho, qual outra função o trabalho tem na sua vida? O que você acha? Além do seu sustento que é o básico, ele tem alguma outra função para você?

Como assim?(assim, enquanto pessoa o que ele significa para você, além da renda mensal?) para mim?(é?) ah, é bom, eu não to entendendo sua pergunta (o que significa para você essa relação de trabalho? o fato de você sair de casa? você se sente, como é que eu posso te dizer, além dessa rotina o que é que ele te traz de benefício? além do dinheiro, enquanto pessoa, você acha o que é que ele te traz?) ah! eu acho bom porque eu faço um exercício né (hurum, só pelo fato de já não tá parada você acha que...) é bom, não gosto de ficar parada né, não posso ficar parada, querendo ou não querendo eu tenho que sair (hurum) pra vim pra aqui ou pra ir pra outro lugar de todo jeito eu tenho que ir (hurum, mas não tem nenhuma outra relação aqui no trabalho que seja importante? suponhamos, a sua relação com os alunos e tudo mais, você não vê como uma...) não, eu acho bom vim pra aqui, acho bom, tem vez que até final de semana a gente sente falta deles (você já acostudou?) hurum, já acostumei com o pessoal aqui da UFU, eu sinto falta final de semana, às vezes chego até sonhar (risos da entrevistadora e da entrevistada) você acredita?(mesmo?) você fica tão apegada aqui que você chega a sonhar final de semana, domingo cê tá lá dormindo e tá sonhando com o pessoal aqui da UFU (e você tem relação próxima com o pessoal aqui do bloco? relação mais próxima?) tenho, tenho, tenho, (isso é bom né?) é, a convivência aqui é muito boa com a gente (hurum).

22) Essa pergunta vai ficar até meio redundante, se você acha que mais tempo de estudo formal melhoraria a sua condição de vida? Que é uma coisa que você até já deixou claro que sim né?

É, mas eu não quero estudar mais não (você não tem pretensão de continuar?) às vezes até eu penso, depois digo, ah! não chego cansada em casa voltar pra escola, tem vez que até eu penso, o ano passado eu até comprei um lápis, uma borracha, um caderno, depois desisti (é acaba que não dá para conciliar com o período de trabalho né, pelo cansaço físico você ia ter que chegar e estudar né, talvez isso dificultasse um pouco) é, chega quais cinco horas em casa, chega lá tem que fazer as coisas, fazer janta pra sete horas voltar ir pra escola, estudar e sair lá pela umas onze horas da noite (depois pra começar tudo de manhãzinha) é nois levanta o que, quatro é meia pra dá tempo de chegar aqui né (hurum) se não, não dá tempo; tem dia que levanta mais cedo ainda (isso depende muito da distância né?) quem mora, por exemplo, no Morumbi, no nesses outros bairro ai (então, mas eu tava pensando, os ônibus começam a passar a partir de que horas, das cinco...) quinze pras cinco, quatro e quarenta por ai (hurum, levanta só toma aquele cafezinho esperto e já vem) não, não dá nem tempo nem de você toma café, só dá tempo mesmo de se arrumar (hurum) às vezes cê ainda chega e ainda fica ali, tem gente que chega cinco e meia, vai dos horários dos ônibus que passa (hurum) você chega aqui às vezes, se eu sai e pegar o ônibus que passa lá na minha casa cinco e meia, eu vou chegar aqui seis e vinte e cinco, seis e dez, ai eu já bato meu ponto atrasado né (hurum) tem que sair (um pouquinho antes né) ai eu tenho que pega o Santa Luzia cinco e quarenta que ai eu não chego atrasada, eu chego aqui cinco e cinquenta e oito, cinco e cinquenta e sete (mas nesse horário o fluxo de trabalhador não deve ser muito grande não, ou já é?) é, ixi, começa cedo (é que eu não costumo pegar nesses horários assim, pego em uns horários de pico sabe; seis horas, no horário de almoço por vezes também né, mas nesse horário eu não tinha muita noção não. É que tem muita gente indo pra Indústria, essas coisas assim né?) é (também que começa muito cedo) tem gente que começa mais cedo do que eu, tem uns que começa mais

tarde, mas ai sai mais cedo pra num pegar aquele tumulto de gente (o horário das seis é um horário difícil também, pelo fato de vocês saírem um pouco mais cedo acaba que é um pouco mais tranquilo para ir embora pra casa, melhora) é.

Entrevista 4

Trabalhadora: Edna

Empresa: Ética

Data: 25/07/2013

Número do arquivo: 111019-003

Bloco: 3E

1) Qual sua idade?

35.

2) E o estado civil?

Casada.

3) Você mora onde aqui em Uberlândia?

Lá no Jardim Célia.

4) Você é daqui mesmo de Uberlândia?

Não, sou de Unai de Minas.

5) Mora aqui faz quanto tempo?

Ah, tem uns vinte anos já (nossa, vinte anos; boa parte do pessoal que eu conversei é de fora e mora aqui, uma me falou acho que vinte e cinco, mas é muito difícil, principalmente aqui no âmbito da Universidade a gente encontrar com gente daqui mesmo de Uberlândia, você já percebeu) também a maioria são de outras cidades (de fora né, tanto trabalhador quanto estudante, o pessoal de fora tá aí).

6) Como é que você chega Edna aqui, no trabalho?

Você fala assim de condução? (é, de que forma você vem?) de ônibus, eu levanto quatro e meia ai pego o ônibus cinco e quinze, na volta de dez para as seis, seis horas (você já tá aqui?) já to chegando aqui já.

7) O que você acha de trabalhar aqui na Universidade?

Ai, eu amo, acho que foi o melhor serviço que eu já arrumei até hoje (mesmo?) adoro isso aqui (você gosta) no e muito (que bom, o que facilita bastante né?) adoro, o melhor lugar que eu á trabalhei foi aqui.

8) Você acha que essa função é uma função que exige muito de você? É desgastante?

Sim, ela é bem cansativa porque agora eu to sozinha, mas quando tava de duas era mais calmo, mas aqui as meninas são de boa, não são de cobrar muito, meu encarregado quase (não fica em cima) eu fico mais é sozinha, eu gosto bastante (ter uma boa relação de trabalho acho que facilita bastante né?) é, bem legal aqui, bem calmo.

9) Quais são os seus horários de trabalho?

Aqui eu pego as sete, aí eu sirvo café das sete às dez e meia e dá uma às duas e meia, aí às três horas eu vou embora (você encerra, de segunda a sexta?) de segunda a sexta.

10) Você trabalha nessa empresa, na Ética, faz quanto tempo?

Vai fazer sete anos (nossa, muito tempo, mas e aqui dentro da Universidade?) aqui dentro da Universidade vai fazer cinco anos, em janeiro faz cinco anos (nossa, mas antes você trabalhava pela empresa, mas só que prestava serviço fora?) é, trabalhava na Ética, mas fora né, aqui na UFU vai fazer cinco anos (muito tempo Edna).

11) A relação com seu encarregado ou chefe é uma relação tranquila?

Nossa ótima, eles são bem legais, não tenho nada a reclamar.

12) E com a comunidade acadêmica, com o pessoal daqui de dentro da Universidade, técnico, estudante, também é uma relação boa?

Nesse setor eles são bem carinhosos, nossa eu adoro todos eles, direto eu ganho presente deles, elogios, são bem legais, tanto os que trabalham quanto os alunos são todos legais, não tenho nada a reclamar deles.

13) Antes de trabalhar na Ética onde é que você trabalhava?

Antes eu trabalhava de doméstica (é) eu tava de doméstica, trabalhar lá era bem legal também, bem carinhosa (trabalhou muito tempo fixo em um só lugar?) eu trabalhei acho que foi dois anos com ela (dois anos com uma pessoa?) dois anos (isso facilita né, quando se tem uma relação de trabalho por mais tempo assim a gente acaba desenvolvendo mais afinidade) eu tive bastante sorte porque pra todas as pessoas que eu trabalhei foi por bastante tempo, todos os serviços que eu arrumei foi por bastante tempo (esse mesmo né, você já tá nessa empresa já faz sete anos) bastante tempo, muita sorte (sorte, mas vai muito da gente também né?) sorte e a gente ter um pouco de paciência né!

14) Você gosta do que você faz aqui? Da função?

Gosto, adoro

15) Tem filhos?

Tenho (quantos?) três (o que é que eles fazem Edna?) os três estudam (todos estudantes ainda?) todos estudantes (são jovens?) a mais velha tem quatorze (todos bem novinhos mesmo) é, todos estudam e ficam em casa.

16) E fora do trabalho, normalmente, o que você gosta de fazer? Tem alguma coisa assim específica?

Ah, eu gosto de correr, fazer caminhada (você gosta de fazer uma caminhadinha?) gosto, adoro. Gosto bastante, faço todo dia caminhada (é uma coisa que além do trabalho, é outro hábito que você tem?) adoro.

17) Até que série você estudou? Qual é o seu grau de escolaridade?

Eu parei na sétima (na sétima série?).

18) Você acredita assim que, pelo fato da cor e pelo fato de ser mulher você tenha enfrentado maiores impedimentos na questão do trabalho ou mesmo para conseguir mais coisas assim, você acha que isso pode ser um empecilho, o que você pensa?

Você fala assim por mim (é o que você pensa? você acha que em algum momento isso foi algum impedimento para você?) não, para mim não, nunca me atrapalhou em nada não (não fez diferença?) para mim não, não fez diferença não.

19) Se você não trabalhasse aqui o que você tem pretensão de fazer, onde você queria trabalhar?

Ah! eu sempre assim, o que eu mais gosto de trabalhar é mexer com gente, lanchonete esses lugar mais movimentado. Ai sempre eu procuro, arrumar serviço assim em lanchonete onde tem bastante gente (você gosta de tá mais em contato com as pessoas?) gosto, adoro (é bom mesmo né).

20) Você pretende dar prosseguimento aos estudos?

Eu tenho vontade, morro de vontade (mas até então você não fez isso, acha que fica difícil conciliar?) é cansaço por causa de menino e um pouco de lerdeza também, marido também encheu o saco, o dia que eu resolvi, 'ah, eu vou estudar', ai ele ficou enchendo o saco, pegando no meu pé. Ai foi indo eu desisti, mas eu tenho vontade(é porque jornada dupla né, você ficando aqui e depois tendo que cuidar da sua casa né, acaba dificultando um pouco)Até que ano passado, acho que foi ano retrasado eu até que tava fazendo, a gente ganhou um curso de computação, até fiz, acho que foi mais de ano eu fiz, tava fazendo no horário do meu almoço(aham, aqui dentro da universidade mesmo? eu nem fiquei sabendo)é deu, não sei se foi na Dicult, Dicult não, foi lá em cima aqui, deu ano passado, ano retrasado, tem mais de ano, eu fiz(só o de informática?)hurum, só de informática(que interessante, eu não sabia que a universidade)eles falou que esse ano ia colocar(eu conversei com um moço, conhecido meu que é técnico, ele me falou mesmo sobre)que ia continuar?(ele me falou que até iria me ajudar

a me aproximar do pessoal do setor terceirizado, só que eu acabei não falando com ele depois) é a gente fazia tava fazendo.

21) Você acredita que pessoas brancas e negras tanto de trabalho quanto de estudo, ou você percebe alguma diferença?

Uai, tem alguns lugar que sim né, mas hoje em dia támo bastante normal, agora diminuiu bastante, antigamente era bem mais difícil, mas ainda existe em algum lugar (você acha que existe alguma diferença?) existe, existe sim diferença, diminuiu, mas ainda existe bastante.

22) Você acha que a cidade de Uberlândia oferece boas oportunidades de trabalho?

É aqui tem bastante oportunidade, eu acho que sim, lógico que tinha que ter mais né, mas em vista de muita cidade aí aqui é até bastante desenvolvido.

23) Além da renda que é necessária para o seu sustento, qual é a outra função que o trabalho tem para você? Além da renda, o que mais ele significa para você? Trabalhar?

Trabalhar é tudo de bom, só de levantar e saber que tem um lugar para você ir, serviço pra você fazer; nossa eu adoro, não consigo ficar em casa, chega final de semana eu já fico doidinha para chegar segunda-feira pra mim vim pra cá trabalhar, cê distrai bastante é muito bom, eu gosto (eu também gosto, ficar de molho não faz muito sentido não).

24) Você acredita que mais tempo de estudo melhoraria as suas condições de vida?

Com certeza, eu acho que sim, é bastante diferente quem tem estudo bom.

Entrevista 5

Trabalhadora: Maria

Empresa: Arqgraph

Data: 26/07/2013

Número do arquivo: 111024-001

Bloco: 1I

1) Qual é sua idade?

Eu tenho 54 anos.

2) Seu estado civil?

Eu sou separada.

3) Você mora onde?

Moro no bairro Lagoinha.

4) Você é daqui de Uberlândia mesmo?

Sou, sou daqui.

5) Você chega no trabalho como?

Venho de ônibus (O Lagoinha é pertinho daqui né?) devagar do jeito que eu gosto de andar dá uns quarenta minutos (mas de toda forma você ainda vai até o terminal?) eu vou na estação 8 que é perto da minha casa e venho até a entrada aqui, na entrada da João Naves (a estação 8 é perto da minha casa, aliás, eu moro um pouquinho mais adiante, ali na 9 sabe)

6) O que é que você acha de trabalhar aqui na Universidade?

Ah, eu gosto.

7) E há quanto tempo você está trabalhando aqui?

Tem quatro anos (na mesma empresa?) na mesma empresa, no mesmo lugar.

8) E quais são os seus horários Maria, de trabalho?

Quando eu entrei na firma, eu entrava à uma da tarde e deixava e saia do serviço às dez horas da noite, aí depois mudou passou pras nove e meia às seis e meia e nesse horário eu to até hoje (tem não só dois mais eu acho que uns três turnos né? se eu não me engano, também tem um depois, conversei com uma moça e ela me falou que nesse turno de mais tarde ficam poucas meninas; o da seis e meia até as nove nos blocos que tem aula) nesse horário das seis e meia às nove e meia é pouca gente que fica (o pessoal massivamente vem naquele horário da manhã né?) das seis as três, esse tem mais gente (isso eu percebi de conversar com as meninas) das seis as três tem mais gente.

9) E a sua relação com o chefe ou com o encarregado é uma relação boa? Como é que é?

É, é, eu nunca tive problema assim com chefe não.

10) E com a comunidade universitária de uma forma geral, com professores, técnicos, alunos?

É também é boa, ali no H eu tenho muitas amizades lá, pessoa que sempre me respeitou eu também (lá você ficou bastante tempo então dá pra criar mais vínculo) foi dois anos e meio, em todos lugar que eu trabalhei, em todos bloco que eu trabalhei aqui eu sempre fiz bons relacionamentos (fez amigo por aí) sim (precisa, porque imagina você ter um ambiente de trabalho que não é interessante né) não presta não, porque acontece né, pessoa que não se relaciona bem não tem, não faz amizade nos lugar e isso eu tive colega que era, que foi assim (torna o trabalho até mais difícil né Maria?) é mais difícil (fica meio complicado né, assim já não é fácil mesmo a gente tendo boas relações né, sem isso como é que faz?) fica pior né (fica meio difícil).

11) Onde você trabalhava antes?

Eu trabalhei em uma empresa de reciclagem, lá no bairro Marta Helena (só com reciclagem? fez algum curso? alguma coisa assim?) não, não, aí o que eu sei de reciclagem eu aprendi lá (lá mesmo?) é (quanto tempo você trabalhou lá?) um ano, lá eu trabalhava com uma máquina também, lá eu transformava, uma máquina que transforma o plástico em pó (olha só, como é o funcionamento desse negócio?) ele parece assim um liquidificador gigante, aí você vai combinando as cores e pondo, por exemplo, se você quer fazer um plástico preto aí se põe o amarelo e azul (mais aí é função da máquina, o amarelo, o azul?) é, aí ela bate o plástico vira pó, aí tem que saber dar o ponto também se não ela gruda (aí trabalhava só com esse material reciclável que era recolhido) só, aí lavava, passava em outra máquina picava o plástico, aí vinha pra minha pra mim fazer pó (mas lá ele já chegava na finalização assim, suponhamos era para fazer o plástico preto, aí fazia pra poder vender de novo ou passava por outra empresa?) não, era pra revender (o material você reciclava e ficava como eu posso dizer, a base só? pra fazer o outro produto?) isso, aí as outras empresas que desenvolvia saco de lixo, sacolinha pra supermercado ia lá e comprava o material já, aquele pó pronto (e é um material, é mais barato comprar assim você sabe?) aí, eu não sei, isso é, não tenho ideia não. Aí eu aprendi mexer com essa máquina lá e tinha uma outra que eu comecei a aprender também mas ela era alugada né, aí o dono montou uma outra empresa e precisou da máquina aí levou (era uma empresa grande?) não, era uma empresa assim, o dono começou ele catava reciclagem na rua, aí teve a ideia sabe, ele alugou essa máquina de bater o plástico pra virar pó, aí depois ele com isso passou a vender aquele produto preparado, aí propôs comprar a máquina o dono vendeu ele comprou, aí depois ele alugou outra que era de transformar aquele pó em fio, aí cortava assim ficava as bolinha (só trabalhava com plástico Maria?) só (porque a gente vê que o alumínio o pessoal acaba recolhendo bastante, só que o plástico a gente, é garrafa pet né, o pessoal recolhe muito garrafa pet) é agora era assim eu mesmo só trabalhava com o plástico (só na operação da máquina?) isso, aí depois disso eu demorei ainda dois anos pra arrumar, pra entrar aqui, aí eu mesmo eu trabalhei com reciclagem (você também) só que aí eu já sabia o que é que era mais valioso (e já procurava uma coisa mais certa) isso, tinha menos trabalho quando eu ia separar, aí eu já sabia o que é que eu fazia (muito melhor, mas aí você já tinha destino certo, como você já tinha trabalhado você já sabia onde levar o material né?) já (se você já sabia até selecionar o material, você não saberia onde levar, lógico que sabia né! risos da entrevistadora).

12) Você tem filhos?

Tenho (quantos filhos?) quatro (o que é que eles fazem?) um trabalha na Jô o mais novo, vendedor; o do meio trabalha de servente (a Jô é loja de calçados? eu conheço pelo nome) é, de calçados, o outro, o outro mexe com pintura (em construção assim ou pintura...) é pintura, ele pega casa (de forma geral?) e pinta quadro também, ele é capaz de ver nois aqui pegar um papel e passar, mas ele não tem muita ideia não, ele é meio; e o mais velho é cozinheiro (todos homens?) todos.

13) Fora do trabalho normalmente o que você gosta de fazer?

Ou pra dizer a verdade eu gosto de locar bons filmes e depois da minha casa arrumadinha, deitar e assistir sem fazer nada, sabe por que eu fico assim noventa por cento da minha vida

eu to passando tudo fora da minha casa, então quando eu tenho oportunidade (de ficar lá de forma mais tranquila você fica) eu fico, mas eu não consigo, esses negócio de festa assim eu não do conta sabe, eu quero ficar em casa (tem outras formas também, igual um filme o tanto que é bom) eu gosto de ficar quietinha sabe, eu sou daquelas que fio vai saindo assim: ‘ué, aonde se vai?’, ‘nossa mãe vou sair’ ‘eu sei, mas onde?’ (saindo, saindo eu to vendo que você tá saindo, mas tem que ser mais preciso né... risos) ai eu quero saber aonde vai, dou um tempo ali de madrugada não chegou eu ligo (e fica acordada até na hora que chega?) até que chega (mãe costuma ser preocupada né).

14) Qual que é o seu grau de escolaridade Maria?

Eu fiz até a quinta série, ensino fundamental não é? (é fundamental).

15) Se você não trabalhasse aqui você teria pretensão de trabalhar em outro lugar, você teria um outro lugar em mente?

Ai, ajudante de cozinha que eu já trabalhei (e você gosta também?) gosto (trabalhou muito tempo como ajudante de cozinha?) trabalhei uns seis meses, mas eu já sabia, tinha aprendido a soltar alguns pratos sabe, e aquilo era muito bom porque, eu passei um apuro muito grande, porque quem foi lá pedir o prato era gente importante né, da prefeitura e tudo, e o rapaz pediu um prato, ai a tia do dono do restaurante ficou desorientada, ai eu falei pode deixar que eu vou fazer (qual que era o prato?) moqueca capixaba e eu dei conta de fazer (conseguiu, mas você já tinha feito antes?) já sabe eu ajudava, só que eu sabia que algumas coisas que era feita que era posta não era aquilo, os ingredientes era outro, ai eu fiz do jeitinho que eu sei fazer sabe (sem seguir a receita?) é, ai a pessoa parece que tava ele, a esposa, o genro e a nora, o genro e a filha, ai eles almoçou né, delícia tudo, ai ele foi lá na cozinha perguntou quem de nois duas tinha feito, ai a outra é ela, ai eu falei foi, foi eu mesmo (mas esse lugar onde você cozinhava era que lugar, você falou que era pra prefeitura?) não, quem foi lá, o cliente (trabalhava na prefeitura?) era um cliente, importante lá dentro da prefeitura sabe, e foi lá almoça no restaurante que eu trabalhava e a cozinheira num tinha ido (no dia tinha faltado?) isso é a chefe da cozinha não tava lá, tava só eu e a tia do dono, só nos duas (só vocês duas para cuidar de toda demanda?) ai o garçom, pensou, o cliente pediu o prato e ele pensou a cozinheira não tá né, ai ele foi lá e perguntou se nois duas dava conta de soltar aquele prato, a comanda tava ali, ai eu olhei e falei não, eu dou conta sim e consegui fazer do jeitinho que ele queria, ai ele falou, foi lá na cozinha e perguntou quem tinha feito, que ele falou durante todo esse tempo que eu vim aqui, eu não comi uma moqueca tão bem temperada e deliciosa igual essa, ai a colega falou, foi ela que fez, ai eu falei foi, foi eu que fiz (o restaurante é aqui próximo Maria?) é na Rondon, ai eu com o coração na mão, pensei (ele vai vim reclamar) pensei, não vai comer é nada (risos) (acabou que cativou o cliente de vez) ai depois virou brincadeira né, porque ele falou com o meu patrão que era pra me conservar no serviço que eu tinha, não eu tenho né, que até hoje eu já cozinhei aqui dentro né, nois fazia comida aqui, até o professor passava ‘hum, mas que cheiro é esse?’ (ia lá e dava uma beliscadinha?) dava uma beliscadinha.

16) Você acredita ter enfrentado maiores impedimentos por causa da sua cor? Você acha que te impediu de fazer alguma coisa, acha que te preteriu?

Bom eu, mas você fala em que sentido assim (no sentido de conseguir trabalho ou de conseguir fazer outra coisa, você acha que é um empecilho, ser negro você acha que atrapalha?) olha eu vou falar uma coisa pro cê, tem gente que tenta fazer com que isso seja pra nois negro atrapalhe (você não sente nem um peso não, não te atrapalha?) não de jeito nenhum, porque tem gente que tenta fazer com que seja, mas isso depende da gente (você acha que a pessoa tenta desconsiderar? isso ocorre?) isso ocorre, mas tem pessoas que pensam: ‘nossa eu realmente’, mas não é por ai (tem gente que se enquadra né? e acaba acreditando nesse tipo de visão) isso acreditando e leva aquele peso e acaba caindo mesmo, não é por ai, porque eu se eu fosse, eu já entrei numa loja aqui em Uberlândia, entrou uma fulana e logo depois ‘a senhora precisa de alguma coisa’ faltou pouco né e eu ali, os vendedor passava quase que por cima de mim, não me deram um pingão de crédito, ai eu sai da loja, quando eles viu que eu ia embora veio correndo atrás, não eu vou naquela outra loja ali, falei aquela ali com certeza não tem preconceito, falei na cara e fui lá, comprei o que eu tinha que comprar lá, compro até hoje sabe e depois eu fiquei sabendo que quem comprou e foi muito bem atendido lá né, clara, tava de carro, tava muito bem traquejada, não pagou um centavo e comprou muito, parece que mobiliou a casa inteira (e deu calote?) mudou até da cidade (então, às vezes o que eu até me pergunto, será que o dinheiro deles vale mais? será o que é que acontece né?) é então, se eu fosse parar pra pensar: ‘nossa não me atendeu porque eu sou negra’, ai eu vou embora pra minha casa, se não lá não atendeu, tem outra lá pertinho (que cumpre né! e você vai ser bem recebida) pois é (ficar se apegando a esse tipo de coisa) ai assim eu acho por isso que eu falo tem gente que tenta, mas tem uns que igual você falou enquadra, cai né, não tem que erguer a cabeça e deixar isso pro lado eu acho (eu vejo também como sendo uma melhor opção assim né) é (eu penso também de forma parecida com você).

17) E você pensa em dar prosseguimento aos estudos? Você tem intenção?

Ah, agora eu assim não, não, eu acho que já passou eu to de idade pra isso (hurum, não tem muita disposição?) não, e outra que meu tempo anda assim sabe (além de cuidar daqui você também tem que cuidar da sua casa né) tem, ai eu penso em fazer curso, mas é coisa de idoso mesmo, tricô, crochê, isso é coisa que eu gosto, mas na época se eu pudesse, tivesse tido apoio né pra mim continuar estudando, perdi meus pais muito cedo (com que idade você perdeu eles?) com 16 anos eu já não tinha pai nem mãe mais (nossa, muito jovem) sabe, ai eu tive que largar o estudo (e já teve que se virar) com 12 anos eu já trabalhava né, aos doze, ai depois disso que eu tive que me enfiar mais ainda no serviço, ai por resto eu já não dei conta mais de conciliar escola com trabalho, mas se eu tivesse tido a chance que eu sonhava, ai eu queria ser uma veterinária que eu adoro (você gosta?) nossa eu tenho dois cachorro, eu tenho um gato sabe, converso com eles como se estivesse falando com alguém e eles ficam prestando atenção (minha mãe gosta muito também ela tem uns três em casa) hoje eu levantei muito cedo pra vim pra cá né, porque eu tinha que tá aqui nove e meia e fui arrumar as minhas coisas, ai eu olhei a minha galinha tava chocando, fui olhar lá, cheinho assim de pintinho, tudo amarelinho, a coisinha mais bonitinha (galinha você tem só uma?) não tenho três (tem uma parte onde você cria ou você cria elas fechadas?) não, elas fica lá solta no quintal (porque tem uns que às vezes prende né, mas acho que é ruim) porque eu não tenho planta né, as planta que tinha elas já comeu (risos, elas comem tudo mesmo).

18) Você pensa que pessoas brancas e pessoas negras possuem as mesmas condições, tanto assim questão de possibilidade de trabalho, possibilidade de estudo, você acha que a gente tá no mesmo patamar? A gente tem as mesmas condições que eles para fazer essas coisas? Temos as mesmas possibilidades?

Tem não (não?) não (porque você pensa?) não tem porque tem pessoa que assim tá acima, mais de cima que pode mudar isso, sempre tem alguém que muda isso (como assim? você acredita que tem pessoas que tem uma condição melhor que possibilita essas coisas?) é possibilitado a elas sempre ter mais (ir além né? do que a gente) isso mais além do que a gente né, que é negro, mas porque, porque quem pode, os governo que pode mudar isso e parte deles essa diferença posta, que eles impõem; igual esse negócio porque eu não entendo bem, pelo que eu vejo esse negócio de cota pra negro (você não concorda?) não (mas porque Maria) não concordo eu acho que todas as pessoas têm o direito igual de estudar, se você pode fazer faculdade se eu querer eu também posso (sim) eu acho assim, eu penso assim, não sei se eu vou tá errada, mas que eu penso assim eu penso, porque é que é, por exemplo se eu fosse então todo mundo igual ,tudo branco ou tudo negro (sim) como é que ia ser, então pra que isso, porque isso aí é uma diferença, esse negócio de cota, por exemplo você olha essa universidade tem filho de branco e seis negro, não então põe só um negro aqui e traz os branco, pode pôr, pode ficar à vontade, é a cota que sobrou para eles, é o tanto que sobrou, só cabe um eu não acho isso certo não, não acho mesmo, porque eu tenho muita gente branca na minha família, porque geralmente as loira gosta de um né (risos da entrevistadora) elas gostam, então eu tenho uma cunhada, minha cunhada loirinha do olho azul e o rapaz dela meu sobrinho, ele é branco só que o cabelo encaracolado, aí foi, acho que foi se inscrever aí numa faculdade acho que na Unitri, não lembro mais qual faculdade que foi não, aí como diz ele tinha ele foi parece que a inscrição era pra ele entrar nesse negócio de cota, mas eles podiam falar: ‘mas você é branco’, mas ele falou ‘não eu não sou branco, sou negro’. Ah! mas virou aquela num é branco num é preto não é, é não é, aí virou aquele peteco meu irmão precisou ir lá (e ele conseguiu se inscrever enquanto negro?) conseguiu se inscrever como negro (mas a cor da pele dele...) é clara (clara?) branco mesmo, você olha pra ele você não fala que ele é filho de negro não, sabe não tem nada a ver, mas é porque ele ficou mais para o lado da minha cunhada, ela tem ele que é branco, uma morena clara, e uma pretinha (saiu de todo jeito então) é os três, sabe então ele achou aquilo ruim demais, eu fiquei só olhando aquilo sabe, ele ficou muito revoltado (de eles não aceitado?) ele falou só pra poupar a mãe dele, mãe só porque eu falei que eu queria inscrever lá na cota pra negro, a mulher frisou que eu não sou negro, que eu sou branco, então eu podia me inscrever direto, fazer as provas tudo, os cursos eu já podia fazer, isso não é justo mãe, eu acho que todo mundo devia ter os direito é igual, isso não existisse não, eu fiquei só olhando aquilo né. Então eu não acho, acho que podia assim como diz assim, falta, como é que eu explico, como é que eu falo, falta respeito(ah, isso é o que falta né Maria)falta respeito, porque eu acho que uma pessoa porque ele tem uma pele clara ele é mais do que o outro, não é, de jeito nenhum(eu também acredito que não seja).

19) Você acha que a cidade de Uberlândia oferece boas oportunidades de emprego?

Ah! eu, como é que eu falo, acho que pelo tamanho da cidade, pelo tanto de gente que tem, eu acho que é razoável (mas não tem, não sei como eu te explico, você acha que está razoável,

que não está lá essas coisas não, que podia ter melhoras?) podia ter melhor oportunidades, mas igual, por exemplo, paga não tá barato, é não tá barato de jeito nenhum, tudo que você vai fazer igual esses imposto aí, agora eles tão mostrando pra gente o que é que a gente paga de imposto né (quando a gente vai avaliar assim, às vezes é a metade, talvez até passa assim do rendimento da gente mensal, é muito alto) é, é muito alto, agora eu fico imaginando teve essas confusão aí, como é que fala essas passeatas que o pessoal fez (manifestação) essas manifestação em troca pra que eles barateassem o ônibus né, mexeu e virou, ficou do jeito que eles quer (porque o transporte é um abuso né, muito caro) muito, muito caro (reduziu pouquinho na cidade de Uberlândia) parece que é dez centavo (me parece assim que deu diferença pra quem tem a carteirinha, a carteirinha tanto de empresa quanto estudantil a redução foi maior, mas mudou pouco mesmo) foi muito pouco (teve alguns lugares se eu não me engano, Rio e São Paulo, foi revogado o aumento integral, o que tinha subido voltou, sabe voltou o valor anterior, aqui baixou um pouquinho só) um pouquinho acho que dez centavos (é eu acho que pra gente que tem essas carteirinhas quinze) pois é, então isso aí não muda nada, muita gente fala, porque aqui você entra no ônibus aqui vai de um terminal no outro com uma passagem só, bom até aí tudo bem, mas não mudou muita coisa porque se você descer depois, se você sai do terminal pra fora, os ponto que você parar se for fora de terminal, você vai continuar pagando do mesmo jeito, então não muda muita coisa não, não muda não.

20) Você pensa que o seu trabalho além da função da sua renda, ele tem alguma outra função na sua vida, além da renda que você consegue no trabalho? Ele teria alguma outra função para você? O trabalhar assim.

Ah, assim função?(a função que você acha além da renda que é necessária né, porque a gente precisa comprar as coisas e tudo mais né, além dessa função de se sustentar, o que é o que o trabalho teria enquanto função na sua vida, o que é que trabalhar significa para você? o que você achar mesmo, o que você sentir) ah, o que mais que me proporciona, além da renda?(é exatamente, eu que não to sabendo elaborar a pergunta direito, risos) então, ah, eu gosto assim dessa profissão porque todo dia eu vejo gente diferente, a gente vê coisa assim, como se diz engraçada sabe, então eu gosto por isso, assim é uma função que eu to sempre no meio de gente (exatamente) e todo dia eu vejo gente diferente (a socialização mesmo, o contato com as pessoas é o que você gosta) isso, é.

21) Você pensa que se você tivesse tido mais tempo de estudo, isso melhoraria as suas condições de vida?

E muito, melhoraria sim muito, porque às vezes até ia melhorar, ou talvez ia ser igual é né, porque eu ia fazer o que eu gosto tendo que lidar com bicho, aí eu ia lidar com os dois né, gente e bicho (é então, talvez se você tivesse essa formação você poderia fazer algo que é mais interessante para você né, mas até aquilo que a gente tava conversando, eu fico pensando né, até que ponto a gente estuda pensando que vai ter uma condição melhor, você vê que isso não necessariamente acontece né, igual no caso que a gente tava conversando da moça da História mesmo, você vê que hoje isso tá relativo assim né, você podia está exercendo mesmo uma função que era uma coisa que você gostasse, talvez mesmo assim não tendo a condição

de trabalho necessária para você de fato gostar daquilo né?) é (anda acontecendo isso) porque a gente na época eu pensava nisso, muito novinha né, era aquele sonho, meu sonho de consumo, mas às vezes se eu tivesse feito, podia mudar a minha vida, mas não ia ser o, me dá o prazer que eu esperava né.

Entrevista 6

Trabalhadora: Rosângela

Empresa: Eficaz

Data: 07/08/2013

Número do arquivo: 111101-001

Bloco: 5R

1) Qual é sua idade?

40 anos.

2) Estado civil?

Solteira.

3) Você mora onde?

Eu moro aqui no Santa Mônica.

4) Você é daqui de Uberlândia?

Sou.

5) Como que você chega aqui no trabalho?

Ah, eu quase não uso ônibus, eu venho a pé (a sua casa é bem próximo então?) é, daqui lá em casa é quinze minutos (tranquilo de vim caminhando, porque o pessoal mora bem distante, acaba pegando até três ônibus assim) é, longe (que bom né) graças a deus (isso facilita sua vida, risos).

6) O que é que você acha de trabalhar aqui na Universidade?

Eu acho bom, muito bom.

7) Você acha que é um trabalho que exige muito de você? Você acha que tem muita exigência?

Tem, um pouco tem (é desgastante?) desgastante não é não, mas é muito exigente (questão de disciplina e horário, essas coisas) é.

8) Quanto tempo que você tá nesse trabalho Rosângela?

Eu tenho dois anos e cinco meses (muito tempo já, na mesma empresa?) é.

9) Quais são seus horários?

Meu horário é dá uma as dez (ai é fixo, de segunda a sexta de uma às dez?) é (final de semana normalmente não tem que vir?) tem, ai são quatro horas dia de sábado (o sábado é quatro horas e geral assim nas outras empresas também?) ah, eu acho que a Arqgraph normalmente elas não trabalham dia de sábado não, só a gente dá Eficaz (mas ai esse horário de quatro horas fica a seu critério de escolher?) não, tem um horário fixo, é das nove a um da tarde (ah, tá, por mim era só de segunda à sexta sabe) não.

10) Como é que sua relação com sua encarregada?

Ótima (é uma boa relação?) é, hurum (como que é o nome dela, da encarregada de vocês?) Edna (Edna? Porque eu conheci as outras encarregadas, as outras não da Arqgraph, conheci elas já).

11) E a relação com os estudantes, técnicos, com o pessoal que frequenta aqui a Universidade, como o pessoal que trabalha aqui, como é que é de uma forma geral, como é que você avalia?

Ah, tem uns alunos que te cumprimenta outros não, tem uns professor que cumprimenta outros também não, desse jeito (mas você avalia que seja uma relação boa, como é que é?) lógico que é, é (mas assim por essa questão você avalia que seja descaso, o que é que você pensa?) não, descaso eu acho que não é não, porque eles se acham assim muito superior ao pessoal da limpeza né (você acha que tem essa diferenciação então) tem, bastante (mas isso de uma forma geral, estudante, professor e os técnicos?) não, os técnicos eu não tenho nada contra não (mais estudante e professor que essa relação é assim?) é.

12) Antes de trabalhar aqui, onde você trabalhava? Antes de trabalhar na Universidade?

Eu trabalhava de babá (de babá, trabalhou por muito tempo?) trabalhei cinco anos e dois meses (bastante também né, e ficou em um lugar fixo?) foi, isso.

13) E aqui o trabalho que você faz de cuidar da conservação e da limpeza você gosta?

Gosto.

14) Tem filhos?

Tenho um de dezoito (o que é que ele faz?) ele trabalha com o padrinho dele de marceneiro.

15) E fora do trabalho o que você costuma fazer? Tem alguma atividade específica ou...

Eu vou mais nas festas na casa da família (mas essa coisa entre familiares assim, mas nenhum hobbie, nada de especial não) nada, antigamente eu era assim mais de sair, agora (já deu uma quietada?) já dei uma parada (risos, cansa né?) tem que parar.

16) Qual que é o seu grau de escolaridade? Até que série você fez?

Até a quinta série completo (o fundamental então né?) hum.

17) Você acredita assim partindo da sua experiência pessoal, que você pode ter enfrentado maiores impedimentos na sua vida por causa da sua cor? Você acha que isso pode ter acontecido? Você sente que isso tenha acontecido com você?

Pior é que sente (de que forma que isso se manifesta?) ah, o jeito que os outros te olha, você sente (é coisa que não precisa ser dita, você percebe pelo tratamento?) é.

18) Se você não trabalhasse aqui, você tem um lugar em mente onde você gostaria de trabalhar?

Não (não?) não.

19) Tem pretensão de continuar estudando?

Eu parei (parou, mas assim, você fez até a quinta e não retornou, mas não tem vontade?) ah, não, eu já to velha já (mas nem vontade não existe) não.

20) Você pensa Rosângela isso também fazendo uma avaliação a partir da sua experiência assim, existe uma grande diferença na questão do trabalho, na possibilidade de estudos, entre pessoas brancas e pessoas negras? Você consegue perceber alguma diferença ou acha que isso se dá de uma forma igual?

Não, aqui não tem não (você acha que então nós partimos das mesmas condições que eles?) hum, isso (é?) é.

21) Você pensa que a cidade de Uberlândia oferece boas oportunidades de emprego? Você acha que tem muita opção?

Tem não (por quê? ela é breve demais, não é de muita conversa não 'risos da entrevistada') ue porque não tem (mas quando você não estava trabalhando procurava e não conseguia achar nada assim?) não, porque a cidade tá exigindo demais estudo (você acredita que é por esse quesito?) é.

22) A questão do seu trabalho além de te proporcionar sua renda, você acha que ele cumpre alguma outra função na sua vida Rosângela? Além disso, né, porque essa é a básica. Como você vê o seu trabalho, o que você faz, que significado isso tem para você?

Como assim?(o que ele representa para você? o trabalho, trabalhar, a função que você exerce?) ah, eu acho bom esse negócio de ficar muito em casa eu não gosto, você sai e conhece novas pessoas, aqui tem aluno de tudo quanto é jeito (acaba te proporcionando, a questão da sociabilidade é o que você vê além do ganho né?) é.

23) Você acredita que mais tempo de estudo melhoraria as suas condições de trabalho e de vida?

Eu acho que sim.

Entrevista 7

Trabalhadora: Karina

Empresa: Servicorp

Data: 07/08/2013

Número do arquivo: 111102-001

Bloco: 1M

1) Qual é sua idade?

32.

2) Qual é seu estado civil?

Solteira.

3) Você mora em que bairro?

São Gabriel.

4) Você é daqui de Uberlândia?

Sou.

5) Você chega como no seu trabalho?

De ônibus (quantos ônibus?) dois.

6) O que você acha de trabalhar aqui na UFU?

Uai é bom né, é bom mais seria bom se a gente fosse contratado pela UFU né, porque o terceirizado tem suas vantagens e desvantagens né, o salário é menos né, a gente trabalha muito e ganha pouco (você avalia que o salário é baixo?) é, o salário é baixo.

7) É um trabalho que exige muito de você?

Sim (te desgasta muito) é porque é repetitivo né, todo dia é a mesma coisa (não tem diferença?) não todo dia a gente faz a mesma coisa

8) Você trabalha aqui faz quanto tempo?
Um ano e cinco meses (por essa mesma empresa?) por essa mesma empresa desde quando eu entrei na UFU.

9) E os seus horários de trabalho quais são?

Das seis às três da tarde (das seis as três, no final de semana não?) das sete da manhã às onze da manhã no sábado (a folga é só no domingo?) só no domingo.

10) E a relação com a chefe de vocês ou com o encarregado como é que é? É uma relação boa?

É, ela até é uma pessoa muito boa (tranquila?) é, ela é tranquila.

11) E com os demais frequentadores aqui da UFU, estudantes, professores, técnicos, como é que é?

Não, nunca tive problemas com nenhum deles (mas tem alguma relação de proximidade?) tem, tem alunos que chama a gente até de tia, põe a gente até mais velha, mas tá bom (risos da entrevistada e da entrevistadora), mas tá bom.

12) Você trabalhava onde antes daqui?

Eu trabalhei no Colégio Objetivo (e qual era sua função Karina?) auxiliar de limpeza (era nessa mesma área só que não era contratada por empresa?) na mesma área, era pelo colégio (era diretamente pelo colégio a contratação?) diretamente pelo colégio.

13) Você gosta do que você faz aqui?

Gosto, acostumei já.

14) Tem filhos?

Tenho uma menina de onze anos (só uma né, ela estuda né?) estuda.

15) E fora do trabalho você tem alguma preferência do que fazer, alguma coisa específica assim que você goste de fazer?

Eu tenho um grupo de Congado aqui em Uberlândia (ah, você faz parte do Congado?) faço (qual que é o seu terno?) Princesa Isabel (eu gosto muito do Congado, fico maravilhada com a festa, da última vez não fui, costume ir na minha cidade, fui somente na preparação; é uma festa muito bonita) é, e a gente trabalha o ano inteiro (você ensaiam com muita frequência?) não é muito ensaio, a gente trabalha às vezes fazendo evento, igual domingo agora a gente tem uma feijoada, reunião todo mês, assim a gente mexendo com documentação pra ver se a gente ganha um terreno da prefeitura pra fazer a sede do grupo (vocês não tem uma sede fixa ainda não) não, a gente não tem uma sede fixa ainda, dentro de Uberlândia que eu me lembre quem tem sede deve ser uns três ou quatro, então assim como ele foi fundado lá no Patrimônio, muita gente já perdeu suas casas porque lá tá virando bem dizer um bairro de comércio, então é onde a gente tá quase sem lugar para ficar né (mas normalmente onde vocês

se encontram lá?) ai agora é porque eu sou a primeira madrinha do terno, meu marido é que é o dono, eu tenho minha segunda madrinha, tenho meu vice e tenho a diretoria e agora por enquanto está dentro da casa da segunda madrinha (é como se fosse uma hierarquia, acaba então que você tem mais responsabilidades dentro do terno?) é sim, porque madrinha, os cargos de mais responsabilidade são as madrinhas, o presidente e o vice né (hurum, e o presidente é seu marido?) é meu marido (e você a primeira madrinha, então imagino que deve demandar bastante tempo) nossa! (mas você gosta, se não gostasse né!) gosto, gosto muito nossa (eu acho uma festa...) fui criada né (foi criada dentro, seus pais já faziam parte?) fui criada dentro de carnaval, de congo, tudo (nossa o congo eu acho uma festa muito bonita mesmo, a próxima?) é em outubro (em outubro? certeza que eu vou) não, vai mesmo.

16) Você estudou até que série?

Eu estudei até a oitava, engravidei minha barriga pesou, eu parei (você parou por causa da gravidez?) e desanimei depois de voltar, e parei depois não continuei (você pensa em voltar?) ah, não, a gente assim o pai dos meninos, eu não sou casada no papel né, amasiado (mas o papel é só uma formalidade né) então assim a gente mexe com filho, com marido, a gente mexe com casa, a gente levanta de madrugada, ah, não então eu acho que eu não tenho mais cabeça (e também não dá tempo né Karina) não dá tempo (porque assim, além dessa função aqui tem o congo, tem também a casa, fica um pouco difícil mesmo né?) é verdade.

17) A partir de suas experiências pessoais, você pensa que pode ter enfrentado maiores impedimentos ao longo da sua vida por causa da sua cor?

Ah, tem coisa que sim, eu mesmo eu já trabalhei num lugar com uma mulher que quando eu comecei a trabalhar ela desconfiava muito de mim por causa da minha cor e até falar que tava sumindo remédio dela de dormir ela falou pra mim (falou diretamente para você?) 'ai meus remédios tá sumindo', ai eu falei pra ela o único remédio graças a deus que eu tomo é o anticoncepcional, ai eu dei um jeito de sair daquela casa, fiquei lá um ano e meio e ela não pegou a segurança, eu ia continuar lá pra que né (e ela te tratava de forma diferente?) então, tinha dia que era um amor, mas tinha dia que ela tava meio estranha (você sentia essa desconfiança?) ai eu preferi sair (trabalhar por vezes já não é fácil, ainda mais trabalhar em um lugar em que a pessoa ainda age assim né; mas isso você conseguiu perceber de forma mais clara só nessa relação de trabalho ou também em outros espaços?) é, ela não era direta não, mas a gente desconfiava dela pelo jeito dela conversar com a gente né, foi ai eu fui pegando, ainda tinha mãe que hoje eu perdi não tenho ela mais, eu conversando com ela ai minha mãe falou assim: 'é melhor você sair de lá', porque minha mãe conversou, porque essa cor da gente é muito discriminada minha filha, porque foi um dos meus primeiros empregos, ai foi onde eu sai de lá, preferi sair. E agora graças a deus to aqui, que todo mundo me trata bem minhas amigas de serviço, encarregada, aqui eu não tenho nada a reclamar, até os alunos, mas melhorou bastante nossa (mas é porque depende muito também) é.

18) Se você não trabalhasse aqui, você teria alguma outra profissão em mente, algo que você gostaria de fazer?

Eu gosto de mexer com cabelo, eu gosto de mexer com unha (é, você faz assim de vez em quando? já vez algum curso?) faço, não só curso que eu nunca fiz (é), mas eu sei escovar um cabelo, eu sei por um implante, trançar um cabelo (é, esse é seu ou é implantado?) esse é implantado (mas você consegue pôr?) em mim não, mas eu ponho desse aqui (não tem como só se você fosse muito ninja para pôr em você) não, mas se você ver a menina que põe em mim consegue por nela (e pesa um pouquinho não pesa?) pesa (uma vez eu pensei em fazer, quando meu cabelo tava menor, só que eu já tenho dor de cabeça demais, aí a moça me falou que pesava e fica uns nozinhos, aí eu pensei não é pra mim não) a semana que você põe fica uma semana com a cabeça dolorida (não é pra mim não) risos da entrevistada.

19) Você acredita que brancos e negros possuem as mesmas condições de vida, possibilidades de estudo, trabalho ou você acha que tem alguma diferença?

Não, se fosse antigamente tinha diferença né, entre o branco e o negro, mas pra mim eu acho que agora quem por exemplo, pessoa cresceu e fala eu vou estudar e quero ser isso, se tiver força de vontade consegue né?(hurum) por igual aqui na UFU eu vejo muitos negros igual eu, tá aí formando, hoje em dia, igual você né (risos da entrevistadora) hoje em dia eu acho que não tem muita dificuldade não, isso aí é força de vontade mesmo, eu é porque na minha época não tive muita oportunidade (então você acha que hoje mudou?) mudou tá tudo mais fácil (tá mais fácil?) tá mais fácil.

20) Aqui na cidade de Uberlândia você acredita que tenha boas opções de emprego? Como é que é, quando você esteve procurando você conseguiu encontrar?

Na minha área até que eu sei que tem muito, agora eu não sei te falar é nas outras áreas, mas eu já vi muita gente falara que formou pra uma coisa e hoje tá trabalhando com outra por falta de oportunidade na profissão né, tem muita gente que trabalha em outra porque, mas na minha não, na minha eu sei que quem procura acha (você acha que então vai variar de acordo com a área que a pessoa for procurar?) é, vai variar de acordo com a pessoa mesmo (sim).

21) O trabalho além dessa função da renda, ele tem alguma outra função para você enquanto pessoa? Além da renda que é uma coisa necessária para a sobrevivência da gente, mas fora isso que função que cumpre na sua vida trabalhar?

Ah, eu assim, eu gosto muito assim trabalhar, meu primeiro emprego foi depois que eu tive minha menina, então assim (depois que você teve a neném que você começou a trabalhar?) foi, foi, e pra mim é uma coisa muito importante, assim no serviço, no meu serviço eu gosto muito das minhas amigas daqui, do serviço e se eu ficar em casa igual esses dias para trás que eu fiquei um mês de férias, eu sinto falta de levantar cedo e vim trabalhar, porque é onde tem a diferença, você sai cedo, você vê pessoas diferentes, você conversa com pessoas diferentes, dentro de casa não fica aquela coisa também repetitiva né e se eu focar dentro de casa também eu fico sozinha porque minha menina estuda de manhã, à tarde ela fica num centro de formação, meu marido ele também trabalha o dia inteiro, então assim para mim tem uma importância muito grande sabe, eu já fiz muitas amizades boas aqui, já tive as minhas desavenças também, mas graças a deus, eu agradeço muito a deus por esse serviço aqui.

22) Você pensa que se você tivesse tido mais tempo de estudo que você teria melhores condições de vida?

Sim, ah, eu penso que sim.

Entrevista 8

Trabalhadora: Otacília

Empresa: Servicorp

Data: 08/08/2013

Número do arquivo: 111103-001

Bloco: 1C

1) Qual é sua idade?

32 anos.

2) Qual é seu estado civil?

Amasiada (amasiada, risos, como é que funciona esse negócio?) é casada né, não é casada no papel (mora junto?) mora.

3) Onde você mora? Qual é o bairro?

Dom Almir.

4) Como é que você chega aqui na Universidade?

De ônibus (uns dois ônibus?) não, pego um só (eu não sei onde fica esse bairro) é, que vê assim, chagando ali no Pau Furado, ao invés de você ir pra lá cê dobra (chegando onde?) Pau Furado, o posto Pau Furado (risos) indo pro Aeroporto (ah, tá) ou indo para o Morumbi, um dos dois, entendeu?(hurum, mas é que eu não conhecia por nome) se você chegar e perguntar onde fica o Pau Furado eles já vão te falar, é trajeto do pessoal lá (entendi).

5) Você é daqui de Uberlândia mesmo?

Não, sou de Patrocínio (mora aqui faz quanto tempo) tem oito anos (oito anos? um tempinho já).

6) O que você acha de trabalhar aqui na Universidade?

Não tenho nada a reclamar não (mas assim gosta?) não, gosto (se não tem nada a reclamar né?).

7) Você acha que é um trabalho que exige muito de você? muita disciplina, é um trabalho que te desgasta?

Risos da entrevistada (pode abrir o coração, risos da entrevistadora) não, acho que não, sei lá, acho que não, não porque todo trabalho tem desgaste a mesma coisa, a disciplina é a mesma, o comportamento tem que ser né (você acredita que não?) não.

8) Quanto tempo você está nesse trabalho?

Tem um ano e quatro meses (e por essa mesma empresa?) por essa mesma empresa.

9) E quais são seus horários de trabalho?

Das seis as três e quarenta e oito (de segunda a sexta, e sábado?) não (porque é meio variado né, tem algumas empresas) na nossa empresa também tem só esse bloco, só nesse bloco aqui e no M que trabalha só de segunda a sexta (entendi).

10) Como é sua relação com o chefe ou encarregado? Encarregado no caso né.

Ótima, boa (é uma boa relação?) É.

11) E com os estudantes, técnicos, professores?

Normal, amizade normal (amizade, tem uma relação de proximidade assim, boa?) hum, assim em vista de algumas escolas é mais, chega, conversa, brinca, se quer falar sério fala sério, é normal, não tenho nada a reclamar deles não (você avalia que é uma boa relação?) é uma boa relação.

12) Antes de trabalhar aqui onde você trabalhava Otacília?

Nossa, tanto lugar menina, risos, mais na roça (antes daqui era na roça?) na roça (mas qual era a sua função) serviços gerais de tudo (tudo?) tudo um pouco (mais em sede assim?) não, apanhar café, capinar, plantar café, essas coisas sabe (hum, aqui eu não tenho muito contato com trabalhador rural, não sei se é por causa do lugar onde eu moro, lá onde eu morava em São Gotardo eu via ônibus) mas lá é plantio de cenoura né (não é só cenoura não esse povo planta de tudo) não, São Gotardo não tem esse plantio de café igual esse lado de cá (tem, tem, tem sim, acho que talvez é pelo tamanho da cidade, morava em uma região central mas tinha muito contato com esses trabalhadores, inclusive tinham muitos parentes meus que iam sabe, aqui eu não vejo de jeito nenhum) não, hoje assim, até 2009 tinha muito, hoje acabou né, hoje você não vê ônibus de trabalhador rural, é muito difícil você ver (e eles pegavam vocês lá no bairro assim? tinha um ponto?) tinha um ponto (talvez seja pelo lugar onde eu moro que eu não veja, eu morei um tempo no Jaraguá) de vez em quando a gente vê o ônibus passando essas coisas, sempre você vê passando, sempre tem (meu estranhamento é porque aqui eu não vi) é porque aquele bairro lá é mais afastado né (morei lá no Jaraguá e aqui, aqui não existe né?) é porque eles vai mais nesses bairro afastado, eles fala periférico, da pobreza né, hoje aqui ninguém vai querer trabalhar em roça né, é raro você achar (um serviço mais duro né?) é (é mais pesado, eu até estranhei por isso você ter falado).

13) Você gosta do que você faz aqui?

Eu gosto (ela é sucinta né, risos).

14) Você tem filhos Otacília?

Tenho (quantos?) quatro (o que é que eles fazem?) risos da entrevistada, em casa (ou fora mesmo?) tem uma casada e três estuda (são todos jovens? que idade mais ou menos?) tem a de dezessete, a de treze, a de sete e o de três (interrompidas por uma moça que trabalha na segurança: Otacília ‘oi, vem aqui’, ela: ‘oi cabeçuda, tudo bem? só vim aqui para puxar sua orelha’, Otacília: ‘porque eu te chamei você para sentar?’ , ela: ‘cês tá de testemunha hein, ela ainda vai trabalhar de segurança e eu vou falar o mesmo para ela, senta aqui, outras trabalhadoras presentes: ‘deixa ela’, risos de todos, ela: ‘deixa ela viu, tá na lista viu, você vai ver’, eu: ‘você tava convidando ela pra sentar? não pode de jeito nenhum né?’ , Otacília: não pode de jeito nenhum, ela passa e me grita, falei ‘vem sentar’, eu: ‘ou que tortura né gente’, Otacília: ‘é um serviço esforçado demais’, eu: ‘e o tempo deles’, Otacília: ‘quinze minutos é muito pouco né’, eu: ‘pra dar uma sentadinha?’ , Otacília: ‘não, não tem direito a sentar, é quinze minutos de almoço e pronto, outra trabalhadora: ‘tem hora que vai lá toma café rapidinho e volta’, eu: ‘e qual que é o tempo deles de trabalho?’ , Otacília: ‘ não tem, porque é doze pra trinta e seis’, eu: ‘então é assim, trabalha doze horas’, Otacília: ‘e amanhã folga’, eu: ‘é, um ritmo meio puxado’, Otacília: ‘puxado’, eu: ‘eu não dava conta de ficar em pé todo esse tempo não, eu já trabalhei no Shopping e tinha que ficar muito tempo em pé, no período de virada de ano, estouram muitas veias por ficar muito tempo em pé, perdi três quilos na primeira semana, eu já sou muito forte né, imagina o que é que eu virei, risos de todas, falei pra minha mãe e ela disse minha filha, mas vai fazer o que quando se precisa trabalhar? Não dá pra fazer muita graça né.)

15) Fora do trabalho o que você gosta de fazer? Tem alguma coisa em específico assim?

Ah, geralmente eu gosto muito de ir na Igreja e só (na Igreja, qual é a sua religião?) risos da entrevistada (ou não é muito definida?) ultimamente eu to até mais parada, mas eu to indo na Chama de Fogo só e tem (Chama de Fogo?) é Igreja nova (é evangélica?) é (não conheço) ela é nova lá de Belo Horizonte.

16) Você estudou até que série Otacília?

Até a quinta.

17) Você acredita que pode ter enfrentado maiores impedimentos ao longo da sua vida por causa da cor e pelo fato de ser mulher?

Não, não (você acha que não teve nenhum impedimento por causa disso?) não, nunca tive (nunca sentiu nenhuma diferença por parte dos demais?) não, nunca senti, não por causa da cor nunca fui como se diz, rejeitada (coisa boa né, normalmente é mais comum o contrário) é.

18) Se você não trabalhasse aqui você tem alguma coisa em mente que gostaria de fazer, alguma outra coisa?

Aí, se eu não trabalhasse aqui eu ia ficar em casa, risos da entrevistada, é o que eu to pretendendo, ficar em casa (mas você não tem nenhuma outra coisa que te atraia?) eu penso às vezes em fazer um curso (mas de que?) fazer um curso de salão (já faz alguma coisinha assim?) não, não faço nada (nada) não, o tempo não dá (mas gosta) hurum (tem mais afinidade com essas coisas? e tem bastante curso né?) tem (uma amiga minha fez lá na Embeleze, eu nem sei se cobra) cobra e muito, é bem puxado (ela fez e corta o cabelo de todo mundo da sala, faz unha, sobrancelha e bem, inclusive eu prefiro fazer com ela do que em salão porque ela cobra menos) é.

19) Você pretende dar prosseguimento aos seus estudos?

Agora mais não, chega, a gente já ta velha mesmo, parar onde parou (desanimou?) não tenho vontade mais não.

20) Você acredita Otacília que pessoas brancas e negras possuem as mesmas possibilidades, as mesmas condições de ganho de vida, de estudo?

Oh! menina, sinceramente às vezes não, sabe assim por que tem coisa que não assim, não porque, nunca me discriminaram, mas que nem aqui é muito difícil você ver um negro estudando, muito difícil você só vê filho de papai, só branco, então... (você acha que as condições não são iguais?) não são iguais, é difícil ver um negro estudando aqui, é difícil você ver um negro com carro novo, ou seja velho, é difícil você ver aqui, você vê só branco, branco, branco, é difícil até falar (depende também do curso, esses cursos de engenharia assim) é raridade você ver um negro (eu tenho um amigo negro que faz aqui) um só se eu não me engano, que de vez em quando ele vem de moto e de vez em quando de golzinho, eu não sei o nome dele (tem uma barbinha) sabe que eu não reparei menina, porque é tanta gente que vem aqui (o que eu conheço daqui da Civil é só ele) porque tem um ano e quatro meses, então a maior parte a gente já conhece, já vê né, então você não vê negro, muito raro, mesmo se tiver lá fora andando, você vai ali fora é muito raro você ver um negro, tipo assim de cinquenta por cento você colocar dez por cento, acho que não chega a dez por cento, pode passar na peneira que não sai um (é difícil mesmo, eu passo por isso, inclusive professor e tudo mais, eu não tive um professor negro) aqui não tem professor negro, aqui eu nunca vi, nunca vi juro por deus (na verdade tem um na História só que ele não foi meu professor, que eu até assustei quando eu vi né gente, porque não acontece) vi gente trabalhando negro né, o Paulinho lá embaixo, o Paulinho e tem outro né, mas professor mesmo nunca vi (se têm são poucos mesmo).

21) Você acha que a cidade de Uberlândia oferece boas oportunidades de emprego?

Boas oportunidades não, assim porque oferece algumas boas sim e as outras não porque ruim é o salário (o salário que é...) você tromba no emprego tem vez, mas o salário que é pouco né (tromba?) tem muito serviço, ter tem só que o salário que (mas tem função boa assim ou você avalia pela renda?) a se tem que avaliar porquê de ser como se diz, você morrer de trabalhar para ganhar um valor que nos ganha na limpeza nós fica onde tá (compensa mais né?) compensa mais, porque aqui você trabalha, mas também cê não vai morrer pra chegar no final do mês se ganhar aquele né (você acha que aqui se ganha uma quantidade justa?) um salário justo né, trabalha, trabalha, mas às vezes é justo e não é né, pode ser né, porque levantar cinco

horas pra pegar ônibus, não é justo também né, voltar cedo (castiga né?) é puxado, ficar até essas horas também é puxado e como se diz sair cedo, sair de madrugada, arrisca a vida né, porque quem sai cedo sair de madrugada arrisca a vida né, largar filho em casa, pegar ônibus e vim trabalhar, passar nuns escuro aí (é longe o ponto onde você pega ônibus? você caminha um pouquinho?) é, é bastante (a gente sabe de muito caso assim né, principalmente contra a mulher, é bem comum ainda mais nesse horário, igual caso de assalto e tudo mais; eu caminho de manhã, um dia eu tava caminhando próximo ao Madrecor, um moço tentou agarrar uma moça na rua nesse horário, ela disse que era pra assaltar que ele queria pegar a bolsa dela, só que aí ela correu e saiu gritando, já tá claro né seis e alguma coisa, nesse horário às cinco da manhã tá noite ainda) cê tá dentro do ônibus né, não é que você levanta cinco horas, praticamente é o primeiro ônibus, a primeira rodada quais né (é porque começa a passar as cinco né) se você não alcançar ele na primeira na segunda se já vem, porque quem bate cartão seis horas né, não tem esse negócio de cinco, vinte minutos atrasados (tem que ser pontual? desconta se não bate o cartão no horário?) tem que ser pontual, é se não for na hora geralmente desconta né, cê tem que ficar até mais tarde pra você pagar uma hora (entendi) se toda vez você ficar dez, dez, dez atrasado, no fim do mês (já era né?) já era.

22) O seu trabalho Otacília além da renda, você acredita que ele tenha alguma outra função na sua vida? Que outra importância você vê no trabalho além de ganhar dinheiro?

Amizade né, amizade sei lá, distrai a cabeça (mais a questão as socialização mesmo?) ah! sei lá (de conhecer mais gente? essa função assim?) você fala sobre meu trabalho é?(é assim) é a precisão né (mas é o que eu to te falando né, a gente precisa, a gente não vive de vento, além disso, você acha que a função seria essa, de fazer amizades?) é porque não assim, não só fazer amizades, mas distrair a cabeça né, porque ficar só em casa, só em casa também né, ou ficar em casa pensando que tá dependendo dos outros então é chato né; nossa ainda tem essa folha tudo?(não, tem só mais uma aqui, e na verdade isso daqui é só um roteiro, às vezes eu não sigo à risca também não sabe).

23) Você pensa que se você tivesse mais tempo de estudo, você teria uma melhor condição de vida hoje? Você viveria melhor se tivesse estudado mais?

Acho que não (não?) igual muitos outros formam e tá trabalhando na roça ou igual nois na limpeza (então não está fazendo diferença?) porque hoje mesmo você estudando cê tem que ter um padrinho para te colocar depende do lugar que cê que, você entendeu? Então eu acho que (acontece mesmo) o estudo é bom pra gente aprender ler e saber muitas coisas assim e buscar o direito da gente onde cabe, mas pra trabalho hoje acho que não tá valendo a pena não, porque muitos vai e tá né é trabalhando em cabo de enxada e de balconista, tem motorista de ônibus, então (então o estudo não cumpre essa função?) não, esse de hoje não tá compensando mais não.

Trabalhadora: Rosa

Empresa: Servicorp

Data: 08/08/2013

Número do arquivo: 111103-002

Bloco: 1U

1) Qual é sua idade?

51.

2) E o seu estado civil?

Agora sou divorciada.

3) Qual é o bairro onde você mora?

Bairro Morumbi.

4) Como você chega até aqui na Universidade?

No ônibus né, coletivo (pega mais de um coletivo?) não, só um porque ele passa aqui na Segismundo né, lá do me bairro já desce aqui e vai lá pro centro (eu acho que eu sei qual que é, o Morumbi já é um mais na saída da cidade assim né?) isso, lá pra cima lá (aí já tem a rodovia?) isso (peguei ele enganado uma vez achando que ia parar no terminal) tem o cento e um e o cento e três, eu pego cento e três porque divide os bairro né, o cento e um na parte de baixo e o cento e três na parte de cima, eu moro na parte de cima (ele passa aqui na lateral né? você pega ele na Segismundo?) isso, isso (eu peguei enganada, não ia em terminal nenhum, fui lá dei uma voltinha e vim embora) pois é, é esse, é ali que eu moro.

5) Você é daqui de Uberlândia mesmo?

Sou, sou (é?) sou.

6) O que é que você acha de trabalhar aqui na Universidade?

Nossa já tem uns cinco anos mais ou menos que eu já to depois que eles terceirizaram esses blocos né, uns cinco anos já que eu to aqui, ah! eu gosto, acostumei, adoro, ixa se for falar pra mim sair daqui eu acho que até choro (mesmo?) já acostumei eu gosto de ficar aqui, eu gosto de trabalhar aqui, trabalhei quase dois anos e ali no 3M, assim que eles terceirizaram o 3M, o 3M lá que é a música né, o Y, esse aqui o C e a reitoria né, na época que nos trabalhava na reitoria (porque foi terceirizando aos poucos? não foi geral não? primeiro) não, era o pessoal da UFU que tomava conta né, mas já tinha o pessoal da Arqgraph que trabalhava aqui né, G, ali no 3Q, acho que são três empresas que tem aqui dentro né?(não, que eu fiz o levantamento são quatro) quatro?(uma que é menor, sabe qual que é a Ética, ela é responsável só pela copa) ah! tá só pela copa, isso é verdade (Ética, Eficaz, Servicorp e Arqgraph) isso, é verdade (mas então você trabalhava aqui antes de terceirizar? não, você veio com a terceirização) três anos,

isso, assim que eles terceirizaram esses blocos eu comecei aqui, faz uns cinco anos já, aí eu fiquei dois anos e pouco lá no 3M(cinco anos de terceirização já que tem?) bão, já tem bem mais, essa Arqgraph já tem bem mais de cinco anos (porque já tava antes? depois quando veio a Servicorp você veio junto?) já tava antes, é mais já não era essa Servicorp, eu passei a primeira que eu trabalhei terceirizada chamava Trevo Service, era uma empresa de Belo Horizonte, a primeira, depois (aqui na Universidade?) aqui na Universidade, depois da Trevo eu passei pra, a trabalhar na MB também de Ituiutaba, Belo Horizonte, Ituiutaba e depois trabalhei uns seis meses na Arqgraph até essa aqui, esse negócio de licitação é meio complicado né, diz que é uma papelada danada (pra empresa prestar serviço tem uma certa burocracia) isso, aí fiquei seis meses na Arq, aí depois essa aqui entrou já tá com uma ano e quatro meses que eu to nesse serviço (mas você mudou porque achava...) não, é porque perde o contrato tipo assim a empresa entra, tem a licitação, esse caso a coordenação da outra diretora, não sei como é que é lá na reitoria, como que eles faz os contratos, aí se der algum problema, aí eles vai e rescindi o contrato com a empresa, aí a empresa, o dono da empresa sai (entendi) aí acerta com o pessoal tudo (aí renova todo o pessoal?) aí outra empresa ganha, vem e entra entendeu, aí aquelas que quer ficar, fica né, continua (mas nesse momento então a Arqgraph perdeu o contrato e você...) não no caso, quando eu tava aqui quando a MB saiu, perdeu o contrato, a coisa só pegou emergencial, até essa aqui entrar, até o documento dessa aqui tá tudo legalizado, aí tem que ter uma prestando serviço nem que seja assim temporário, entendeu tipo assim temporário, até a outra que eles fecharem contrato, os documento tá tudo em dia (então, porque essa, a Arqgraph já tava regulada, aí você ficou um tempinho nela, mas só até essa abrir pra você poder entrar..) isso, só até essa regularizar os papel (porque me parece que tem uma quantidade certa de funcionários que pode ter em cada empresa) é, é assim, é verdade, aí se no caso no bloco A, o coordenador do bloco que cê fica, seja aquele de Filosofia, ou seja, aquele entre a Filosofia, Pedagogia se eu não me engano, aí caso eles ve que tem necessidade de ter outra funcionária lá nos blocos, aí eles espera sabe e entra em contato com o pessoal da Dicel, que é as meninas que fica ali na, elas que mexem com contrato, quer dizer lá na reitoria mas depois passa pra elas ali em cima, elas que ve, aí passa um documento pra elas falando que precisa de mais gente, aí eles coloca, no contrato, contrato mesmo eles fala assim, nesse bloco precisa de duas, no outro bloco precisa de quatro, então já vem tudo (então já vem certinho a quantidade de funcionária, aí não pode passar) isso, se caso precisar alguém pedi, aí (há contratação?) aí eles coloca entendeu, do contrário não (mas não tem um tempo certo que você possa prestar serviço pela empresa não?) huhum, enquanto ela tiver funcionando, tiver dando certo vai indo (entendi) a não ser que você queira sair mesmo, oh! to cansada, eu vou fazer isso, vou viajar, aí você pede né, ou eles faz acordo com você, mas a maioria deles não gosta muito de fazer acordo não, aí você manda embora e pronto, ou cê vai fazer o que cê quer ou então cê fica em casa né, mas funciona é assim entendeu?(huhum) não é que a gente, como diz o ditado, se eles, se eu, se essa aqui sair e se eu quiser continuar, se essa empresa sair e se eu quiser continuar (você manda currículo pra alguma outra?) isso, aí eles já, já entra em contato com o pessoal que já tá arrumando os documentos pra prestar serviço no lugar dessa, aí eu já passo, não eu quero ficar e tal, aí já passa meus dados tudo pra eles, já fica meio, tipo assim, não precisa nem currículo (já tem a referência da anterior né?) isso, é, aí não precisa nem de mandar currículo, aí já aceita e continua assim, entendeu?(huhum) aí eu já tenho uns cinco anos é por causa disso, uma

empresa pra outra (exatamente, então já então os cinco anos não só nessa né?) não, não, essa tá um ano e quatro meses só, que eu to nessa agora (hurum) então assim um pouco em cada uma, entendeu?(entendi, na mesma função?) isso, é.

7) Você acha que é um trabalho assim Rosa, que exige muito de você? te desgasta muito?

Não eu acho, a não ser como diz o ditado, é porque esses negócio de troca-troca né ai a gente fica de férias, aí período de lavação aqui é meio puxado porque, aí lava o bloco, é bate máquina, então quando você vê o bloco tá limpinho brilhando (normalmente é período de férias?) é período de férias (é que quando a gente volta) tá diferente né?(tá diferente) isso, é só essa época, mas não é puxado não, já acostumei também, nessa área de limpeza acho que tem mais de dez anos, que eu trabalhei numa empresa, a primeira empresa que eu trabalhei na área de limpeza e conservação, eu fiquei nela quase dez anos, só numa empresa só (em uma só?) é (antes de você vim pra cá) isso, antes de eu vim pra cá (qual que era a empresa?) Demiprática (como?) Demiprática (não, essa eu não conheço) eles já tentou muitas vezes aqui, o contrato e não conseguiu (a licitação e não conseguiu?) é, essa o escritório dela essa ali no Martins, não sei se ainda é ali, eu trabalhei quase dez anos pra eles (nossa é muito tempo) é, eu já to acostumada já com esse batidão, a não ser agora que a gente vai ficando mais, como diz a carga vai pesando na sua cacunda, cê vai né, e a idade no caso (risos) mas eu gosto de trabalhar nessa área, adoro limpeza sabe ,adoro limpar, então pra mim tá bão, mas eu gosto (não coisa boa, quando a gente faz o que a gente gosta) é, o que gosta, a todo mundo fala 'ah!, que o salário', eu tenho os filho tudo criado já, graças a deus, meus neto também já (mas você acha que é um salário satisfatório?) não é (não é não?) risos, né não sô mas como diz o ditado, a gente tem que já, eu não tenho estudo, eu sempre tem que tá equilibrando naquilo ali, porque cê né, condição única de recurso que cê tem pra ganhar o seu dinheiro, então né, cê tem que dá uma equilibrada, às vezes a gente extrapola gasta mais do que deve (acontece, é comum) então cê paga um lá, então fulano não deu pra pagar hoje amanhã eu te pago, tem que ir assim a vida (vai tentando negociar né?)é, é verdade que se não num vive não, mas graças a deus tá bão, eu pra mim(só o fato de você gostar acho que já ajuda)é, já ajuda(eu penso que sim, porque fazer coisa que você não gosta)que você não gosta, é horrível né(eu já fiz assim é meio)é complicado né (meio bravo assim)tudo que cê vai fazer parece que quando você não gosta cê já insatisfaz, parece que já não faz com gosto e fica chateado(a gente já tende a fazer um corpinho mole assim né)é(já não vai fazer bem feito, se é uma coisa que não é do seu interesse)é verdade, hurum, é verdade, pois é mais eu gosto, toda vida trabalhei, gosto.

8) Você tem uma relação boa com a sua encarregada?

Tenho (é tranquila?) é.

9) E com estudante, técnico, professor assim?

Ih, aqui os meninos são como diz o ditado, a gente conversa muito e brinca, os professor também todos eles muito bão, alguns tem uma carinha meio assim, mas, a gente como diz, a gente tem que ser mais, como que fala educado né, cumprimento, se cumprimentar bem, se não fazer o que né, mas o dever, a parte da gente a gente faz né, cumprimentar porque, mas é de boa, aqui graças a deus eles são muito, muito (são pessoas abertas?) são, hurum

(receptivos?) são, não aquelas pessoas assim de por conta de humilhar e falar aquelas coisas pra gente não, graças a deus eu já to com dois e pouco que eu to nesse bloco (da parte administrativa você conhece todo mundo?) conheço (é que estudante não tem muito além do CA aqui, da Filosofia) isso, é, e a gente tem conhecimento de muita gente, os que, os alunos que já estudaram aqui, os que já saíram (você já viu formar muita gente então?) isso, é, já passaram muitos aqui, e eles assim, graças a deus eu gosto daqui, pessoal muito bão sabe, como se diz já ajuda né, o salário não ajuda, mas uma parte ajuda muito né, que aqui como diz, como o povo fala que é como se fosse sua casa né, cê vive mais aqui do que em casa né (você acaba passando mais tempo aqui, porque você vem cedinho) eu levanto seis horas, dez para as seis da manhã todo dia, pego seis e meia pra tá aqui cinco pra as sete mais ou menos eu to descendo ali no ponto (cinco para as sete, aí começa às sete?) sete vou até as onze, das onze ao meio dia é almoço né (uma hora de almoço) aí de meio dia até de tarde (aí do meio dia até as quatro?) até as quatro, isso (até quatro ou quatro e quarenta?) eles falam quatro e quarenta e um, tem que pagar, tem que tirar umas horas, não sei como é que é que eles falam, umas horinha a mais, no caso saia as quatro né, aí tem que passar uns minutinho a mais pra cobrir o sábado, que são só quatro horas né, de segunda a sexta é oito horas que a gente tem que fazer e no sábado fazia quatro hora pra dar carga de 220 horas mensal né (aí você fica um pouquinho além das quatro...) isso, é, pra cobrir o sábado, pagar às 220 horas.

10) Até uma que eu já te fiz, se você gosta do que faz? Você diz que gosta, até já respondeu.

Gosto, criei meus filho tudo foi assim limpando, fazendo faxina, graças a deus.

11) Você tem quantos filhos?

Tenho quatro (quatro, jovens assim?) como se diz o ditado, eles tão novo né porque, a minha menina faz 32 no mês que vem, agosto, nos tamo em agosto né?(agosto) a minha menina mais velha tem 31, mês que vem ela faz aniversário, tem um rapaz (é a mais velha, essa de 31?) é a mais velha, tem um que tá com 30 o outro com 27 e o caçula 25(tudo criado já) é (bom que não tem trabalho, todo mundo empregado já?) graças a deus, aí tem uns netinho os mais velho tá com onze, onze, os mais velho onze, o outro dez mais os outros dois são gêmeos, eu tenho quatro neto que são gêmeos, da minha menina mais velha (quatro? dois parzinho assim?) é, isso, dá mais velha, minha menina mais velha os primeiro, primeira gravidez dela veio gêmeo, dois meninos (idênticos?) eles falam que é, mas eu olho assim pra mim já não (já não...) o pessoal de fora já acha que eles parecem né e meu menino também teve uma namorada lá que ele engravidou também veio gêmeo, esses são idêntico, Luís Gustavo e Luís Felipe e tem a Monique só uma mulherzinha no meio, tive uma filha mulher de filha e tem só uma netinha (então, mas ainda dá tempo de vim mais) não, não, risos, meu netinho caçula o João Pedro tá com sete anos faz oito em novembro (o mais novinho sete?) é, sete anos (mas você não tá querendo mais não?) nossa (sobra muito pra vó, não sobra?) é como diz o ditado tadinho eles quais não vai porque os meus meninos não mora com a mãe né, só minha menina que é casada, então me vê assim final de semana né, em festa final de ano, essas coisa assim ou por telefone né, aí meus menino busca eles levam lá pra casa às vezes ficam final de semana (então seu contato é até pouco assim?) é (porque nenhum dos seus filhos mora com você mais?) não, não, nenhum deles não, mora não, aliás tem só um pai da, dessa única netinha que

eu tenho que é a Monique, ele mora comigo, ele é meio descabiciado sabe?(hurum) não dá certo com ninguém, aí fica mais lá em casa do que casado, só ele mesmo, mas o resto graças a deus (já tá tudo fora de casa) é, graças a deus.

12) Fora do trabalho o que você gosta de fazer?

Ah! a uns tempo atrás eu gostava muito de ir pra dançar (dançar?) eu amava dançar oh! meu deus e dançava, todo final de semana eu ia dançar lá no Fazendão, oh! meu deus, como diz o ditado aquilo lá pra mim era terapia (mas gostava, você não gosta mais não?) ah! não agora cansei, nossa senhora, não sei se é essa idade e as minha colegas também sumiu tudo arrumou namorado, casou sabe, aí não eu pensei que é que eu vou ficar fazendo lá sozinha também (mas olha que nada, se você vai pra dançar você faz mais amizade ué!) aí as coleguinha era uma turminha boa sabe, beber uma cervejinha ficava lá, nossa mais era bão, mas agora, mas se deus quiser eu ainda vou reencontrar ela e ainda vou, nem contato com elas mais eu não tenho (perdeu tudo? não era gente próxima?) não, não era não (então fica mais difícil né) aí perdi contato (acaba que cada um faz uma coisa) é cada um, as vez de vez em quando junta eu e minhas irmãs, que nós somos seis mulher e um homem, nós eramo oito irmão, faleceu um, ficou sete eu mais a minhas irmã de vez em quando a gente, ‘ah!, vamo sair hoje’, aí a gente vai, mas não é igual antigamente (não são tão animadas não?) não mais elas também de vez em quando ia, mas era mais eu, mas as outras quais não ia não, mas de vez em quando a gente ainda sai, eu gosto quando eu vou sair assim pra dançar que eu adoro (hurum) aí acho bão demais (eu sou meio acanhada assim, eu gosto de lugar movimentado) eu gosto de forró essas coisas, agora se for outro tipo de música (é não e forrozinho é bom de dançar) é (eu até gosto de ir em lugar que tem gente dançando, eu não danço, aí às vezes tem aquela chatice, as pessoas ficam, mas porque você não dança, mas assim eu to satisfeita) é perturba né (e eu to satisfeita ali sem dançar, a mesma coisa de eu virar pra quem tá dançando ‘não, pode parar de dançar, para de dançar’, mas não é, é a mesma lógica, pois se eu to quietinha, não to incomodando ninguém) é verdade, às vezes a gente tem prazer só de ficar olhando ali (o movimento assim e gosto muito de ver dançar um forrozinho assim, lá eu não fui não, me falaram que é bem animado) é, é, lá é bão, tem tempo que eu não vou lá mais vários clubes de dança de forró aí, a gente via num lugar, vai noutro pra andar é isso, a diversão que eu tenho é dançar um forrozinho, risos, (pra dar uma distraída né?) é, dar uma quebrada.

13) Qual é o seu grau de escolaridade? Você fez até que série Rosa?

Hum eu fiz o quarto ano, eles falam primário?(o básico) isso (até o quarto?) hurum, ia começar a fazer a quinta série, aí ia num foi mais, como se diz adolescente, nova ainda (você que quis abandonar?) foi, aí não quis mais não até hoje (tem gente que tipo assim, isso é muito relativo, não é todo mundo) é, é, aí nós paramo eu e minha irmã mais velha, não fui mais, então é só até essa idade que eu estudei.

14) A partir da sua experiência pessoal, você pensa que pode ter enfrentado maiores dificuldades para conseguir as coisas, trabalho, pra qualquer outra coisa na sua vida por causa da cor? Você acha que isso pode ter afetado a sua vida?

Uai, por mim que já trabalhei nessa área toda vida igual eu te falei, eu não tive não, graças a deus nunca tive empecilho pela cor não, eu como diz o ditado pela é, escolaridade e na época que eu era mais nova, curso porque não tinha tanto curso igual tem hoje né, então pra mim não foi difícil não, porque a área de limpeza também você não vai ficar né, não vou te querer porque você tá nova, ou porque é velha, ou porque você é negra ou sei lá porque for né, como diz o ditado, então procurei lá a primeira empresa que eu trabalhei, trabalhei lá um tempinho até bão, mas nunca tive essas dificuldades não, graças a deus (e nem fora do trabalho?) não (então você acha que nunca teve um impedimento maior por isso não?) não, huhum, como diz às vezes a gente vai falar da parte social né, às vezes cê vai numa loja dependendo do jeito que cê tá vestida já te olha, eu não to nem aí se não atende eu saio e vou pra outra, eu faço é assim, porque às vezes você entra numa loja tem umas vendedora que tem, mas nunca me chegou a falar (você percebe?) é né (no tratamento a gente percebe as coisas) desse jeito não é? Eu pego e eu saio, eu falo ‘ah! eu pensa assim, vou esperar um minutinho’, às vezes tem um tanto de gente em pé, até vendedor mesmo não veio me atender, falei ‘ah! então tá bom’, não quer me vender eu vou ali na outra, na outra vai me vender né, só porque eu to às vezes mal vestida não pode atender (certamente o seu dinheiro vale menos né? é verdade, aí eu dou uma olhada assim e fico esperando, se não for eu saio e vou pra outra, mas não falo nada, ninguém fala nada também sabe, nunca ninguém me falou palavra assim que ofendesse essas coisas ,graças a deus (isso que você sentiu foi mais pelo ato, não por falar diretamente?) isso, não, é, hurum, é que as vez cê tá numa loja, num lugar assim cê percebe a pessoa com pouco caso as vez pra te atender, você como diz tem pessoas pra te atender ou se não é fica ali, como diz o ditado ‘ah! não é, não chegou ,não tem ninguém pra me atender na loja’, como assim, tipo assim, não to ali né, não enxerga a gente por quê? aí eu pego e já vou pra outro canto, não vou bater boca, não vou fazer nada, saio e vou pra outro lugar (às vezes não faz nem muito sentido também né?) é (vai pra onde você possa receber um tratamento...) sentir bem né, a pessoa ser bem atendida, então é coisa que eu faço é assim né, do contrário graças a deus não tenho a reclamar não.

15) Você pretende dar prosseguimento aos estudos? Assim, você pretende estudar mais?

Ah! as vez eu falo que estudar, tem muita gente que vai e dá certo e continua estudando, mas eu não tenho essa vontade mais não (não tem?) não tenho não, não tenho, aí senhor chego lá em casa dá pra limpar oito horas, nove horas, aquele sono, acho que eu não consigo, a não ser como diz eles falam ‘só você acostumar’, mas acho que eu não do conta mais não (mas em nem um outro momento você nem pensou assim? mesmo quando você não tava trabalhando, você não pensou em continuar?) não, nada, nunca pensei em voltar a estudar (quando você parou, você já parou por desmotivação mesmo né?) é (você parou por não gostar assim mesmo) não, não era por não gostar, começou a faltar né, é coisa de adolescente na época ,aí uns filme bão que passava antigamente na televisão, aí nois faltava pra poder ver esses filme, aí foi indo, foi indo, parou de estudar, eu mais a minha irmã foi indo, estudava à noite né (estuda a noite é mais) aí nois paramos de estudar, parou de ir e pronto, nem eu nem ela foi mais, aí foi assim até hoje, nem a minha irmã, não minha irmã também não continuou não, mas ela como diz o ditado, muito inteligente, tem uma caligrafia muito boa, muito

trabalhadeira, cozinha de mão cheia sabe, não quis também não (conseguiu se ajeitar né?) foi, foi.

16) Se você não trabalhasse aqui, tem alguma outra profissão que você tem em mente, alguma coisa que você gostaria de fazer?

Hum, parece que eu trabalhei só nessa, não tem não, porque pra cozinhar fia, eu cozinho lá em casa porque, porque não tem pessoa pra cozinhar, é a coisa que eu gosto mais de fazer igual eu falei é limpeza, ah! adoro limpar uma casa, ah! é o trem mais bão que eu acho, lavar uma roupa essas coisas, mas se for mandar fazer cozinha, pra mexer com comida se for o caso, mais na frente abrir um restaurante, alguma coisa né pro cê (hurum) ficar sem precisar trabalhar fora, não dou conta, agora se for pra arrumar, mexer essas coisas aí eu já gosto (é sua área mesmo, o que você gosta de fazer) é minha área mesmo, igual minha irmã já trabalhou muito também nessa área de limpeza, ela era encarregada uma época igual aqui (é a empresa tem as encarregada né) ela pensou uma vez em abrir uma empresa pra ela na área dessas coisas, na área de limpeza, mas também, falou assim ‘pois é se eu montar coisa pra nois ajudar ela’, mas também não deu certo tadinha (ela não levou adiante não) não, não, então é isso mesmo, a minha irmã também trabalhou nessa área muitos anos e também é isso que eu queria fazer, mas como diz não teve oportunidade né, fazer o que, risos da entrevistada, vai levando (não, assim estando bem) é.

17) A partir da sua experiência pessoal você acredita que pessoas brancas e pessoas negras têm condições iguais? Que elas têm as mesmas oportunidades? As mesmas condições de estudo, de trabalho?

Não, eu acho que não né (acha que é diferente?) eu acho, parece que pra pessoa branca como diz, no vocabulário, eu penso que os branco tem mais, eu acho, no meu pensar eu acho, tenho uma sobrinha mesmo aí tadinha, começou a fazer faculdade esse ano (faz aqui?) é, faz ciências contábeis, pelejo, pelejo, não é por causa da cor nem nada, porque ela é bem, nem parece que ela é filha de negro, porque ela é bem clarinha, bonita até ela, muiezão, mas assim parece que tudo pra pobre ou pra negro parece que é mais difícil né, pra poder conseguir as coisas, conseguir bolsa aqui, consegui coisa pra alimentar, até hoje ela não conseguiu, então isso aí eu acho que já interferencial não sei se é por causa da classe social dela, eu não sei eu acho que tem sim (nessa parte existe uma diferença?) existe né, porque essas universidade eu acho que eles falam que não tem, ah!, mas eu acho que tem muita politicagem né, então é muito complicado essa área né (em todo lugar tem né) em todo lugar como diz, ainda mais federal como é aqui é muito complicado, eu vejo muita coisa aí né (que te desagrada?) isso, eu achava assim, pensava totalmente diferente é universidade, a pessoa fazer faculdade eu pensei, nossa! trabalhar lá vai ser bem isso, bem aquilo, mas é muito diferente do que eu pensava, na televisão a gente vê muitas coisas e pensa ‘ah! Não, isso não existe não’, mas depois que a gente vê as coisas como é que é, o que é a realidade (o comportamento das pessoas de uma forma geral) é verdade, mas graças a deus tem ele pra fazer faculdade aqui, minha irmã já fez faculdade mas só que ela foi na Unitri, só as únicas duas que tão seguindo, foi a minha irmã e essa minha sobrinha agora, que não parou sabe (hurum) mas nessa área de cor aí igual você falou eu acho que tem sim viu, diferença, no meu pensar, nunca me

aconteceu nada não, mas a gente percebe né, vê as coisa, às vezes de uma pessoa falar, de uma pessoa olhar sei lá, a gente percebe né, como diz o ditado, a gente tem uma vivência mais, a gente vê as coisas como é (sensibilidade né, a gente não está aí apático, a gente presta atenção nas coisas né) é verdade, a gente como se diz a gente é meio leigo as coisas, a gente não tem muito estudo pra aquilo, mas a gente né tá ali todo dia cê vê né, então percebe alguma coisa.

18) Você acha que a cidade de Uberlândia oferece boas oportunidades de trabalho? Você acha que tem boas oportunidades dentro das que você já avaliou?

Eu acho que não tem não (não?) bom no meu pensar acho que não tem não, não tem, porque toda pessoa que fala ‘ah! trabalha demais e ganha pouco, trabalha demais e ganha pouco’, então aqui é muito (é ruim?) é ruim, eu acho que é, então toda área que você vai trabalhar hoje em dia trabalha até morrer e o salário no final do mês não compensa né, então nessa área é ruim, nessa parte de salário e de viver aqui em Uberlândia é meio puxado né, tudo caro né, aluguel caro (não é muito barato não, alimentação) nossa, então o salário não bate não com o crescimento da cidade e com o aumento das coisas né, não dá conta, muita gente reclama, aqui o salário tá muito defasado né (hurum, de acordo com os gastos?) isso, é verdade, é verdade.

19) Além dessa função de renda, qual outra função que o trabalho tem para você? O que significa para você trabalhar? Além do sustento, porque esse é o básico né.

Uai é o sustento e parece que cê trabalhando cê é mais independente né, cê cria mais independência, mais responsabilidade né, igual se você vai fazer uma compra, por exemplo, pra pagar, ‘ah! eu vou pagar tantos mês’ se você não tiver responsabilidade, cabeça boa e responsabilidade pra ter e trabalhar também pra ganhar, nem que seja pouco igual aqui no nosso caso, como que cê ia fazer né? Então é por aí (uma disciplina assim pra gente ter mais responsabilidade?) isso, e vai indo também a pessoa panha gosto fala ‘ah! eu tenho’, nem que seja pouco cê pega aquele dinheirinho e cê vai lá numa satisfação né, cê compra uma televisãozinha nova, cê compra um sonzinho, compra um celular, num é bão? aí acho que é por aí né (pode fazer escolha né?) é, é verdade, então você depender das pessoas ‘ah! eu quero isso, ah! não, hoje eu não posso, esse mês to apertada’, passa outro mês de novo, outro mês de novo, agora você tendo o seu é outra coisa né, é muito melhor (não tem que dar muita satisfação?) isso, é verdade, meu faço o que eu quiser pronto cabo, é por aí, é isso aí que eu acho né, é muito bão a gente trabalhar; nossa se eu ficar em casa eu acho que eu fico é piradinha, não aguento mais não (dar uma saidinha, mas você nem passa muito tempo em casa, pelo tempo que você trabalha fora) é não.

20) Você acredita que mais tempo de estudo melhoraria as suas condições de vida?

Ah! eu acho que poderia ter né se tivesse estudado, se tivesse um grau de escolaridade maior ou como diz algum curso pra poder ter uma renda melhor, um serviço melhor, acho que, acredito que sim (você teria essa possibilidade com mais tempo de estudo?) isso, é verdade, hurum, eu sou muito assim para lidar com as pessoas, eu não sou de fazer cara feia, eu sou de tratar as pessoas com (eu te achei muito comunicativa mesmo) isso, então entendeu se eu

tivesse oportunidade eu acho que teria condição, como diz o ditado um salário melhor, um serviço melhor, se tivesse continuado a estudar, mas infelizmente né, risos da entrevistada, infelizmente não deu certo, então hoje em dia eu não penso assim não, eu pra como diz, o salário que eu ganho aqui dá pra mim, a não ser que, o salário aqui que eu ganho aqui dá pra mim, eu não pago aluguel né, porque minha mãe comprou uma casinha ali no Morumbi e me doou uma né, risos da entrevistada, (te doou uma casinha, sua mãe ainda é viva?) é graças a deus, aí me doou uma, aí então eu não pago aluguel, só água e energia e alimentação né, que paga (que é o seu gasto?) isso que é o meu gasto, então pra mim, meus filho tudo (é você já não tem mais compromisso de ter que ajudar eles) isso é, mas ajudo, às vezes um precisa de uma coisa, o outro precisa de outra, mas eu tenho e não falo não (coração é mole né?) então é assim, mesmo sendo pouco ainda dá (dá pra você e ainda sobra pra eles) é verdade, ajuda nessas parte assim, mas graças a deus tudo dá certo, eu pra mim agora to tentando ver se eu consigo chegar até os mais ou menos, acho que com uns sessenta anos já posso aposentar, pelo tempo de serviço né (hurum) aí eu vou, aí eu vou aposentar e caçar jeito de ir pra roça, gosto demais de roça essas coisa sabe (é bom né, você tem pretensão de ir morar na roça?) isso, hurum, uma roça, um sitiozinho, uma chacinha né, bom demais né, tranquilo, sossegado, como diz aí é bão, como diz toda, depende também da, do, como que fala gente, do decorrer do tempo, dos anos né, vamo ver (talvez até lá você pode ter avaliado e ter mudado né?) é, to com cinquenta e um, uns nove ano ainda (um tempinho né?) é, um tempinho bão, então até lá vamo ver né, deus abençoa que dá tudo certo ou que, mas eu quero fazer isso se deus quiser, mas do resto minha filha, minha vida graças a deus não tenho o que reclamar não (tá satisfeita?) graças a deus, ixi bão demais.

Entrevista 10

Trabalhadora: Dina

Empresa: Arqgraph

Data: 09/08/2013

Número do arquivo: 111104-001

Bloco: 3Q

1) Qual é sua idade?

56(tá jovem ainda, tá bem) to nada (tá sim, eu tenho quase trinta e acho que to começando agora, to vivendo melhor) meu filho tem trinta e dois, não parece que tem trinta e dois (eu fiz vinte e nove) não parece (a vida, bom, eu acho que quando as coisas vão dando certo, acho que pesa menos né, a idade) o rosto (acho que depende muito do estilo de vida e tudo mais) o serviço, não tem nem tempo de cuidar da gente, eu gosto de cuidar de mim, o dinheiro é

pouco, trabalha muito, levanta quatro e meia da manhã pra vim e no sábado trabalha das seis as dez (a senhora acaba ficando só por conta o serviço né?) hurum.

*Interrompidas por outra funcionária.

2) Dina, qual que é o seu estado civil?

Solteira.

3) Você mora onde?

No Roosevelt.

4) Você chega até aqui de ônibus?

Eu pego dois coletivo (dois coletivos?) é, eu pego um pro centro outro do centro pra cá.

5) Você é de Uberlândia mesmo?

Sou de Rio Preto dos Alves (onde que fica isso) município de Abadia dos Dourados, Minas, pra lá (eu nunca ouvi falar, você mora em Uberlândia faz quanto tempo?) trinta e dois anos, eu já sou uberlandense (já se considera né? pelo tempo assim) hurum.

6) O que é que você acha de trabalhar aqui na Universidade?

Eu gosto, tem dia que vai dando quinta-feira assim a gente começa cansa, eu começo cansa mesmo porque, eu começo a lavar, lavo umas duas três salas e já to com as costas doendo, braço tá doendo, coluna tá doendo, mas é assim mesmo né, faz parte.

7) Você acha que é um serviço que exige muito de você Dina? te cansa muito?

Não igual eu falei com cê, quando começa a lavação de sala eu sinto cansada, minhas costas dói, braço dói (hurum), mas tirando disso (você acha que é um serviço de boa, tem os momentos de mais desgaste assim) é chefe não amola, só se a gente fazer alguma coisa delas ter, é obrigação delas chegar e chamar a atenção né, isso é muito difícil.

8) Você tá nesse trabalho faz quanto tempo?

Um ano e cinco meses (nessa mesma empresa?) eu trabalhei lá nas estação de coletivo, depois me transferiu pra cá (ah sim, eu já vi também, reconheço pelo uniforme, eu já vi funcionários) trabalhei nove meses e depois a minha chefe pegou e, a minha ex-chefe, pediu pra me transferir pra cá, foi até melhor (você prefere aqui?) eu acho melhor aqui.

9) E os seus horários de trabalho, quais são?

Oh de segunda à sexta, à quinta, eu entro meio-dia, eu entro meio-dia e saio nove (de segunda à quinta?) a quinta, na sexta feira eu entro nove e meia e saio seis e meia, e sábado quando eu trabalho no sábado, das seis as dez e folgo outro sábado, sábado e domingo, assim (é o seu dá uma variadinha do horário das outras, porque do meio-dia as nove, porque tem um pessoal

que eu acho que vem das três as nove né, se seu não me engano?) das nove e meia as seis tem horário, o meu é do meio-dia as nove, das sete as oito é horário de janta.

10) Você tem uma relação boa com a sua encarregada? Você considera uma boa relação?

Tenho, eu tenho (não costuma te trazer muito aborrecimento?) não.

11) E com os demais frequentadores aqui do campus, com os estudantes, professores, com os outros trabalhadores?

Não também não, deixa falar, eu não tenho nada a reclamar de ninguém não, até hoje não (mas estabelece algum vínculo? tem alguém que você tenha mais contato, professor, estudante?) não tem amizade com isso não (não tem?) se fala oi, eu falo oi (mas se não fica por isso mesmo) uns entra e cumprimenta: oi tia; fala: tá indo embora; é to indo embora (eu te achei muito comunicativa, no entanto eu tive mais facilidade em falar com você) eu gosto mesmo (eu tava com um pouco de dificuldade em chegar) hum (por mais que eu já conversasse com boa parte dos pessoal que faz esse serviço) hurum (ai eu fique um pouco acanhada a partir do momento que eu decidi qual ia ser minha pesquisa, um dos primeiros contatos que eu fiz foi com você, depois eu já comecei a procurar direitinho sabe) hurum (mas fiquei meio acanhada, mas porque vai saber) hurum.

12) Antes de trabalhar aqui por essa empresa, onde você trabalhava Dina?

Eu trabalhava de secretária do lar, trabalhei em hotel, trabalhei no American Palace Hotel (conheço por nome) trabalhei na Decovale que é limpadora também né (hurum) trabalhei mais onde, doméstica (trabalhou já em bastante lugares) já.

13) E o que você faz aqui, você gosta do serviço?

O que eu faço aqui?(é) gosto (gosta?) gosto, igual eu falo tem dia que a gente cansa né, mas (é uma função que você gosta) eu gosto de trabalhar onde não tem ninguém me amolando, pegando no meu pé (e aqui isso acontece? você consegue fazer seu serviço de forma tranquila?) é eu posso e o que eu posso fazer eu faço (é tranquilo né) hurum (sendo assim já facilita).

14) Você tem filhos?

Tenho um (um só) o Fabiano (esse que você falou que tem trinta e dois anos?) trinta e dois (mora com você ainda?) não, ele morou em Londres três anos, até vinte e oito anos ele morou comigo, depois ele foi pra Londres três anos, ai eles deportou ele (foi ilegal?) foi ilegal (boa parte das pessoas fazem isso né) ai ele falou assim: ah, vou morar em Monte Carmelo, se a senhora quiser ir a senhora vai; a hora que eu quiser ir eu vou, tá lá mexendo com pizzeria lá (mas Monte Carmelo em especial por que vocês já tem parentes lá?) é minha família mora lá (é próximo da cidade que, de que você é?) não (não é não?) eu nasci na fazenda, Fabiano não, Fabiano nasceu aqui na Universidade Federal (já aqui mesmo né, ele estudou aqui?) não, ele só fez o segundo grau (só fez o segundo e já resolveu viajar?) é.

*Interrompidas mais uma vez pela mesma funcionária, ela precisava pegar algumas coisas com Dina.

15) E fora do trabalho Dina, tem alguma coisa que você goste de fazer em especial? Atividade?

Ah, mas eu não faço, eu não tenho tempo (risos, você chega e descansa, mas não tem nenhum hábito, um hobbie?) ah, eu gosto de dançar, se eu tivesse tempo eu queria fazer uma academia, o dinheiro é pouco, o tempo até que eu arrumo pra fazer uma academia, eu podia ir de manhã né, eu tenho vontade de entrar, eu quero entrar numa academia (sente falta de uma atividade física?) eu preciso né (é bom né por uma questão de saúde mesmo) essa doraiada, é (de fato é necessário, faria bem) hurum (então não tem nada em especial; ah, isso aqui eu gosto de fazer') eu gosto de fazer, mas eu não tenho tempo e dinheiro né (quer fazer muita coisa então, você tá nessa) o tempo e o dinheiro.

16) Você estudou até que série?

Até a quinta (quinta série, ensino fundamental?) até a quinta, mas não foi bem feito não, nem terminei não (até a quinta) não quinta série só (porque você abandonou Dina?) ah não larguei de estudar (você não gostava?) eu gostava de estudar, hoje eu vejo os meninos e penso eu podia estudar de novo, podia mais não vai né (ou não, talvez) é (você não tem disposição) é o tempo também eu fico cansada (é mais também por causa do cansaço físico, por além de cuidar daqui você cuida da sua casa) é, não dá né, fico cansada, fim de semana é só pra descansar (e também pelo horário que você vem pra cá, você me falou que mora onde mesmo?) no Roosevelt (pega dois ônibus, que horário mesmo você levanta pra vir pra cá?) seis e meia, sete horas eu levanto (o seu não é cedo, é que eu converso com boa parte das meninas que começam naquele horário da manhã).

*Interrompidas mais uma vez pela colega de trabalho de Dina.

17) Você se considera de que cor?

Eu?(é) cor?(é) eu sou morena, acho que se eu to branca porque eu trabalho direto de calça, as perna é branca, os braço, eu sou morena, eu sou satisfeita eles gostam é das morena né (risos da entrevistadora) é, meu marido mesmo fala assim: eu gosto é do cê morena; e ele é branquinho.

18) Você acha que por ser mulher Dina, que você enfrentou maiores dificuldades para conseguir as coisas na sua vida? Você acha que foi mais complicado?

Ah, no começo quando eu fiquei grávida, ai eu passei uns apertos, adoeci né no resguardo, não sei se porque assim eu tava passando falta de dinheiro, não podia trabalhar né, tava no resguardo, depois eu fiz um tratamento ai foi tocando o barco do jeito que deus quis (mas você acha que teve então maiores dificuldades por ser mulher?) não só quando eu tava de resguardo, adoeci né, a minha irmã teve que me ajudar a cuidar do meu menino, depois eu passei a cuidar dele quando eu fiquei boa né (hurum) já arrumei uma casa pra mim, já busquei ele, aí nós moramos juntos, até os vinte e oito anos a gente morou junto.

19) A partir de sua experiência pessoal você pensa que mulheres e pessoas negras têm as mesmas condições que as pessoas brancas, você pensa que uma mulher negra tem as mesmas condições de estudo, de trabalho ou você acha que existem privilégios, há alguma diferença?

Acho que pode ser assim igual, só se não tiver coragem de trabalhar (então você acha que não existe essa diferença?) não uai, só se não quiser trabalhar não é?(é depende, não sei, vou deixar só você falar, risos da entrevistadora) não, às vezes é porque não quer trabalhar mesmo, conheço muitos, eu gosto de trabalhar, não gosto que me perturba e me amola, sabe, eu gosto.

20) Se você não trabalhasse aqui onde você teria pretensão de trabalhar? O que você gostaria de fazer?

Ah, eu gostaria de trabalhar de cobradora, eu tenho esperança ainda de sair daqui e ficar de cobradora, o salário é bom, cesta básica, cartão, tem uma graninha boa sabe (hurum, tem que fazer algum treinamento, alguma coisa assim?) tem, tem que fazer os treinamento, ai lá eles ensinam (você ainda não tentou) não, eu mandei uma folha de indicação, mas não deu certo não, é agora diz que eles tão pegando escolhendo idade (gente mais jovem) não que mais jovem não, porque os novo dá fim de semana que ir pras balada (mais velho então) é (engraçado né, normalmente preferem mais jovem), mas novinho, novinho quando dá fim de semana ele não quer trabalhar, ai fica lá, às vezes o cobrador fica doze horas porque, porque não tem ninguém pra pôr no lugar, o outro faltou que ia cobrir o lugar, o outro horário né (hurum) assim eu vejo muito.

21) Você acha que a cidade de Uberlândia oferece boas oportunidades de emprego?

Agora tá tendo muito serviço né, eu acho que tem pra quem quer trabalhar (você acha que falta gente então pra trabalhar?) é, tem uns que não quer trabalhar não (risos da entrevistadora) que não, eu conheço muitos, fala assim: nossa, você trabalha hein!; eu trabalho porque eu gosto de tá bem arrumada, cabelo arrumado, unha arrumada, tudo arrumado, bonita e cheirosa, não é bom, a gente sai um olhando né, oh, tá olhando né (é bom a gente se cuidar) agora eu não tenho tempo não, eu andava bem arrumada, saia todo fim de semana, tinha tempo, eu dançava (onde você gostava de ir pra dançar?) ai eu ia pro Fazendão de segunda-feira (lá é famoso né? o pessoal gosta de lá) é, Arena eu nunca fui, mas eu gosto também (Arena é de forró?) é forró (esse eu não conheço) é eu também não, depois que eu to com esse moço agora, não é que ele me segura, é que ele não gosta de sair, ai e vou sair sozinha? Porque nós não somos casados, eu falo pra ele assim: oh nós dois não somos casados; ele fala assim pra mim: arruma uma colega boa pra sair com cê; eu falo não, não vou não, pra que? Homem eu tenho você aqui dentro de casa, chega lá o sangue é fraco né, a carne é fraca né (risos da entrevistadora) eles fala que a carne é fraca, não existe isso não tudo depende se a gente quiser né (eu penso que a gente tem escolha também né) é, tem gente custosa, é (mas pelo motivo de você estar se relacionando você opta por ficar mais quietinha assim?) é eu to cansada também dia de sábado, em casa eu lavo roupa dia de sábado, domingo eu to mexendo com alguma coisa, domingo eu lavo cabelo, faço minha unha, às vezes nem olha, nem sei que dia que eu fiz minha unha (às vezes não tem nem disposição) é.

22) Além da renda, você acha que o trabalho te proporciona alguma outra coisa? Tem alguma outra função na sua vida? Além da renda que é o básico, o que significa para você trabalhar?

Pra mim ganhar mais?(não, assim excluindo esse fator de renda, na sua vida, enquanto pessoa o que significa para você o trabalho? esse que você exerce, que função que cumpre para você Dina? além de pagar suas contas é claro) eu não to entendendo o que você tá perguntando (o que significa para você essa função, o trabalho? como eu te disse além de pagar suas contas? que é a básica, que a gente precisa pra sobrevivência, além disso) ah, tem comida né, não é assim que você fala?(não, uma significação para você enquanto pessoa mesmo, porque a comida vai entrar na questão da renda, excluindo a parte financeira que outra função enquanto pessoa que o trabalho tem? o que é que significa para você vir aqui trabalhar? o que é que te traz?) uai, é bom uai né porque eu venho trabalhar, eu to ganhando meu dinheiro, eu compro as coisas que eu preciso pagar né, pagar meu aluguel, eu ainda moro de aluguel, mas nós já compramos a nossa casa só que lá em Monte Carmelo, eu enquanto eu tiver aqui eu vou morar de aluguel (hurum, mas basicamente é isso mesmo?) é (risos da entrevistadora).

23) Você acha que se você tivesse estudado mais tempo teria melhores condições hoje?

Ah, eu acho sim (você acha que sim?) eu trabalharia num serviço mais limpo, mais maneiro, até eu né, às vezes eu tava uma pessoa mais, com a aparência mais melhor, tem tudo isso né, eu entro dentro do ônibus aí, sento perto dos outros, tem uns que vira o rosto pro lado (você sente uma diferenciação?) eu sinto eles vira pro lado, tem mulher mais velha do que eu às vezes eu sento e converso fica caladinha (que é isso né, porque que você acha que isso acontece?) é ruim, não sei, não sei se elas acha que eu to velha ou que eu sou o que, eu fico assim sem saber (eu concordo com você, é pelo menos estranho né?) é, hurum (então você sente uma certa diferenciação?) sinto sim, eu vejo muitos, não sei se eles pensa assim o outro já é mais jovem, essas coisas, essa senhora, eu to novo, ele tá novinho senta uma velha junto com ele (mas qual que é o problema o tanto que tem velho, tem jovem) tem jovem que fala, já tem outros que, é preconceito será?(pode ser que sim) mas o meu esposo também fala isso (ele também sente) tem dia que conversa com outro, com as pessoas, tem dia que sai conversando sozinho (ele é mais velho também?) ele tem trinta e nove, quarenta e nove (também tá novo) tá novo, ele virá pra mim: nossa Dina o povo tá tão esquisito, é assim e assim; é assim mesmo, eu mexo no meio de muito mais gente do que você (e aqui você tem contato com muita gente né?), mas aqui os menino não é assim (na rua que isso acontece?) é, dá aquela diferença, na rua, estação de ônibus.

Entrevista 11

Trabalhadora: Elis

Empresa: Servcorp

Data: 09/08/2013

Número do arquivo: 111104-002

Bloco: 1Y

1) Qual é sua idade?

33 anos (trinta e três, tá jovem ainda).

2) Estado civil?

Casada.

3) Você mora em que bairro?

Lá no Jardim Célia.

4) Você chega como no trabalho?

Eu pego quatro ônibus (quatro?) levanto lá quatro e meia (nossa, mas que sofrimento Elis) tenho que pega o ônibus quinze para as cinco, aí venho pro terminal Central, do Planalto depois pro Central e depois venho pra cá (nossa!) eu tenho que chegar aqui quinze pras seis (quinze pras seis, inicia o turno às seis horas né?) seis horas (e tem que bater o cartão, porque se não, inclusive você podem ter corte salarial se não) corta (nossa mais que sofrido!) risos da entrevistada, todo dia de manhã esse horário não é fácil não (você acaba tipo, oito horas da noite você já deve tá meio dormindo) não, dez horas né, porque ainda tem as coisas de casa pra fazer, não escapa (mas se pudesse dormia antes né?) se pudesse era mais cedo (eu também dá dez horas eu já to caindo pelas tabelas, eu durmo muito cedo, não tenho hábito de ficar até muito tarde não).

5) Você é daqui de Uberlândia mesmo?

Não, sou de Rio Verde, Goiás (Rio Verde, tem quanto tempo que você mora aqui?) tem dezessete anos (nossa aqui tem muita gente do fora né, boa parte das pessoas que eu converso não é daqui) não é daqui.

6) O que é que você acha de trabalhar aqui na UFU?

Ah!, eu gosto (gosta?) apesar de acordar cedo, mas eu gosto (o horário é que você acha um pouquinho) é puxado, é (talvez se morasse mais próximo né) é, eu tive tanta sorte de ter os professores que é gente boa, trabalhar em ambiente que é, quando a gente trabalha em ambiente que o pessoal pega no pé, aí é ruim, mas aqui é de boa sabe, tudo amigo aqui.

7) Você acha que é um trabalho que exige muito de você?

Não (é cansativo?) não.

8) Há quanto tempo que você trabalha nessa função?

Eu to com um ano e seis meses (nessa mesma empresa?) nessa mesma empresa (um bom tempo também, boa parte já tá há mais de um ano).

9) O seu horário de trabalho qual que é Elis?

Das seis até as três e quarenta e oito (de segunda à sexta?) de segunda à sexta (sábado?) não, esse bloco aqui não trabalha no sábado (porque têm alguns) porque do fato aqui, em cima é só sala dos professores, embaixo é laboratório e os laboratórios só funcionam quando os professores tã aqui, então é só de segunda a sexta que eles dão aula (então só os laboratórios, não tem sala) sala de aula não, é só laboratório (por isso que eu só conheço o C) porque os professores aqui só dá aula no C(sim, não imaginava que fosse da Civil não, to meio desinformada, isso é que eu to pra formar e nem o campus não conheço né).

10) E sua relação com os estudantes, com os professores, com o pessoal daqui da Universidade?

Pelo jeito cê já viu né, risos, eles pôs até apelido em mim já, risos, Tchururu (e com as demais funcionárias da empresa) ah! eu, do jeito que eu sou aqui com os professores eu sou com eles, nunca tive briga não (nunca teve problema? a encarregada também é uma relação boa?) a encarregada muito gente boa também (é) tanto que ela nem vem aqui (não fica muito na sua cola não?) não, ela só vem aqui quando é época assim de pra fechar o ponto, né fechamento de ponto e só (normalmente não fica muito aí) não, caso contrário não, ela fica mais na reitoria.

11) Antes de trabalhar nessa função o que você fazia Elis?

Trabalhava na Sadia (na Sadia, o que é que você fazia?) lá eu descia perna, eu trabalhava na desossa (desossa, difícil?) é, desossa de peru, lá minha filha é um lugar que eu não aconselho ninguém (já soube de muita gente que trabalhou lá, falam que o serviço é pesado mesmo, você trabalhou muito tempo lá?) é, um ano e oito meses (você ainda ficou muito tempo) eu pedi conta (você pediu conta, desgaste físico?) é.

*Interrompemos para Elis chamar um de seus filhos, os dois estavam presentes.

12) E você gosta do que você faz aqui?

Adoro (gosta, que coisa boa) risos da entrevistada.

13) Você tem quantos filhos?

Três rapazes (todos jovens?) esse que tá descendo, aquele de blusa vermelha e o mais velho que trabalha (esse já tem quantos anos?) dezesseis (dezesseis, ah! todos bem jovens ainda).

14) Fora do trabalho tem alguma coisa especial que você goste de fazer?

Ir na Igreja (Igreja, qual que é a sua religião?) eu congrego lá na Farol de Oração (Farol de Oração, eu não conheço) fica pra baixo da Shalom (evangélica?) sou evangélica (eu não conheço essa não).

15) Você estudou até que série?

Nossa minha amiga, só até a quinta, risos, eu tive que parar muito cedo né, porque eu engravidei com dezessete anos (jovem né!) aí eu tive que cuidar dos menino né, aí eu tinha que trabalhar, fui mãe e pai deles (você mãe só?) é, aí eu tive que parar os estudos, mas eu sempre queria acabar de formar, Elis fala para o filho: eu to fazendo entrevista, acabar de formar, eu sempre tive vontade de ser segurança (segurança, é, mas ainda tá em tempo, porque tem aqui dentro da Universidade né, nesse tipo de função?) nesse tipo de função tem, mas eles exigem o segundo grau completo e eu não tenho o segundo grau completo (mas você não tem pretensão de fazer um supletivo? de voltar a estudar?) assim pra voltar a estudar fica muito puxado, porque eu já levanto de madrugada, risos da entrevistada (a questão é o tempo né Elis) é o tempo meu que é muito curto (mas então se você não estivesse nessa função, você queria estar como segurança?) segurança, porque eu já fui lá e eles falou que eu tenho o porte, tem tudo (hurum) altura (mas é um caso a se pensar, vai que dá né) preciso acabar isso aí agora, risos da entrevistada e da entrevistadora.

16) Você acha que pode ter enfrentado mais dificuldades na sua vida Elis, por causa da cor? Pelo fato de ser mulher também, você acha que tem alguma diferença?

Eu sofri muito racismo (você sofreu?) lá em Goiás principalmente, é por fato né, nem tanto de eu ser negra, que eu tinha, eu tenho umas mancha na pele (vitiligo?) é, eles não aceitava eu trabalha por conta disso (mas o que é que eles alegavam Elis?) ah! eles falam que isso pega né (nunca gente, isso é até psicológico, por stress) trabalhava na casa de uma mulher que era racista, eu sofri racista com os próprio pai do meu filho, do meu menino mais velho (hurum) porque quando ele nasceu ele cuspiu no chão e falou ‘sai daqui com esse negrinho’(que é isso, mas o pai do menino?) o pai, meu primeiro homem que eu tive foi ele (credo Elis!) os outros acham que foi o fato de ele não querer assumir sabe, aí o que acontece, eu fui embora, meu menino tem dezesseis anos e eu não tive contato, por isso que eu fui mãe e pai dele (mas é até melhor para o menino, porque como você vai querer que uma pessoa dessa tenha contato) eu sofri muito racismo, eu sofri racismo com a minha sogra, risos da entrevistada, que eu to vivendo agora, ela é meio racista (mas assim como isso se manifesta?) tipo assim, se você pega no armário ela vai lá e passa álcool (que isso Elis!) quando cê vai (e você mora junto com ela?) não, misericórdia (porque se não era um inferno) eu cheguei a separar do meu marido por conta dela, porque ela não aceitava nem eu e nem o meu menino mais velho né, aceitava os neto (você deve ter uma relação muito difícil com ela então) agora tá mudando muito sabe, tá aceitando, mas, todo tanto que eu e meu menino sofreu com ela a gente não tem a confiança de vó sabe, vó eu falo porque criou desde a idade de três meses, mas ele não tem sabe (além das relações pessoais, em ambiente de trabalho você também já sentiu esse tipo de manifestação, alguma coisa do tipo?) só aqui em Uberlândia, já trabalhei numa área bem, risos da entrevistada, (mas falava alguma coisa pra você de forma direta ou percebia) a gente percebe pelo comportamento né, vou te falar infelizmente o racismo ainda existe muito, infelizmente, tem muita gente que não trabalha, eu ia nos lugar eles falavam assim ‘a sua aparência não dá’ ou então falava assim ‘você não encaixa no perfil’(que dá na mesma) você sabe que tem tudo pra encaixar no perfil, aí você pensa, o que é que não encaixa mais no perfil?(qual que é o problema?) qual que é o problema, aí nessa área que foi mais, se eu não fosse evangélica tinha processado sabe, porque ela chegou a me chamar de negrinha, aí o que

acontece (mas a sua religião impede?) isso não é coisa que deus faria, a gente como a gente ainda sofre muito preconceito por essas coisas, eu sofro pelas manchas né e pela minha cor, aí o que acontece, a gente tem que orar pra essas pessoas, que pessoa que faz isso é pessoa que não tem deus no coração, porque quando a pessoa tem realmente deus não existe isso, amor ao próximo, se você tem amor ao próximo não existe diferença de cor (não faz sentido nenhum isso) não faz sentido nenhum, você me entende?(entendi) ia pegar os filhos dela não podia (olha só) então (e você trabalhava ajudando ela com as crianças) não pegava não, então o que é que acontece, eu larguei essa área, eu achei melhor sair (a gente não vai aguentar) não aguenta não, acaba fazendo o carnal (tem um limite né).

17) Você pensa que, isso também a partir da sua experiência pessoal que existem diferenças nas condições de pessoas brancas e de pessoas negras, você acha que tem alguma diferenciação?

Uai tem (você acha que sim?) tem (mas em que sentido? você acha que eles tem, algum deles tem privilégios? como que você vê isso?) principalmente aqui nessa faculdade, risos da entrevistada, aqui é o exemplo, risos da entrevistada, não é?(sim) porque a porcentagem se você olhando lá, o negro é pequenininho (são poucas pessoas mesmo) principalmente aqui e têm muitos aqui que ainda é racista, principalmente aqui, eu vejo, nesse tanto de ano eu vejo, então eu tomo a faculdade como exemplo, risos da entrevistada (risos da entrevistadora, nem precisa ir muito longe não né) não.

18) Aqui na cidade de Uberlândia você acha que existem boas oportunidades de emprego? Como você acha que é?

Ah! eu acho que aqui em Uberlândia a pessoa fica atoa se quiser (hurm, tem muita oportunidade?) oportunidade de emprego tem (você considera bons os empregos?) uai, sim considero porque tá abrindo muitas coisa aqui né, empresa, só que menos a Sadia né, (risos da entrevistadora, tomou uma birra da Sadia né, é mais tem umas experiências que são traumáticas mesmo, que é meio difícil).

19) E o seu trabalho Elis (celular da entrevistada toca, interrompemos para que ela atenda, nesse momento eu falo com os filhos dela) o trabalho além da renda que é necessária para seu sustento, ele cumpre alguma outra função na sua vida Elis?

Uai, não (nem uma outra função?) como assim?(o que é que significa para você trabalhar? para além do sustento) nossa, muito, você tem amigo, conhece outras pessoas, sabe se envolve, você fica em casa cê só arruma mau pensamento, depressão, então no trabalho você vê outros tipos de pessoa diferente, comunica, eu sou muito comunicativa (eu percebi) comunica com um, comunica com o outro, sabe como se diz, além de ser financeiro (além do dinheiro cumpre essa função também, da sociabilidade?) cumpre a de você ter amizades, ter várias amizades, que tanto eles me cumprimenta aqui como eles me cumprimenta fora, cê arruma bastante amigo, tem vez que eu to dentro do ônibus, os aluno 'oh Elis! oh Tchururu!', Tchururu é demais (riso de ambas) só deus.

20) Você pensa que se você tivesse estudado mais tempo, que você teria melhores condições de vida?

Ah! eu teria, eu teria melhores condições de dar as coisas melhor para os meus filhos, que eu penso mais é neles, todo esse esforço de eu levantar de madrugada sabe, chegar cansada em casa, ficar até dez horas, eu penso mais é que esse esforço vai ser recompensado por eles, eu penso muito neles, muito agarrada, risos da entrevistada, bons estudos, tudo que eu não tive (você quer proporcionar para eles, entendi).

Entrevista 12

Trabalhadora: Alvani

Empresa: Arqgraph

Data: 13/08/2013

Número do arquivo: 111108-001

Bloco: 1K

1) Qual é sua idade?

45.

2) E o seu estado civil?

Solteira.

3) Onde você mora?

Shopping Park.

4) Você é daqui de Uberlândia mesmo?

Não, Montes Claros (faz quanto tempo que você reside aqui?) quinze anos (quinze anos, um bom tempo já né) hum.

5) Você chega como aqui na Universidade pra trabalhar?

Meio de transporte? (é) eu venho de ônibus (quantos ônibus?) dois (qual é o horário de saída) saio cinco e vinte, chego aqui seis, seis e cinco no máximo (seis horas é o horário de início mesmo né?) hum.

6) Você gosta de trabalhar aqui dentro da Universidade? O que é que você acha?

Eu gosto, acostumei aqui.

7) Você acha que é um trabalho que exige muito de você? Te cansa?

Não, não é cansativo.

8) Nesse trabalho você tá há quanto tempo?

Nesse aqui nove meses (nesse aqui e nessa função dentro da Universidade por outra empresa você tem noção de quanto tempo que já faz?) deve ter uns sete anos (nossa Alvani, faz muito tempo, mas você só trabalhou depois que foi terceirizado esse serviço?) hurum, é foi (ai você já começou e ficou? nossa muito tempo) é.

9) Seus horários de trabalho quais são?

Sempre era das sete as quatro (antes) antes, eu trabalhei também doze por trinta e seis e mais dez (tipo, igual dos seguranças né?) hurum (e atualmente você tá naquele das seis as três e quarenta e oito?) hurum (que é o que você fica assim né).

10) A relação com a sua encarregada como que é Alvani?

Eu quase não tenho contado com a encarregada (vocês não tem contato, ela fica responsável pela fiscalização dos blocos, mas não necessariamente ela fica aí) não, ela fica lá em cima (eu até conheço elas, mas fiquei pensando, talvez seja difícil passar em todos os blocos né? então talvez por isso não tenha contato) é quase não tem não, fica lá em cima quase não vejo a encarregada (normalmente vocês se reúnem? vez por outra tem que se reunir né? pra discutir alguma coisa da empresa) muito difícil (mesmo, e o controle assim como que faz, porque a questão do ponto você tem que ir até lá pra poder bater) hurum, mas tem alguém responsável que fica lá (uma pessoa que só cuida do ponto?) é, abre a porta e (ah, sim, não é a encarregada que) tem duas encarregadas (sim, mas são elas que cuidam do ponto) é (quais são os nomes delas) Marilene e Regina (eu conheci a Marilene, a Regina não tava, então o ponto é ele que é responsável por isso?) é, é, hurum (entendi).

11) E a relação com estudantes, técnicos, professores e o pessoal que frequenta aqui dentro como é?

Legal (é, relação assim de proximidade? como é que é assim) não tenho muita intimidade com professor nem com estudante não (não?) só bom dia e o que precisar (conversa o estritamente necessário) é, é o necessário (mas você considera boa a relação?) é boa (é) é legal (então tá certo).

12) Antes de trabalhar por essas empresas aqui na Universidade, o que é que você fazia?

Antes eu nunca tinha trabalhado (antes você não tinha trabalhado, começou nesses sete anos?) foi (o que é que você fazia antes?) uai, foi logo que eu vim embora pra cá que eu comecei a trabalhar (sim, mas aí quando você tava na sua cidade?) fazia nada (dona de casa né?) é, hurum (cuidava da sua casa só?) é, só isso (entendi).

13) Você tem filhos Alvani?

Tenho (quantos) duas (e o que é que elas fazem?) uma estuda, a outra ainda é criancinha (criancinha, estuda e trabalha?) não, só estuda (só estuda) é adolescente, só estuda.

14) Você gosta do que você faz aqui, dessa função?

Gosto (gosta?) humum.

15) Fora do trabalho tem alguma coisa que você goste de fazer em específico? Como é que é.

Não (o que você costuma fazer fora do trabalho?) quase não faço nada diferente fora do trabalho, só mesmo a rotina do dia a dia (cuida da sua casa?) humum, é (mas já é bastante coisa né Alvani?) é cansativo (você mora só) não, eu, minhas duas meninas e meu marido (ah, tá, mas você disse ser solteira) não solteira porque eu não sou casada (ah, mas acaba que tem uma relação, solteira porque não é casada formalmente só?) humum (você mora) é moro (solteira se for pensar não é né, só formalmente se for pensar) humum.

16) Você estudou até que série?

Oitava série (até a oitava, você parou por algum motivo?) parei porque era difícil pra mim aprender matemática, risos da entrevistada (por causa da dificuldade?) é (ai você resolveu abandonar, não tem pretensão de voltar?) não, não tenho mais não, eu já to de idade avançada pra estudar, risos da entrevistada (mas não tem nenhum atrativo?) não, não (não?) huhum.

17) Você acredita que por ser mulher e negra, que pode ter enfrentado maiores impedimentos para conseguir as coisas? Por trabalho ou qualquer outra coisa socialmente, você acha que você foi preterida por causa da cor?

Não, eu não acho não (nunca sentiu nada assim?) não, huhum.

18) Se você não trabalhasse aqui dentro da Universidade, você teria outra profissão em mente?

Não, huhum (nada?) não.

19) Partindo da sua experiência pessoal, vendo a experiência de brancos e negros, você acha que existe uma diferença de condições entre pessoas brancas e pessoas negras?

Também não acho não (você acha que tem um patamar de igualdade então para se conseguir as coisas?) é humum, não tem nada a ver a cor.

20) Aqui a cidade de Uberlândia você acredita que ela ofereça boas oportunidades de emprego?

Hurum, muito boas (tem muita oferta de emprego aí?) tem.

21) O seu trabalho aqui Alvani, além de te oferecer a renda necessária para o seu sustento que é o básico, que outra função ele cumpre na sua vida? O que é que significa para você trabalhar?

Ah, eu acho bom trabalhar, sair de casa, conhecer novas pessoas, é isso (é) hurum (a função seria, digamos, mais sociabilidade, alguma coisa do tipo?) hurum, é, pode ser.

22) Você pensa que se você tivesse estudado mais, que você teria melhores condições de vida atualmente?

Hurum, muitas (por que é que você pensa dessa forma?) o estudo sempre ajuda né (você acha então que melhora a condição de vida da gente?) hurum, melhora.

Entrevista 13

Trabalhadora: Edna

Empresa: Eficaz (encarregada e executava as mesmas funções que as outras)

Data: 13/08/2013

Número do arquivo: 111108-002

Bloco: 3C(Biblioteca)

1) Qual é sua idade?

52.

2) E o seu estado civil?

Eu sou divorciada.

3) Você mora em qual bairro?

Laranjeiras.

4) Você é daqui da cidade de Uberlândia mesmo?

Não, sou de Capinópolis, mas resido aqui já há uns dezoito a vinte anos.

5) Você chega no trabalho como?

De ônibus (quanto tempo em média você gasta para chegar aqui?) eu pego ônibus cinco horas da manhã, desço no terminal Santa Luzia e pego o 131 até aqui, eu chego por volta de cinco e trinta (5:30, e o início é as seis né?) é às seis horas, mas é porque eu gosto de chegar antecipada, não gosto de chegar em cima da hora, entendeu, porque a gente vai trocar a gente não vem vestido de uniforme às vezes, chega e tem que calçar bota, calçar meia (então você já gasta um tempinho antes) é (e o controle do ponto é você quem faz?) eu que faço (então acaba que você trabalha um pouquinho mais, porque igual você tava me falando, além da função de encarregada assim de cuidar de uma forma geral, você ainda dá uma) dou um apoio para as

meninas, porque por exemplo se falta alguém, às vezes não tá ai a pessoa ali na hora pra fazer um serviço, acaba que a gente faz né (sim, mas a sua função prioritariamente qual que é?) a minha função prioritariamente, até que eu não sou encarregada, eu sou líder de equipe (sim) mas se transforma a mesma coisa e assim fico aqui das seis às três da tarde nessa função, mesma hora que a gente tá olhando, observando, a gente tá aqui pra chamar atenção, pra verificar se o serviço foi feito de acordo, evitar que o funcionário use um produto forte, inadequado, vamos supor uma prateleira que eu não preciso usar um produto forte, muitas vezes o funcionário ele não observa esse tipo de coisa (sim) existem várias marcas de produto, produto pra uma remoção não é usado em certos materiais, como uma pedra dessa daí a gente não usa, o Azulim também não se diz pra usar(ai você dá uma orientada além do cuidado, digamos que é uma fiscalizada mesmo, uma questão de como o trabalho tá sendo feito)é né o rendimento do funcionário, essas coisas mais que eu vejo(entendi, agora a questão do material também é você que fica responsável?)é, eu que fico responsável(até pela compra?)não, a compra não, a compra já é com o escritório(já vem do escritório, mas a distribuição assim)ele fazem a compra lá e distribuem nos contado (entendi, o pedido você faz?) faço.

6) O que é que você acha de trabalhar aqui na Universidade?

Gosto (você gosta?) eu to aqui desde 2009 né, então já acostumou (já tem um bom tempo né) já acostumei aqui, aqui como se diz eu chego e eu já sei onde eu vou primeiro, onde eu não vou, o que é que eu vou fazer, onde eu vou pôr alguém pra fazer o serviço mais rápido, então você acostuma entendeu, parece que não é nem assim, sei lá, acho que não é tanto assim, acho que é amor, você pega amor no que faz, eu realmente, antes de eu pegar a liderança, trabalhava igual às meninas, trabalho, igual hoje se você chegasse aqui de manhã eu tava lavando banheiro, não importo, eu gosto (bom né, que já é meio caminho andado, a gente gostar do que faz) é, primeiro qualquer função que você vá fazer você tem que gostar (também penso assim).

7) Você acredita que é um trabalho que exige muito de você?

Exige (te desgasta assim?) exige (é) qualquer pessoa que entra nessa área e que realmente quer trabalhar exige um grande desgaste (é) tanto que às vezes a gente ensina as posições certas de tá agachando, mas nunca a gente usa elas às vezes (sente muita dor no corpo às vezes?) é porque a maioria das pessoas a gente usa muito o rodo, o pano, aquele enxágua-enxágua, aquele esfrega-esfrega e acaba que dá um problema de coluna, um problema de ler, essas coisa, é comum (é muito comum acontecer?) é bem comum (a pessoa que trabalha nesse setor) muito comum (e vocês tem assim, alguma forma preventiva, já meio que, como é que eu posso dizer, já fala para as funcionárias determinadas formas assim pra não forçar determinadas parte do corpo, isso vocês já colocam) hurum, a gente já fala, a gente já ensina, entendeu, a maneira certa de tá agachando, hoje em dia esse assunto ele é bem visível assim que, esses dias eu tava assistindo uma entrevista assim que falava sobre isso entendeu, a posição certa de você agachar pra você enxaguar um pano, mas as pessoas infelizmente nunca usam correto (pior, também às vezes é uma questão até de falta de hábito também né) é, por exemplo, às vezes a pessoa vai agachar na posição correta e vai gastar mais um tempo, tá com

pressa já entendeu, então não é usado na verdade, são poucas pessoas que usam o certo (hurum).

8) Você tá nessa função de encarregada faz quanto tempo?

Já tem uns cinco anos (cinco anos, mas antes você já trabalhava na empresa?) já trabalhava, tem nove anos que eu to na empresa (nove anos Edna, mas todo esse período aqui no interior da Universidade ou você já trabalhou em outros lugares?) não, já trabalhei em outros lugares, já trabalhei em área de saúde (sim) já fiquei um bom tempo lá no parque da Cipriano que é enorme também (sim e todo esse tempo nessa mesma empresa) nessa função, nessa empresa (muito tempo).

9) E antes de trabalhar nessa empresa o que você fazia?

Eu trabalhava em confecção de roupa (confecção, você fazia?) assim eu bem não fazia, eu era parte de acabamento (sim) ai um belo dia a gente, eu tive um desgosto profundo numa empresa ai e que não me pagava direito (hurum) ai eu desisti (mas você trabalhou sempre por empresa, não por conta própria?) não, por conta própria não, já trabalhei muito de babá quando eu era mais jovem, eu adorava criança, tinha uma paciência de anjo que hoje eu não tenho mais (vai acabando né Edna) vai acabando (mas mesmo na função de confecção de roupa foi sempre por empresa, você nunca) não, sempre empresa.

10) Os seus horários de trabalho aqui quais são?

Eu trabalho das seis as onze, paro onze ao meio-dia e retorno do meio-dia as quinze (de segunda a sexta) de segunda a sexta (entendi). Eu ia te perguntar a relação com chefe ou encarregado, mas você é encarregada, então não tem jeito assim.

11) A sua relação enquanto encarregada com as funcionárias você avalia que é uma relação boa, como que é a relação?

Oh, mexer com ser humano é difícil, não é fácil você mexer com ser humano, entendeu, tem as mais esquentadas, tem as que você tem mais assim, não digo afinidade, é mais fácil de você conviver, então existe isso tudo é difícil e tudo, mas eu me considero uma ótima pessoa, muita gente não gosta, mas fazer o que, risos, (não digo nem problema né, mas relação humana acaba que tem de tudo um pouco, então não dá pra avaliar nem como uma coisa extremamente positiva nem como totalmente negativa, porque acaba também tendo boas relações né) é, tem, tem muita gente que a gente dá muito bem, tem outras que já é mais ou menos, é o que eu falo tá aqui pra trabalhar, não precisa gostar de mim, o que eu preciso aqui e que a UFU nos, o que o pessoal cobra da gente é a limpeza, não precisa de gostar, basta querer trabalhar, se quiser trabalhar aqui eu tenho serviço pra trabalhar dia e noite, porque aqui tem, risos da entrevistadora (esse mundaréu de coisas né Edna) nossa senhora!

12) E a relação com os estudantes, com os técnicos e com os demais frequentadores daqui, como que é essa relação?

Bom, eu nunca tive problema com ninguém, nem da área técnica nem com estudante, muitas vez é época de férias a gente tá fazendo lavação porque a biblioteca não fecha, que a gente vai lavar o andar, que a gente chega pede pra eles trocarem de lugar, nunca tive problema nesse nível assim (é).

13) E essa função que você faz, o que você acha dela?

Gosto, gosto.

14) Filhos você tem?

Tenho (quantos filhos?) dois (fazem da vida?) hum, é uma parte que eu não gosto de tocar (não quer falar, pode, fica a seu critério, não tem obrigação de falar não).

15) Fora do trabalho tem alguma coisa específica que você goste de fazer?

Não (nada em especial).

16) Você estudou até que série?

Eu estudei até a oitava série só (só até a oitava, tem pretensão de dar prosseguimento aos estudos?) ah, eu tinha até um ano atrás, agora eu não tenho mais não (é, você parou por qual motivo?) cansaço, cê trabalha e estudo, cê acorda de madrugada, cê chega em casa tarde, cê não tem (você acabou ficando desgastada) é um desgaste muito grande, a pessoa tem que ter muito boa vontade (não é muito fácil mesmo não) cê trabalha, cê cuida de casa, cê cuida de estudo (acaba optando por um ou por outro né) é (é muito difícil às vezes conciliar as duas coisas né).

17) Partindo da sua experiência pessoal Edna, você acredita que pelo fato de ser mulher e negra, que você pode ter enfrentado maiores impedimentos ao longo da sua vida?

Ixi, eu enfrentei demais, muita gente olha e fala assim, olha assim, cê sabe que tem gente que mal olha na gente e faz cara de ignorância, porque a gente é mais coloridinha, mais bonitinha (você já sentiu diretamente ao longo da sua experiência?) já, já senti muitas vezes.

18) Se você não tivesse nessa função o que você pretenderia fazer, tem alguma coisa em mente, alguma outra profissão?

Huum, bom, quando eu era joventinha eu queria de toda lei ser pediatra, mas é um sonho que já foi muitos anos (queria trabalhar na área da pediatria?) eu queria, era meu sonho, mas agora nem, nem passa pela cabeça.

19) Você pensa que pessoas brancas e pessoas negras Edna, que elas têm iguais condições? Condições de vida assim, possibilidade de trabalho, de estudo? Você acha que partem do mesmo patamar, como você avalia isso?

Acho que não tem diferença pela cor de pele, cor de pele não tem nada a ver (não assim, mas partindo dessa experiência pessoal, você acha que na nossa sociedade, existe alguma diferenciação, há alguma diferenciação entre os brancos e os negros?) existe, existe e muita

entendeu, mas igual eu to te falando, a pessoa já te olha só por causa da sua cor, às vezes até podia te dar uma chance, mas por causa da sua cor não dá, entendeu, é super, é um racismo tão grande nesse nosso país que (entendi).

20) A cidade de Uberlândia, você acha que ela oferece boas oportunidades de emprego? Como é que você avalia?

A cidade de Uberlândia existe muito emprego, mas é o tal que eu to te falando, o pessoal vê muito como você se veste, entendeu, e pela cor também (você acha que a cor é um critério também, de escolha?) é um critério, a maneira de você se vestir entendeu, se você tá com uma roupa, eu acho assim, eu fui criada assim, essa roupa tá velha, mas se ela tiver limpinha, entendeu, e hoje aqui na cidade de Uberlândia, não sei nas outras, existe essa coisa sabe, pra pessoa conseguir alguma coisa, pra você ver os maiores ladrão hoje são colarinho, são engravatado, porque o engravatado ele entra e sai dos lugares qualquer hora que ele queira e se um de nós que trabalha assim mais simples chegar lá já é (tem uma diferença na forma de tratamento?) é, tanto nessa área, nesse jeito de vestir e como na cor também (sim).

21) O seu trabalho assim além da renda, que acaba sendo essencial para sobrevivência da gente, que outra função ele tem na sua vida? O que significa para você trabalhar? Além de sustento.

Além de sustento?(além de sustento) eu acho que a pessoa sem trabalho ela não vive, entendeu, o trabalho ele não ajuda só no sustento, ele ajuda você controlar, você ocupar a cabeça, ocupar a mente, cabeça e mente é a mesma coisa né, ocupar a mente, cê ter, falar assim saber que vai amanhecer o dia e saber onde trabalhar, entendeu, ter uma responsabilidade (sim).

22) Você acredita que se você tivesse estudado mais tempo, que você teria melhores condições de vida?

Teria (você acredita que o estudo poderia te proporcionar?) eu acredito, eu acredito que sim, porque eu já tive *Ela se despede de uma outra funcionária: Tchau, vai com deus.

Entrevista 14

Trabalhadora: Sônia

Empresa: Arqgraph

Data: 14/08/2013

Número do arquivo: 111109-001

Bloco: 1F

1) Qual é sua idade?

48.

2) E o seu estado civil?

Casada.

3) Você mora em qual bairro?

Santo Inácio.

4) Você é daqui da cidade de Uberlândia?

Não, sou de Ituiutaba (Ituiutaba, você reside aqui faz quanto tempo?) faz trinta anos (um tempinho já né?) hurum (um tempinho bom).

5) Você chega aqui como? Qual que é o meio de transporte?

É de ônibus (você vem de ônibus?) é de ônibus (é, uns dois ônibus você pega para chegar até o trabalho?) dois ônibus (é em média assim boa parte de vocês) dois ônibus.

6) O que é que você acha de trabalhar aqui na Universidade?

Eu gosto (gosta do trabalho?) gosto, gosto.

7) Você acha que é um trabalho que exige muito de você? Te desgasta?

Não, desgasta muito é o transporte coletivo (mais a vinda, o tempo também) o tempo também gasta demais.

8) Quanto tempo que você tá nesse trabalho Sônia?

Três anos (um bom tempo, por essa mesma empresa) é (aqui dentro da Universidade né? nessa função) é aqui dentro da Universidade.

9) Seus horários de trabalho quais são?

Das seis as três e quarenta e oito (eu acho muito engraçado esse horário de vocês, de segunda à sexta?) de segunda à sexta.

10) A relação com a encarregada de vocês, como que é sua relação com ela?

A minha é boa (é boa).

11) E com os estudantes, professores, técnicos, como é que é?

Também são tudo bom (tem boas relações?) tenho boas relações com eles (sim) com os pessoal do bloco todo mundo eu tenho (sim).

12) Antes de trabalhar aqui onde é que você trabalhava?

Na Invicta (Invicta?) serviços (também de serviços? essa mesma função?) serviços, essa mesma função (por quanto tempo você trabalhou?) um ano mais ou menos (um ano, nessa você acabou ficando por mais tempo, mas essa Invicta também aqui dentro da Universidade) é aqui de Uberlândia, não, é aqui de Uberlândia, mas não é aqui não (porque essa Arqgraph eu já vi muito até nessas) terminais (é nos terminaizinhos, eu antes pensava que era aqui dentro da Universidade só sabe) não tem nos terminaizinhos, tem até lá na ferrovia lá, onde que passa o trem, o trem de ferro (eu nunca fui) lá tem também.

13) Você gosta dessa função que você trabalha?

Gosto, gosto.

14) Filhos você tem?

Tenho (quantos?) dois (já mais velhos) já também adulto (empregados?) empregados (é).

15) Fora do trabalho tem alguma coisa em específico que você goste de fazer?

Curto mais ficar junto com minha família, assim um lazer (curte mais em casa) curte mais em casa, os neto, os filho (o tempinho que sobra né) é.

16) Você estudou até que série?

Até a quinta (até a quinta, tem pretensão de voltar?) não (não mais?) não (você parou porque Sônia?) as condições né, pouca, era pouca quando eu parei de estudar (não teve como manter).

17) Você acredita que devido à sua cor, que você sofreu maiores impedimentos ao longo da sua vida? Você sentiu alguma coisa do tipo?

Senti (tem alguma situação assim que você possa falar) sempre eles discriminam as pessoas da cor escura né (mas como que isso ficou mais explícito para você? você lembra de alguma situação específica?) ah, não lembro não (nenhuma assim, mas já sentiu?) já senti (sim) a gente sente.

18) Isso também a partir da sua experiência pessoal, você acredita que pessoas brancas e pessoas negras têm as mesmas condições?

Tem (você acha que partem das mesmas condições?) parte (é, para conseguir as coisas) hurum (é) dependendo da pessoa (como assim?) tem gente que talvez tem mais, mais capacidade, tem uns que não tem mais, tem assim tem uns não é, independente da cor (independente da cor você acha que) tem as mesmas condições de trabalho, qualquer coisa (entendi).

19) A cidade de Uberlândia você acha que ela oferece boas oportunidades de emprego?

Oferece, oferece bastante oportunidade (tem).

20) O seu emprego além de te fornecer a renda que é essencial para o seu sustento, que outra função que tem na sua vida? O que significa para você trabalhar e essa função que você exerce?

Como assim? (o que significa para você o trabalho, além de sustento, porque o sustento é o básico né, além disso, tem alguma outra coisa Sônia?) tem não (não tem nenhum outro significado?) huhum.

21) Você pensa que se você tivesse estudado por mais tempo, que você teria melhores condições de vida?

Teria, com certeza (é, você acha que o estudo muda as condições da gente?) muda, muda muito.